



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA

**Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 6-A, de 2019, do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências" (REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA)**

Em 4 de Julho de 2019

(Quinta-Feira)

Às 9 horas

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 6-A, de 2019, do Poder Executivo, que modifica o sistema de Previdência Social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. (*Pausa.*)

Em apreciação o requerimento da Deputada Alice Portugal para votação nominal na inversão da ordem dos trabalhos apresentada à PEC 6/19.

Inversão da ordem dos trabalhos apresentada pelo Deputado Beto Pereira.

Defiro de ofício o requerimento da Deputada Alice Portugal de votação nominal.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de alteração da ordem de trabalhos de iniciativa do Deputado Beto Pereira, que passo a ler:

*Requerimento de inversão da ordem dos trabalhos.*

*Requeremos, nos termos do art. 50, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a inversão da ordem dos trabalhos desta Comissão, para que seja apreciada na seguinte sequência: a) Ordem do Dia; b) Ata; c) Expediente.*

*Sala das Comissões, 4 de julho de 2019*

*Deputado Beto Pereira*

*Encaminhamento de votação.*

Com a palavra o Deputado Beto Pereira, para encaminhar a favor do requerimento, por 5 minutos, e, para contraditar, a Deputada Gleisi Hoffmann.

**O SR. BETO PEREIRA** (PSDB - MS) - Nobre Presidente, o que faz com que nós tenhamos a iniciativa de apresentar este requerimento, para que nós possamos ter essa correlação que foi apresentada no texto do requerimento, é justamente para darmos celeridade e também uma dinâmica aos trabalhos desta Comissão.

Nós tivemos ontem uma reunião que se arrastou até às 2 horas da manhã; estamos aqui presentes às 10 horas da manhã, já dando início novamente à votação; temos hoje pela frente a apreciação do voto apresentado pelo Deputado Samuel Moreira; posteriormente, os destaques que foram apresentados pelas bancadas e por Parlamentares. Então, nada mais justo

e correto do que estabelecermos uma dinâmica mais célere para podermos dar aqui um rito que possa garantir no dia de hoje a votação de toda a PEC 6/19 pela Comissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann, para encaminhar contra o requerimento.

V.Exa. tem de 5 minutos.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria começar reconhecendo, com exceção de ontem, é claro, a condução que V.Exa. tem tido nesta Comissão. Nós não tivemos, em nenhum momento de discussão, a alteração da Ordem do Dia. V.Exa. sempre cumpriu o que determina o Regimento: leitura da ata, expediente, Ordem do Dia. Eu gostaria de saber por que hoje nós inverteríamos essa ordem? Por que nós não começaríamos com a ordem correta que dispõe o Regimento? Qual é a pressa que nós temos para fazer esta votação de alterar a ordem dos trabalhos? Nós somos contra essa alteração.

Aliás, Sr. Presidente, esta Comissão teria 40 reuniões para fazer a discussão da matéria — 40 reuniões! Nós devemos estar na 25ª. Pergunto de novo: qual é a pressa? Votar a reforma da Previdência vai colocar comida na mesa das pessoas? Vai colocar trabalho para as pessoas? Votar a reforma da Previdência vai dar renda para as pessoas? Não vai dar! Não vai botar comida na mesa do trabalhador! Não vai dar renda para as pessoas! Não vai dar emprego para as pessoas! O que nós vamos ter é a redução das aposentadorias. O que nós vamos ter é a dificuldade para o povo brasileiro se aposentar. O que nós vamos ter é a destruição do Regime Geral de Previdência Social. Por que estamos fazendo isto com pressa?

V.Exas., quando votaram a reforma trabalhista aqui, prometeram que o Brasil teria emprego, que melhorariam as condições econômicas das empresas. Estamos com 14 milhões de desempregados, Sr. Presidente, 25 milhões de pessoas no subemprego, muita gente no emprego precário, e os desalentados, que deixaram de procurar emprego. Em que a reforma trabalhista, que solucionaria o problema do Brasil, melhorou o País?

A Emenda Constitucional nº 95, de 2016, V.Exas. votaram na pressa, o teto, não deixando que as despesas com educação e saúde pudessem crescer. Disseram que isso ia resolver o problema do Orçamento e o problema fiscal. Em que que resolveu o problema do Orçamento e o problema fiscal? A saúde e a educação estão sem recursos. Nós estamos com a menor taxa de investimento que este País já teve. Como é que nós vamos gerar empregos se a construção civil está no chão? Quem é que emprega neste País, a não ser grande parte da construção civil? Prometeram entregar desenvolvimento votando isso. Entregaram o quê? A quebra da economia. O PIB vai crescer menos de 1%.

E de novo vêm com a ladainha da reforma da Previdência: que a reforma da Previdência vai melhorar. Vão tirar direitos de novo! Vão baixar a pensão por morte para menos de um salário mínimo! É uma vergonha termos gente ganhando menos que um salário mínimo no País!

Por que a pressa? Por que ontem foi o "tratoração" aqui na Comissão? E hoje de novo! Nós vamos entregar para o povo brasileiro o quê? Eu gostaria de saber. Se a base do Governo aqui disser que votar a reforma da Previdência vai colocar comida na mesa do povo trabalhador, é possível que nós votemos. Mas o que vai acontecer é que vão retirar direitos.

Por isso, Sr. Presidente, nós encaminhamos contrariamente — contra! — a esta proposta de alteração da ordem dos trabalhos. Não há necessidade de fazermos isto no atropelo. Não há necessidade de não discutirmos aprofundadamente a reforma da Previdência.

Quero aqui dizer novamente: nós teríamos 40 reuniões para discutir a reforma. Estamos na 25ª. Quando é para tirar direitos do povo pobre, do trabalhador, a base do Governo é rápida, esta Casa é rápida; quando é para defender trabalhador, as coisas aqui demoram.

Só quem tem *lobby* é que vem aqui fazer pressão. Onde está o pessoal que ganha um salário mínimo? Onde estão os aposentados que ganham até dois salários mínimos e que vão ser prejudicados? Esses não têm dinheiro para vir ao Congresso Nacional. Enquanto isso, esta Casa faz negociação com setores que têm recursos e toca a reforma.

É um escândalo o que está acontecendo aqui! Quero deixar registrado: é um escândalo o que está acontecendo nesta Casa, a votação desta reforma da Previdência! É um dos piores projetos da história do Congresso Nacional, que vai responder ao povo brasileiro.

O Partido dos Trabalhadores é contra esta reforma, é contra este projeto, portanto, é contra também o requerimento que altera a ordem dos trabalhos para apressar a votação.

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não! Ela já está contraditando, Deputado Alexandre Frota. Quem defendeu o requerimento foi o Deputado Beto Pereira. Mas eu vou já passar a palavra ao PSL, e V.Exa. vai poder usá-la. Para orientação de bancada.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O Deputado José Guimarães ainda está sonolento.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - O PT vota contrariamente ao requerimento.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, evidentemente, nós votamos contrariamente ao requerimento. É importante dizer que V.Exa. sempre pautou a sua conduta aqui pela prudência. Eu inicio a manhã desta quinta-feira, já que vamos entrar num enfrentamento grande por conta da nossa opinião sobre esta reforma, que só prejudica os pobres... A minha ponderação, ao orientar o voto contrário a este requerimento, é que V.Exa. mantenha a postura de prudência, sem atropelar e sem pressa.

Nós da Oposição estamos dispostos a ficar aqui até de madrugada. Não há problema, mas dentro de tudo aquilo que determina o nosso Regimento. Não é preciso pressa nem gritaria para votar. Aqui o debate será lento, gradual e seguro, portanto, com muita transparência. Quem está de um lado e quem está do outro...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pode ter certeza disto, Deputado José Guimarães: nós vamos seguir o mesmo ritmo, respeitando as obstruções regimentais e, obviamente, tendo firmeza, quando necessário for.

O PT vota "não".

Como vota o PSL?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, muito bom dia; bom dia a todos da Mesa.

Espero que possamos ter aqui hoje um dia vitorioso como ontem.

Quero lembrar que esta inversão que nós fizemos é extremamente regimental. Ela está aqui. Por isso o motivo daquele momento em que eu gostaria de falar com V.Exa.

O PSL aprova o requerimento: "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL vota "sim".

Como vota o PP?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, nosso Relator Samuel Moreira, o Brasil espera de nós a agilidade necessária. Não há motivo nenhum para, nesta reta final, ficarmos postergando, debatendo coisas sem fundamento, dado o conteúdo e a competência da condução do nosso relatório.

O PP quer liderar, junto com os partidos, a entrega da reforma justa e necessária de que o Brasil precisa e merece. Não cabe agora aqui ficarmos postergando o trabalho, porque neste momento o Brasil precisa de *(ininteligível)*.

O PP, então, orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PP vota "sim".

Eu peço à equipe técnica que aumente um pouco o volume do som. *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Agora melhorou.)*

Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, eu acho que está muito coerente esta inversão de pauta, pois nós precisamos ir ao "x" da questão, porque aqui discutir ata, protelar... É lógico que faz parte...

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - ...faz parte do jogo a obstrução. Mas cabe a nós que queremos um Brasil melhor, que queremos mudança, que não temos medo de mudar... Nós não podemos ter medo da mudança. O futuro a Deus pertence. Nós temos que ter ousadia e coragem quando as coisas estão mal.

Quando as coisas estão mal, é porque estão erradas. Então, a mudança da reforma da Previdência que nós estamos propondo vai com certeza resolver muitos problemas do Brasil, como emprego, investimento.

Assim, o nosso partido, o Partido Liberal, vota pela inversão de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PL vota "sim".

Como vota o PSD?

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, é só para mudar a orientação: o PT orienta, em vez do voto "não", obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - PT, "obstrução".

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente, não poderia ser diferente: o PSD, nosso partido, quer o bem do Brasil.

Nós adentramos ontem a madrugada, sob a liderança de V.Exa. e do nosso Relator. Hoje, se preciso for, vamos novamente até a madrugada e ao final de semana. Nós queremos trabalhar. Nós queremos o bem do Brasil. Nós precisamos mudar o País, ao contrário da Oposição, que não quer que o Brasil ande.

Portanto, Sr. Presidente, pelo bem do Brasil, para que o País possa voltar a crescer e gerar empregos, votamos "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o MDB? (*Pausa.*)

Como vota o PSB?

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, o PSB vai votar "não" a este requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, com a compreensão de que não é nenhum problema fazer a leitura da ata nem do expediente. Aliás, nós não começamos a construir a casa pelo telhado. E *"a pressa é inimiga da perfeição"*. Os próprios Deputados que me antecederam aqui disseram que pode ser a votação hoje, na madrugada, no fim de semana. Então, eu acho que podemos seguir a ordem, como sempre se fez.

Portanto, nós vamos votar "não" a esta inversão da ordem dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "não".

Como vota o PRB?

**O SR. CLEBER VERDE** (PRB - MA) - Sr. Presidente, o PRB orienta o voto "não", porque entende que esta matéria já foi amplamente debatida, discutida e precisamos ir a voto.

O PRB orienta o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PRB vota "sim".

Como vota o PSDB?

**O SR. BETO PEREIRA** (PSDB - MS) - Sr. Presidente, o PSDB é autor do requerimento e orienta o voto "sim", entendendo que, da mesma forma que existem instrumentos legais, regimentais para obstruir os trabalhos, existem também mecanismos regimentais, legais para acelerar, dar celeridade à votação da matéria que está em discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSDB vota "sim".

Como vota o DEM?

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, o DEM votará "sim".

Mas eu quero também aqui registrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho, Deputado.

Para que nós possamos ouvir V.Exa., eu quero pedir silêncio, por favor. Vamos ouvir o Deputado Arthur Maia.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, o DEM vota "sim".

Mas eu também quero registrar aqui a minha perplexidade com a fala da Deputada que orientou pelo PT, porque, se o Brasil tem 13 milhões de desempregados, essa herança vem da era do PT; se o Brasil está com o PIB negativo, é importante que se diga que, nos 3 últimos anos do Governo Dilma, o Brasil perdeu 10% do seu PIB. E tudo isso, Presidente, sem falar no maior escândalo de corrupção da história da humanidade, promovido e protagonizado pelo PT.

Portanto, esse discurso vazio e barato de que nós estamos vivendo uma realidade que é responsabilidade deste Governo não cola.

Nós vamos sim aprovar a reforma porque é importante para o Brasil. O DEM está comprometido com esta luta. E o Brasil deseja esta reforma.

O DEM orienta o voto "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Arthur.

O DEM vota "sim".

Como vota o PDT?

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT - CE) - Sr. Presidente, nós temos a absoluta convicção de que poderíamos aqui estar discutindo uma proposta de reforma da Previdência que não sacrificasse os mais humildes, que não sacrificasse a base da pirâmide, como já foi feito inclusive em Governos anteriores.

O problema é que vimos discutindo até ontem de uma forma aberta, transparente e democrática, e fomos atropelados. Ontem levamos a votação até as 2 horas da manhã. Lamentavelmente, estamos vendo que hoje vai ocorrer o mesmo.

O que é mais difícil para cada um de nós que estudamos o tema é ver que, infelizmente, a mentira está prevalecendo sobre a verdade. Dizer que a reforma vai gerar emprego... Eu queria que qualquer Deputado dissesse aqui como se vai gerar emprego a partir de uma reforma da Previdência. É uma falácia! Esta reforma vai gerar milhões de desesperados que não conseguirão se aposentar.

Por isso, o PDT orienta o voto "não". Mas, no caso aqui, vamos obstruir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - PDT, "obstrução".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - O PSOL orienta contrariamente à inversão da pauta, por entender que esta aceleração que...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Erundina, só um pouquinho.

Por favor, eu quero mais uma vez fazer o apelo ao Plenário... Eu quero fazer mais uma vez o apelo ao Plenário...

Deputado Perondi, só para nós... Deputado Perondi, eu só culpo V.Exa. porque fala mais alto, então... *(Risos.)*

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Luiza Erundina, V.Exa. tem a palavra.

Eu peço que se devolva o tempo à Deputada.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, o PSOL vota contrariamente à inversão de pauta por entender que a matéria não pode ser apreciada de forma precipitada, porque acelerar a votação desta PEC é acelerar uma decisão que vai repercutir sobre o povo brasileiro durante décadas, e de forma cruel, como tem sido observado, analisado e denunciado durante os debates nesta Comissão.

Nós somos a favor do Brasil sim, porque nós somos a favor do povo brasileiro. E o povo brasileiro vem se manifestando contrariamente à aprovação desta PEC, porque ela representa perda de direitos, perda de conquistas inestimáveis do povo expressas na Constituição de 1988, que está...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - ...que está sendo completamente destruída, desconstruída, Sr. Presidente.

Portanto, nós votamos "não". Mas, nesta oportunidade, vamos registrar "obstrução".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - PSOL, "obstrução".

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O MDB vota "sim".

Com vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - O PROS vota "sim", Presidente, para que possamos votar rapidamente este texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PROS vota "sim".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, primeiro, bom dia a todos os colegas.

Ficamos aqui até a madrugada. E o dia promete ser longo, porque nós não temos pressa em decidir uma reforma que retira direito dos trabalhadores. Querer aqui acelerar é deixar o povo desinformado; querer votar às pressas é não dar a oportunidade ao povo que está nos assistindo de entender o que está sendo votado aqui.

Portanto, o PCdoB está em obstrução, porque nós ainda queremos tempo para não deixar votar esta reforma que prejudica os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - PCdoB, "obstrução". É isso, Deputada? *(Pausa.)*

PCdoB, "obstrução".

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania?

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - O Cidadania, Presidente, entende que ontem cumprimos uma missão importante, ficando até praticamente às 2 horas da manhã para fazer esta agenda importante para o País.

Nós, obviamente, não ficamos satisfeitos em fazer qualquer reforma que possa dificultar o acesso à aposentadoria. Porém, sabemos que, se não a fizermos agora, dificilmente conseguiremos pagar as aposentadorias no futuro, e o Brasil não terá as garantias para ter investimentos e gerar o desenvolvimento de que nós precisamos.

Eu acredito que aqui nós cumprimos uma missão importante. E fazer esta inversão é dar celeridade para que possamos entrar propriamente no debate do mérito da matéria e dos seus destaques, que serão muitos, para conseguirmos cumprir a missão ainda, se possível, esta semana.

Por isso, o Cidadania orienta o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Cidadania vota "sim".

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - Presidente, o PTB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota "sim".

Como vota o NOVO?

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ) - Presidente, o NOVO, obviamente, vota "sim".

Vamos aprovar esta reforma o quanto antes. Conte conosco para isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O NOVO vota "sim".

Como vota o Avante?

**O SR. LUIS TIBÉ** (AVANTE - MG) - O Avante vota "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Avante vota "sim".

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, nós temos a convicção de que esta é a proposta que vai gerar emprego, de que esta é a proposta que vai levar o País à frente.

Imagine a Comunidade Europeia, com quem acabamos de fechar um acordo, vendo o Brasil, seus Parlamentares, com competência, conseguir gerar uma economia de 1 trilhão de reais, principalmente através do combate às desigualdades feitas pela Previdência Social. Não temos dúvida, o caminho é esse. Assim vamos voltar a crescer e a gerar emprego.

O nosso voto é "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Dr. Frederico.

O Patriota vota "sim".

Como vota o PV, Deputado Professor Israel?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o Partido Verde vota contrariamente ao requerimento. Neste caso, obstrui.

Nós não podemos ter pressa para votar esta reforma da Previdência. Esta reforma tem que ser feita de maneira muito equilibrada, bem pensada. Isto aqui não é uma fábrica de leis. Esta é uma Casa de reflexão. Nós não precisamos mudar o procedimento, nós não precisamos colocar os Deputados para apressar alguma discussão aqui, porque nós temos tempo. E alguns dias a mais não fariam diferença, Sr. Presidente.

Isso não precisa ser feito para colocar alguma dúvida sobre a sua condição impecável neste processo todo, Sr. Presidente. Isso é um erro!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, o PCdoB muda o voto para "não".

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT - CE) - O PDT muda para "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - PCdoB, "não".

PDT, "não".

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE? (*Pausa.*)

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Maioria? (*Pausa.*)

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - O PT muda para "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT muda para "não".

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Minoria, Sr. Presidente...

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - O PV muda para "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PV muda para "não".

Como vota a Minoria, Deputada Jandira Feghali? (*Pausa.*)

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - O PSOL vota "não", Sr. Presidente.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, aqui a tentativa de acelerar só tem uma razão de ser: uma pressão brutal da banca. A banca do capital financeiro está muito interessada em que esta reforma seja aprovada rapidamente. Aliás, é o único privilégio mantido nesta reforma, daqueles que tiveram mais de 70 bilhões de reais de lucro do ano passado e que, só neste ano, tiveram recorde de lucro, relacionado inclusive ao mundo inteiro.

O que nós queremos aqui é de fato ampliar o tempo de debate não só do texto que foi apresentado ontem à noite, mas também dos destaques que vamos debater, um a um, nesta Comissão.

Por isso, nós estamos orientando o voto "não" a esta inversão, para que seja lida a ata, a Ordem do Dia, na sequência correta dos debates da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "não".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, a sabedoria popular ensina que a pressa é inimiga da perfeição.

Como nós da Oposição queremos fazer o debate o mais profundo possível, o mais qualificado, sem procurar atropelar os trabalhos, como este requerimento propõe, nós vamos...

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho, Deputado Molon. Só um pouquinho.

Eu só quero pedir... O Deputado Alessandro Molon está fazendo referência à Mesa. Eu acho que, por uma questão de respeito, preciso acompanhar a fala de S.Exa.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, além de muito barulho, havia uma barreira aqui.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, certamente do bem. Aqui só há gente do bem.

Deputado Molon...

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço silêncio, por favor. Faço mais um apelo, para que nós possamos ouvir os oradores.

Deputado Alessandro Molon, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Sr. Presidente, como eu dizia, nós da Oposição não queremos o atropelo dos trabalhos. Esta é uma matéria que vai alterar, vai afetar a vida de todos os brasileiros. Por isso, quanto mais atento, qualificado, profundo, responsável e prudente for o debate, será melhor.

Nós vamos tentar evitar o atropelo e a correria nas discussões para se aprovar um texto que boa parte da Comissão talvez ainda não conheça plenamente. Isto é sério, porque diz respeito a uma matéria, como eu já disse, que pode impedir, se aprovada nos termos atuais, milhões de brasileiros de se aposentarem.

Daqui a pouco, vamos entrar no texto principal e nos destaques. Um ponto específico nos preocupa sobremaneira: o aumento de 15 anos para 20 anos no tempo mínimo de contribuição.

A Oposição vota "não".

Sr. Presidente, para ficar claro, o voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Oposição vota "não".

Como vota o Governo?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento esta base reformista, firme, estudiosa, que trabalhou intensamente e hoje vai trabalhar o dia inteiro e, se for preciso, a noite, com confiança, energia, motivação e esperança, pensando nos desvalidos, nos pobres, nos desempregados, naqueles que não têm casa, não têm roupa, em quem tem frio, pensando naqueles que sofrem, vai trabalhar buscando os privilegiados.

Esta base acredita num Brasil melhor, e este Brasil melhor vai vencer!

O voto é "sim", pela esperança em um Brasil melhor. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Passamos agora à votação eletrônica.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Gleisi, estamos em processo de votação. Deixe acabarmos o processo de votação, e eu concedo a palavra a V.Exa. para a questão de ordem.

Assim que acabar o processo de votação, eu concedo a palavra a V.Exa., Deputado Filipe.

Algum Deputado ainda falta votar? *(Pausa.)*

Vou encerrar.

V.Exa. não queria que se encerrasse, Deputado Carlos Veras? Foi feito um pedido aqui para se encerrar. *(Risos.)*

Está encerrada a votação.

Vamos proceder à apuração dos votos.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Resultado: "sim", 29; "não", 13.



O requerimento está aprovado.

Foi invertida a ordem dos trabalhos, para iniciarmos pela Ordem do Dia.

Declaro prejudicado o requerimento de autoria do Deputado Alexandre Frota, que tinha o mesmo objetivo.

Temos três pedidos de questão de ordem, dos seguintes Deputados: Gleisi Hoffmann, Jandira Feghali e Filipe Barros. Eu peço a S.Exas. que cumpram as determinações regimentais, indicando o artigo com base no qual buscam fundamentar a questão de ordem.

Tem a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente.

Com base no art. 74, inciso VII, eu quero contraditar o Deputado do Democratas que fez ofensas graves, sérias ao Partido dos Trabalhadores, que eu presido.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Gleisi, o entendimento desta Casa, já reiterado, é que o direito de resposta se dá no caso de ofensas pessoais, e não de ofensas a partido.

Neste sentido, indefiro a questão de ordem de V.Exa.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, é pessoal. Eu sou Presidente do partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, Deputada Gleisi. (*Manifestação no plenário.*)

Calma, Deputados! Ele não citou nenhum nome. Nós estamos vivendo isso o tempo inteiro. Ontem nós também tivemos uma série de falas em outro sentido.

Portanto, eu indefiro a questão de ordem da Deputada Gleisi Hoffmann. Obviamente, cabe recurso regimental.

Vamos à questão de ordem da Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, minha questão de ordem se dá com base no art. 201, inciso II, e no art. 202, § 4º, que determinam que propostas de emendas constitucionais podem tramitar na Casa.

O art. 201, inciso II, diz que não pode a Câmara apreciar propostas de emendas constitucionais que façam, entre outros temas, agressão aos direitos e às garantias individuais. O art. 202, § 4º, diz que o Relator ou a Comissão, em seu parecer, só poderá oferecer emenda ou substitutivo à proposta nas mesmas condições estabelecidas no inciso II do artigo precedente.

O que eu quero dizer com isso? Esta proposta de emenda constitucional não poderia estar tramitando na Casa, muito menos estar em votação nesta Comissão.

A questão de ordem, baseada nestes dois artigos, é que suspendamos a votação. Por quê? Porque o conteúdo dela fere frontalmente os direitos e as garantias individuais pautados em algumas questões do art. 5º da Constituição Federal, que prevê a condição da dignidade humana. Entre as questões da dignidade humana, consta que nenhum benefício será menor do que um salário mínimo. Consta, também, o princípio da solidariedade, o princípio da possibilidade real da qualidade de vida e da sobrevivência a partir dos itens que compõem o salário mínimo.

Trata-se de garantias e direitos individuais.

Portanto, esta proposta de emenda constitucional não poderia tramitar na Casa, muito menos estar em votação nesta Comissão.

No relatório do Deputado Samuel Moreira, consta a pensão por morte constitucionalizada, podendo ser abaixo de um salário mínimo. Está nele uma matéria não previdenciária, a matéria trabalhista do abono salarial. Está escrito na Constituição, a partir deste relatório, que pode ser até um salário mínimo. Nossa Constituição também estabelece que o BPC, que nunca foi constitucional, nos termos de um quarto do salário mínimo *per capita*, com o achatamento do salário mínimo, nós poderemos ter um BPC que, na frente, a partir do cheque em branco que se dá por lei, será um benefício abaixo da condição da dignidade humana.

Portanto, Sr. Presidente, a questão de ordem visa suspender a votação desta matéria, por agredir o art. 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e das garantias individuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Jandira.

Conforme o art. 202, *caput*, eu registro que o juízo de admissibilidade é feito pela Comissão de Constituição e Justiça, que já enfrentou esta questão da admissibilidade. Registro, ainda, que houve uma provocação ao Supremo Tribunal Federal na tentativa de trancar a tramitação desta matéria, por entender que havia ofensa a uma cláusula pétrea. Até agora, o Supremo Tribunal Federal não deferiu a liminar.

Portanto, eu respeito, mas indefiro a questão de ordem de V.Exa.

Passo à questão de ordem do Deputado Filipe Barros.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Recurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Claro! V.Exa. tem direito regimental a recurso.

Tem a palavra o Deputado Filipe Barros.

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, bom dia.

Minha questão de ordem se baseia no art. 164, inciso II, do nosso Regimento Interno. O Plenário desta Comissão acaba de deliberar: nós votamos a inversão, ou seja, o Plenário quer votar a PEC. Nós votamos a inversão, de modo que jogamos para depois a ata e o expediente. O Plenário se manifesta no seguinte sentido: queremos votar a PEC. Está sobre a mesa um requerimento de retirada.

Com base no art. 164, inciso II, peço que V.Exa., Sr. Presidente, declare que este requerimento de retirada está prejudicado, porque o Plenário já se manifestou. O Plenário disse: "*Nós queremos votar*". Não faz sentido, portanto, que votemos mais uma vez uma retirada de pauta. Há, neste caso, um contrassenso.

O Plenário disse que quer votar, tanto é que estamos invertendo a pauta. Esta é a mesma lógica que utilizamos nesta Casa com precedentes pacíficos. Aliás, quando nós rejeitamos uma retirada, os adiamentos ficam prejudicados.

Neste momento, Sr. Presidente, com base no art. 164, inciso II, solicitamos a V.Exa. que declare que foi prejudicado o requerimento de retirada de pauta, uma vez que o Plenário já se manifestou, dizendo: "*Nós queremos votar a PEC*".

Esta é a questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado, a Mesa entende que não há correlação entre a decisão tomada de antecipação da Ordem do Dia e a prejudicialidade em relação ao requerimento de retirada de pauta.

Portanto, indefiro a questão de ordem de V.Exa. Vamos enfrentar a retirada de pauta, cabendo, obviamente, recurso de V.Exa. à Presidência da Câmara dos Deputados.

Passemos à Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada, da Ordem do Dia, da proposição de iniciativa do Deputado Henrique Fontana, que passo a ler:

*Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., com base no art. 117 do Regimento Interno, a retirada de pauta da PEC 6-A, de 2019.*

*Sala das reuniões, 4 de julho de 2019.*

*Deputado Henrique Fontana*

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, para encaminhar a favor do requerimento, por 5 minutos. (*Pausa.*)

Na ausência do Deputado Henrique Fontana, passo a palavra à Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, fazendo aqui minha menção de concordância com o requerimento do Deputado Henrique Fontana, quero saudar os milhões de brasileiros que têm nos acompanhado e nos apoiado contra essa reforma fiscalista, regressiva e inconstitucional.

Essa reforma é inconstitucional pelos motivos aqui levantados pela Deputada Jandira Feghali. Na verdade, essa reforma atinge a dignidade da pessoa humana. Trata-se de uma reforma cheia de crueldades, que leva a dezenas ou a centenas de leis ordinárias, para diminuir a possibilidade de acesso ao direito previdenciário de policiais, de mulheres, dos mais pobres, de pensionistas, visto que receberão metade da pensão que receberiam com a legislação atual.

Além do mais, em 24 horas, este relatório, Relator Samuel Moreira, foi modificado três vezes. Esta Comissão teria a necessidade de trabalhar com muito mais acuidade e dedicação para tentar diminuir as injustiças contidas no relatório, que foram mantidas. Em nenhuma dessas modificações, V.Exa. pôde declinar sobre a situação do abono salarial, que é uma matéria trabalhista. V.Exa. reduziu, sim, a taxa que atingia mínima e tangencialmente os bancos, e a amplia para o sistema financeiro — a diminuição foi *minimorum*.

Portanto, essa reforma serve, na verdade, aos bancos e ao mercado financeiro.

Aqui há um serviço de entrega de uma fatia do mercado àqueles que aguardam para explorá-lo, especialmente nas áreas relativas à seguridade complementar e à previdência complementar dos servidores públicos, como se houvesse por parte dos servidores uma ação generalizada para conseguir privilégios.

Ora, se há na Justiça incorporação de direitos, esta não é a realidade do funcionalismo. Mais de 86% do funcionalismo público percebe em torno de 2,5 salários mínimos. São caldeireiros, bibliotecários, técnicos de laboratórios, assistentes de administração. Não ignorem a existência destes segmentos que seguram o Estado brasileiro nas costas, com seu trabalho e seu suor.

O que é combinado não sai caro. V.Exa. desconhece a existência de um regime próprio do serviço público e ignora a necessidade de uma transição decente para o servidor público. No caso do regime geral, o texto é de uma crueldade absolutamente inaceitável com as pensionistas, que receberão menos de um salário mínimo. Infelizmente, há a possibilidade de se acabar com o abono salarial.

Trata-se de uma afronta aos direitos previdenciários, tecidos com muita luta pelos trabalhadores brasileiros. Não é à toa que essa reforma é repudiada por todas as centrais sindicais. Essa reforma é repudiada pelas organizações de trabalhadores, do operário do chão de fábrica até os mais qualificados.

A Ordem dos Advogados do Brasil disse "não" a essa reforma. Todas as entidades representantes das carreiras típicas de Estado são contra essa reforma.

Infelizmente, essa reforma agrada aos bancos e ao mercado financeiro. Os incautos que aqui dizem que estão trabalhando para entregar ao povo brasileiro uma reforma da Previdência estão entregando o povo brasileiro aos tubarões do mercado, aos tubarões dos planos de previdência privada, aos tubarões que querem explorar o sangue e o suor dos que trabalham.

V.Exas. estão a servir os mais ricos, que exploram, por uma troca comezinha de emendas do Orçamento, e V.Exas. se servirão delas de maneira, infelizmente, pouco higiênica, em prejuízo do direito previdenciário.

Por isso, defendo a retirada de pauta desta matéria, em nome do Deputado Henrique Fontana, que não pôde defendê-la. Eu o faço honrosamente em seu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Filipe Barros.

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, obviamente, somos contra a retirada de pauta desta matéria, porque entendemos que o Plenário já se manifestou. Nós já nos manifestamos: queremos votar a PEC e seus destaques. Nós queremos trabalhar, trabalhar pelo Brasil, trabalhar pela nossa Nação, que foi destruída nos últimos anos. Por isso, dizemos que não há nada mais urgente no nosso País do que a aprovação da PEC da nova Previdência.

Hoje é um dia histórico. É importante que comecemos a reconstruir economicamente nosso País. O futuro do Brasil está em nossas mãos. O Brasil foi entregue aos tubarões, como dito anteriormente, e esses tubarões simplesmente acabaram com a esperança e com o futuro do povo brasileiro.

Urge que votemos esta PEC.

Não vou usar todo o tempo porque estamos aqui para trabalhar. Se for preciso, ficaremos até a madrugada.

Sr. Presidente, votamos "não" ao requerimento de retirada de pauta. Nós queremos votar!

**O SR. FRED COSTA** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não, Deputado Fred Costa. Peço a V.Exa. que inicie indicando o dispositivo regimental.

**O SR. FRED COSTA** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, primeiro, quero fazer um esclarecimento.

Minha questão de ordem se baseia no art. 163, inciso V, c/c o art. 191, inciso IV.

Conto com a compreensão de V.Exa., Sr. Presidente, para fazer uma justificativa. Minha assessoria trouxe a informação de que, por não se ajustar ao texto apresentado pelo Relator em sua complementação de voto, o Destaque nº 1 à PEC da reforma da Previdência, de autoria do meu partido, o Patriota, poderia estar prejudicado. Refere-se à Emenda nº 13.

Eu gostaria de ter a resposta de V.Exa. e da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Fred, eu vou dar continuidade ao processo de votação enquanto busco informações na assessoria da Mesa. No momento oportuno, certamente antes da decisão sobre este tema, eu manifestar-me-ei.

Recolho a questão de ordem de V.Exa. e vou prestar as informações solicitadas.

**O SR. FRED COSTA** (PATRIOTA - MG) - Em tempo, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra pelo tempo da Liderança do Patriota.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Se V.Exa. me permite, Deputado Fred, eu farei os encaminhamentos da votação e, em seguida, passo a palavra a V.Exa. Ou V.Exa. faz questão de falar agora? Não há nenhum problema em falar agora.

**O SR. FRED COSTA** (PATRIOTA - MG) - De forma nenhuma é intuito da minha bancada prejudicar os trabalhos, especialmente porque somos favoráveis à votação.

Eu compreendo a situação. No momento oportuno, farei minha manifestação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Fred, faremos as orientações de bancadas, iniciaremos esta votação e, na sequência, concedo a palavra a V.Exa.

Orientação de bancadas.

Como vota o PT?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo e ao Relator, quero dizer que existem temas importantíssimos a debatermos aqui.

Nós não podemos aceitar a ideia de cortar valores das aposentadorias de trabalhadores que recebem baixos salários. Isso é cruel! Isso representa um ajuste fiscal, não uma reforma da Previdência. Atinge-se o trabalhador que, pelas regras atuais, vai se aposentar ganhando 1.600 reais. Ele tem 62 anos e não pode mais voltar a viver para contribuir de outra forma. Vão cortar o benefício de 1.600 reais para mil reais ou 1.100 reais. Isso significa 20%, 30%, 40%, 50% de corte. Os professores entram neste bojo, os policiais entram nestes cortes. Isso não pode acontecer!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. orienta o voto "não"?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - O voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT vota "não".

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Sr. Presidente, o requerimento é de retirada de pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O requerimento é de retirada de pauta, Deputado. Acho que a orientação do PT foi errada.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - O voto é "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Deputado Lafayette de Andrada salvou o PT, não foi? *(Risos.)*

O Deputado Lafayette de Andrada, por lealdade, fez o registro correto.

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - De nada!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - É o sangue do patriarca.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - O Deputado Andrada tem berço. É de uma família que tem berço. Portanto, nós não esperamos outra coisa dele. É um mineiro que tem berço, tem padrão no exercício da atividade parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT vota "sim".

Como vota o PSL?

**O SR. DANIEL FREITAS** (PSL - SC) - Sr. Presidente, nós ficamos praticamente até as 2 horas da manhã aqui ontem. O que estamos discutindo e tentando votar é a principal pauta da Nação brasileira. A reforma da Previdência não é uma prioridade do Governo Bolsonaro, tampouco do Congresso Nacional: é uma prioridade do povo brasileiro! Os últimos três Presidentes se esforçaram para fazer a reforma da Previdência porque tinham a certeza de que reformá-la seria a ferramenta para fazer o Brasil andar para a frente.

Eu tenho 37 anos e cheguei à Câmara Federal com a primeira atitude de renunciar à aposentadoria especial. Vejo aqui discursos hipócritas da Oposição, daqueles que querem manter suas regalias e dizem que, para se defender a população mais pobre do Brasil, é preciso dizer "não" à reforma da Previdência.

Defender a população brasileira significa dizer "sim" à reforma da Previdência, para garantir mais emprego, mais renda, mais investimentos para a saúde, a segurança pública e a educação.

Por isso, o PSL diz "não" à retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PP?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, o paciente está na UTI, fruto de um mal do passado. Judiarão do paciente, maltrataram-no, e hoje ele está na UTI. Este paciente é o Brasil.

Nós precisamos ter a coragem e a atitude de aplicar o remédio certo, o antibiótico certo, para não perdermos o paciente. Isso é necessário para evitarmos a dor de milhares brasileiros que precisam de uma oportunidade.

Este antibiótico, sozinho, não resolverá o problema. Há outros medicamentos que precisam ser aplicados: o medicamento tributário, os medicamentos políticos, a infraestrutura, e tudo o mais. Neste momento, a Previdência é o primeiro remédio, o primeiro medicamento para o paciente continuar de pé, continuar respirando e poder, com forças próprias, continuar dando dignidade a seu povo.

O Partido Progressistas orienta o voto "não" à retirada de pauta da matéria.

Temos que votar "sim" à Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PP vota "não".

Como vota o PL? (*Pausa.*)

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Eu escutei um "sim", hein!

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - O PL vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PL vota "não".

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, estão tentando me interpretar mal. O Progressista orientou "não" ao requerimento de retirada de pauta e "sim" à aprovação da reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Progressista vota "não".

Como vota o PSD?

**O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR** (PSD - PR) - O PSD vota "não", Sr. Presidente.

Não há problema nenhum em alguém trabalhar: o problema é ficar desempregado ou subempregado. A reforma vem por justiça, vem por necessidade e ela é correta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSD vota "não".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O MDB vota "não".

Como vota o PSB, Deputada Lídice da Mata?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, o PSB vota "sim" à retirada de pauta porque esta proposta de reforma vai impactar negativamente a vida de milhões de trabalhadores e de trabalhadoras pobres neste País.

É preciso entender que esta Comissão está votando com pressa. O Presidente Bolsonaro diz hoje na *Folha de S.Paulo* que o Governo errou com os policiais brasileiros. Além de trair os policiais, ele trai os Deputados de sua base, que vão botar a cara na tela para receber o repúdio da população. É este o Presidente que vocês elegeram: um homem que trai de início aquilo que assumiu como promessa perante seus eleitores.

É nesta circunstância que nós não podemos aprovar uma votação que vai ter uma repercussão tão negativa na vida do povo brasileiro.

O PSB vota "sim", com convicção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "sim".

Como vota o PRB?

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Sr. Presidente, o PRB considera que estamos num momento em que podemos modificar o cenário econômico do País.

Nós não ficamos ontem até de madrugada discutindo este tema e estamos aqui agora — o Brasil todo está de olho em nós, com grande expectativa de avançarmos — para simplesmente aprovarmos um requerimento de retirada de pauta de uma matéria tão importante como esta.

Portanto, pela responsabilidade com o Brasil, o PRB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PRB vota "não".

Como vota o PSDB?

**O SR. VITOR LIPPI** (PSDB - SP) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo a pior crise econômica e social que este País já viveu. Esta crise é uma herança do PT.

Nós precisamos fazer alguma coisa, em respeito aos desempregados, aos jovens desalentados deste País, à população empobrecida, endividada, sem expectativas. Nós estamos indo para o caos. Nós temos a possibilidade de recuperar o Brasil, o que passa por uma nova Previdência. Todos nós sabemos a gravidade da situação e estamos dispostos a fazer mudanças.

Na sequência, será a reforma tributária, para diminuir os impostos em cima das indústrias e das empresas, para que elas possam contratar mais, exportar mais e recuperar a economia do País.

Portanto, nossa responsabilidade é com a mudança. Só quem não quer a mudança é quem está se beneficiando deste caos. Não é o caso do PSDB e da maioria dos Parlamentares desta Casa. Nós não queremos nada que prejudique esta votação. Nós somos favoráveis.

Portanto, votamos "não" ao requerimento de retirada desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSDB vota "não".

Como vota o DEM?

**O SR. BILAC PINTO** (DEM - MG) - Sr. Presidente, talvez poucos tenham entendido a profundidade desta reforma, uma reforma feita pelo ilustre Relator Samuel Moreira com muita responsabilidade, analisando principalmente a demografia, o aumento da expectativa de vida e o aumento da idade mínima do brasileiro.

Sob o aspecto fiscal, tivemos algumas ponderações fundamentais. Com ela, vamos fazer os ajustes e o equilíbrio das contas públicas. Economicamente, vamos reaquecer efetivamente nossa economia. Vamos em busca da diminuição do tamanho do Estado, fazendo com que haja mais investimentos.

Esta reforma, na essência, busca justiça social, já que poucos vêm ganhando muito e muitos vêm ganhando muito pouco. Esta não é uma reforma do Governo: é uma reforma do povo brasileiro.

Por isso, o DEM orienta o voto "não" ao requerimento de retirada de pauta desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O DEM vota "não".

Como vota o PDT?

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, o PDT vota "sim", por entendermos que é preciso aprofundar as discussões.

Como podemos ver, os corredores estão cheios de profissionais da segurança pública. Ontem, por exemplo, foi votado um PLN que favorecia a Polícia Rodoviária Federal. Os partidos, à unanimidade, encaminharam favoravelmente à votação. Todos reconheceram o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, como todos aqui reconhecem o trabalho da Polícia Federal, das Polícias Civis, das Polícias Militares, enfim, de todas as entidades da segurança pública esquecidas nesta reforma da Previdência.

Por isso, temos os Destaques nº 40 e 47, que, evidentemente, serão discutidos em hora oportuna.

Para que haja mais discussão, o PDT orienta o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "sim".

Como vota o Solidariedade?

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - O PTB vota "não" ao requerimento de retirada de pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota "não".

Como vota o Podemos?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PODE - PR) - Sr. Presidente, o Brasil tem pressa. O Brasil quer a aprovação da nova Previdência. V.Exa. conduziu os trabalhos permitindo a todos, ao Governo e à Oposição, o amplo debate. Todos os Parlamentares que quiseram participar deste debate o fizeram.

Mais de 200 emendas foram apresentadas. O Relator fez um esforço enorme, ao acolher diversas emendas e sugestões apresentadas no texto. Por isso, seria uma injustiça com a sociedade brasileira a retirada de pauta desta PEC.

Nós orientamos o voto "não" ao requerimento de retirada de pauta desta matéria e a favor da nova Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL, Deputada Fernanda Melchionna?

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS) - Sr. Presidente, infelizmente, nós estamos vendo um acordo do Governo da extrema-direita com o Centrão desta Câmara, um acordo para massacrar os trabalhadores mais pobres.

Este acordo significa um crime contra a Seguridade Social e a Previdência. Significa 850 bilhões de economia sobre o lombo dos mais pobres. Significa 850 bilhões na diminuição de pensões. Significa o rebaixamento na aposentadoria de muitas pessoas. Muitos não conseguirão se aposentar, em vista de uma regra absurdamente pesada para a classe trabalhadora: 40 anos de contribuição para a integralidade e a mudança no cálculo da média da aposentadoria, o que vai diminuir em 30% ou 40% a aposentadoria do povo brasileiro, daqueles que conseguirem se aposentar, e tudo isso com o falso discurso de que esta reforma vai salvar o Brasil.

Esta reforma vai quebrar o Brasil!

Nós defendemos os trabalhadores e o desenvolvimento da geração de emprego e de renda.

O voto é "sim".

**O SR. DIEGO GARCIA** (PODE - PR) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente, o PROS lembra neste momento nosso Comandante, o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, que tem conduzido muito bem esta reforma.

Sem dúvida alguma, ele é um dos grandes responsáveis para que cheguemos ao fim aprovando esta reforma, que vai melhorar muito, de fato, a economia do nosso País.

Na indicação de V.Exa. como Presidente, na indicação do Deputado Samuel Moreira como Relator, o Presidente Rodrigo Maia indicou uma dupla importante, que fez com que o relatório e a condução dos trabalhos se dessem de forma pacífica, harmônica, tranquila. Hoje nós estamos aqui para votar este relatório.

O PROS vota "não" à retirada de pauta desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PROS vota "não".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabo de receber um telefonema da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — CNTE e da Coordenação de Articulação com os Núcleos Territoriais de Educação — CONTE.

Os professores estão, de fato, indignados e me pediram que perguntasse aos Líderes dos partidos fortes — o DEM, o PP, o PSD — se vão trair os professores brasileiros. Na hora H, todo mundo quer o voto do professor e da professora! Estão impondo às professoras que trabalhem até 57 anos e tenham 40 anos de contribuição para receberem a aposentadoria integral.

Nós sabemos que esta Comissão precisa adiar este debate, porque em 24 horas ela mudou três vezes o relatório. Esta Comissão está assinando um cheque em branco, porque está citado 87 vezes que encaminharemos o conteúdo deste debate, Deputado Giovani Cherini, para a lei ordinária.

O PCdoB vota "sim" ao adiamento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Sr. Presidente, a necessidade da reforma é uma realidade incontestável.

Há poucos dias votamos um crédito suplementar do Poder Executivo porque não havia dinheiro. Portanto, adiar esta discussão não faz nenhum sentido. Significa punir sobretudo os mais pobres, os policiais e os professores, que precisam ter garantido seu direito à aposentadoria.

Por isso, o PSC vota "não" à retirada de pauta desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC vota "não".

Como vota o Cidadania?

**O SR. ARNALDO JARDIM** (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, nós temos pressa, sim. Nós temos pressa para enfrentar o desemprego, pressa para enfrentar o déficit crônico da Previdência, pressa para restabelecer um clima de equilíbrio fiscal que permita a retomada dos investimentos no País. Temos pressa para aproveitar este ponto a que chegamos.

Sob a condução do Presidente Rodrigo Maia e de V.Exa., Deputado Marcelo Ramos, com o relatório do Deputado Samuel Moreira, temos uma proposta moderna, equilibrada, uma proposta que enfrenta os problemas e oferece alternativas.

Temos pressa para votar contra o requerimento de retirada de pauta desta matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Cidadania vota "não".

Como vota o NOVO?

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Sr. Presidente, nos somos contra o requerimento de retirada de pauta. Vamos trabalhar! Vamos seguir em frente para votar hoje!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O NOVO vota "não".

Como vota o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Sr. Presidente, o Avante entende que esta reforma é imprescindível para fazermos com que o atual sistema da Previdência seja sustentável. É inadmissível que tenhamos investido, em 2018, 13% do PIB para fazer com que rombos fossem preenchidos.

O Avante entende que não é o momento para se retirar de pauta esta matéria. É o momento de discutirmos e votarmos.

O Avante vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

O Avante vota "não".

Como vota o Patriota?

**O SR. FRED COSTA** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, o Patriota vota "não".

Gostaria de solicitar a V.Exa. que meu tempo de orientação seja somado ao tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra V.Exa., por 4 minutos. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Bota 8 minutos. Nós sugerimos 8 minutos, Sr. Presidente. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT cede 4 minutos? *(Risos.)*

Tem a palavra o Deputado Fred Costa, por 4 minutos.

**O SR. FRED COSTA** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, meu objetivo aqui é defender a segurança pública. Defender as Guardas Municipais significa defender a segurança pública.

Para mim, as coisas já começaram errado quando o protocolo desta proposta separou a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e os militares numa categoria; a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, os agentes socioeducativos, os agentes penitenciários, os policiais legislativos federais numa segunda categoria; e esqueceram a Guarda Municipal como agentes de segurança pública. *(Palmas.)*

Para mim, parece sorrateiro, algo autoritário, sem razoabilidade, não permitir que o Destaque nº 1 à minha emenda, a Emenda nº 13, seja colocado em votação, na medida em que defende a Guarda Municipal e faz justiça ao incluir esta categoria na segurança pública.

Quero fazer uma lembrança aos que dizem que a Guarda Municipal não faz parte da segurança pública. Olhem quantas reportagens eu recolhi! Entre elas, cito algumas veiculadas por alguns portais: Guardas municipais são recebidos a bala em favela de Belo Horizonte; Agente da Guarda Municipal evita roubo de carro, mata criminoso e prende mulher em



Novo Hamburgo; Guardas municipais prendem em flagrante acusado de abusar de criança; "Zé do Valério" troca tiros com agentes da Guarda Municipal de Crateús; Guarda municipal prende dois por tráfico e assédio.

Eu poderia ler várias e várias reportagens que demonstram o quanto a Guarda Municipal age na segurança pública. Quero lembrar que essas guardas municipais guardam as nossas famílias, mas não têm certeza se voltarão para a casa deles para poder guardar a própria família.

Para aqueles que ainda têm dúvida, eu vou além na minha preocupação: imaginem se um ente querido nosso fosse vítima de estupro e houvesse a presença da Guarda Municipal, V.Exas. gostariam que a Guarda Municipal tomasse uma atitude ou não? Ela seria ou não segurança pública? (*Palmas.*)

Eu quero fazer um apelo para que a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, o agente socioeducativo, o agente penitenciário e a Guarda Municipal tenham um tratamento análogo e semelhante ao dos militares, das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros. Isso, sim, é simetria; isso, sim, é um texto que guarda razoabilidade; isso, sim, é demonstração de que há preocupação do Congresso e da Câmara dos Deputados com a segurança pública. Não basta bradar e pedir segurança pública se aqui, quanto temos a oportunidade de praticar, não o fazemos.

Nesse sentido, já que o Destaque nº 1, repito, à Emenda nº 13, que é de minha autoria, foi prejudicado, faço a defesa contundente do Destaque nº 47, à Emenda nº 145, e ao Destaque nº 40, à Emenda nº 8.

Àqueles que manifestaram que iriam votar o meu destaque, relativo à minha emenda, agora eu peço que votem esses dois destaques. Quem votar nesses destaques estará votando "sim" à segurança pública. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Fred Costa, antes de responder a V.Exa., eu quero fazer um registro pessoal da dedicação de V.Exa. à causa das Guardas Municipais. Eu mesmo participei de uma série de reuniões e de encontros com V.Exa. tratando dessa categoria, que é tão importante na estrutura de segurança pública do País.

Nós temos um desafio daqui para frente de fazer uma emenda constitucional que inclua no rol de agentes da segurança pública, na Constituição Federal, as Guardas Municipais, mas preciso, por uma questão técnica, registrar a V.Exa. o porquê da prejudicialidade do requerimento. Houve uma decisão colegiada de excluir tudo o que era relativo a Estados e Municípios. Inclusive, há um destaque apresentado hoje para a retirada da PM da atual reforma da Previdência. Diante desse entendimento de retirada de tudo relacionado a Estados e Municípios, nós não teríamos como manter a Guarda Municipal na estrutura da PEC por haver uma incompatibilidade: é uma categoria de um ente federativo que não tem nenhuma relação com a proposta de emenda constitucional.

A despeito de no mérito ser bastante sensibilizado pelos argumentos de V.Exa., eu quero ler aqui a resposta oficial da Comissão:

*Os Destaques nºs 1 e 51 serão prejudicados — nós ainda não estamos no momento do destaque —, nos termos do art. 164, inciso II, c/c o art. 162, inciso V, do Regimento Interno, uma vez que os textos destacados não se ajustam ao substitutivo aprovado e não formam o sentido completo, pois ficam sem comando quanto aos efeitos legais pretendidos para as categorias referenciadas nas respectivas emendas.*

Isso, repito, não por nenhum descuido de V.Exa. ou de sua assessoria, mas pelo fato de que, após a apresentação do destaque de V.Exa., foram retirados do texto os Estados e os Municípios. Então, quero fazer um registro público a V.Exa. de que não houve nenhum descuido da assessoria de V.Exa.; houve apenas uma mudança no texto, na complementação do voto, com a retirada de Estados e Municípios.

Faço este registro técnico a V.Exa. e sigo com a orientação de bancada.

Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o PV...

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Solidariedade vota "não".

Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o PV vota "sim".

Nós precisamos tirar de pauta esse tema, urgentemente, para que possamos fazer mais ajustes. Se essa reforma tem que ser votada, que seja votada da melhor forma possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PV vota "sim".

Tem a palavra o Deputado Carlos Veras.

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Peço um esclarecimento, Presidente: nem em todos os Municípios os guardas municipais têm regime próprio...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Essa questão está superada, Deputado.

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Nós vamos enfrentar o destaque no momento certo. Ainda há destaques que incluem os guardas municipais. Nós vamos enfrentar esses destaques.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Nós vamos enfrentar esse destaque.

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

O destaque incluía os guardas do regime próprio. Nós não podíamos tratar disso. Nós vamos tratar dos guardas municipais do regime geral quando analisarmos o destaque específico dessa matéria.

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, a Minoria quer dizer ao Deputado Fred que nós vamos votar, toda a Oposição, os 13 votos, no Destaque nº 47, que atende, com justiça, várias categorias, dentre elas os guardas municipais, que eu conheço bem. Portanto, pode contar com os 13 votos ao Destaque nº 47.

Em segundo lugar, nós queremos a retirada de pauta e, portanto, votamos "sim".

Vejo que, até agora, ninguém falou sobre um assunto muito grave do relatório: os benefícios não programados da PEC, como auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez. Sabem o que o Relator fez com os benefícios não programados, Deputada Alice? Constitucionalizou, e fez o contrário...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PT, Deputado?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - ...pela iniciativa privada e pelos fundos de pensão. Vejam que absurdo!

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos mais tempo para...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Minoria, Deputado?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - A Minoria vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "sim".

Como vota a Oposição, Deputado Aliel Machado? *(Pausa.)*

Desculpe-me, Deputado Jorge Solla, pois é a segunda vez que eu não passo a palavra a V.Exa., mas é porque o Líder da Oposição me disse que quemalaria seria o Deputado Aliel Machado. Eu prometo que na próxima eu vou direto a V.Exa.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Sr. Presidente, minha cidade, Ponta Grossa, tem centenas de guardas municipais e, lá, eles são regidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Nós estamos falando aqui que vamos resolver o problema desses profissionais, que representam a segurança pública. Ontem eu recebi o depoimento de um policial, que me disse ter ido pessoalmente ao aeroporto de Curitiba buscar o então candidato Bolsonaro, porque ele representava a segurança pública. Hoje, ele estava aos prantos, porque sabe que a categoria dele está sendo prejudicada. Ele disse ainda que todos foram traídos.

Agora eu quero saber: e os agentes comunitários de saúde, visto que a minha cidade tem quase 9 mil funcionários e todos são filiados ao Regime Geral de Previdência? E as enfermeiras? E as zeladoras das escolas municipais? E as secretárias?

Essa reforma tira direito das pessoas mais simples. A página 66 mostra que 92% da economia será sobre as pessoas mais simples.

Por isso, nós votamos "sim" à retirada de pauta dessa proposta maldosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Aliel.

Eu só quero fazer um registro, por uma questão de justiça, em relação à ponderação do Deputado Carlos Veras. O destaque que foi prejudicado era o que fazia a indicação de regime próprio dos guardas municipais, mas ainda há um destaque em que os guardas municipais, vinculados ao regime geral, serão incluídos. Esse destaque será analisado no momento correto. Então, é cabível o esclarecimento ao Deputado Carlos Veras.

Como vota o Governo?

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - Vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo orienta "não".

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Quero alertar os Deputados da Oposição para só votarem quando a base do Governo atingir o número.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Declaro encerrada a votação.

Peço que se publique o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

Resultado da votação: "não", 36; "sim", 13.

O requerimento está rejeitado.

Declaro prejudicado o requerimento da Deputada Alice Portugal, de igual teor.

Passamos à votação do parecer do Relator, Deputado Samuel Moreira.

Reafirmo que o prazo para a apresentação de destaques encerrou-se às 10 horas da manhã.

Resumo dos destaques: foram apresentados 142 destaques; foram retirados 20 destaques; restam 23 destaques de bancada e 99 destaques individuais.

Aproveito para informar que, nos termos regimentais, o prazo para a retirada dos destaques — e peço a todos que prestem atenção — é o seguinte: se for destaque para votação em separado, até o início da votação do parecer, que se dará depois dos encaminhamentos; para os demais destaques, até o início da votação do destaque. Então, destaque para votação em separado só pode ser retirado até o início da votação do parecer.

Para encaminhar a votação do parecer do Relator, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, pelo tempo de 5 minutos.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, chegamos ao momento crucial em que vamos apreciar um relatório que foi, em 24 horas, modificado três vezes. Esse relatório manteve as iniquidades, os vícios, os equívocos da PEC 6, ingressa nesta Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano, em promessa descumprida do atual Presidente da República.

O relatório é absolutamente fiel àqueles objetivos de entregar ao mercado financeiro a Previdência Social, que é pública, que é um pacto entre gerações no Brasil, para, quando a capacidade de trabalho da pessoa estiver finita, receber por aquilo que as novas gerações e você próprio honraram com as contribuições para o Regime Geral ou para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos.

Esse é o relatório do Governo Bolsonaro, o relatório que foi imposto aos Srs. Líderes, na troca comezinha por emendas que, na verdade, existem para servir aos Municípios, aos Estados e às necessidades objetivas da população brasileira. É o relatório de um governo que foi eleito com base em *fake news*, com base no controle de dados. Após a derrubada de um governo legítimo, de um governo eleito, os derrotados das últimas quatro eleições juntaram-se a uma mídia golpista e ao sistema financeiro, porque esperavam que o PSDB ganhasse as eleições. Mas produziram um monstro, um monstro incontrolável, que agora os engole, Deputados e Deputadas; o monstro incontrolável da extrema-direita, que vem para

cima do povo, tirando os seus direitos e impondo um discurso fascista na política, atrasado e ultraliberal na economia e conservador nos costumes.

É isso que é o Governo Bolsonaro, que aparece na capa da *Folha de S.Paulo* vestido de astronauta e quer nos mandar para outros países. Pois eu desejo que ele vá para a Lua, porque ele vendeu terreno na Lua aos policiais, aos professores; ele vendeu terreno na Lua aos Deputados do PSL, que estão desconfortáveis, arrependidos, e votando apenas porque disseram ao eleitorado que iriam votar com o Governo. É um Governo que se demonstra perverso, um Governo contra professor, um Governo que não gosta das mulheres. O Governo Bolsonaro não gosta de mulher, porque prejudica as professoras, prejudica as trabalhadoras rurais.

É dito, neste relatório, 87 vezes, que nós teremos leis ordinárias para regular elementos da matéria. Aí eu quero ir direto à matéria. O relatório realiza uma intensa desconstitucionalização, pois 87 vezes nos remete a leis ordinárias. O abono salarial poderá ser menor do que 1 salário mínimo. Cai o conceito do acesso a 2 salários mínimos para os de baixa renda, o que é uma vergonha. O trabalhador rural, que já foi prejudicado com a MP 871, é profundamente prejudicado. Não é verdade que eles foram retirados da PEC. Eles voltam em lei ordinária, assim como o BPC. Neste relatório, eles estão mais uma vez presentes. Para professores, infelizmente, a regra especial de aposentadoria cai. Pessoas com deficiência e benefícios não programados vão para a possibilidade da privatização.

Por isso, esse relatório, infelizmente, está em completa harmonia com o texto original da PEC. Dessa forma, conclamo os Deputados: rebelem-se contra essa PEC. Os que defendem professores, policiais, guardas municipais, assim como os que defendem os direitos das mulheres, votem contra o relatório, porque esse parecer é inconstitucional, mantém iniquidades e joga para o mercado financeiro a grande responsabilidade de regular a aposentadoria de milhões de brasileiros...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Conclua, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Concluo.

Esse parecer joga para o setor privado a responsabilidade de gerenciar a aposentadoria de milhões de brasileiros que terão dificuldades de acessar esse direito, que é um direito humano e garantido na Constituição.

Somos contra o parecer. Dizemos "não" a esse parecer...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para encaminhar a favor, em substituição ao Deputado Beto Pereira, tem a palavra o Deputado Rodrigo de Castro.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos chegando perto de um momento realmente da maior importância para esta Comissão, para a Câmara dos Deputados, para o Brasil.

Quero lembrar, Sr. Presidente, o trabalho feito em prol de uma nova Previdência e, principalmente, de justiça entre os brasileiros. Nós temos hoje um sistema previdenciário altamente injusto, perverso e ainda deficitário, que está sacrificando as gerações futuras, que está estrangulando os investimentos no País, já que gastamos muito mais com previdência, por exemplo, do que com educação e saúde.

Por isso, chegou a hora de encararmos esse grande desafio. É claro que isso nunca é fácil. Mexer na Previdência é mexer na vida de milhões de brasileiros. E nós temos muito orgulho do trabalho feito pelo meu partido, o PSDB, e, nesse ponto, pelo Deputado Rogério Marinho, que foi Deputado Federal e já tinha feito um grande trabalho na reforma trabalhista; agora está no Ministério da Economia, coordenando toda a área da Previdência, e apresentou um projeto para esta Casa.

Nós temos ainda a participação fundamental do Deputado Samuel Moreira, um dos orgulhos do PSDB, pessoa altamente competente e comprometida com o bem do País. Em seu relatório, o Relator acertou inúmeros pontos que eram uma exigência do nosso partido e um clamor da sociedade. Por exemplo, quanto à questão do BPC, o Benefício de Prestação Continuada é talvez um dos maiores programas sociais deste País, que ajuda as pessoas mais pobres e foi criado no nosso Governo do PSDB. Sabendo da sua importância para as famílias carentes, retiramos os excessos que eram cometidos.

Da mesma maneira, sobre a questão da aposentadoria rural, nós todos temos uma ligação muito grande com os agricultores, com as agricultoras, e sabemos da vida sacrificante de todos eles. Realmente, eles merecem um tratamento especial. Novamente, o Relator foi bastante justo no seu texto e produziu, no final, a partir de um clamor nosso, um relatório em que preserva o direito dos agricultores e das agricultoras, desses milhões de brasileiros que contribuem com a riqueza do País e que lutam com muito sacrifício.

Agora, chegou a hora da votação dos destaques. É importante lembrar que estamos produzindo uma reforma justa. Nessa reforma nós não colocamos uma classe de privilegiados, como existia anteriormente. Aliás, hoje, na Previdência Social, nós temos um desbalanceamento muito grande: há carreiras, especialmente do setor público, altamente favorecidas, e há outras carreiras, do trabalhador da iniciativa privada, do trabalhador comum, enormemente sacrificadas. A espinha dorsal, a filosofia dessa reforma da Previdência é a justiça social: quem ganha mais contribui com mais e quem ganha menos contribui com menos, é menos sacrificado.

Ao analisarmos todos os destaques, é fundamental que esta Casa, especialmente esta Comissão, não permita que a injustiça venha à tona. Nós analisamos tanto esse projeto, nos debruçamos tanto sobre ele, lutamos tanto por ele, para que não seja permitida a perpetuação de injustiças. Não podemos ter uma carreira que seja privilegiada em relação a milhões de brasileiros, ou mesmo em relação a outras carreiras. O sacrifício é para ser repartido por todos. Só assim esta Comissão logrará êxito naquilo a que se propõe.

Ao encerrar minhas palavras, quero aqui manifestar a vontade do PSDB de continuar contribuindo com o País. Vamos estar também nos debruçando sobre isso no plenário da Câmara dos Deputados e, depois, no Senado da República.

Parabéns ao Relator Samuel Moreira! Parabéns ao Presidente, ao Vice-Presidente e a todos nós desta Comissão...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para o encaminhamento contrário, eu quero fazer uma indagação: estava inscrito o Deputado Alessandro Molon, e a Deputada Perpétua Almeida pediu a substituição. É acordo entre os dois ou não?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Não, Presidente. Na verdade, eu já havia me comprometido a ceder o tempo ao Deputado Ivan Valente, que estava na fila também. Houve uma dúvida sobre quem tinha chegado primeiro. Então, por deferência, em respeito ao Deputado Ivan Valente, eu cedo o tempo de encaminhamento a ele. Eu já havia assumido esse compromisso. Adoraria poder cedê-lo para a Deputada Perpétua Almeida, mas já havia me comprometido com o Deputado Ivan Valente.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Eu quis, Deputada Perpétua, fazer essa consulta para não haver nenhum atropelo. Sigo a orientação do Líder Molon, como estava inscrito, e passo a palavra ao Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que solicite um pouco mais de concentração, de silêncio aqui. Está difícil falar. Peço a V.Exa. que volte o meu tempo. E já lhe agradeço por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Será revisto o tempo de V.Exa.

Eu quero pedir ao Plenário, a todos aqui presentes, que possamos fazer um pouco mais de silêncio, para podermos ouvir os oradores inscritos. É um apelo que faço aos senhores aqui presentes, em nome da Mesa.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria dizer que nós estamos na reta final dessa votação. Estamos lidando com 200 milhões de brasileiros. Nós estamos impactando todas as famílias brasileiras. Há uma enorme responsabilidade aqui. Nós estamos falando de proteção social.

Os números não desmentem aquilo que pretendemos provar. Eu estou falando para o Brasil. Do 1 trilhão de reais que o Sr. Paulo Guedes colocou e de quem com ele acordou aqui para votar essa reforma, 850 bilhões de reais sairão do povo brasileiro que ganha até 3 ou 4 salários mínimos — a maioria ganha até 2 salários mínimos.

Eu quero dizer que eles têm medo de expor os números. Eles estão fazendo as contas, e elas não chegaram aqui na Casa. Os cálculos chegaram apenas ontem. Por exemplo, a pensão por morte é menor do que 1 salário mínimo. Isso é criminoso, atenta contra a Constituição da República.

Em segundo lugar, e nenhum Deputado tocou ainda no assunto: por que nós temos que pegar o abono salarial de 1 a 2 salários mínimos e arrancar 100 bilhões de reais, mesmo com a correção do Relator, que não é nem previdenciário? É cinismo tirar 100 bilhões de reais dos trabalhadores que ganham de 1 a 2 salários mínimos. Mais do que isso, há o tempo de contribuição de 40 anos. É inviável, é improvável as pessoas chegarem a 40 anos de contribuição no País do desemprego, no País da informalidade, no País da sazonalidade, que, quando trabalha, e trabalha mesmo, a contribuição é de 5 meses por ano. É bem provável que, indo para 20 anos, grande parte não consiga se aposentar. E ainda esticam o tempo para fazer

isso. Ou seja, quem está sendo esfolado aqui são os trabalhadores. Passar para 100% das contribuições não é possível, porque saiu de 80% das máximas contribuições para 100%. Só aqui se perde 20%. Cada trabalhador do FGTS perde 20%.

Quem disse aqui que a reforma vai gerar emprego e melhorar economia não está falando a verdade. É o contrário, a reforma é recessiva. Vai-se tirar 1 trilhão de reais de circulação da economia brasileira. Quando se tira da economia brasileira, não há gasto, não há consumo, o comércio vai mal, a indústria vai mal, e o ciclo, em vez de ser virtuoso, é contra o desenvolvimento; é o ciclo do PIB zero ou negativo.

Acreditar que isso só pode ser feito para ganhar a confiança do mercado internacional é criminoso. Nós ouvimos esse papo aqui há 20 anos: "*Vai gerar emprego, vai distribuir renda, vai baixar juros*". É mentira! Isso aqui é para o mercado financeiro.

E digo mais: o Sr. Jair Bolsonaro acaba de dizer à *Folha de S.Paulo* que errou ao não ter colocado regras mais brandas para os policiais. E as professoras? Sabe-se que 85% do magistério brasileiro é formado por mulheres. Cadê as professoras? E os milhões de trabalhadores do regime geral? Ele não errou, não? Ele só errou quanto aos policiais? Cínico! O Bolsonaro é um cínico!

Nós temos soluções, sim, e estão aqui. Nós vamos apresentar um destaque. Só com a taxação de lucros e dividendos, nós teríamos 550 bilhões de reais em 10 anos; com o imposto sobre grandes fortunas, 476 bilhões de reais; com a majoração de alíquota do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis*, 350 bilhões de reais.

Sacrificar o povo brasileiro, mentir para o povo brasileiro, tirar direitos e impedir aposentadorias é, sem dúvida, uma política criminosa. Eles não têm argumentos, vocês não têm argumento para dizer que os pobres não vão pagar a crise. São os pobres que vão pagar. Nós estamos do lado dos pobres.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Darci de Matos, do PSD. (*Pausa.*)

Ausente.

Tem a palavra o Deputado José Nelto. (*Pausa.*)

Deputado Paulo Ramos, qual é a questão de ordem?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Presidente, art. 162, inciso II.

Quero passar uma informação importante, tendo em vista a velocidade dos trabalhos nesta Comissão: a Rainha da Inglaterra acaba de autoproclamar-se Presidenta do Brasil.

Sr. Presidente, o art. 162, inciso II, diz: "*antes de iniciar a votação da matéria principal, a Presidência dará conhecimento ao Plenário dos requerimentos de destaque apresentados à Mesa*".

Quero requerer, com base nesse dispositivo regimental, a leitura de todos os destaques que foram encaminhados à Mesa, para que possamos conhecê-los e decidir sobre a votação. Os destaques são individuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Paulo Ramos, acho que V.Exa. não percebeu. Respondendo à questão de ordem de V.Exa., informo que o Presidente Marcelo Ramos, logo no início da sessão, anunciou o número de destaques apresentados. Foram apresentados 142 destaques, sendo retirados 20. Restaram, portanto, 23 destaques de bancada e 99 individuais. A lista encontra-se disponível no sistema, na página da Comissão, para a apreciação de V.Exas.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Presidente, o Regimento não fala em dar conhecimento do número de destaques. Eu estou requerendo a leitura dos destaques. São destaques que serão apreciados. Eu estou requerendo, com base nesse dispositivo, a leitura de todos os destaques antes de iniciarmos o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado, eu indefiro a questão de ordem de V.Exa., até porque, na hora de apreciação dos destaques, vai ser destaque por destaque. Isso vai ser lido, para a apreciação dos nobres Parlamentares.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Não, Presidente. Para votar o texto, é preciso saber os destaques que serão votados, antes de votar o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Isso.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Antes!

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Não!

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - As pessoas podem decidir se votarão ou não a favor, dependendo dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Jandira, é matéria...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Não, Presidente.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Já indeferiu.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O parecer...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Isso define o voto dos Deputados, o texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Jandira, a matéria é votada, ressaltando-se os destaques, que serão apreciados posteriormente.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Mas é preciso saber quais são os destaques, porque isso define o voto na matéria.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Estão no sistema.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Já estão no sistema.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Estão no sistema, Presidente.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Não, mas aqui diz que dará conhecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Mas você não é contra o sistema, Perondi?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para encaminhar, tem a palavra o Deputado José Nelto.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem, com base no art. 272.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente, o art. 272 diz que será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada, o acesso ao plenário para assistir às reuniões das Comissões.

Eu saí ali fora, para dar uma entrevista, e vi que várias categorias querem ter acesso aos debates aqui na Comissão.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Vocês é que estão dirigindo ou é o Presidente Silvio?

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Guimarães, continua com a palavra V.Exa.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Portanto, é necessário que V.Exa. determine que aquelas pessoas ou categorias que estão lá, que não são muitas, possam ter acesso a este plenário livremente.

Não pode haver essa vedação. Alguém determinou, e não publicizou aqui dentro, que as pessoas, os cidadãos não tivessem acesso ao plenário da Comissão.

Então, eu levanto a questão de ordem, pedindo a V.Exa. que discuta conosco os critérios e determine que as pessoas tenham acesso à discussão nesta Comissão. Isso aqui não é feudo de ninguém. Isso pertence à Câmara, ao Parlamento. É a Comissão de Constituição e Justiça que está discutindo a matéria.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Eu tenho tempo ainda. Presidente, V.Exa. sabe que eu ainda tenho tempo.

Portanto, é muito importante, porque nós não estamos debatendo qualquer matéria.

**O SR. GUILHERME MUSSI** (Bloco/PP - SP) - Presidente, já foi colocada a questão de ordem. Agora, o Deputado está expressando a opinião dele.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Não estamos discutindo aqui qualquer matéria. É matéria que diz respeito à vida das pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Guimarães, V.Exa. já fez a questão de ordem? *(Pausa.)*  
Queria só fazer um apelo ao Plenário...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente, nós temos o tempo 3 minutos para fazer, V.Exa. sabe que eu tenho. Portanto, eu uso os 3 minutos, e falta 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Perfeito!

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Portanto, esta vedação é antidemocrática: não permitir às pessoas terem acesso a esta Comissão. Por que esse cuidado para não deixar ninguém ver? Estão com medo dos votos? É importante que o País saiba, neste momento, como nós estamos votando.

Não estamos nem discutindo o mérito dessa questão. É para que V.Exa. determine ou nos informe qual critério foi utilizado para os brasileiros e brasileiras que estão ali fora não terem acesso a esta Comissão. É uma questão que diz respeito ao funcionamento da principal Comissão e uma das principais matérias que nós estamos debatendo aqui. Portanto, é importante. Nós pedimos esclarecimentos e, ao mesmo tempo, que V.Exa. determine que as pessoas que se credenciarem ali possam ter acesso a nossa Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado José Guimarães, primeiro, esta reunião está sendo transmitida oficialmente pela *TV Câmara* e por várias emissoras de televisão. Segundo, nós definimos, desde o primeiro momento, critérios de acesso às reuniões, de forma democrática, de comum acordo com todos os Parlamentares. E nós estamos baseados no Ato da Mesa nº 106, de 2013, além da representação popular de cada um de nós, que fomos eleitos pelo povo do Brasil.

Eu penso que, além de o plenário já estar lotado, o povo brasileiro está representado pelos Parlamentares e está, neste momento, nos assistindo e acompanhando pela imprensa, pelas rádios e pela televisão.

Tem a palavra o Deputado José Nelto. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, eu só quero lembrar a V.Exa. que um ato da Mesa não é maior do que o Regimento. V.Exa. sabe disso. O Regimento guarda o funcionamento do plenário das Comissões e do Plenário Ulysses Guimarães. Nós não podemos nos basear nesse decreto de orientação, porque ele não é maior do que o Regimento da Casa. O Regimento, Sr. Presidente, é que orienta o funcionamento da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Guimarães, eu tenho profundo respeito por V.Exa., mas essa é matéria vencida e lhe faço um apelo para nós podermos avançar.

Tem a palavra o Deputado José Nelto, por 5 minutos, para encaminhar. *(Pausa.)*

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Qual é a questão de ordem?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Art. 74, inciso VII. Eu fiz essa questão de ordem no início dos trabalhos e tenho o direito a fazer um recurso sobre ela. E como eu tenho aqui em mão material para tanto, eu queria me referir a isso. Meu partido foi citado e ofendido aqui.

**O SR. GUILHERME MUSSI** (Bloco/PP - SP) - Não cabe recurso a questão de ordem, Presidente. Tem que recorrer.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu pedi o direito de resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada...

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - O Presidente Marcelo...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Deixe-me explicar, Presidente, por favor. Eu tenho tempo.

**O SR. GUILHERME MUSSI** (Bloco/PP - SP) - Não cabe recurso.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - O Presidente Marcelo negou.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu quero trazer a esta Comissão uma situação que aconteceu no plenário da Casa no dia 12 de junho de 2019, uma quarta-feira, quando a Deputada Jandira Feghali pediu à então Presidente da sessão, porque a Oposição foi citada e tinha direito...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - A Presidenta da sessão...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu quero falar. Escute, depois você fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - A Deputada Gleisi está fazendo...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente...

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu quero que restitua o meu tempo, por favor, Presidente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada, não cabe.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Mas eu quero terminar a minha argumentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Eu vou deixar que V.Exa. conclua, mas não cabe esse encaminhamento, essa questão de ordem. E peço a V.Exa. que a encaminhe à Presidência da Câmara por escrito.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Deixe-me falar, Sr. Presidente. Por favor, eu tenho o direito de falar.

Eu estou dizendo que eu tenho em mão aqui a ata da sessão plenária da Câmara dos Deputados do dia 12 de junho, em que a Deputada Jandira Feghali solicitou à Presidenta da sessão direito de resposta, porque a Oposição foi citada, a Liderança da Oposição. E a Deputada Geovania de Sá, que presidia a sessão, concedeu a palavra à Deputada Jandira logo após o Deputado Marcelo Ramos ter falado na sessão. O Deputado Marcelo Ramos deve se lembrar disso.

Portanto, nós temos precedente, sim, de que, quando é citada Liderança de Oposição ou partido, nós fazermos e exercermos o direito de resposta.

Eu quero exercer esse direito. O partido foi citado, foi ofendido. Eu sou Presidenta do Partido dos Trabalhadores e fui subjetivamente citada junto. Então, eu tenho o direito de resposta, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada, essa matéria é vencida. Eu faço um apelo a V.Exa. para que a encaminhe ao Presidente da Casa por escrito, até porque isso já é uma matéria vencida.

O Deputado José Nelto tem tentado falar.

V.Exa. tem a palavra por 5 minutos, Deputado. *(Pausa.)*

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, deixe-me só dar uma sugestão para a Mesa. Deputado Marcelo, Deputado Silvio, peço 1 minuto, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O Deputado José Nelto está com a palavra. Depois V.Exa. faz a indagação.

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Sr. Presidente Silvio Costa, Sr. Relator Samuel Moreira, o melhor cenário para esta Casa e para o Brasil, se não estivéssemos aqui hoje debatendo a reforma da Previdência, seria este. Poderíamos estar avançando em outras pautas — a reforma tributária, a reforma política, a reforma do Código Penal — não fosse a irresponsabilidade dos governos do passado e deste Parlamento, que não teve a coragem de votar a reforma da Previdência. Esta reforma está sendo muito bem debatida — um semestre de debate! —, muito bem conduzida pelo Presidente Rodrigo Maia, muito bem conduzida por esta Comissão, começando pela CCJ, e também pelos partidos que querem uma nova reforma da Previdência, uma reforma justa, que não permita o massacre dos mais pobres. Nós temos essa responsabilidade quando retiramos o BPC, quando retiramos os trabalhadores rurais e quando, por uma proposta do nosso partido, o Podemos, baixamos a idade dos professores. O professor até não se importaria de trabalhar um pouco mais: o que quer o professor no Brasil é um salário digno, Srs. Deputados, e não esse salário vergonhoso pago pelos Prefeitos e Governadores. Esse salário não representa a educação.

Mas nós, Sra. Presidente, sabemos que, se não fizermos essa reforma, amanhã o Brasil vai cair na situação em que caiu Portugal. Na Inglaterra, eu estive com o ex-Primeiro-Ministro David Cameron quando ele era Deputado, e ele me disse:

*"Deputado, eu serei Primeiro-Ministro do Reino Unido e, como meu primeiro ato, pela irresponsabilidade do Partido dos Trabalhadores, eu terei que demitir 1 milhão de servidores públicos".* E aqui nós não estamos demitindo nenhum servidor, aqui nós não estamos cortando salário de aposentados. Com a reforma da Previdência, nós queremos é garantir que nenhum servidor será demitido, que amanhã o Governo não será obrigado a atrasar salários e que haverá uma Previdência futura para a nossa juventude. É esse o compromisso dos líderes partidários comprometidos com o novo Brasil, comprometidos com as reformas estruturantes, porque o País precisa de crescer.

Srs. Parlamentares, o País está quebrado, os Estados estão quebrados, os Municípios estão quebrados, e agora a iniciativa privada também está indo para a quebradeira. Não podemos aceitar. Temos que ter a coragem de votar com consciência — e nós temos essa coragem.

Eu sei o papel da Oposição. A Oposição cumpre seu papel. E aqui eu não vou partir para xingatórios, porque o nosso debate é um debate civilizado, é um debate de ideias, não de ataques a Parlamentares. Faz aqui o papel correto a Oposição, mas, quando eles estiveram no poder, também tentaram fazer a reforma da Previdência e não conseguiram. Essa é a realidade. Então, agora chegou o momento de fazê-la, e este relatório do Deputado Samuel Moreira é o relatório mais consensual que poderia haver.

Deixo meus elogios a todos os senhores da Comissão, aos Líderes partidários.

O Podemos vota "sim".

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Presidente...**

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Espere só um pouquinho.

**O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Sr. Presidente,** com muita seriedade, pensando no Brasil, para que o Brasil volte a crescer, para que haja investimentos na área da saúde, da educação, da infraestrutura, confiando no trabalho desta Comissão, o Podemos orienta o voto favorável à nova Previdência.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Henrique Fontana; em seguida, falará a Deputada Jandira Feghali.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Presidente,** obrigado.

Na realidade, eu queria fazer uma reclamação de forma respeitosa à Mesa.

Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente — na verdade, o Vice-Presidente é que estava exercendo a Presidência há pouco, mas obviamente respeito muito os dois —, a Oposição quer pedir a V.Exas. que, quando solicitarmos uma questão de ordem, tenhamos tranquilidade para usar os 3 minutos de tempo que temos para formular a questão de ordem e, só após os 3 minutos, fazer a nossa fundamentação, a nossa argumentação e, evidentemente, ouvir a decisão de V.Exa., que sempre será soberana.

Quero também pedir aos colegas da Oposição que têm uma opinião diferente da nossa que não se comportem como Mesa, porque, quando se faz uma questão de ordem, quem está conduzindo os trabalhos é o Presidente. Portanto, não é a gritaria de Oposição *versus* Governo que decidirá se uma questão de ordem vai poder ser formulada durante 3 minutos ou não.

Mais do que uma reclamação, este é o pedido que faço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Antes de ouvir a Deputada Jandira Feghali, eu vou fazer um registro. Deputado Henrique, nós temos respeitado todas as questões de ordem, salvo as que já se iniciam como meramente protelatórias.

A questão de ordem, V.Exa. bem sabe, não serve como recurso de uma decisão da Mesa. Então, eu não posso permitir uma questão de ordem de 3 minutos quando ela já se inicia com um fundamento claramente antirregimental. Mas nós teremos todo o cuidado necessário para preservar o direito regimental de questão de ordem de todos os Deputados e Deputadas.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali. Depois passaremos à orientação de bancada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Trata-se de uma questão de ordem,** Presidente, mas uma questão de ordem que exige a presença do Relator. Como ele não está aqui, eu não sei... Mas eu vou iniciar a questão com base no art. 192.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira, eu me comprometo com V.Exa... V.Exa. quer fazer a questão de ordem agora? Se quiser, podemos esperar o Relator.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Acontece que ela teria que ser feita na fase de encaminhamento, antes de se entrar na votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu poderia ouvir a orientação de votação e depois ouvir a questão de ordem de V.Exa., já que durante esse tempo o Relator poderia chegar. Mas, se V.Exa. quiser falar agora, não há problema.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - A orientação também depende de esclarecimentos do Relator, então há esse problema. É claro que o Relator pode ter suas necessidades de se ausentar do plenário, mas já faz algum tempo que ele não está aqui, e a reunião precisa seguir com a presença dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira, eu preciso fazer um registro procedimental. Nós já entramos em processo de votação, portanto nada do relatório pode ser mudado. A presença do Relator tem pouco significado, já que o que nós vamos votar é imutável. Mas ele precisa estar presente para ouvir a questão de ordem de V.Exa. e para votar o parecer.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Eu vou fazer a questão de ordem... Ah, o Relator chegou. Pronto!

A questão de ordem, Presidente, é baseada no art. 192.

É difícil falar nestas condições, porque assim o Presidente não consegue ouvir. Eu vou aguardar, Presidente, o senhor poder me ouvir. *(Pausa.)*

No art. 192, § 4º, do Regimento Interno da Casa, está escrito: *"Sempre que o Presidente julgar necessário, ou for solicitado a fazê-lo, convidará o Relator, o Relator substituto ou outro membro da Comissão com a qual tiver mais pertinência a matéria, a esclarecer, em encaminhamento da votação, as razões do parecer"*.

Eu gostaria de pedir ao Relator esclarecimento sobre dois itens, antes de nós entrarmos na orientação e na votação da matéria. Seria importante que nós pudéssemos ter o tempo de esclarecimento desses dois artigos, em função de que houve complementação de voto ontem à noite e precisamos compreender exatamente o que se vai orientar e votar.

Então, é baseada nesse artigo que eu gostaria de fazer este pedido, Presidente, se for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira, eu até entendo que o artigo mencionado por V.Exa. é incabível na Comissão, porque ele fala de Comissão pertinente à matéria, e aqui nós não temos Comissão. Mas eu acho que não há... Não, ele remete à Comissão pertinente à matéria. Mas eu acho que não prejudicará os andamentos do trabalho — pelo contrário, contribuirá com o trabalho — a possibilidade de o Relator esclarecer alguma questão.

Então, eu peço a V.Exa. que faça especificamente, diretamente, suas duas questões, para que o Relator possa esclarecê-las.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, a primeira questão — e peço a atenção do Relator — é referente ao § 14 do art. 195, no art. 1º do substitutivo.

Relator, V.Exa. ali estabelece a necessidade de uma contribuição mínima por categoria de segurado e aponta, possivelmente, para uma lei ordinária.

A pergunta que faço é se está dentro do escopo do § 14 do art. 195 o significado disso em relação ao trabalhador intermitente e ao trabalhador rural, porque, ao determinar que haverá contribuição mínima por categoria de segurado, V.Exa. pode fazer com que, por meio de uma lei que estabeleça o valor da contribuição mínima, haja a exclusão de uma grande parcela que poderia contribuir mensalmente com valor abaixo daquela contribuição, o que pode significar um confisco daquela contribuição sem que isso signifique tempo de contribuição contado.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Ao contrário, nosso objetivo é permitir que o intermitente possa ter contado seu tempo mesmo não trabalhando continuamente.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que faça a próxima pergunta e não faça contradita ao Relator.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Mas eu só posso entender o esclarecimento se...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não. Eu peço que V.Exa. faça a próxima pergunta. A primeira pergunta já está esclarecida. Nem cabe esse questionamento.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Arthur, V.Exa. tem razão. V.Exa. tem razão. V.Exa. tem razão.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Não há como V.Exa. restabelecer um rito próprio, Presidente. A Deputada não está fazendo uma questão de ordem. Este não é o momento de debate. V.Exa. está tratando de mérito, Deputada. Não é razoável que...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Arthur, eu vou acatar a questão de ordem de V.Exa. e pedir à Deputada Jandira que trate aqui com o Relator do esclarecimento dela.

Vou iniciar o processo de orientação de bancada.

Como vota o PT?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PT?

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Tenho uma questão de ordem com base no art. 162.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, V.Exa. deferiu a minha questão de ordem.

Que é isso, Presidente?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Eu tenho uma questão de ordem que tem que ser feita antes do encaminhamento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não, Deputado Paulo Ramos. Para uma questão de ordem, tem a palavra V.Exa.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - V.Exa. defere minha questão de ordem e agora defere outra? Que é isso, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou dar a palavra para uma questão de ordem a V.Exa. Questão de esclarecimento não existe. Eu vou dar a palavra para uma questão de ordem a V.Exa., desde que ela seja regimental.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, foram encaminhados à Mesa destaques simples e destaques para votação em separado que precisam ser admitidos previamente, antes do início da votação do respectivo mérito. No plenário, quando há destaques de preferência de proposição ou substitutivo, estes são votados antes da matéria principal, pois fica decidido que se prefere um texto a outro, havendo obviamente uma lógica sobre isso, uma lógica clara. Tal procedimento deveria ocorrer com qualquer tipo de destaque de preferência. Eu estou requerendo a V.Exa. que tome esta providência, isto é, que os destaques simples, os pedidos de preferência, sejam avaliados antecipadamente, antes do início da votação do texto principal.

Eu sei que há pressa, Sr. Presidente, mas a afobação é irmã gêmea do erro. Esta Comissão está cometendo erros graves na forma como os trabalhos estão sendo conduzidos: atropela o Regimento e usa da força. O caso específico não só é regimental como está em conformidade com a experiência acumulada na Casa.

Eu peço a V.Exa. que analise esta questão, para que possamos ter os pedidos de preferência, mesmo nos destaques simples, avaliados antes do início da apreciação do texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Paulo Ramos, a admissibilidade anterior só é obrigatória quando há destaque de votação em separado coletivo, o que não é o caso na atual matéria. Como nós estamos votando o relatório separado dos destaques, nós vamos analisar a admissibilidade depois da votação do relatório.

Indefiro a questão de ordem de V.Exa., obviamente cabendo recurso ao Presidente da Casa.

Tem a palavra a Deputada Jandira para uma questão de ordem.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, eu volto ao art. 95, § 2º, porque eu estava no meio da minha questão de ordem quando o Plenário fez uma interferência e V.Exa. deferiu uma questão de ordem sobre a minha, já deferida. Eu tenho o direito, no meu tempo da questão de ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não cabe questão de ordem com base no art. 95, porque ele apenas disciplina questão de ordem. Ele apenas disciplina questão de ordem, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - É exatamente isso. O Deputado Henrique fez a questão dele com base nesse artigo, e eu estou fazendo a minha de novo.

**O SR. GUILHERME MUSSI** (Bloco/PP - SP) - Então indefira, Presidente.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB - MG) - Vamos seguir, Presidente.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Eu estava encaminhando uma questão de ordem deferida...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, V.Exa. estava pedindo esclarecimento e pedindo para fazer uma contradita ao esclarecimento. Estava pedindo para fazer uma contradita ao esclarecimento. Eu fiz uma concessão...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu fiz uma concessão...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira, eu não vou discutir. Eu fiz uma concessão a V.Exa. e permiti a pergunta. Como houve questionamento do Plenário, porque não há essa previsão regimental, eu acatei o questionamento do Plenário.

Pela ordem, tem a palavra a Deputada Perpétua.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - É direito regimental, Presidente, não é concessão. Eu estava fazendo a segunda pergunta...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu indeferi a segunda pergunta, Deputada Jandira, e cabe a V.Exa. apresentar recurso ao Plenário. Eu posso estar errado, eu nem sempre vou acertar. Eu posso estar errado, e justamente por isso há a possibilidade de apresentar recurso ao Presidente da Casa.

A Deputada Perpétua tem a palavra. *(Pausa.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Isso é um desrespeito a uma Líder na Comissão.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Presidente, eu vou reler o art. 162, porque eu penso que houve um equívoco de V.Exa. ao responder...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não cabe recurso em questão de ordem, Deputada Perpétua.

Eu passo à orientação de votação.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não cabe recurso! Não cabe recurso!

Como vota o PT?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Recorra ao Presidente da Casa. O recurso não é para mim. O recurso é para o Presidente da Casa. Não cabe questão de ordem para recorrer da decisão desta Presidência. V.Exa. bem sabe que não cabe.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Eu posso estar errado. Nem sempre eu vou acertar, mas o recurso em relação ao meu erro não cabe a mim mesmo. O recurso em relação ao meu erro cabe ao Presidente da Casa.

O Deputado José Guimarães tem a palavra para orientação de bancada do PT, por 1 minuto.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, só faço uma ponderação a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Guimarães, eu tenho sido absolutamente complacente. Agora nós estamos na fase de orientação. Então, eu peço ao PT que faça a orientação de bancada. *(Pausa.)*

Enquanto o Deputado Henrique Fontana troca de microfone, tem a palavra o PSL para a orientação. *(Pausa.)*

Peço ao Deputado Beto Pereira que desligue o microfone.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não cabe questão em razão de dúvida, Deputada Perpétua. Se V.Exa. vier à mesa, eu esclareço a sua dúvida. *(Pausa.)*

Vamos esperar um pouquinho, porque há uma obstrução da equipe de som. *(Risos.)*

Há um problema no som, e vamos esperar que ele seja resolvido.

Deputado Henrique, o microfone atrás de V.Exa. está ligado? Eu peço a V.Exa. que o desligue. Vamos testá-lo para ver se o problema é esse. *(Pausa.)*

A mesma paciência que todos têm aqui para levar a sessão até a hora que for eu também tenho. Então, para mim, não há problema nenhum. Independentemente do que fizermos daqui em diante, nós vamos enfrentar a matéria até o final. Não há problema. Sou absolutamente indiferente a enfrentar a sessão até meio-dia, até 2 horas da tarde ou até 5 horas da manhã. Há um País lá fora esperando, para o bem ou para o mal, que se aprove ou se rejeite a matéria.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Que se aprove ou se rejeite, Deputada Sâmia. Há um País lá fora que pode estar esperando que ela seja rejeitada.

Como orienta o PSL, Deputado Alexandre Frota? Peço que fale ao microfone sem fio.

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, está na hora de o Brasil andar para frente. Nós precisamos mostrar força, precisamos mostrar que esta Casa tem força. O País já não suporta mais. Nós do PSL estamos aqui com a questão fechada.

Nós queremos dar parabéns ao Deputado Silvio Costa Filho, ao Deputado Samuel Moreira, ao Presidente Marcelo Ramos, pela condução dos trabalhos, e a todos os que estão fazendo parte desta Comissão.

Estava vendo aqui que a Deputada falou que o relatório é do Governo Bolsonaro. É claro que é do Governo Bolsonaro; não seria do Governo do "Jaiminho". Gostaria que, quando ela falasse, falasse pelo partido dela, e não pelo PSL.

Quero dar parabéns pelo relatório. Quero que saibam que nós estamos com V.Exas.

Deixo um abraço grande para o Paulo Guedes e para o Deputado Luciano Bivar. Vamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL, Deputado?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - O PSL vai votar "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL vota "sim".

Como vota o PP?

**O SR. GUILHERME MUSSI** (Bloco/PP - SP) - Presidente, primeiro, cumprimento o Relator Samuel Moreira, pelo trabalho, o Deputado Silvio Costa Filho e também V.Exa., pela imparcialidade, pela paciência com que conduziu a Comissão, tendo em vista que aguentar os decibéis dos nossos colegas de oposição não é para qualquer um.

Nós do Partido Progressistas votamos "sim" ao relatório do Deputado Samuel Moreira aqui na Comissão, como também defendemos a aprovação do mesmo relatório em dois turnos no plenário antes que o Congresso Nacional entre em recesso, Sr. Presidente. Sabemos da importância deste tema para o nosso País voltar a crescer, gerar empregos. Por isso, defendemos a aprovação o quanto antes deste relatório.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Mussi.

Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS)** - Sr. Presidente, apesar das muitas discussões que tive com o Relator, o Deputado Samuel Moreira, por quem tenho muito carinho, acho que a nossa reforma não pode ser só para tirar direitos de assalariados ou de políticos. Nossa reforma tem que ser uma reforma profunda, que atinja a todos com igualdade.

Por isso, nós do PL votamos "sim", porém temos interesse em destaques, Deputado Marcelo Ramos, principalmente o destaque dos professores, que depois vou defender aqui, porque não existe categoria mais importante neste País que os professores. *(Palmas.)* Então, o PL, o Partido Liberal, depois vai fazer a defesa de destaques.

Nós votamos "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM)** - Como vota o PSD?

**O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC)** - Sr. Presidente, este é um momento histórico para o Brasil e para o Parlamento brasileiro. Com muita coragem, com muita responsabilidade, com muita serenidade e com o pensamento nos pobres, nos trabalhadores, principalmente naqueles que estão na fila do desemprego, que estão morrendo na fila do SUS, o nosso partido, para que o Brasil possa voltar a crescer e oferecer melhores oportunidades de vida a todos, vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM)** - O PSD vota "sim".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC)** - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, nós, que tivemos coragem de votar o teto dos gastos públicos para não se gastar mais do que se arrecada, que tivemos coragem de votar a reforma trabalhista, agora temos a oportunidade de votar esta reforma da Previdência, que é indispensável. Os investidores, tanto nacionais como internacionais, não acreditam mais no Brasil. Tiramos da UTI o Brasil, que estava com PIB negativo de 5,9%. Voltamos a crescer: tivemos crescimento de 1% em 2017 e 1,1% em 2018. Hoje estamos com um crescimento negativo de 0,2%.

O Brasil precisa de nós. Por isso, o MDB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM)** - O MDB vota "sim".

Como vota o PSB, Deputado Tadeu?

**O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE)** - Sr. Presidente Marcelo, eu queria que agregassem o meu tempo de Líder e retomassem o meu tempo do início, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM)** - Peço que se agregue o tempo de Líder.

V.Exa. tem o tempo de 6 minutos.

**O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE)** - Sr. Presidente, eminente Relator Samuel Moreira, integrantes desta Comissão, povo brasileiro que nos acompanha, é chegado um momento muito importante deste debate sobre a reforma da Previdência aqui. O Partido Socialista Brasileiro sempre reconheceu a necessidade de ajustes. Nunca negamos isso. Em todos os momentos, dissemos que era importante fazer o enfrentamento desse problema, que é um problema que existe no Estado brasileiro, não é um problema apenas do modelo de Previdência.

No entanto, o que faz com que tenhamos realmente uma reação a essa proposta é a diferença de ponto de vista com relação ao de alguns aqui que querem fazer...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM)** - Espere só um pouquinho, Deputado Tadeu.

Eu vou pedir um pouco de silêncio. O Deputado Tadeu não só está fazendo a orientação de votação como está usando o tempo de Líder do PSB. É um momento importante o da utilização do tempo de Líder, porque é a chance que todos os partidos têm de marcar a posição sobre a matéria.

Então, eu peço ao conjunto de Deputados e Deputadas e à assessoria respeito.

Tem a palavra o Deputado Tadeu.

**O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE)** - Presidente, eu peço que volte o meu tempo a 5min16seg, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM)** - Devolvam os 3 segundos ao Deputado. *(Risos.)*

**O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE)** - O tempo de 3 segundos é muito importante.

Estava aqui a dizer que o PSB nunca negou a necessidade de ajustes, Presidente. Há, portanto, uma convergência, nesta Comissão, em relação a essa necessidade. A diferença é que alguns desejam que esses ajustes ocorram a qualquer preço, doa a quem doer. Nós sempre dissemos que temos diferenças de opinião em relação à proposta apresentada pelo

Governo Bolsonaro, que, em sua estrutura medular, foi mantida pelo Deputado Samuel Moreira em seu relatório, embora reconheçamos que houve avanços importantes, entre eles a retirada da tentativa do modelo de capitalização, que levaria milhões de pessoas ao mais absoluto abandono.

Essa divergência do PSB em relação à proposta e ao relatório é fundamentalmente quanto a onde ocorrem os impactos. Nós sempre dissemos que era razoável distribuí-los de modo equânime, justo, equilibrado, segundo a capacidade contributiva de cada segmento social. Mas observamos que, tanto na proposta original do Governo Bolsonaro como no relatório do Deputado Samuel Moreira, persistem as crueldades, a agressão ao direito dos mais pobres, dos mais vulneráveis.

Seria razoável pensar que cada segmento social poderia contribuir — os mais ricos, que fazem com que a reforma da Previdência pareça a bala de prata que vai salvar o Brasil, a classe média e os mais pobres. Poderiam ser admitidos ajustes para que mesmo os mais pobres dessem uma contribuição, desde que esses sacrifícios e essas crueldades pudessem ser suportados por todos os segmentos sociais, segundo a sua capacidade econômica e contributiva, a sua capacidade de suportar sacrifícios, mas o PSB não pode admitir que sobre eles recaiam os ônus dessa reforma, os impactos dessa reforma. Ninguém aqui nega isso, Deputado Alessandro Molon. Quando dizemos isso, as pessoas ficam apontando os privilégios. Que privilégios existem no Regime Geral para que eles sejam o objeto do maior ataque desta proposta?

Em vários destaques vamos ter a oportunidade de demonstrar quais são as nossas preocupações em relação a essa proposta. Não estamos aqui defendendo interesses corporativos. Não estamos aqui defendendo nenhuma espécie de privilégio. Ninguém viu aqui o PSB querer defender nenhum assunto menor, mas, sim, o interesse dos trabalhadores rurais, dos professores, dos mais pobres, que vão trabalhar muito mais, vão contribuir mais e vão ter menores benefícios, como vamos ter oportunidade de mostrar.

Tudo isso está acontecendo sob uma anestesia da população brasileira, que não está entendendo quais serão as consequências para a sua vida, Deputado Henrique Fontana. Quando o povo brasileiro procurar no posto do INSS a sua aposentadoria e for informado de que tem que trabalhar muito mais e de que seu benefício será reduzido, aí a população terá consciência da gravidade do ataque que está sendo feito a uma Previdência Social que, em 30 anos, como um pacto social importante, diminuiu a desigualdade no Brasil.

É muito importante assegurar equilíbrio atuarial em uma reforma, mas é de fundamental importância, num País que tem as desigualdades que tem o Brasil, que essas mudanças assegurem também um caráter solidário e justo e apontem uma solução para os profundos problemas que nós estamos enfrentando.

Mas esses que querem resolver a qualquer custo optam conscientemente por uma reforma que agride os mais pobres. Ninguém nega isso aqui. Isto não é uma palavra de ordem, Deputado Silvio Costa. Nós não estamos preocupados com as eleições. Parte dos nossos eleitores está reativa a essa nossa posição. Nós estamos tendo a responsabilidade histórica de denunciar essa proposta.

Nós defendemos ajustes na Previdência. É inaceitável que se queira apoiar uma proposta e se deixe fora Estados e Municípios, mostrando aqui que muitas sortes de conveniências são o que orientam a posição dos diversos partidos aqui nesta Casa. Isto aqui não é populismo, não é demagogia barata. Nós estamos apontando defeitos numa proposta que faz recair os sacrifícios de uma reforma sobre aqueles que não têm nenhum sacrifício mais a dar ao Brasil.

Por isso, faço aqui esse apelo. O Partido Socialista Brasileiro não pode ter outra posição que não a de ser contrário a uma proposta que contradiz os seus valores e que agride conquistas históricas do povo brasileiro, sob o pretexto falso, enganoso, de combate a privilégios. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Muito obrigado, Deputado Tadeu.

Meus amigos Deputados e Deputadas, assessoria, eu queria fazer um apelo aqui. Eu quero fazer um apelo a todos e a todas.

Nós estamos entrando num momento que talvez seja o mais importante na discussão desta matéria, que é uma matéria muito relevante para o País. Esta é uma oportunidade também para os partidos. A maioria deles vai acumular o tempo de Liderança com o do encaminhamento de votação. Eu gostaria de pedir que nós tenhamos o maior cuidado, neste momento, de ouvir a todos, que façamos silêncio e tenhamos cuidado redobrado — faço o mesmo pedido às assessorias —, para que nós não comprometamos as falas dos colegas Deputados num momento tão importante do processo de votação.

O povo brasileiro inteiro está nos acompanhando, e é importante que o povo brasileiro saiba a posição dos partidos, os que são a favor e os que são contra, legitimamente.

Então, eu quero fazer fraternalmente este apelo a todos os Deputados e Deputadas e às assessorias. Peço esse favor.

Como vota o PRB?



**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG)** - Sr. Presidente, eu queria também anexar ao meu tempo o tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem o tempo de 6 minutos.

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG)** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Nação brasileira, que neste momento acompanha atentamente os desdobramentos da votação da Previdência aqui nesta sala na Câmara dos Deputados, nós vivemos um momento importante e histórico. A reforma da Previdência que estamos a discutir neste momento, cuja votação em breve iniciaremos, é uma reforma que foi planejada e foi tentada já há 20 anos.

Ela começou no Governo Fernando Henrique Cardoso, que não conseguiu fazê-la. No Governo Lula, nos seus dois governos, tentou-se fazer uma reforma. Foram feitos alguns pequenos ajustes, mas a reforma também não foi feita, embora o Governo a desejasse — e existem várias e várias e várias imagens do então Presidente Lula defendendo a necessidade da reforma da Previdência. Também no Governo Dilma Rousseff tentou-se fazer uma reforma da Previdência, e foram feitos alguns pequenos ajustes. Existem gravações que circulam na Internet de várias oportunidades em que a então Presidente Dilma Rousseff defendeu a reforma da Previdência. No breve Governo Temer, tentou-se fazer a reforma da Previdência, que também não foi feita. Agora, nós estamos na iminência de fazê-la.

Por que cito esses episódios históricos? Para comprovar, para demonstrar, de maneira clara, de maneira cristalina, de maneira inequívoca, que todos os governos dos últimos anos concordaram com a necessidade da reforma. E, para aqueles que se aprofundam minimamente nos números dos orçamentos do Governo Federal e também dos governos estaduais, é muito clara, é muito evidente a necessidade da reforma da Previdência.

O sistema previdenciário brasileiro acumula prejuízos todos os meses. O que se arrecada é muito menos do que o que se paga aos aposentados, aos pensionistas. Essa conta não fecha. Trata-se de matemática elementar: se você arrecada dez e paga quinze, é óbvio que uma hora você vai quebrar. Este é o chamado buraco da Previdência: são recursos retirados do Tesouro para poder complementar os gastos da Previdência. É necessário fazer a reforma. Seria uma irresponsabilidade do Governo atual e do Congresso Nacional não fazer a reforma.

Aí vêm alguns Deputados, sobretudo da Oposição, a quem respeito muito, mas de quem divirjo, dizer que quem será beneficiado com esta reforma será o trabalhador, será o servidor público. Se olharmos individualmente cada pessoa, talvez pareça que ninguém será beneficiado, mas, se olharmos coletivamente, veremos que o Brasil será beneficiado. Será possível, por intermédio desta reforma, retomarmos o crescimento, diminuirmos o desemprego, pagarmos, sim, as aposentadorias. No regime atual, muito em breve o Governo vai começar a atrasar o seu pagamento, começar a parcelar o seu pagamento, como já acontece em alguns Estados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta reforma é uma questão de responsabilidade que nós todos temos com o povo brasileiro, com a nossa Nação, com os trabalhadores e principalmente com as futuras gerações, porque o modelo previdenciário atual não é sustentável. No modelo atual, muito em breve, não haverá quem receba aposentadoria.

É um aperto que se faz, é verdade. Todos nós teremos que dar a nossa cota de sacrifício. Mas é preferível fazer um pequeno sacrifício agora a ter que enfrentar depois um rio de lágrimas. Um rio de horrores poderá vir, como aconteceu na Europa anos atrás, com Portugal, Grécia, Espanha, Itália. Aí, sim, vai aumentar o desemprego, vai aumentar o volume de problemas, e não teremos como enfrentá-los.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui registrado, de maneira muito clara: a posição do PRB é favorável à nova Previdência. O PRB tem responsabilidade com o Brasil e com o povo brasileiro.

O PRB quer aqui saudar o Relator Samuel Moreira pelo seu exercício, pela sua boa vontade, como disse outro dia, pela sua paciência cívica ao conversar com todos os setores, com todos os Parlamentares, e chegar a este relatório, que é um gigantesco passo para o Brasil e que é, por fim, o relatório que temos condições de votar.

Sr. Presidente, o PRB orgulhosamente registra o seu voto "sim" à reforma da Previdência.

Viva a nova Previdência!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada.

Tem a palavra, para a orientação de bancada, o PSDB.

**O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS)** - Sr. Presidente, nobres pares, o PSDB vai orientar "sim", entendendo que o texto que nós iremos votar está bem no limite entre o ideal e o possível. Tenho certeza de que o Relator Samuel Moreira teria vontade e disposição talvez até de avançar mais em alguns pontos, mas a arte de fazer um relatório e de aprovar um

relatório está em fazer concessões e em atender a ponderações, porque não é o relatório do Deputado Samuel Moreira que vai ser votado. A média necessária para a aprovação da referida PEC no plenário é de 309 votos.

Por isso, o PSDB orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSDB vota "sim".

Como vota o DEM?

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, o DEM orienta "sim", registrando que seria de fato faltar ao Brasil não aprovar este parecer neste momento. Exatamente no dia de hoje estamos tendo uma baixa do dólar para um patamar que não atingíamos já há alguns meses. A BOVESPA atingiu uma alta recorde, e isso é uma clara indicação de que o Brasil precisa da reforma da Previdência. Está claro para todos que o Estado brasileiro não conseguirá pagar as aposentadorias e pensões que são devidas, se continuar com este modelo. Está claro, Sr. Presidente, que estamos fazendo uma reforma para acabar com privilégios, para salvar a Previdência e proteger os mais pobres.

O DEM encaminha "sim", e esperamos aprovar esta reforma aqui na Comissão ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Deputado Pedro Paulo pede para falar pelo tempo de Liderança do DEM. S.Exa. tem o tempo de 5 minutos. Depois, para orientação de bancada, falará o PDT.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer aqui a participação dos nossos companheiros do Democratas, do Deputado Arthur Oliveira Maia, do Deputado Bilac Pinto, do Deputado Alan Rick, do Deputado Paulo Azi, do Deputado Geninho Zuliani, que compõem a bancada do DEM na Comissão Especial.

Queria aqui reconhecer publicamente, pelo Democratas, o esforço do nosso Presidente Rodrigo Maia, que tem sido a principal âncora da aprovação da reforma aqui na Câmara. Queria muito saudar também e reconhecer o trabalho incansável do nosso Líder Elmar Nascimento. Queria enaltecer o trabalho da Mesa. Reconheço o trabalho de V.Exa., como Presidente, o do Deputado Samuel Moreira, nosso Relator, e o do Deputado Silvio Costa Filho, nosso Vice-Presidente.

Nós estamos chegando a 70 dias desde que a Comissão foi instalada. Esta é a 21ª reunião desta Comissão. Houve muitas discussões, e estamos chegando aqui na fase final, a da aprovação do relatório final do substitutivo do Deputado Samuel Moreira.

Eu quero primeiramente enaltecer aqui a compreensão do povo brasileiro. Eu jamais vi, desde a redemocratização, uma mudança tamanha no sistema previdenciário que tivesse a compreensão da sociedade sobre a necessidade de uma reforma.

Eu sempre repito o seguinte: Nenhum grego foi para a rua quando se teve que fazer reforma da previdência; nenhum português foi à rua quando se teve que ajustar o sistema da previdência. E a sociedade brasileira foi por duas vezes, claro que não foi toda a sociedade, porque uma parte dela é contrária. Mas os que foram são aqueles que acreditam, que têm a compreensão da gravidade do nosso problema fiscal, de como ele impede o crescimento e nos escraviza ao dilema da renda média; foram aqueles que entendem hoje que a reforma da Previdência é o primeiro passo para que o Brasil possa crescer, gerar desenvolvimento e empregos. A sociedade hoje compreende isso. As pesquisas mostram que a reforma da Previdência tem a aprovação majoritária da população. Isso é um tremendo avanço.

Quero ressaltar também que esse é o principal ajuste fiscal. Nós não aguentamos mais. O Orçamento da União foi capturado pelas despesas correntes, pelas despesas obrigatórias. Com 95% dessas despesas não se pode fazer nada. Com o ajuste da Previdência, com o impacto fiscal também jamais imaginado... Quem imaginaria que uma reforma que foi encaminhada pela Câmara, com um impacto de 1 trilhão de reais, pudesse sair daqui com o mesmo impacto de 1 trilhão de reais em 10 anos?

Então, eu quero salientar aqui primeiro a coragem do Governo de mandar uma reforma com essa dimensão e com essa importância para o Brasil. Em segundo lugar, quero também ressaltar aqui que os Deputados, corajosamente, dado o seu senso de responsabilidade, têm defendido, desde o primeiro momento, a necessidade dessa reforma.

Sr. Presidente, o relatório que foi apresentado aqui na Comissão tem avanços significativos; protegeu aqueles que mais precisam. Quando se retiram as modificações pretendidas no BPC, ou na aposentadoria rural, também há uma responsabilidade, um senso de proteção do Parlamento àqueles que mais precisam. Há a compreensão de que, quando se busca financiamento adicional para o sistema previdenciário, se aumenta a taxa no lucro líquido dos bancos, no lucro líquido de quem mais pode pagar neste País. Então, esse, eu acredito, é o reconhecimento que nós devemos fazer a esse parecer que está sendo votado agora. Eu não tenho nenhuma dúvida.

Claro, avanços podem ser feitos. Eu defendi aqui a capitalização, mas ela não estava madura para ser aprovada por esta Casa; vamos trazê-la num outro momento. Defendi a participação dos Estados e Municípios na reforma, ao mesmo tempo em que não se encontrou entendimento, também mantive uma postura de coerência para que nenhuma categoria ficasse

dentro da proposta de emenda constitucional, para que se entendesse a autonomia dos Estados em ajustar o seu sistema previdenciário. Eu acho que o exemplo da União, de tomar a coragem de ajustar principalmente o sistema de Previdência dos seus servidores, pode ser replicado nos nossos Estados, que vivem uma situação extremamente grave.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero dizer que a Câmara dos Deputados sai maior no dia de hoje, sem dúvida nenhuma. E esta Comissão prepara o alicerce para que essa votação possa ser concluída no plenário desta Casa.

Parabéns, Sr. Presidente, Sr. Relator e os Deputados que tiveram a coragem de fazer o Brasil avançar!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Pedro Paulo.

Para uma questão de ordem, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, é algo de fato que eu detectei aqui, olhando, lendo. Veja só: no § 3º do art. 26, nós temos uma questão que foi, *en passant*, tratada ontem, o problema da nulidade da aposentadoria no caso de averbação, Deputado Samuel Moreira, do Regime Próprio para o Regime Geral, nessa direção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Qual é a questão de ordem, Deputada?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - É baseada no art. 5º da Constituição Federal, inciso XXXVI, e no Regimento Interno, art. 201, inciso II.

E eu falo isso, porque isso pode gerar um problema legal para o relatório.

Só um minutinho, só um minutinho.

Do Geral para o Próprio. Aqui nós temos, no art. 5º, inciso XXXVI, a garantia da coisa julgada, do ato jurídico perfeito, e sem dúvida é muito importante que: *"a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."*

No Regimento Interno, nós vamos ao art. 201:

*Art. 201. A Câmara apreciará a proposta de emenda à Constituição:*

*I — apresentada pela terça parte (...)*

*II — desde que não se esteja na vigência de estado de defesa ou de estado de sítio (...)"*

Então, entra no aspecto da legalidade da matéria. É direito adquirido a averbação. Se isso consta do texto do relatório, que já está em encaminhamento, poderá nos gerar uma judicialização complicada no relatório.

Eu faço a questão de ordem no sentido de que suspendamos, para a correção da questão, e não deixemos esse rastro de ilegalidade constitucional, que nos levará a uma judicialização séria. Não é judicialização por questões corporativas; é uma judicialização constitucional, porque está apoiando uma nulidade sobre um ato jurídico perfeito e coisa julgada.

Deputado Samuel Moreira, muitas vezes, muitas vezes a aposentadoria é dada com base em parecer jurídico e coisa julgada, ação na Justiça. E o ato jurídico perfeito, previsto em lei, previsto tanto no Regime Geral, anula aposentadorias, Deputado, já concedidas, antes da vigência da emenda constitucional, antes da vigência da PEC. Compreenda o vácuo em que V.Exa. está colocando todos os seus parceiros, que estão aqui dizendo "sim"...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - ...questão de responsabilidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Esta Mesa já se manifestou sobre questão de ordem idêntica feita há algum tempo. O juízo de admissibilidade, de constitucionalidade e de confronto da matéria com cláusula pétrea da Constituição é objeto da análise da Comissão de Constituição e Justiça, que já superou essa matéria.

Cabe recurso de V.Exa.

Como vota o PDT?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Foi matéria...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT, Deputado André Figueiredo?

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT - CE) - Sr. Presidente, peço que incorpore o meu tempo de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem o tempo de 6 minutos, Deputado André Figueiredo.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, nós do PDT, desde o início da apresentação dessa PEC pelo Governo Federal, nunca nos furtamos em debatê-la. Evidentemente que, desde sempre, denunciando o caráter perverso, o caráter injusto...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deixem-me mais uma vez fazer um apelo a todos e a todas. Nós estamos num momento fundamental de discussão da proposta. É importante respeitarmos as falas neste momento.

Deputado André, devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO** (PDT - CE) - Nós do PDT, Sr. Presidente, sempre tivemos a preocupação de compreender a necessidade de uma reforma da Previdência, mas nunca essa. Apresentamos uma emenda substitutiva global, na qual tiramos a parte que incide sobre a base da pirâmide e reduzimos os danos para quem mais precisa de dignidade quando chega a uma etapa da vida, que são os mais pobres.

Infelizmente, com todo o respeito que temos pelo Deputado Samuel Moreira, em nenhum momento podemos dizer que essa reforma vai contribuir se for aprovada dessa forma no Plenário. Talvez ela seja aprovada nesta Comissão. Mas queremos denunciar, desde já, que ela vai condenar milhões de brasileiros e de brasileiras ao desamparo, à miséria, à falta de perspectiva de se aposentar, a não ser que o trabalhador se declare miserável. E talvez, nesse caso, ele tenha que recorrer a benefícios sociais, num desrespeito a sua história no mundo do trabalho.

Nós discutimos a reforma da Previdência como se fosse a mãe de todas as reformas. Parece que o Brasil não sobreviverá se não votarmos a reforma. Esquecemos que existe um câncer muito maior, que se chama dívida pública, uma dívida que já chega a quase 5,4 trilhões de reais e, provavelmente, representará, ao final de 2019, 78% do PIB. E se levarmos em consideração que quase um quarto dessa dívida pública, mais de 1 trilhão e 200 bilhões de reais, tem um perfil de curtíssimo prazo, que são as operações compromissadas, nós veremos que só esse perfil de dívida suga do povo brasileiro em torno de 80 bilhões de reais ao ano, que, se multiplicados por dez, darão 800 bilhões de reais. Esse perfil de dívida poderia ser substituído por depósito compulsório, que não tem remuneração.

Mas, evidentemente, como o Governo é dominado pelo rentismo, pelos grandes bancos, a equipe econômica, na semana passada, teve a ideia de reduzir, ao invés de aumentar, o volume de depósitos compulsórios. E, consequentemente, terá que aumentar o número de operações compromissadas que fazem do Brasil o único país que tem esse perfil de dívida acima de 20%. Todos os outros estão abaixo de 5%.

O Brasil aprovou a PEC do Teto de Gastos, que fez com que o volume de investimentos, nos últimos meses, fosse o menor desde a Segunda Guerra Mundial. Como é que o País pode crescer se condena milhões de brasileiros ao desemprego? E, quando estão desempregados, há diminuição da arrecadação previdenciária e, consequentemente, o aprofundamento do déficit da Previdência.

Vou dar um exemplo sobre a questão da desumanidade, inclusive do nosso companheiro Eduardo Moreira, que esteve aqui nesta Casa. O trabalhador urbano vai se aposentar com 20 anos, no mínimo, de contribuição. E, em média, ele só consegue comprovar 5 meses ao ano de contribuição. Portanto, para se aposentar com 20 anos de contribuição, ele terá que trabalhar 48 anos. E se conseguir essa proeza, ao final desses 48 anos de trabalho, só se aposentará com 60% do seu salário. Ou seja, é a profunda miséria depois de toda uma vida dedicada ao trabalho.

Isso sem falar na questão da pensão. Quero dizer a quem está nos ouvindo que, em breve, depois de essa PEC eventualmente ser promulgada, todos sentirão na pele a dor de uma perda na renda familiar, de pensão, de salário. É uma desumanidade sem precedentes.

Por isso, nós do PDT votaremos contra essa matéria, contra esse relatório, com todo o respeito que temos pela condução dos trabalhos do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator. E apoiaremos, desde já, o Destaque nº 47; apoiaremos, desde já, o Destaque nº 40; apoiaremos, desde já, o Destaque nº 2, porque atingem diretamente os nossos professores, que estão duramente penalizados nessa reforma, assim como, nos outros destaques, os policiais federais, policiais civis, oficiais de Justiça, policiais rodoviários federais, agentes penitenciários e guardas municipais. Não é uma questão de corporativismo, é uma questão de simetria com outras categorias que estão sendo beneficiadas nesse e em outros projetos.

Por isso, nós não temos nenhuma dúvida de dizer que essa reforma vai trazer malefícios que somente o tempo dirá, e ele dirá de uma forma muito rápida, querido povo brasileiro e Parlamentares desta Casa. Nós estamos discutindo essa matéria há algum tempo e poderíamos discuti-la um pouco mais, de forma a minimizar os danos que ela vai causar ao povo mais humilde do nosso Brasil. O juiz de todo esse processo será a história que nos reserva. Essa história fará com que tenhamos a clareza de quem está certo agora, se somos nós ou se serão os algozes da aposentadoria no Brasil. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado André Figueiredo.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, nós pedimos uma providência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não tem questão de providência.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Veja bem, Sr. Presidente, tem muita gente aqui fora do plenário, muita gente, inclusive muitos idosos que não podem entrar aqui, mas querem acompanhar os trabalhos. O que eles estão pedindo? Que V.Exa. providencie uma sala com televisão, para que eles possam sentar e acompanhar esta audiência pública sobre a reforma da Previdência. É o mínimo que podemos fazer por eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada, nós já estamos providenciando a abertura do plenário 3 ou do plenário 5, para que todos possam sentar e assistir à sessão.

Está bom, Deputada? Obrigado pela contribuição de V.Exa.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, o Solidariedade, cumprindo a sua responsabilidade com o País, cumprindo o seu compromisso com as próximas gerações, para que o Brasil possa voltar a crescer e a gerar emprego e renda, vota "sim" à nova Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Solidariedade vota "sim".

Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - Sr. Presidente, eu entendo que o relatório apresentado pelo Relator Samuel Moreira já reduz bastante os impactos dessa reforma apresentada pelo Governo, no momento em que nós aqui na Comissão conseguimos a retirada do BPC dessa proposta. Também retiramos a capitalização, que era um cheque em branco para esse Governo, retiramos a desconstitucionalização, trazendo uma garantia para os trabalhadores e trabalhadoras e melhoramos a idade dos professores e professoras.

Eu acredito que nós temos que aprovar este relatório, mas eu alerto, Sr. Presidente, para a importância da aprovação do Destaque nº 141, que traz a manutenção do cálculo do benefício.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - Isso garante a manutenção do cálculo do salário dos aposentados, devolvendo a regra dos 80 melhores salários para os trabalhadores e trabalhadoras.

Obrigado, Sr. Presidente.

Vota a favor, o PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB encaminha "sim".

Como vota o Podemos?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PODE - PR) - Sr. Presidente, o Podemos encaminha também o voto "sim" à nova Previdência. Parabenizo mais uma vez o Deputado Samuel Moreira pelo trabalho. O Deputado se debruçou sobre as mais de 200 emendas que foram apresentadas a essa proposta, acolhendo inúmeras delas. S.Exa. acolheu a minha emenda, a Emenda nº 20, de forma parcial, tanto na questão do benefício especial como também agora com essa alteração no art. 203 da Constituição.

Isso permite, com o termo da vulnerabilidade, que a gente possa olhar de forma mais sensível os casos das pessoas com doenças raras no nosso País e os das famílias vulneráveis que são afetadas e impedidas hoje de receber um segundo benefício.

Eu demorei um pouco para entender essa mudança, mas, depois de compreendida, eu queria lhe parabenizar, porque era essa a nossa intenção.

Por isso, o Podemos encaminha o voto "sim" à nova Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, anteontem vimos os policiais tomando aqui a Câmara de Deputados e chamando o Bolsonaro de traidor.

Esse é o grito de todo o povo brasileiro: professores, operários, garis e todos os trabalhadores, mas não somente com o Presidente Jair Bolsonaro, mas também com todos os Deputados que escolhem votar contra os direitos da população,

excluindo milhões do direito à aposentadoria e rebaixando muito o valor da aposentadoria daqueles que conseguirem acessar esse benefício.

E a história é implacável com os traidores do povo, pois 60% dos que votaram a favor da reforma trabalhista não voltaram para esta Casa. E na próxima legislatura, senhores que escolhem votar contra o povo brasileiro, se preparem, porque provavelmente não ocuparão mais as cadeiras em que sentam no dia de hoje.

O PSOL é contra essa reforma da Previdência, porque ela prejudica os trabalhadores e piora a situação econômica do País. Ela está sendo feita sob barganha, em troca de emendas por votos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSOL vota "não".

Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente, quero acrescentar o meu tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem o tempo de 4 minutos.

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Obrigado.

Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Relator. Dentro daquilo que foi acordado, conversado, dialogado, nós conseguimos tirar do relatório a aposentadoria rural, o BPC, que traria sem dúvida alguma um prejuízo muito grande ao povo brasileiro, a capitalização e a desconstitucionalização, temas contra os quais o PROS sempre se colocou contrário — foi levado em consideração aquilo que o PROS solicitou. Então, hoje nós entendemos que o texto está pronto para ser votado.

Eu quero lembrar que aqueles que estão desempregados no Brasil — e são mais de 13 milhões de brasileiros — não estão preocupados com a aposentadoria. Eles estão preocupados em saber quando vão começar a trabalhar. Nós temos que fazer algo para que essas pessoas consigam emprego, algo tão necessário, e com dignidade possam levar o pão de cada dia para a sua casa. É muito importante pensarmos nisso.

Eu venho de uma geração — e já tenho uma idade boa — que sabe que trabalhar não faz mal, porque trabalhar é algo digno. Trabalhar por mais 5 anos, que é o que nós estamos propondo para a maioria dos setores na reforma da Previdência, vai ajudar àqueles que estão sem trabalho a voltar a trabalhar e a fazer com que suas famílias fiquem tão felizes como as famílias daqueles que querem se aposentar.

A maioria das pessoas que estão se aposentando com 50, 55, 56, 58 anos não param de trabalhar. Eles passam a trabalhar em outros setores, em outros lugares. E quem continua pagando essa aposentadoria é o cidadão brasileiro. Não dá para nós nos enganarmos. Isso é necessário, realmente. Hoje, a média de idade é maior do que era antigamente, e temos que levar isso em consideração. Não vamos pensar que é o Governo que paga a aposentadoria. Não, não é o Governo! Quem paga a aposentadoria é o cidadão que trabalha. Quanto menos gente trabalhando, mais problema teremos. Portanto, o PROS vota favoravelmente ao parecer, vota "sim".

Quero parabenizar não só o Relator, mas o Presidente da Comissão, que tratou os trabalhos com tanto cuidado. Vejo a paciência que ele tem, o jeito de trabalhar. E quero lembrar também o nosso Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que foi sem dúvida o grande capitão desse projeto. Parabéns ao nosso Presidente. Quando elegemos o Presidente Rodrigo Maia, nós sabíamos da condição de liderança que ele tinha para fazer com que projetos tão importantes como esse fossem votados. Temos agora também a reforma tributária. O Presidente já está fazendo com que essa reforma ande na nossa Casa.

Então, o PROS vota "sim, a favor do nosso Brasil, a favor dos brasileiros, a favor das famílias mais pobres, daquelas que mais necessitam. Vota "sim" a esse relatório, que, sem dúvida alguma, foi feito com muito carinho, com muito cuidado e que vai resolver um grande problema. Não vai resolver todos os problemas do nosso Brasil, não! Mas é o início de uma nova era para o nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

O PROS vota "sim".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita honra eu falo em nome de um partido do mundo do trabalho.

Hoje pela manhã eu vi aqui o ex-Deputado Rogério Marinho, o algoz da CLT, que retirou direitos trabalhistas consolidados há mais de 60 anos e é grande contribuidor para o alto índice de desemprego, de terceirizações generalizadas, de trabalho intermitente, inclusive da situação falimentar da Justiça do Trabalho.

Agora, essa proposta do Presidente Bolsonaro é da mesma lavra, vem para dificultar o acesso à aposentadoria, para empobrecer, para humilhar os idosos, para infelizmente punir as pensionistas e os pensionistas. A reforma é inconstitucional, e V.Exas. mentem quando dizem que ela resolverá a crise.

O PCdoB vota "não" ao parecer, "não" à reforma.

Para finalizar, compreendemos que esse projeto é um projeto que joga o Brasil no rol dos países mais injustos do mundo no que se refere à legislação trabalhista e previdenciária.

"Não" à reforma fiscalista e regressiva de Bolsonaro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que agregue à minha fala o tempo de Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem o tempo de 4 minutos.

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Eu gostaria de cumprimentá-lo, Presidente, pela habilidade na condução dos trabalhos e também o Vice-Presidente da Comissão, o Deputado Silvio...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado, eu não gostaria de abrir precedentes. Eu vou pedir desculpas a V.Exa., mas V.Exa. não tem a delegação.

Então, eu peço a V.Exa. encaminhe durante o tempo de 1 minuto. E, se V.Exa. puder providenciar a delegação, depois eu concederei o tempo de Liderança para V.Exa. Pode ser? Eu peço desculpas pela deselegância. Apenas não quero abrir um precedente aqui.

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Eu peço desculpas pelo descuido, porque eu achei que a delegação já estaria. Enfim, o PSC encaminha favoravelmente ao relatório, com muita convicção, com certeza de que está fazendo um bem para o Brasil.

Eu insisto em dizer que essa reforma é, sim, em defesa dos mais pobres. Sem essa reforma, o País não tem como fechar as contas, vai aumentar o seu endividamento, vai gerar desconfiância no mercado, vai levar ao aumento dos juros, obviamente. E o passo seguinte será imprimir dinheiro para honrar os títulos que serão emitidos, já que nós estamos com endividamento de mais de 70% do PIB.

Portanto, a reforma é para dar sustentabilidade ao sistema. A reforma é para garantir o direito efetivo dos mais pobres aos benefícios e à aposentadoria. O resto é ficção, é populismo. Coisas que nunca foram enfrentadas estão sendo enfrentadas nessa reforma. Isso deveria ter sido feito há muito tempo. E os homens que estão nesta Legislatura estão tendo a coragem de enfrentar o problema.

Eu parabenizo o Relator, os Deputados, o Presidente Rodrigo Maia, que é, sim, um aliado dessa reforma, e todos os Deputados que têm disposição em votar e pensar o Brasil no longo prazo.

Voto "sim", Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Como vota o Cidadania?

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, quero agregar à minha fala o tempo de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem o tempo de 4 minutos, Deputado.

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Quero saudar também o nosso Vice-Presidente, que atuou de maneira muito integrada a essa direção. Quero parabenizar o Relator, Deputado Samuel Moreira, pela habilidade que teve e pelo bom senso em buscar aquilo que falou desde o início, que era a procura pela justiça social, agregada ao nosso equilíbrio fiscal.

Quero destacar alguns temas importantes, por exemplo: a retirada do Benefício de Prestação Continuada — BPC e da aposentadoria rural, que, no nosso entendimento, como já falamos aqui em outras oportunidades, são requisitos de assistência social num País com tamanha desigualdade. Ambos os temas foram retirados do texto.

Quero saudar também toda a atividade da Comissão Especial, que conseguiu, com muito trabalho, sugerir e apontar caminhos para que tivéssemos um relatório com 1 trilhão de reais, que era a meta estipulada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Acredito que a busca por esse caminho se deu através do diálogo com toda a Comissão. A reforma da Previdência, assim como todas as reformas, requer das pessoas que se dispam das suas necessidades individuais para buscar a solução e a contribuição para um País seguro, que consiga pagar as suas contas.

Obviamente, todos gostaríamos que as pessoas tivessem o mais rápido e fácil acesso às aposentadorias. Mas se não tivermos empenho e dedicação e se não aprovarmos a reforma da Previdência, daqui a algumas gerações teremos muitas dificuldades para honrar as aposentadorias de toda a nossa população. Por isso, a reforma se faz necessária. Ela é necessária para garantir que as pessoas tenham segurança para fazer investimentos no Brasil e para que, no futuro, o Estado não precise retirar dinheiro de setores fundamentais para o desenvolvimento, para arcar com as responsabilidades da nossa Previdência Social.

Tenho certeza de que o equilíbrio que foi buscado, inclusive punindo, de fato, aqueles que têm mais privilégio. Quando nós observamos uma alíquota progressiva e proporcional, de acordo com a renda, em que os que ganham menos pagam menos e os que ganham mais pagam mais, não temos dúvida alguma de que essa é a possibilidade de ter equilíbrio e justiça social através da reforma da Previdência.

Ainda teremos que superar alguns debates. Obviamente, teremos que nos adequar à formulação dos destaques que teremos. Alguns desses destaques serão fundamentais e irão colaborar com o texto que está sendo apresentado, com o parecer e com a missão da Comissão Especial, que cumpre o seu papel de formatar o melhor relatório possível, agregando possíveis destaques para ir ao plenário, a fim de que façamos a votação da reforma da Previdência, tão necessária para o nosso País. É uma medida que, sem dúvida alguma, não pode ser tratada como uma medida popular, mas como uma medida de responsabilidade, uma medida de quem quer, independentemente do Governo, solidificar um país com segurança jurídica e com segurança nos investimentos, dando segurança às pessoas de, no futuro, receberem a sua aposentadoria.

Por isso, o Cidadania, com muita firmeza, apoia o relatório e vota "sim" à reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para orientar pelo Partido Novo, tem a palavra o Deputado Marcel Van Hattem.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Perfeito.

Atendido o pedido de V.Exa., agregando o tempo de Líder.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, caro Relator Samuel Moreira, para nós do Partido Novo chegar a este momento, em que estamos encaminhando a votação da mais importante reforma do Brasil dos últimos anos, para entregar para o Brasil uma nova Previdência, para nós do Partido Novo que, desde antes da proposição feita pelo Governo, estamos defendendo que haja uma reforma da Previdência, é uma satisfação enorme.

Temos a convicção de que esta Casa não faltará com a sua responsabilidade nesta Comissão, onde será aprovado o relatório, que obviamente não é o da preferência individual, mas é um relatório possível e que agrega todos os pedidos de diferentes partidos e de Deputados que têm compromisso com a nova Previdência. Aprová-lo na Comissão e no plenário é um sinal de responsabilidade desta Casa para com o futuro Brasil.

Eu, sendo líder do Partido Novo, tenho a alegria de dizer que os nossos oito Deputados têm feito e continuarão fazendo um trabalho exemplar para defender um novo Brasil.

Passo a palavra ao meu colega Lucas Gonzalez.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, o NOVO, desde o início, vem defendendo e promovendo esta nova Previdência, porque temos...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Lucas Gonzalez, peço desculpas a V.Exa., mas precisamos seguir o Regimento Interno. V.Exa. não tem a delegação, por escrito, para falar em nome do Partido Novo, mas apenas o Deputado Marcel Van Hattem.

Eu peço a V.Exa. que oriente. Quem vai votar pelo NOVO?

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Desde o início estamos defendendo e promovendo esta nova Previdência, porque temos a convicção de que é o melhor para o Brasil.



Eu ainda tenho a esperança de que, no plenário, possamos voltar à temática dos Estados e dos Municípios. Na minha opinião, é fundamental a inclusão desses entes federados na nova Previdência.

É com muita alegria que estou aqui, neste dia, junto com os meus colegas de bancada do NOVO, encaminhando o voto "sim" à nova Previdência.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Ganime.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Não, não, nobre Deputado. Não pode. O Líder Marcel Van Hattem falou como Líder, e V.Exa. tem que orientar a bancada.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas o Deputado Paulo Ganime é Vice-Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Não pode. Tem que ter a delegação por escrito.

Como vota o NOVO?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - O Vice-Líder pode falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Não pode. Tem que ter a delegação por escrito, Deputado Marcel Van Hattem.

Como vota o NOVO?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu vou continuar o tempo parado por 2 minutos, aí eu faço o resto por encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Pois não.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Se não chegar a delegação por escrito antes. A assessoria está providenciando a delegação por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Pronto.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Já está na mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Então, através da delegação, passo a palavra ao Deputado Paulo Ganime.

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ) - Obrigado, Sr. Presidente. Sem dúvida alguma a reforma da Previdência não resolve todos os problemas do Brasil.

Essa reforma estanca sangria. Estanca a situação em que o Brasil foi deixado: na CTI. Precisamos dessa reforma para que o Brasil se recupere. Acima de tudo, precisamos dessa reforma para que depois tenhamos fôlego, energia e saúde para aprovar as demais reformas, como, por exemplo, a reforma tributária.

Essa reforma é para todos os brasileiros, não só para aqueles que votaram em nós aqui, Deputados que estamos a favor dessa reforma, mas também, e talvez sobretudo, para aqueles que votaram nos que são contra essa reforma, porque esses brasileiros, sejam eles de qualquer classe social, sejam eles de qualquer ideologia, necessitam dessa reforma para voltarmos a gerar emprego, trabalho para todo mundo.

Então, este momento é histórico. Vamos aprovar a reforma aqui nesta Comissão e, em seguida, vamos ao plenário para votar essa reforma o mais urgente possível, a fim de que o Brasil volte a crescer. Estamos muito confiantes de que esta Casa vai ter essa responsabilidade e vai garantir que essa reforma seja aprovada com folga para mostrarmos para o povo brasileiro que esta Câmara dos Deputados e o Congresso trabalham, sim, em prol do povo brasileiro. Então, vamos votar, vamos ser a favor.

O NOVO, como já orientado pelo Deputado Lucas Gonzalez, vota "sim".

Passo a palavra para o meu colega Deputado Vinicius Poit.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado, V.Exa. acabou de falar como Vice-Líder, porque tinha o tempo delegado pelo Deputado Marcel Van Hattem e porque estava inscrito. Não vamos conceder.

Deputado Vinicius Poit, eu peço desculpas. V.Exa. posteriormente terá oportunidade de fazer uso da palavra.

Como vota o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Presidente, obrigada pela oportunidade. O Avante tem uma responsabilidade com o Brasil e sabe que nós vivemos um momento de crise, um momento em que temos várias empresas

fechando, jovens desempregados, pais e mães sem esperança e sem a oportunidade de dar dias melhores para a sua família. Nós não podemos fechar os olhos para essa realidade. Infelizmente, é isso o que nós temos no Brasil hoje.

A esperança que nós temos — por isso vivemos um momento histórico nesta Casa — é de votarmos a reforma da Previdência, essa tão importante reforma. Apenas essa reforma não será a solução do Brasil. É claro que nós entendemos que a prioridade desta Casa é votar a reforma previdenciária, para, logo em seguida, votar a reforma tributária e discutir a redistribuição do pacto federativo, pois sabemos que o dinheiro tem que chegar até aos Municípios. Ou seja, são várias as ações conjuntas para fazer...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Peço o tempo de Liderança, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Concedo-o a V.Exa.

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Muito obrigada.

Então, um conjunto de ações que esta Casa terá que tomar para que nós possamos ter a oportunidade de ver dias melhores para os brasileiros.

Nós que somos do Avante entendemos que vivemos um momento importante e votamos "sim" ao relatório do nosso Relator Samuel Moreira, o qual quero parabenizar. Quero dizer que a sua postura nesta Casa tem nos inspirado. Nós somos um partido que conta com sete Deputados, que na sua maioria são novatos. E é este o tipo de política que nós queremos fazer: uma política de diálogo e de responsabilidade, visando sempre o bem coletivo e não bem individual.

O Brasil precisa dessa reforma, e nós queremos dar a nossa parcela de contribuição, sabendo que não será fácil e que precisaremos ter coragem para enfrentar. Há vários temas importantes. Várias classes precisam ser atendidas e, às vezes, não se sentirão prestigiadas na sua totalidade. Mas o importante é que elas saibam que nós estamos aqui discutindo o Brasil, discutindo a coletividade.

Por isso, a orientação do partido é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, nós representantes legítimos, através do voto, do povo brasileiro precisamos respeitar o voto da maioria, voto que elegeu o atual Governo Federal, que encaminhou para esta Casa, com muita coragem e boa técnica, um projeto para enfrentar o déficit de 290 bilhões de reais por ano da Previdência Social.

Porém, nós, enquanto Parlamentares, respeitando o processo democrático e respeitando opiniões divergentes, construímos, junto ao nosso querido Relator Samuel Moreira, que parabenizo, um texto muito mais humano, um texto com muito mais igualdade, respeitando a diferença entre os pobres e valorizando os mais pobres, tirando um pouquinho mais dos níveis acima.

Com isso, nós acreditamos que essa nova Previdência vai fazer o País voltar a crescer, gerar emprego e melhorar a vida das nossas crianças, mulheres e homens brasileiros. É isso o que esperamos.

O Patriota encaminha "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Professor Israel Batista, do Partido Verde.

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar o tempo da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - S.Exa. dispõe de mais 3 minutos.

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós estamos perdendo uma oportunidade, ao votar esse relatório com pressa, premidos pelas pressões do próprio mercado, premidos por pressões que não querem o aperfeiçoamento da nossa Previdência, mas que gostariam, sim, de vê-la destruída. Esse relatório poderia trazer uma base de cálculo do resultado da Previdência, para que no futuro os cálculos não fossem tão elásticos.

A verdade é que entidades respeitadas diziam que não havia déficit, e outras diziam que havia déficit de 200 bilhões. Essa seria a oportunidade para nós corrigirmos isso, já que estamos discutindo neste momento. Nós precisávamos estabelecer nesse relatório, por lei, que despesas e receitas deveriam entrar no câmputo, porque lá no futuro nós teríamos um cálculo atuarial padronizado, parametrizado e obrigatório. Esse é um dos motivos para que esse relatório não cumpra totalmente a função que poderia cumprir, embora eu reconheça os avanços do Deputado Samuel Moreira nesse relatório. É a pressa

que nos impede de fazer os devidos aperfeiçoamentos. E, daqui 20 anos, quando discutirmos esse assunto, nós vamos ter a mesma disparidade das análises.

Também quero dizer que, nessa discussão, nós muitas vezes vimos aqui gente cair na tentação de demonizar o servidor público, esquecendo-se de que os servidores simplesmente assinaram um contrato que foi escrito pelo Estado para eles assinarem. E agora são culpados por assinarem um contrato que o Governo escreveu para eles assinarem, quando eles passaram num concurso público. Nós precisávamos de uma reforma que levasse em conta o histórico contributivo dos servidores públicos, de uma reforma que não tivesse por base a depauperação do Estado brasileiro, que sempre foi indutor do desenvolvimento.

É só olhar a história. Eu, como professor de história, posso dizer isto com toda segurança: toda vez que o Brasil teve altos índices de desenvolvimento econômico, esses índices estiveram atrelados à indução e ao protagonismo do Estado brasileiro, que tinha nesses momentos os melhores quadros para conduzir o nosso desenvolvimento, quadros de servidores públicos!

Quero dizer também que nosso País, que é o primeiro no *ranking* mundial de violência contra o professor, paga o pior salário para o professor entre todos os países analisados pela OCDE. Nós não temos o direito de discutir a alteração das regras previdenciárias para os professores sem que o Governo envie para esta Casa concomitantemente um plano de carreira para os docentes deste País. Nós vivemos no País que é campeão mundial do desprestígio da categoria de professores. Isso não está sendo levado em consideração nessa reforma da Previdência.

Portanto, Sr. Presidente, não me cabe alternativa senão induzir, pedir ao meu partido que rejeite o parecer apresentado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PT? Como vota o PT, Deputado Henrique Fontana?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, nós vamos agregar o tempo de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - V.Exa. dispõe de mais 7 minutos.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, primeiro eu quero conversar com todos os brasileiros que nos acompanham. Quero dizer a eles que nós da Oposição, nós do PT e dos demais partidos, estamos aqui votando pensando no Brasil, pensando em que projeto de desenvolvimento nacional nós queremos. Estamos aqui pensando com uma determinada visão de Brasil, de como podemos e queremos desenvolver o nosso País. Nós estamos olhando para esta proposta e, ao encaminhar o voto "não", estamos dizendo que esta proposta de mudança na Previdência é uma proposta que aumenta a desigualdade social no nosso País. É uma proposta que gera mais recessão e mais desemprego, porque ela diminui o poder de compra de setores da sociedade que têm o direito de consumir questões mínimas para ter condições de vida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sabem quem diz que esta reforma vai arrumar a economia brasileira? É o mercado financeiro da ganância insaciável, o mercado financeiro da especulação financeira. Este mercado, Deputado André Figueiredo, é diferente do mercado da produção, do mercado do emprego, do mercado da indústria, do pequeno negócio. Este mercado da economia real perde com essa proposta absurda de arrocho sobre os mais pobres, sobre os consumidores do Brasil. Este mercado especulativo, Deputada Jandira Feghali, já prometeu o céu para este País diversas vezes, Deputado José Guimarães. Prometeu que, se nós tirássemos os direitos trabalhistas, os empregos viriam. Prometeu, Deputada Perpétua Almeida, que, se nós congelássemos todos os investimentos públicos por 20 anos, o mercado iria deslanchar e a economia iria crescer. Somos o único País do mundo que votou esse absurdo de estrangular os investimentos públicos por 20 anos.

E sabem o que esse mercado entregou depois de tudo isto, Deputado Rubens Otoni, Deputada Gleisi Hoffmann, que tanto lutam nesta Comissão junto conosco? Está aqui o gráfico. (Exibe documento.) Depois da votação da reforma trabalhista, depois da votação do congelamento por 20 anos, olhem aqui a expectativa de crescimento! Ela só cai todos os dias! O desemprego vai aumentar. Agora, há outra coisa, Presidente. Há uma propaganda e há uma realidade. A propaganda do mercado e do Governo, deste mercado financeiro e do Bolsonaro, é a seguinte, Deputada Sâmia Bomfim: vote essa reforma, porque ela combate privilégio e porque ela faz a economia crescer. Quanto à parte do crescimento da economia, acabo de colocar aqui meus argumentos. Agora, quanto à questão de que ela combate privilégio, a mentira é maior ainda. Propaganda e verdade! Vamos para a verdade. Este relatório diz o seguinte: um trabalhador da construção civil, o Seu Pedro, tem 62 anos de idade, contribuiu durante 25 anos para a Previdência, 10 anos por um salário mínimo, 10 anos por dois salários; foi melhorando, batalhando, qualificando-se. Este é o Brasil real! Este não é Brasil de privilégio. Mais 5 anos, três salários mínimos!

Pois bem, Deputada Jandira, hoje o Pedro tem direito de se aposentar dentro de 3 anos, aos 65 anos de idade, com a mão calejada, para ganhar 2.112 reais nesse meu exemplo, Deputado José Guimarães. Sabe o que vai acontecer se esta reforma absurda, se esta reforma da desigualdade for aprovada? A renda do Seu Pedro vai cair para 1.462 reais! É um corte de 31%!

Responda, Líder do Governo! Onde está o privilégio do Seu Pedro? Isto aqui é um arrocho salarial absurdo! Isto aqui é o aumento da desigualdade! Isto aqui é desrespeito de contrato! Dizem aqui que o Brasil vai quebrar, mas, quanto ao Seu Pedro, pode cortar 30% da aposentadoria dele. O que vocês querem é preservar o dinheiro garantido, para pagar os juros e a amortização da dívida, que é nela que o mercado especulativo está de olho! Essa aí não pode baixar nem meio por cento do juro, porque aí eles prendem o grito e querem mais dinheiro! Eles querem 1 trilhão — 1 trilhão! Desse trilhão 850 bilhões sairão do bolso de pessoas que ganham mil reais, 1.500 mil reais, 2 mil reais, 2.500 reais. Sabem para onde vai esse 1 trilhão? Vai para a saúde? Vai para a universidade? Vai para a estrada? Não! Vai tudo para o mercado financeiro, para pagar juros e amortização da dívida! Há outra coisa pior. O tempo anda muito rápido. Se eu tivesse meia hora para falar desta antirreforma, eu duvido que algum trabalhador continuasse em dúvida. Mas está aqui: exclusão! Exclusão previdenciária! Há uma linha que quer a idade de 65 anos para o trabalhador, se homem, e que se aumente para 20 anos a contribuição dele. Sabe quantos brasileiros ficam sem aposentadoria, Deputado Samuel, todos os anos? Retire esses 20 anos! São 772 mil brasileiros que a cada ano perderão o direito de se aposentar!

E aí me perguntam, Deputado Renildo Calheiros, Deputado Jorge Solla: *"Qual é a solução, Fontana? Porque há o desequilíbrio das contas"*. Sim, há solução! A solução é cobrar a conta do andar de cima, e não dos pobres! A solução é votar o imposto sobre lucros e dividendos, é votar o imposto sobre grandes fortunas e grandes heranças, é votar o fim de desonerações, como a MP do Trilhão, que deu 1 trilhão de desonerações para as grandes multinacionais do petróleo! A solução é votar o Imposto de Renda progressivo para as grandes rendas pagarem a conta!

O nosso voto é "não", porque chega de os mais pobres serem esfolados, pagarem a conta pela qual não têm responsabilidade! Quem tem responsabilidade por essas contas é o andar de cima, aqueles que ganham muito dinheiro com a especulação, com essa economia da especulação!

Por isso, o nosso voto é "não"!

Nós vamos lutar muito para derrotar esta barbaridade de reforma! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, gostaria de agregar o meu tempo de Líder também. Pode ser agregado também?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k.

A Deputada Joenia Wapichana tem direito a 6 minutos.

Explicaram-me que o acúmulo do tempo é por semana. Como a REDE ainda não usou, são 5 minutos mais 1 minuto do tempo de Liderança.

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de aqui manifestar que reconheço os esforços de todos os Parlamentares. Nós estivemos nesses dias discutindo assuntos que são importantes para todo o Brasil.

O texto aqui chegou de tal forma que causou uma grande preocupação sob todos os pontos de vista.

Reconheço o trabalho do Relator e o do Presidente na condução dos trabalhos. Nós avançamos muito na discussão. Nós amadurecemos pontos. Nós pudemos colocar a visão da pressão de uma sociedade. Nós colocamos pontos essenciais, que pudessem mudar, inclusive, a proposta inicial que veio do Governo.

Nós tínhamos preocupações relacionadas principalmente aos trabalhadores rurais. A meu ver, esse era um ponto essencial para que fosse garantida às pessoas que são sacrificadas no dia a dia a sua forma de viver, nas diferentes realidades no Brasil.

Nós também consideramos pontos relacionados às mulheres, os quais não foram ainda totalmente garantidos. Há ainda algumas preocupações relacionadas à idade mínima.

Nós tínhamos preocupação relacionada ao regime de capitalização, e também houve mudanças.

Nós tivemos preocupações relacionadas às regras de transição. Isso também teve em parte mudança.

Nós tivemos preocupações também relacionadas aos professores. Em algumas situações, houve mudanças, mas ainda faltou melhorar muito.

Reconheço, Sr. Relator, reconheço, Presidente, que o Brasil precisa ser analisado de uma forma conjunta. A reforma da Previdência não vai solucionar todos os problemas; ela tem que ser encaminhada junto com outras reformas do Brasil.

Esse peso de dizer que a reforma da Previdência vai ser a solução para todos os problemas — educação, saúde e demais direitos sociais — e colocar esse peso da responsabilidade em cima dos mais pobres não é justo.

Eu reconheço as mudanças significativas que aconteceram no relatório.

Eu reconheço o esforço do Relator.

Eu tenho sempre na mente a visão de que nós precisamos buscar o melhor para todos.

Eu vi que não houve tempo suficiente para a sociedade brasileira debruçar-se numa análise junto conosco. Nem todos os Estados realizaram uma audiência pública para que a sociedade brasileira pudesse manifestar sua preocupação. Os Estados e os Municípios não se manifestaram. Muitos deles nem sabem.

Eu estive discutindo recentemente em um Município do meu Estado que nem sequer sabia qual seria o posicionamento, se o Município iria aderir ou não. Assim, da mesma forma, muitos vão na onda — crescente ainda — de apoio ou não ao atual Governo de Bolsonaro.

Nós não estamos no período de eleição. Nós estamos discutindo direitos que vão ainda ser implementados.

Nós precisamos aqui reconhecer que temos uma oportunidade de melhorar. Nós tínhamos, aliás, uma oportunidade de melhorar. Acredito que o parecer já é o primeiro passo.

Eu fico numa preocupação muito grande, Sr. Relator, com os professores, com as pessoas que desenvolvem seu trabalho na informalidade — pedreiros, vendedores ambulantes, pessoas da rua, pessoas que lutam no dia a dia para sobreviver — e que ainda precisam ter os 40 anos de contribuição. Isso não foi melhorado; nós poderíamos ter baixado para 35 anos pelo menos.

Nós poderíamos ter visto a situação das mulheres; ter pensado nas classes profissionais que ainda não estão inclusas. Nós poderíamos ter avançado.

Nós poderíamos ter deixado esse relatório para a semana que vem, a fim de que todos os destaques pudessem ser colocados de forma minuciosa, detalhada.

Nós poderíamos, se existisse realmente uma vontade de termos uma reforma coerente com a realidade do Brasil, ter colocado essa reforma com tempo suficiente, para que houvesse uma discussão com todos da sociedade brasileira.

Essa pressa em aprovar uma reforma vai ajudar a quem? Eu sonho ainda com um Brasil que seja mais justo, mais digno, inclusive com reformas relacionadas às classes empresariais, que devem apoiar mais, que deveriam estar pagando a conta do Brasil, e não os pobres, e não os servidores públicos, como os policiais militares e policiais civis, que têm uma vida sacrificada.

Sr. Relator, eu não sei se poderia viver com dois salários mínimos, uma situação que no Brasil ainda existe.

Então, Sr. Relator, eu queria colocar o posicionamento da REDE neste sentido. É preciso ser coerente com a realidade do Brasil, com os mais vulneráveis deste País, com os mais pobres. Por esta razão, eu vou votar "não".

Eu sei que vai haver muita crítica, porque eu já sofri críticas quando votei contra a admissibilidade desta reforma da Previdência. Tenho que ser coerente também, porque o que nós protegemos é a população brasileira, e não os que recebem privilégios.

Para quem realmente acha que nós estamos recebendo privilégios, eu digo que abri mão desses privilégios no dia em que tomei posse como Deputada Federal.

Para concluir, Sr. Relator, quero dizer que eu tenho que ser coerente também, porque sou contra privilégios. Inclusive, foi por isso que eu abri mão da minha aposentadoria como Parlamentar. Sou contra privilégios, sou contra o fato de os mais pobres pagarem mais e os mais ricos tentarem se favorecer à custa dos mais pobres. É por isso que nós temos que enfrentar a discussão.

Eu estou votando "não" a este parecer, mas eu vou aguardar a análise dos destaques. Eu acredito que o Brasil precisa, sim, de uma reforma da Previdência, mas da forma em que está, da forma rápida como foi colocada aqui para nós, eu vou votar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A REDE vota "não".

Eu gostaria de pedir a atenção do Plenário, porque eu vou fazer uma consulta. Por equívoco meu, houve um problema aqui quando eu me retirei. O Deputado Marcel procurou-me aqui na mesa para dizer que acumularia o tempo de encaminhamento com o tempo de Liderança do NOVO, que usaria 4 minutos, 1 minuto cada um dos membros do partido que estavam aqui. Eu disse equivocadamente — o erro foi meu — que era possível, mas alguns membros do NOVO não são membros da Liderança.

Tudo que é fora do Regimento nós só fazemos se for por unanimidade. Há um apelo aqui para que eu ceda 1 minuto para o Deputado Vinicius Poit. Se alguém discordar, não cederei. Isso só será um precedente em outras situações também se todos concordarem.

Então, eu consulto o Plenário se nós podemos ceder 1 minuto ao Deputado Vinicius Poit. *(Pausa.)*

Concedo 1 minuto ao Deputado Vinicius Poit. Eu trago a responsabilidade para mim, porque foi um equívoco meu.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Deputada Jandira quer dar 10 minutos ao Deputado Vinicius Poit. *(Risos.)*

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Obrigado pela concessão, Sr. Presidente e colegas de Plenário. Eu vou usar este minuto de forma otimista, para olharmos o lado cheio do copo, para olharmos o quanto esta reforma da Previdência engloba interesses de todas as classes sociais, de todas as corporações.

Não dá para atender 100% todo mundo, pessoal. O cobertor é curto. Se nós puxarmos daqui, vai sobrar de lá. Então, nós pedimos a compreensão de todos, pedimos a compreensão dos professores, dos policiais, dos rurais, de todo mundo, para fazermos uma previdência que é boa para o Brasil.

O NOVO já demonstrou no voto esse compartilhamento, essa divisão não só de protagonismo, mas também de esforço para ajudarmos o nosso País. Então, vou reforçar o encaminhamento do NOVO para a reforma da Previdência: "sim". E vou reforçar que quem ganha, gente, não é o Jair Bolsonaro, não é o Rodrigo Maia, não é o partido A ou B; quem ganha com a reforma da Previdência é o Brasil. Votamos "sim".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Vinicius Poit.

Agradeço também ao Plenário a generosidade de corrigir um erro que eu cometi.

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria, Deputada Jandira Feghali?

V.Exa. vai acumular o tempo, Deputada? *(Pausa.)*

Então, a Deputada Jandira Feghali tem o tempo de 8 minutos.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, é bom esclarecer à sociedade brasileira que esta é a primeira etapa da votação da reforma — é a primeira; que nesta Comissão não é preciso quórum qualificado, apenas maioria simples. Portanto, esse resultado não significa o resultado final da reforma da Previdência. Temos tempo de luta, temos tempo de resistência e temos tempo de derrotar a reforma da Previdência no plenário.

Em segundo lugar, alguém disse aqui: *"A maioria espera este resultado"*. Eu repito: também acho, só que a maioria espera indignada o que acontece nesta Comissão hoje. Basta olhar as pesquisas sobre a reforma, basta olhar as pesquisas sobre o Governo e basta olhar as vaías que o Presidente da República tem tomado nos espaços a que vai. É bom dizer que essa popularidade cai por várias razões, entre elas a insistência em fazer uma reforma que tira direitos essencialmente da grande maioria do povo pobre deste País.

As mesmas mentiras sequenciadas, repetidas — usou-se dinheiro público nas propagandas oficiais, ilegais, nos aeroportos, nas ruas, nas televisões —, não conseguiram repercutir nas pesquisas de opinião pública deste País. E as mentiras dizem, em primeiro lugar, que o resultado desta reforma vai resolver o Brasil. Não há mentira maior do que essa, porque vai resolver, na verdade, a situação do capital financeiro, cuja ganância olha para esta reforma de forma desesperada. Aliás, há muito tempo, esperam reformas seguidas da Previdência para valorizar o seu ganho no mercado de capitais, na Bolsa de Valores; os seus ganhos no transporte de previdência para os seus âmbitos, dentro dos bancos e das grandes financeiras.

Esta reforma não vai ajudar em nada o Brasil, porque vai reduzir o consumo das famílias, vai reduzir os benefícios que hoje sustentam 72% dos pequenos e médios Municípios deste País. É a padaria do Seu João, é a mercearia da D. Maria,

é a farmácia aqui do Seu Pedro, é esse consumidor dos benefícios dos aposentados, pensionistas e de outros benefícios que sustenta a economia deste País na grande maioria dos Municípios.

Pior do que isso é que ela desmonta o modelo que, durante 2 décadas e meia, foi absolutamente superavitário, com um conceito avançado de seguridade social, para destruir o modelo garantido na Constituição brasileira. E o que é pior: eles tiram da Constituição e, por 87 vezes, dão a leis ordinárias ou a leis complementares o futuro da população brasileira. E o que é pior: toda a economia que queria o Sr. Guedes e este Governo — e este relatório a mantém essencialmente — é uma economia sobre a população pobre.

O sistema de capitalização foi arrancado desse parecer não só pela grande oposição aqui feita por nós e pela sociedade brasileira, mas também porque o Governo não conseguiu explicar o custo, os dados e como seria esse modelo. Incompetência! Esse Governo nunca conseguiu explicar como ia dizer à sociedade o quanto os bancos iam ganhar com esse modelo. No entanto, nós aqui podemos dizer que em todos os países do mundo o ganho foi brutal, que o déficit aumentou, que o rombo fiscal aumentou. Era isso que este Governo ia fazer se a Oposição aqui não tivesse sido acirrada.

Agora, nós podemos afirmar que o povo pobre vai perder. Todas as pensionistas rurais, todas, ganham um salário mínimo, Deputada Perpétua, todas. Com o relatório, podendo ganhar abaixo de um salário mínimo, essas mulheres trabalhadoras rurais não vão mais alcançar a pensão de um salário mínimo, tampouco as trabalhadoras urbanas — a pensão da maioria delas é de um salário mínimo.

Nós teremos pessoas pobres trabalhando mais para ganhar menos, como foi o exemplo citado aqui do trabalhador da construção civil. A maioria das mulheres empregadas domésticas não mais alcançarão a sua aposentadoria, mesmo mantendo os 15 anos, que ainda vão mudar por lei. É cheque em branco! As mulheres nessa reforma são as principais prejudicadas. Hoje, nós temos desemprego, desalento, elas são vitimadas. Essa reforma gerará vítimas, mulheres, trabalhadores pobres, população de rua, idosos mais pobres irão morar na rua, embaixo dos viadutos e das pontes deste País.

Aqui eu ouço discursos hipócritas, falando em nome dos pobres, do frio, da fome! Por favor, tomem vergonha ao falarem em nome dos pobres para votar essa reforma da Previdência! (*Palmas.*) Tomem vergonha! Quem perde com essa reforma é o trabalhador do Regime Geral. É na pensão, é no abono salarial, é no cálculo do benefício, é no aumento da idade das mulheres que vocês estão fazendo economia, abono de até um salário mínimo.

O abono salarial não será mais nem de um salário mínimo para os trabalhadores brasileiros que ganhavam até dois salários mínimos e tinham direito — hoje é 1.364 reais — no texto constitucional. O que vocês pensam que estão fazendo aqui neste Parlamento? Estão representando quem? O povo pobre deste País? Não! Vocês estão representando aqui os interesses de uma pequena elite empresarial, de uma grande elite financeira e do mercado e de grandes multinacionais estrangeiras que dominam esse mercado financeiro no Brasil.

Vocês acham o quê? Que Paulo Guedes, menino de Chicago, economista — é considerado no mundo da economia medíocre —, vem aqui para defender pobre neste País? Vocês estão achando o quê? Que vão aprovar uma reforma para salvar a pobreza, salvar o Brasil? Ora, valha-me, Deus! Vocês estão aprovando uma reforma para destruir a Previdência, em nome do mercado financeiro, para maior desigualdade e empobrecimento da população.

A Minoria encaminha o voto "não" com convicção, fazendo um apelo à sociedade brasileira: ponham-se de pé, mobilizem-se! Ainda temos o plenário para derrotar essa cruel e perversa reforma da Previdência contra todos os trabalhadores, particularmente as mulheres, dentre elas as mulheres negras, que são as que recebem os piores salários, são as mais precarizadas e as que mais estão desempregadas neste País. Portanto, a Minoria encaminha o voto "não", porque nós temos fontes outras para salvar o Brasil.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Jandira.

Como encaminha a Oposição? (*Pausa.*)

Como encaminha o Governo?

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - Sr. Presidente, primeiro quero reafirmar que para nós este é um momento histórico e crucial de construção da nova Previdência. Não vou agregar o tempo de Governo para não gerar uma auto-obstrução. Vou falar bem rápido. Este é mais um passo. Nós temos ainda duas votações, dois turnos em plenário. Temos certeza de que vamos chegar lá.

Quero parabenizar os Deputados Samuel, Marcelo e Silvio, que fizeram um trabalho excepcional.

Também quero reconhecer o trabalho do Presidente Jair Bolsonaro, que veio aqui pessoalmente entregar esta reforma, bem como o do Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, e dos Líderes que construíram os acordos.

Quero reconhecer que esta reforma, da maneira como está agora, como nós votaremos em poucos minutos, vai nos render uma economia de 1 trilhão de reais em 10 anos, o que era pretendido por nós, e vai abrir as portas para que nós possamos discutir a reforma tributária, a revisão do pacto federativo e tantas outras medidas que vão levar o nosso País para outro patamar na economia. Por isso, estamos todos de parabéns.

Vamos aprovar esta Previdência!

O Governo encaminha "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo encaminha "sim".

Como encaminha a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, antes de iniciar o meu tempo, eu peço para que seja agregado o tempo de Liderança da Oposição. Se possível, gostaria que V.Exa. pedisse um pouco de silêncio aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pessoal, eu quero fazer um apelo. Deputado Samuel... Deputado Samuel... Deputado Samuel eu quero fazer um apelo a V.Exa. para que esta reunião... Só um pouquinho aqui... Deputado Perondi...

Eu quero pedir que continuem a reunião no corredor, ali do lado de fora. Eu entendo a necessidade desses diálogos, mas que eles aconteçam fora do ambiente do plenário.

Peço silêncio para que possamos ouvir, pela Liderança da Oposição, o Deputado Alessandro Molon, que acumula o tempo de Liderança com 1 minuto de encaminhamento.

V.Exa. tem o tempo de 8 minutos.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Muito obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar V.Exa. e os demais colegas.

Presidente, para nós da Oposição a Previdência Social brasileira não é um problema, ela é uma solução. Ela é uma solução para as pessoas que não têm mais condições de trabalhar quando falta a força física, para as pessoas que adoecem, para as pessoas que sofrem acidentes e ficam inabilitadas para o trabalho. Portanto, é um sistema de proteção que deve ser fortalecido, que deve ser protegido. Ele também deve ser reforçado.

Para o Governo ela não representa isso. Para o Governo Bolsonaro a Previdência é um problema. Tanto isso é verdade que o Governo fez o que pôde para acabar com a Previdência quando propôs a sua substituição pelo sistema de capitalização, o que nós, da Oposição, enfrentamos desde o primeiro momento. E temos que comemorar, sim, essa grande vitória da Oposição brasileira que foi a retirada do sistema de capitalização. Esse sistema, adotado em outros países, fez com que as pessoas chegassem à velhice sem condições mínimas de uma vida digna. Isso não poderia ser adotado no Brasil, e nós vencemos essa luta. Não foi a única luta que vencemos até aqui, tivemos outras vitórias e teremos mais vitórias.

Queremos transformar a Previdência Social brasileira numa previdência melhor, numa previdência sustentável, sim. Por isso, nós não negamos a necessidade de ajustes na Previdência. Nós queremos o equilíbrio das contas da Previdência, sim, mas nós, da Oposição, não temos apenas responsabilidade fiscal, temos, ao lado da responsabilidade fiscal, a responsabilidade social. E essa reforma da Previdência, do ponto de vista social — é lamentável dizer isso, mas é necessário —, é irresponsável. Ela é socialmente irresponsável porque milhões de brasileiros não conseguirão se aposentar. Vou dar três exemplos de graves prejuízos. Essa proposta de reforma infringe direitos, sobretudo dos mais fracos, dos de baixo, dos que trabalham mais e ganham menos e da classe média brasileira. Estes serão duramente afetados por essa proposta de reforma.

O principal problema do Brasil é a desigualdade social. E essa reforma vai agravar esse problema. Por isso, ela não pode merecer o nosso voto. Queremos mudanças na Previdência, sim, mas não aquelas que aumentem a desigualdade. Por isso, lutamos desde o início também para a retirada das regras do Benefício de Prestação Continuada — BPC, o que tornaria a vida dos brasileiros em situação de miséria muito pior. Essa também foi uma vitória da Oposição. O Relator acatou as nossas sugestões e observações, bem como as de outros partidos. E esse foi um avanço importante.

Nós, da Oposição, também conseguimos a mudança na fórmula que apontei para o Ministro da Economia desde o primeiro dia. O Ministro negou aqui, nesta sala, depois negou no Plenário 2, na Comissão da Reforma da Previdência, mas o Relator fez uma mudança na fórmula, porque a fórmula mandada pelo Governo fazia com que quem trabalhasse mais e contribuísse mais ganhasse menos. Algo absurdo! O Relator corrigiu uma coisa que apontamos aqui desde o início. Mais uma vitória da Oposição brasileira para o Brasil.



Salvamos também os recursos do BNDES. Essa foi uma grande vitória da Oposição brasileira nessa luta também. Queriam retirar recursos, queriam impedir o investimento de longo prazo, de médio prazo, na infraestrutura brasileira, investimento que gera emprego e renda. Se não gerar emprego e renda, o Brasil não vai sair desta profunda crise. Nós, da Oposição, lutamos para salvar o BNDES e conseguimos essa vitória junto ao Relator.

E também melhoramos a situação dos rurais, que não está resolvida de uma vez por todas, mas demos um passo importante e queremos dar outros passos. Vamos debater isso nos destaques.

Essas vitórias, a Oposição precisa registrar, porque, durante o debate, muitas vezes dizem: "*Para que serve a Oposição? Ela é apenas do contra?*" Presidente Marcelo Ramos, V.Exa., que tantas vezes reconheceu o nosso papel e agiu de forma democrática, hoje, aqui, está demonstrada a função, a necessária função de uma oposição qualificada, que impede retrocessos e tenta garantir alguns avanços.

Mesmo assim, a proposta ainda está socialmente muito ruim. Uma pessoa que ganha dois salários mínimos acabará deixando, se esta reforma for aprovada, para sua viúva ou viúvo, algo acima, pouco acima de 500 reais. Como é que alguém pode dizer que isso é combater privilégios? Tratar uma pessoa que ganha 2 mil reais, Deputado Fontana, fazendo com que ela deixe para seu viúvo ou sua viúva, no máximo, algo em torno de 500 reais, isso é combater privilégios?

Por favor, não digam isso! Não enganemos a população brasileira! Que cada um vote de acordo com a sua consciência, mas tenhamos a coragem de dizer a verdade! Esta reforma vai aumentar a desigualdade social no Brasil. E nós, da Oposição, não podemos ser coniventes com isso!

Conquistamos avanços, fizemos um bom debate, mas não apoiaremos injustiças sociais, como a crueldade que se quer fazer com os professores; a traição cometida nesta Casa com os servidores da segurança pública, que acreditaram no Governo, como se o Governo os respeitasse ou prezasse a sua importante função. Hoje eles estão experimentando na carne a dor da falta de palavra do Governo, que poderia não ter se comprometido, mas se comprometeu e agora os abandona com muitos dos que tinham se comprometido com esses destaques não os votando mais.

A fórmula de cálculo da aposentadoria vai fazer com que as pessoas trabalhem mais anos e ganhem menos! As pessoas que já são sacrificadas vão ter que trabalhar mais para ganhar menos!

E eu termino mencionando o ponto que, socialmente, é o mais grave de todos: o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 20 anos fará com que brasileiros que se aposentam hoje, por idade, aos 65 anos, se considerarmos a média de contribuição desses, de 5 meses a cada ano, tenham que trabalhar mais 12 anos para se aposentar. E não são passíveis de proteção pelo BPC — nem terão o BPC nem se aposentarão!

Como é que a Oposição brasileira poderia concordar com isso?

Por essas razões todas, porque é socialmente injusta e agravará o principal problema do Brasil, que é a desigualdade social, a Oposição, Presidente, vota "não" a esta proposta de reforma da Previdência. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Molon.

Eu vou fazer mais um apelo aos Deputados que estão em reunião aqui à minha direita para que façam esta reunião lá fora, aliás, que estão à minha esquerda, desculpem-me.

Vamos lá! Eu tenho alguns pedidos de inscrição pela Liderança. Já acabou a orientação de voto. Eu gostaria de solicitar a V.Exas. que iniciássemos o processo de votação, e, durante o processo...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k.! Sem problema, Deputado Ivan. V.Exa. tem a palavra. Calma, Deputado Ivan!

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Ivan, eu não estou apressando nada aqui. Eu estou tranquilo. Calma, Deputado! Sem problema!

V.Exa. tem a palavra, Deputado Ivan Valente, pelo tempo de 4 minutos.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Líder da bancada do PSOL, quero dizer, em primeiro lugar, que Bolsonaro na verdade tem amigos. Para ele, aos amigos tudo; aos trabalhadores a lei, esta maldita reforma da Previdência, que esfolia a maioria do povo brasileiro pobre, que ganha até 3 salários mínimos. Os militares não entram na reforma, são amigos dele: 17% apenas, na transição, e dobrando o salário.

E agora ele falou que errou ao tratar da Polícia Federal e tal! Ele errou, ele foi injusto só com a Polícia Federal! Ele não foi injusto com os milhões de trabalhadores que vão ter retirado o seu abono salarial. Ele não foi injusto com os trabalhadores, quando estendeu para 100% das contribuições na pensão por morte um valor menor do que o do salário mínimo. Isso ele não acha que foi injusto.

Veja, por isso, ele está sendo chamado de traidor pelas Polícias. Ele será chamado de traidor pela esmagadora maioria do povo brasileiro! A esmagadora maioria do povo brasileiro é prejudicada: não se aposenta ou tem retirada de direitos, nessa reforma da Previdência dos ricos. Quem ganha com essa reforma é o capital financeiro. Um trilhão é para pagar juros da dívida pública e amortizações. Nós sabemos disso. É para comprar a confiança no mercado financeiro.

E mais, estão usando os Ratinhos da vida, as Lucianas Gimenez da vida, com o dinheiro público, para enganar o povo, para dizer que essa reforma é boa. Mentira! O Sr. Paulo Guedes é um homem do capital financeiro. Ele é um ricaoço. Na verdade, isso nunca foi uma reforma; é uma contrarreforma, que atinge brutalmente os trabalhadores brasileiros.

Um trabalhador, para se aposentar, tem que contribuir 40 anos, no país do desemprego, no país da informalidade, no país da sazonalidade! Isso é um grande engano. Ninguém se aposenta integralmente. E uma grande maioria não chega aos 20 anos para receber 60%. Essa é a verdade que está sendo dita aqui.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que o povo brasileiro vai fazer as contas. Vai verificar que ele é o grande prejudicado nessa questão e vai dizer: "*Bolsonaro traidor!*" Ele voltou aqui sempre contra a reforma da Previdência. Teve oito mandatos, e em nenhum ele defendeu a reforma. Agora ele está no colo do mercado financeiro.

E eu quero mostrar coerência, porque o PSOL sempre votou contra essas reformas da Previdência, porque nós defendemos fazer primeiro uma reforma tributária, taxar grandes heranças, taxar grandes fortunas, lucros e dividendos. Só aí nós teríamos 1 trilhão e 300 bilhões de reais para distribuir, investir, gerar emprego e distribuir renda.

Nós estamos com os pobres do Brasil e votamos "não". (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Tem a palavra, pela Liderança do PCdoB, a Deputada Perpétua Almeida pelo tempo de 3 minutos.

**A SRA. PERPÉtua ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, aqui estamos discutindo uma reforma da Previdência que vai mudar a vida de milhões de brasileiros. Nós estamos discutindo uma reforma da Previdência que é um tiro na Previdência pública. O Governo Bolsonaro dá um tiro na previdência dos mais pobres deste País. Então, vejamos.

Esse 1 trilhão que o Bolsonaro que arrecadar, de onde ele o tira? Oitocentos bilhões o Bolsonaro tira da aposentadoria daqueles que ganham menos de três salários mínimos. Eu pergunto: três salários mínimos é privilégio, Sr. Presidente?

O PCdoB não pode concordar com uma reforma dessas, que pune aqueles que menos ganham, aqueles que mais dificuldade têm de se aposentar.

Alguns colegas Parlamentares dizem aqui: "*Ah, mas vocês estiveram no Governo. Por que vocês não fizeram essa reforma da Previdência? Nunca tiveram coragem de fazer essa reforma da Previdência.*" Graças a Deus, nós nunca tivemos coragem de fazer essa reforma da Previdência, porque ela prejudica os trabalhadores, porque ela prejudica os mais pobres! Nós jamais faríamos uma reforma da Previdência que tira o sonho dos trabalhadores de se aposentarem.

Quando estávamos no Governo, aos trabalhadores nós entregamos o Bolsa Família, nós entregamos o FIES, nós entregamos o Minha Casa Minha Vida, nós entregamos o Luz Para Todos. Este Governo tira a aposentadoria dos mais pobres, e o PCdoB não pode concordar com isso. O PCdoB, Sr. Presidente, jamais aceitaria votar uma reforma da Previdência que prejudica as viúvas, que podem passar a receber menos de um salário mínimo.

Por isso, Sr. Presidente, o PCdoB faz um apelo: ainda está em tempo de votar contra esta reforma da Previdência.

Daqui a pouco, a população, que está nos assistindo, vai assistir a uma comemoração aqui, porque a Base do Governo vai ganhar a votação agora nesta Comissão. Olhem bem para a cara daqueles que vão rir, vão aplaudir, vão comemorar a desgraça dos trabalhadores!

O PCdoB vota contra essa reforma da Previdência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Em votação o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

De ofício, defiro votação nominal.

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicitar aos Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Aproveito o momento da votação e peço aos Deputados que mantenham o silêncio, porque nós vamos ouvir dois Líderes.

Deputado Darci de Matos, V.Exa. tem a palavra pelo tempo de 6 minutos, que serão divididos com o Deputado Marco Bertaiolli. V.Exas., ambos Vice-Líderes, têm o tempo acumulado de 6 minutos.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero afirmar que este é um momento histórico para o Parlamento brasileiro e para todos nós, um momento em que nós temos a oportunidade de efetivamente promover a mudança do Brasil, aprovando a primeira das grandes reformas deste País: a reforma da Previdência. É uma reforma, Sr. Presidente, que, ao contrário do que diz a Oposição, pega os grandes e protege os pequenos.

Sr. Presidente, nós vamos comemorar sim a vitória, porque, no relatório do Relator Samuel Moreira, nós aumentamos a Contribuição Social do Lucro Líquido dos bancos de 15% para 20%. Nesta reforma, Sr. Presidente, nós acabamos com a aposentadoria especial dos Deputados e Senadores. Os Parlamentares vão se aposentar como qualquer trabalhador do Brasil. Em terceiro lugar, Sr. Presidente, a alíquota de quem ganha mais vai ser maior. Isso, sim, significa cortar privilégios, não dos pequenos, mas privilégio dos grandes, principalmente do serviço público no nosso País, daqueles que ganham 20 mil, 30 mil, 40 mil, 50 mil, 60 mil e até 70 mil reais.

Mais do que isso, Sr. Presidente, nós protegemos os pequenos. Por quê? Porque 40 milhões de trabalhadores, que recebem um salário mínimo e que contribuem com 8%, vão passar a contribuir 7,5%.

A reforma é necessária, a reforma é fundamental.

Sr. Presidente, nós também precisamos fazer um apelo — e vamos fazer todos os esforços — para que no Plenário possamos incluir Estados e Municípios, porque o déficit dos Estados e Municípios chega à casa dos 100 bilhões de reais por ano.

Encerro as minhas palavras afirmando que cruel, como diz a Oposição, não somos nós: cruel foi a gestão do PT e da esquerda, que jogou 13 milhões de trabalhadores na fila do desemprego, que jogou milhões de brasileiros morrendo na fila do SUS. Isso, sim, é crueldade.

Nós, com esta reforma e com as demais reformas, vamos salvar o nosso País, o que os senhores acabaram, por incompetência e desonestidade. Essa é a nossa função. É isso que nós vamos comemorar, Sr. Presidente.

Compartilho o meu tempo com o Deputado Marco Bertaiolli, que é o nosso Vice-Líder.

**O SR. MARCO BERTAIOLLI** (PSD - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente, por conceder esta divisão de tempo ao PSD. Quero iniciar cumprimentando o Presidente Marcelo Ramos, cumprimentando o nosso Relator Samuel Moreira, o Deputado Silvio Costa Filho e toda a equipe desta Comissão Especial. V.Exas. foram gigantes, grandes, na condução do processo da reforma da Previdência. E nós todos temos que enaltecer e reconhecer o trabalho que V.Exas. estão fazendo pelo Brasil.

Cumprimento todos os integrantes desta Comissão e digo que o PSD vai votar "sim" à nova Previdência. É a Previdência possível. É a Previdência de que o Brasil precisa para recuperar o seu poder de economia, para voltar a gerar empregos, para voltar a gerar renda. Existe um Brasil parado lá fora, aguardando esta votação. Este momento histórico que acontece aqui na Câmara Federal, nesta Comissão Especial, será registrado como a retomada que o Brasil espera e aguarda, para a geração de empregos.

E nos reservamos o direito a duas discussões daqui para frente. A primeira, no Plenário da Câmara, refere-se à inclusão de Estados e Municípios nesta reforma. É fundamental que tenhamos uma reforma completa no País, e não uma reforma pela metade. A segunda, assim que terminarmos esta votação, diz respeito aos destaques que serão analisados. O PSD apresentou o Destaque nº 40, que nós vamos trabalhar, defender e atualizar.

É muito importante, Sr. Presidente, que agora se inicie um processo de conhecimento da população brasileira sobre esta nova Previdência que se apresenta. É fundamental que nós reconheçamos o esforço de todos os Parlamentares que aqui estão defendendo uma nova Previdência, trabalhando para que o Brasil volte a gerar empregos e renda. Milhares de micro e pequenas empresas estão fechando as suas portas lá fora, Sr. Presidente, aguardando esta votação. E é para isso que nós estamos aqui.

Estivemos trabalhando nessa madrugada até à 1h30min da manhã e estamos hoje desde as 9 horas da manhã, trabalhando, conversando, comunicando e orientando, para que o Brasil volte a crescer e volte a gerar empregos.

Parabéns, Presidente Marcelo Ramos, pela dedicação, pelo empenho e pelo trabalho!

Parabéns, Relator Samuel Moreira, pelo trabalho, pelo empenho e pela dedicação!

O PSD, neste momento, colabora com o Governo brasileiro, colabora com o Brasil. E não vota a nova Previdência: vota pelo Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Já há 49 votos.

Concedo a palavra ao Deputado Filipe Barros, pela Liderança do PSL, pelo tempo de 7 minutos.

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - Sr. Presidente, o Governo não gera riqueza, assim como o Estado não gera emprego. Pessoas geram riqueza e pessoas geram empregos. É por isso que é falsa a ideia de que é o Estado pagando ou deixando de pagar com a Previdência Social. Parafraseando Thatcher: não existe dinheiro público, o que existe é dinheiro do pagador de imposto.

Pois bem, hoje nós temos um sistema previdenciário que nada mais é do que uma pirâmide. O sistema atual, este sim, gera desigualdade, gera privilégios, gera pobreza. Não é possível que continuemos, dos gastos primários da União, gastando com Previdência 58% do dinheiro do pagador de imposto brasileiro, Deputado Samuel Moreira, enquanto gastamos com educação e com saúde irrisórios 17% do dinheiro arrecadado do suor do trabalhador brasileiro. Vejam só: 58% com Previdência, 17% com educação e saúde.

Vocês acham que é ruim isso? Vai piorar, vai piorar se não aprovarmos a nova Previdência. Em 2020, Presidente Marcelo Ramos, esses 58% serão transformados em 70%, ou seja, 70% do dinheiro arrecadado do trabalhador brasileiro vai ser para arcar com o sistema previdenciário atual, que é um sistema de pirâmide que gera desigualdade, que gera pobreza. Enquanto isso, os gastos, os investimentos com educação e saúde vão se estrangulando cada vez mais, vão se estrangulando.

Nós temos, Deputado Silvio Costa, algumas alternativas diante desse cenário: ou diminuir os irrisórios 17% gastos com saúde e educação ou — o que é uma outra possibilidade — imprimir dinheiro, inflação. A população brasileira que nos ouve agora vai lembrar do período histórico do nosso País em que de manhã a carne valia "xis" e à noite a carne valia dez vezes "xis". É isso que alguns aqui querem. Apostam no quanto pior melhor. Esta é a reforma do Brasil. Nós temos uma terceira hipótese, Srs. Parlamentares, que é fazer uma nova Previdência.

Eu mostrei aqui, nos trabalhos desta reunião, que todos os países desenvolvidos no mundo seguem basicamente as mesmas regras, Ministro Onyx Lorenzoni, nas suas leis de aposentadoria. Só o Brasil que destoa desses países. Todos os ex-Presidentes fizeram reformas da Previdência, mas foram reformas populistas, foram reformas empurrando com a barriga o problema. Mas hoje chegou o momento em que nós temos em nossas mãos a oportunidade de solucionar o problema, de votarmos uma nova Previdência.

Desde que eu nasci, em 1991, Deputado Samuel Moreira — sou um pouco mais jovem que V.Exa. —, eu ouço falar que o Brasil é o país do futuro, e esse futuro nunca chega. Mas eu afirmo para todos aqui: chegou. Nós estamos reconstruindo o que foi completamente destruído nos últimos anos. Pela primeira vez na história do Brasil, nós vimos a população sair às ruas e defender reformas que a princípio são impopulares, como a reforma previdenciária.

É por isso que o voto do PSL, bem como os votos dos partidos que estão votando "sim", é o voto das milhões de vozes que foram às ruas nos últimos dias se manifestarem pela Previdência.

Temos que parar de ser egoístas e hipócritas e pensar nas próximas gerações. Temos que pensar, sim, na justiça social e acabar com os privilégios.

Desse restante do tempo que me sobra, Srs. Parlamentares, tenho que parabenizar o nosso Ministro Paulo Guedes pelo trabalho hercúleo que vem fazendo de reconstrução econômica do nosso País. Tenho que parabenizar o Presidente Luciano Bivar, o Deputado Delegado Waldir, a Deputada Joice Hasselmann, o Deputado Major Vitor Hugo, o Deputado Alexandre Frota, que foi o nosso coordenador. Parabenizo o Presidente, Deputado Marcelo Ramos, o Relator, Deputado Samuel Moreira, o Vice-Presidente, Deputado Silvio Costa Filho. Quero parabenizar também o Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, o empenho. Quero agradecer a todos os partidos que, através do diálogo, estão votando "sim" pela nova Previdência.

Sr. Presidente, deixo um recado: nós, do PSL, o partido do Presidente da República, o Presidente que teve a coragem de apresentar uma nova Previdência, uma Previdência que foi obviamente rediscutida e sobre a qual se fez consenso,

através do relatório do Deputado Samuel Moreira, temos que parabenizar o nosso Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, pela coragem de enfrentar esse tema.

Para finalizar, Sr. Presidente, é lamentável vermos aqui fora grandes corporações que querem manter os seus privilégios, manter aquilo que irá acabar com a nova Previdência, esta que vai gerar mais emprego, que vai favorecer o pobre e que vai ajudar na reconstrução de uma economia melhor para o nosso País.

"Sim" à nova Previdência!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Muito obrigado, Deputado Filipe Barros.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Vamos proceder à apuração dos votos.

*(Procede-se à apuração.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Declaro o resultado: "sim", 36 votos; "não", 13 votos.

Está aprovado o parecer do Deputado Samuel Moreira, ressalvados os destaques, que serão enfrentados imediatamente.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu peço que aumente o som da mesa.

Meus amigos, Deputados e Deputadas, por favor, isto aqui não é uma partida de futebol, não é um jogo de torcidas. Calma!

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu estou falando com todos. Calma, eu estou justamente querendo repor a ordem.

Eu peço que retomemos os trabalhos.

Ouvirei a questão de ordem de V.Exa.

Nós ainda temos uma grande jornada a ser enfrentada aqui. Temos 29 destaques. Nós votamos apenas o relatório, o texto-base, o voto do Deputado Samuel Moreira.

Acho que é absolutamente natural a comemoração e a indignação, mas isso tem que ser feito dentro de critérios de urbanidade, sem confronto, como temos feito até aqui. Vamos tentar retomar a ordem dos trabalhos, seguir aqui em nossa jornada.

Deputado Paulo Ramos, V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, primeiro, quase que consumada a traição nacional, eu quero reivindicar esta possibilidade, e para isto há possibilidades regimentais: enquanto não se conclui a votação das emendas, a possibilidade de emendas aglutinativas.

Eu não quero ler aqui todo o arrazoado, não quero ler todo o arrazoado, mas eu tenho aqui exemplos, exemplos os mais diversos de, antes da votação, apresentação de emendas aglutinativas. É a possibilidade, Sr. Presidente, de aqueles que integram a Comissão — isto tem acontecido no plenário —, através do diálogo, até para facilitar a conclusão do processo de votação, reunirem emendas, aglutinando emendas que tenham uma similaridade, uma complementaridade.

Portanto, eu solicito a V.Exa. avaliar esta possibilidade, antes que matéria destacada seja submetida à votação. Isto é entendimento que pode ocorrer no plenário da Comissão. Não posso acreditar, Sr. Presidente, tendo em vista o açodamento, a supressão do diálogo, que pelo menos na undécima hora isso não possa ocorrer.

Sr. Presidente, há muitos anos eu ouvi que a pátria é o povo. Estamos consumando aqui, com a reação da Oposição, um crime de lesa-pátria, um crime de traição nacional. O Presidente da República já tem sido identificado como traidor. Agora eu quero ver se aqueles que estão votando favoravelmente vão ter coragem de confessar o crime nas suas próprias bases, se eles vão postar nas redes sociais o voto dado aqui. Não têm coragem. Eles vão enganar, na discussão dos destaques, a tentativa de salvação desta ou daquela categoria. Não há recuperação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Paulo Ramos, eu vou ser bem sucinto na resposta à questão de ordem de V.Exa.

A Questão de Ordem nº 176, de 2007, é absolutamente direta em relação à questão de V.Exa.: *"Incabível emenda aglutinativa no âmbito das Comissões"*. A questão de ordem de V.Exa. está indeferida.

Passo a palavra à Deputada Gleisi Hoffmann.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente. Eu também pedi a palavra para uma questão de ordem.

Quero começar dizendo que é doloroso ver aqui uma manifestação de alegria e de aplauso para a votação e aprovação de uma matéria tão cruel com o povo brasileiro, com a maioria do povo brasileiro. Mas é compreensível, Sr. Presidente, porque os que estavam aqui, não ganham um ou dois salários mínimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Qual é a questão de ordem, Deputada?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Art. 182. Os que estão aqui ganham muito dinheiro, então não dependem da Previdência Social. Eu fico realmente muito triste, porque eu queria saber o que pensa agora a cozinheira, o pedreiro, a professora, as pessoas que precisam do dinheiro e da Previdência Social. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Qual é a questão de ordem, Deputada Gleisi Hoffmann?

Peço só um minutinho ao Plenário, só um minutinho!

Eu quero saber qual é a questão de ordem de V.Exa.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Art. 182, parágrafo único. Eu quero fazer a minha declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Leio o artigo:

*Art. 182 .....*

*Parágrafo único. É lícito ao deputado, depois da votação ostensiva, enviar à Mesa para publicação declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.*

Portanto, V.Exa. pode fazer declaração de voto, mas escrita e encaminhada à Mesa. A questão de ordem de V.Exa. para declaração de voto oral está indeferida.

Conforme já informado, declaro prejudicados os Destaques nºs 1 e 51, em razão da aprovação do parecer.

Sobre a mesa há um requerimento da lavra da Deputada Alice Portugal, em que requer, nos termos regimentais, que todos os destaques apresentados à PEC 6/19, com base no art. 161, § 2º, sejam votados nominalmente, garantindo o encaminhamento deste requerimento, independentemente de possível acolhida, de ofício, pelo Presidente.

O requerimento está parcialmente deferido, com acolhimento, de ofício, pelo Presidente, de todas as votações nominais. E, em decorrência do precedente da decisão já tomada na discussão de ontem, o requerimento de encaminhamento, independentemente de autorização, de ofício, está indeferido.

Requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques.

Encontra-se sobre a mesa requerimento para que a admissibilidade dos destaques seja votada em globo, de iniciativa do Deputado Darcísio Perondi, Vice-Líder do Governo, que passo a ler:

*Requeremos, nos termos do art. 162, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, votação em globo dos requerimentos de destaque simples oferecidos à seguinte proposição: substitutivo da PEC 6/19.*

Encaminhamento de votação.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, Sr. Relator, antes de mais nada, quero cumprimentar todos os companheiros da base reformista, que nesses quase 6 meses trabalharam, estudaram, se agruparam, se juntaram e propiciaram esse relatório, que fará bem a todo o Brasil. É para a Nação...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Espere só um pouquinho, Deputado Darcísio Perondi.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - V.Exa. sabe que está errado!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Alice Portugal, deixe-me lhe dizer uma coisa...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Diga!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com grito, comigo não funciona, Deputada Alice, não funciona!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - É uma arbitrariedade! Eu estou inscrita!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Alice Portugal, para mim não há problema. Eu não vou cortar-lhe a palavra. Eu vou dar a V.Exa. a fala em todos os destaques, como está a sua inscrição. E nenhum outro membro da Oposição vai falar.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, depois falará a Deputada Alice Portugal.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Está resolvido, está resolvido. A Deputada Alice Portugal vai falar neste e em todos os requerimentos em que ela está inscrita. Isso é um problema da Oposição, não é um problema da Mesa. Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, essa votação em globo dos destaques simples tem um objetivo precípuo. Todos nós sabemos, nós vamos aprovar isso, vamos economizar um baita tempo. O Brasil vai ganhar, e nós vamos ganhar também. Votaremos agora, votaremos em globo todos os destaques simples, e depois pela admissibilidade. Vai ganhar o Brasil e nós todos, dessa base que trabalha com esperança, com confiança, com coragem, com patriotismo no coração. Vai vencer mais uma vez. São 10 horas de trabalho, e nós vamos ficar as 10 horas aqui para entregar essa reforma para a Nação. Vamos votar em globo, todo mundo, de novo, pessoal!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal, para encaminhar contrariamente, por 5 minutos.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Estou passando para a Deputada Gleisi Hoffmann.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann, para encaminhar, por 5 minutos.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero aqui começar o encaminhamento contrário exatamente pelas palavras que eu disse quando tentei fazer a minha questão de ordem de declaração de voto: é vergonhoso, é doloroso ver um bando de homens aqui, engravatados, aplaudindo e rindo a votação de uma das matérias mais cruéis que já tramitou nesta Casa, matéria que desconstrói o Sistema de Seguridade Social, desconstrói o Sistema da Previdência Nacional, que em 1988, com a Constituição brasileira, nós conseguimos edificar.

Hoje os senhores iniciaram um processo de afrontamento aos direitos básicos do povo brasileiro. E eu disse que era compreensivo ver aqui esse bando de homens engravatados, sorridentes e comemorando, porque nenhum deles ganha um salário mínimo ou dois salários mínimos. Quem ganha um salário mínimo ou dois salários mínimos é o povo que está aposentado neste País. Setenta por cento das pessoas que recebem pelo Regime Geral da Previdência Social ganham até dois salários mínimos.

Aliás, essa é a realidade também do povo trabalhador brasileiro. Os que vão se aposentar também ganharão, no máximo, dois salários mínimos. É muito difícil alguém ganhar o teto do Regime Geral de Previdência Social, que é 5 mil reais. E os senhores ainda têm a coragem e a desfaçatez de vir aqui e dizer que estão acabando com privilégios! Acabar com privilégio é mexer na aposentadoria de 2 mil reais? Acabar com privilégio é mexer no abono salarial? As pessoas tinham direito a ganhar um salário mínimo, quem ganhava dois salários mínimos por mês. Os senhores reduziram para 1.364 reais. Acabar com privilégio é mexer na pensão por morte recebida pela viúva, que poderia ter direito a ganhar a sua aposentadoria mais a pensão do marido? Os senhores estão cortando isso! Estão reduzindo a pensão por morte para menos de um salário mínimo, coisa que a nossa Constituição proibiu. Os senhores acham que isso é combater privilégios?

Eu tenho vergonha de ter estado aqui e visto o riso, a alegria, os aplausos desses que acham que estão fazendo uma grande coisa para o Brasil. Os senhores estão jogando contra a maioria da população pobre deste País. Ou os senhores acham que é justo que um trabalhador tenha que contribuir por 40 anos para ganhar o seu salário de forma integral? Quem é que consegue trabalhar 40 anos consecutivos, sem ficar desempregado? O servidor público, somente. Mas os trabalhadores, em geral, não conseguem. Os senhores acham justo aumentar o tempo de contribuição para os homens em 20 anos? Eu gostaria de saber se alguém que não tem estabilidade no emprego já conseguiu trabalhar 20 anos consecutivamente e pagar a Previdência Social. A maioria deste País ganha muito pouco, rala muito para poder pagar o INSS, para ter direito a uma aposentadoria. Hoje os senhores estão tirando do povo um dos maiores direitos, a maior proteção social que nós construímos para o povo brasileiro. É uma vergonha ver esta Casa comemorando!

Mas vou dizer de novo: isso é compreensível, porque nenhum daqueles que aqui bateu palmas ganha um ou dois salários mínimos. Portanto, tirar direito dos outros é fácil. Portanto, ir para cima dos outros é fácil. Quero ver quando se trata dos próprios direitos, quero ver quando se trata das próprias condições. Aí, isso não acontece.

Infelizmente, o nosso País está vivendo uma página triste da sua história. Aquilo que conquistamos com a Constituição de 1988 está começando a ser desmoronado, destruído e dilacerado agora. Isso ficará registrado na história. Não pensem os senhores que a história esquecerá esse fato. Eu deitarei no meu travesseiro e dormirei com a cabeça tranquila de quem tem o sono dos justos, o sono de quem fez justiça. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos respeitar a fala!

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Terei o sono de quem lutou até o último instante para ficar, e ficou, ao lado do povo brasileiro. Não é o que os senhores poderão fazer. Infelizmente, os senhores ficarão, sim, com a consciência pesada, quando o resultado dessa reforma começar a incidir nas costas do povo pobre brasileiro. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PT?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - O PT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL? *(Pausa.)*

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Desculpe-me, Sr. Presidente. Eu queria que passasse a palavra ao Deputado José Guimarães. Eu pensei que os dois haviam saído, e foi por isso que falei.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Já fez a orientação de voto. Nós vamos ter...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Henrique e Deputado José Guimarães, nós vamos ter aqui pelo menos 30 encaminhamentos de voto. Não vai ser 1 minuto que vai comprometer algo. Daqui a pouco V.Exas. fazem outro. Já, já vai haver outra oportunidade.

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

**O SR. HUGO LEAL** (PSD - RJ) - O PSD vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "sim", vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, o PSB encaminha "não", para rejeitar esse requerimento, que vai fazer com que o povo brasileiro tenha uma vida pior do que a que tem agora.

Enquanto os Deputados da base do Presidente Bolsonaro comemoram aqui nesta Comissão, ele diz em entrevista que esta Casa errou muito ao excluir os policiais. Ele livra a cara dele dessa bobagem de reforma da Previdência e diz que vai se dedicar agora a pedir votos para o decreto de armamento.

Enquanto os Deputados ficam aqui cantando vitória, falando em nome do seu Governo, ele faz o que mais sabe fazer: nada — tuitar o dia inteiro. Não trabalha pelo povo brasileiro e oferece uma reforma a esta Casa que beneficia a banca e os que mais podem neste País, penalizando exatamente...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB, Deputada?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - O PSB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PRB?



**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - O PRB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSDB?

**O SR. DANIEL TRZECIAK** (PSDB - RS) - O PSDB vota "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o DEM?

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, antes de tudo, eu queria dizer que o pressuposto essencial para a democracia é reconhecer a legitimidade do seu adversário, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, usar a reserva da lei, ou seja, não abusar de um direito, apesar de estar escrito — usam de maneira abusiva, como está sendo feito nas questões de ordem aqui nesta Casa.

Aqueles que renegam a legitimidade da maioria, aqueles que agredem a legitimidade dos seus adversários, com os quais confrontam ideias, são ditadores, são pessoas contra a democracia. Essa prática de acusações recíprocas nós temos visto aqui, mas como uma atitude permanente de acusação e de não reconhecimento da legitimidade de defendermos nosso ponto de vista.

O DEM encaminha "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O DEM encaminha "sim".

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, o autor do requerimento que está em apreciação falou com o mesmo entusiasmo de quando defendia a reforma trabalhista. Pagou um preço por isso. O fracasso da reforma trabalhista, o crime, é uma denúncia sobre o que está acontecimento hoje aqui.

Votar em globo significa não debater, não debater, as emendas. Então, é algo que desmoraliza, desacredita o Parlamento. Queríamos ter tempo para discutir uma a uma das emendas.

Os entusiasmados de hoje, aliados aos criminosos de ontem da reforma trabalhista, seguramente, vão ser chamados também de traidores nas ruas, como vem sendo chamado já o Presidente Jair Bolsonaro.

O PDT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "não".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PODE - PR) - O Podemos encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Podemos vota "sim".

Como vota o PSL?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, é óbvio que nós tínhamos que comemorar aqui, afinal nós estamos trabalhando para isso, para esse resultado a que nós chegamos agora. Acho incrível que a Deputada fala que nós não vamos dormir tranquilamente. Ela parece até filha da Mãe Dináh. Na verdade, nós vamos dormir tranquilamente, porque temos certeza do que estamos fazendo aqui.

O PSL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Presidente, o PSOL vota "não", por entender que a discussão das emendas e dos destaques é uma oportunidade de se rever alguns aspectos do texto que acaba de ser aprovado nesta instância e, quiçá, se aproveitará, portanto, um outro espaço em que este coletivo poderá retomar algumas das propostas que tentou apresentar e expor durante os debates, mas que não foram suficientemente consideradas e muito menos incorporadas pelo Relator.

Eu quero também protestar contra forma desrespeitosa, insensível e alienante dos membros do Governo em sua base no final dessa votação que acaba de se realizar.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Qual é o encaminhamento? Qual é o voto, Deputada?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP)** - Sr. Presidente, por último quero dizer que quem ri por último ri melhor. O embate principal é no plenário. Eu duvido que este Governo tenha maioria para aprovar essa desgraça de reforma previdenciária que penaliza...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSOL vota como, Deputada?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP)** - ...a maioria da população pobre deste País.

O PSOL vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER (PROS - PR)** - Sr. Presidente, o PROS vota "sim". E eu quero deixar bem claro que eu também estava aqui quando votamos a reforma trabalhista. Eu votei a favor porque eu confio e tinha certeza de que seria melhor para o nosso País. Da mesma forma, vou votar reforma da Previdência.

Nós, Deputados, não podemos vir aqui a esta Casa e ficar preocupados se vamos voltar daqui 4 anos. Não é essa a nossa missão. A nossa missão é fazer aquilo que é necessário para tirar o Brasil da situação em que está hoje.

Então, o voto do PROS é "sim", a favor do Brasil e a favor dos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa compreensão é que esse é um momento decisivo para história do Brasil, porque entramos no rol dos países mais injustos do mundo, que humilha o povo e que o empobrece deliberadamente. E o PCdoB tem a compreensão de que essa reforma é uma reforma regressiva. Para ser aprovada, foram necessárias transações tenebrosas, foram necessárias trocas de membros desta Comissão. Então, a alguém que discute sono aqui quero dizer: V.Exas. até poderão dormir, mas não dormirão o sono dos justos, porque cometem a maior injustiça já perpetrada contra o povo mais pobre deste País. Há troca de negociações mezinhas, de emendas no orçamento num festejo, indo absolutamente na contramão dos interesses do povo que aqui acabamos de verificar. Eu não perco a capacidade de me indignar.

O PCdoB vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR)** - O PSC encaminha "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC encaminha "sim".

Deputados, quero falar sobre a questão do microfone, que é a seguinte: depois que se aperta o botão, ele demora um pouquinho para ligar, só que nós somos agoniados e o apertamos de novo, daí ele desliga. Então, eu peço que apertem e esperem um pouquinho.

Como vota o PP?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES)** - Sr. Presidente, quero deixar muito claro que o sentimento da nossa alegria neste momento, a nossa comemoração não é para a vitória e nem para a derrota de ninguém. O sentimento no nosso coração é de patriotismo, é um sentimento de quem está ajudando a Nação. Neste momento é preciso ter o espírito da grandeza e saber que estamos dando uma contribuição importante para a Nação, para o País.

Quem não está dormindo, Sr. Presidente, quem não está bem neste momento são os brasileiros desempregados, são os pequenos e microempresários que não conseguem honrar seus compromissos em função de uma política tenebrosa orquestrada por Governos passados que corromperam e roubaram este País.

Portanto, o nosso sentimento é de comemorar, sim. Sabemos que estamos recolocando uma Nação, um País e, a partir do nosso voto, vamos criar oportunidades e o sentimento de esperança para as famílias do Brasil, para os jovens do Brasil que, com o seu trabalho — porque é para quem trabalha —, vão construir a sua dignidade.

O partido Progressistas orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Progressistas vota "sim".

Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS)** - O PL vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC vota "sim".

Como vota o Cidadania? (*Pausa.*)

Como vota o NOVO?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, como as emendas aqui são mais de cem e é impossível tratar de emendas e destaques nesta Comissão e votar no plenário em tempo necessário para o Brasil realmente sair desta situação, o NOVO encaminha pela admissibilidade dos destaques e que cada bancada priorize aquelas emendas, como o NOVO fez, e aquele destaque, como o NOVO fez, entendendo que é prioritário. Portanto, nós encaminharemos "sim" à admissibilidade dos destaques.

Gostaria de dizer também que todos nós aqui que somos a favor do Brasil dormimos tranquilos, com a consciência em paz. Ninguém aqui é acusado de roubar de aposentado. Aqui estamos votando a favor do Brasil. Ninguém aqui está votando a favor dos mais ricos ou dos mais privilegiados, pelo contrário, é para que as pessoas possam ter a sua aposentadoria. Eu só não dormiria tranquilo se eu fosse petista; mas não, sou do partido NOVO e estou encaminhando "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Sr. Presidente, o Avante vota "sim" pela votação em bloco da admissibilidade dos destaques.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

Como vota o Patriota?

**O SR. ALCIDES RODRIGUES** (PATRIOTA - GO) - O Patriota vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV, Deputado Professor Israel Batista?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o Partido Verde vota "não". Nós pretendíamos discutir cada um dos destaques separadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PV vota "não".

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

**O SR. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, como já falaram anteriormente, são mais de cem propostas de destaques. Muitas são positivas e outras merecem certa discussão, com cuidado, para que haja uma análise realmente, um debate.

Por essa razão, a REDE vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A REDE vota "não".

Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, reconhecer um resultado não significa expressar a análise dele. Então, de fato, ao ver aqueles sorrisos, aquela alegria, fico me lembrando dos urubus na carniça. É um negócio triste de ver, porque nós estamos vendo a comemoração da derrota de um sistema de Previdência previsto na Constituição, estamos vendo um massacre de professores, de pensionistas de um salário mínimo, de trabalhadores pobres deste País, a retirada de direitos adquiridos.

Eu não sei o que há para comemorar, porque o Brasil não vai ganhar absolutamente nada com essa posição. Isso é uma mentira que se conta ao Brasil. Então, essa comemoração pode ser por outras razões, não pelo texto da reforma, com certeza. E essa votação em globo tira o direito de cada Deputado ter o seu destaque apreciado.

Nós encaminhamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - O Deputado Henrique Fontana vai orientar.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, nós, há pouco, tivemos a primeira votação das dezenas de votações que ocorrerão ao longo dos próximos meses. A minha avaliação pessoal, inicialmente, é de que o Governo não tem força política para votar no Plenário da Câmara, neste semestre, esta proposta. A proposta é extremamente injusta e cruel. Parte da população brasileira está compreendendo agora o conteúdo de parte da proposta.

E eu aproveito para dar aqui outro exemplo. Professoras e professores do Brasil, a proposta que acaba de ser aprovada pode diminuir a sua aposentadoria em 30%, 40% e até 50%, além de aumentar o número de anos de contribuição. Isso...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Minoria, Deputado?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - O nosso voto é "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Desculpe-me. É a Oposição.

Como vota o Governo?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Eu aprendi com o meu pai e com a minha mãe a respeitar. Se a pessoa é analfabeta, lá do fundão, até pode ser grosseira. Mas quem tem formação universitária e é Deputada há um montão de tempo, chamar o nosso trabalho de carniça e urubus... Por favor, que se retire isso dos Anais. Essa conduta que eu vi anteriormente me surpreende. É importante saber perder na democracia.

"Sim", Presidente, pela esperança, pelo futuro, pelas crianças do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, do PT, para encaminhamento.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é importante dizer que essa vitória do relatório do Deputado Samuel é uma vitória de Pirro, por uma razão: ela é o início de uma jornada que tem como ponto de encontro o Plenário Ulysses Guimarães.

Aliás, o que diriam os Deputados do MDB se tivessem algum vínculo com Ulysses Guimarães, que foi o condutor da Constituição de 88, na qual foi criado o sistema de Seguridade Social? V.Exas. riem por uma vitória que quebra exatamente aquilo que tão bem fizeram os Constituintes de 88, que foi a montagem do sistema de Seguridade Social.

Essa vitória precisa ser derrotada lá no plenário. E os movimentos sociais terão um papel importante na mobilização, nos aeroportos, em todas as partes do Brasil, para que os Deputados, no plenário, não votem esse relatório.

O PT encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra o Deputado Alex Manente, do Cidadania.

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, pedi a palavra só para orientar o voto "sim", mais uma vez destacando a importância de nós finalizarmos esses destaques que teremos a partir de agora para darmos a celeridade necessária e concluirmos a nossa missão aqui na Comissão Especial. Assim, faremos com que a reforma da Previdência possa chegar ao plenário, para que tenhamos condições de votá-la o mais rápido possível.

Por isso, o Cidadania orienta o voto "sim". *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Peço aos Srs. Parlamentares que votem. *(Pausa.)*

Algum Parlamentar ainda não votou?

O Deputado Professor Israel Batista ainda não votou.

O Deputado Paulo Azi ainda não votou, a Deputada Joice Hasselmann... *(Pausa.)*

Vamos encerrar a votação.

A Deputada Lídice da Mata pediu mais um tempo para poder votar. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Vamos para a apuração e o resultado da votação: "sim", 34; "não", 12; "abstenção", 0. Quórum de votação: 46.

Está aprovado o requerimento.

Fica prejudicado o requerimento de votação em globo da admissibilidade dos destaques, apresentado pelo Deputado Paulo Ramos.

Antes de darmos prosseguimento, o nosso eminente Relator quer fazer uso da palavra.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Primeiro, eu quero agradecer pelo reconhecimento ao substitutivo, construído em conjunto com a Comissão, com a participação de todos. Quero também destacar a qualidade das intervenções e destacar que esta é uma etapa, apenas uma etapa, uma vez que o substitutivo será submetido ao Plenário da Câmara por duas vezes e também ao Senado.

Nós estamos lutando por uma Previdência reformada porque o nosso sistema quebrou; não é por prevenção, é porque ele realmente quebrou.

Recentemente, nós tivemos aqui o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2019, pedindo um crédito suplementar de 248 bilhões de reais para pagar Previdência, BPC e Bolsa Família.

Nós temos a convicção de que propusemos a todos, aqui, um substitutivo muito melhor do que a PEC que entrou nesta Casa — muito melhor —, um substitutivo que pôde melhorar, em relação à PEC, as condições da mulher, do professor, de quem recebe BPC, do rural — e quando eu falo do rural eu quero dizer que o substitutivo preserva as condições das Regiões Norte e Nordeste —, o salário-família, o abono, a pessoa com deficiência.

As polícias civis obtiveram muitas melhoras. A transição é uma transição mais adequada para o Regime Próprio, para o Regime Geral. E também há a questão da CSLL e os desafios que virão pela frente com relação a Estados e Municípios. A nosso ver, nós precisamos lutar para que eles entrem nesta reforma ainda, e que seja no plenário. A capitalização poderá ser discutida no momento adequado. Há um bom debate sobre o novo sistema.

Nós também estamos lutando para que haja um sistema único no futuro, fortalecendo o RGPS, e, a partir do substitutivo, se for aprovado, para que se acabe com a criação dos regimes públicos. Fortalecer os que existem, sim — fortalecê-los, há previsão para isso —, mas não criar mais. Toda a fonte de privilégios está no regime público. Nós precisamos caminhar para um sistema único para todos nós, igual para todos, e para uma estrutura de uma Previdência que faça justiça social, fiscal, e que tenha uma nova concepção do cálculo do benefício da aposentadoria.

Nós temos que reconhecer essa necessidade de se ter um novo cálculo da aposentadoria, do benefício, da pensão e do acúmulo da pensão, que são estruturantes, e uma idade mínima para o Brasil, que nunca teve. Idade mínima, responsabilidade social e responsabilidade fiscal. Dar novos benefícios não foi possível mesmo. Quem não gostaria de dar novos benefícios? Todos nós, mas o momento é de reajustar a nossa Previdência, de reorganizá-la, porque benefício sem orçamento é demagogia.

O nosso País está quebrado, e há consequências: os serviços estão deteriorados; a produtividade das profissões no nosso País está caindo; a competitividade do País é baixa; a nossa economia tem baixo crescimento. Vejam as consequências de um país quebrado! E o desemprego é altíssimo. Esta reforma não resolverá tudo da Previdência. O Governo tem que ter um programa. O que nós vamos fazer é tentar promover um alicerce para que o Governo tome outras atitudes, mas vai depender do Governo. É preciso ter programa na saúde, na educação, de crescimento econômico. Todos estão contribuindo.

Eu queria chamar a atenção de todos para o que vou dizer: todas as categorias são importantes. Todas! Todas as categorias são relevantes. As corporações têm legitimidade, mas sempre à luz da sociedade. As corporações têm que sempre olhar para o conjunto da sociedade. Todas elas são importantes. Às vezes, os nossos filhos não trabalham nas profissões em que nós trabalhamos. Às vezes, nós ficamos fechados nas nossas corporações, esquecendo que existem outros que trabalham em outras profissões. Nós temos que estar, neste momento, todos a serviço da sociedade. Trabalhar não é sacrifício. Para quem está empregado, não. Sacrifício é estar desempregado. Nós temos mais de 13 milhões de desempregados no País. E eu queria só dizer que esta é a oportunidade para todos nós que somos garantidores do pagamento das aposentadorias;

garantidores de que os jovens, no futuro, possam ter um sistema de aposentadoria. Sem a reforma, aqueles que têm mais dificuldade terão menos chances. Nós precisamos fazer a reforma. Essa reforma não é para o Governo. Nós não somos do Governo. Essa reforma não é para a Oposição, essa reforma não é para a Esquerda, não é para a Direita. Essa é uma reforma pelo País. Por isso, nós temos que lutar, juntos, para fazer o melhor possível.

Eu quero, então, terminar, agradecendo ao Presidente Rodrigo Maia, sempre muito correto e muito presente, ao Deputado Marcelo Ramos, ao Deputado Silvio Costa Filho, e, na pessoa deles, agradecer a cada um dos senhores.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Vamos iniciar a votação da admissibilidade em globo dos destaques. Nós temos 99 destaques individuais e vamos votá-los em globo.

Para orientar, quem votar "sim" estará concordando com a admissibilidade e quem votar "não" estará inadmitindo todos os destaques. Quem votar "sim" concorda com a admissibilidade.

Vamos iniciar o processo de encaminhamento de votação.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, para encaminhar a favor.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu quero cumprimentá-lo, mais uma vez, e o Relator.

Ocorreu essa boa coincidência, Relator Samuel, de poder ouvi-lo e falar logo em seguida. O tema aqui não é, como dizem alguns colegas, quem quer defender o Brasil e quem não quer defender o Brasil. O tema aqui não é entre aqueles que querem reformar e aqueles que não querem reformar. O tema aqui é qual a melhor receita para defender o Brasil. E, aí, na democracia, Deputado Samuel, nós temos receitas diferentes.

Eu, de fato, não posso concordar com a ideia de que, para salvar o Brasil, devemos cortar a aposentadoria de pessoas que trabalharam uma vida inteira, que têm hoje 60 anos, 62 anos, Deputada Perpétua Almeida, que fizeram um contrato com este País, produziram a riqueza deste País, e que, quando estão à porta da sua aposentadoria, vem uma proposta como esta e diz: *"Não, o senhor não vai mais ganhar 1.500 reais de aposentadoria. Isso é um absurdo, isso é um privilégio, vamos cortar a sua aposentadoria de 1.500 para mil reais"*. Isso não é justo. Isso não é correto. Isso não ajuda o País. Nós temos que separar privilégios e votar, sim, para corrigir tudo que tenha que ser corrigido contra privilégios; mas não cortar na carne de quem enfrenta a situação mais dura, numa sociedade desigual.

E aí eu também discordo do Relator: o Brasil não está quebrado. O Brasil tem 380 bilhões de dólares em reservas. O Brasil tem 1 trilhão e 200 bilhões na Conta Única do Tesouro. E quando se fala que o Brasil está quebrado — é o que eles dizem para justificar esta reforma —, eu pergunto, Relator: por que o Brasil nunca está quebrado na hora de pagar os juros que alimentam esses papéis especulativos e que têm rendimentos cada vez mais estratosféricos?

Quer dizer que o Brasil pode quebrar para o Sr. Pedro, que vai se aposentar no ano que vem com direito a 2 mil, mas dele vão cortar 800 e ele só vai receber 1.200? Para ele o Brasil quebra, Deputado Jorge Solla? Agora, para quem tem um papel da dívida, Deputada Fernanda Melchionna, para esses: *"Opa, não se pode mexer nem em 0,1% do juro, porque esse é um contrato, tem que pagar"*. Não! Aqui há uma disputa pela renda. Aqui existem escolhas.

Existe desequilíbrio orçamentário? Evidente que existe. O Relator disse que não se pode dar benefícios sem orçamento, isso seria demagogia. Eu pergunto: por que essa frase não foi dita quando votaram a medida provisória que deu 1 trilhão de isenção em impostos para as multinacionais de petróleo? Ali, eu não ouvi essa frase do Governo; ali, o Erário não estava quebrado; ali, podia dar 1 trilhão. Agora, quando é para atacar o trabalhador, o mais pobre, quando é para pegar a pensão, a verdade dói, Deputado Darcísio Perondi, por isso que o senhor se mexe na cadeira. Porque o ajuste dos senhores é o seguinte: está lá o casal de aposentados, no meio rural, ele ganha mil e ela ganha mil. Deputado Silvio Costa Filho, sabe o que está dizendo esta proposta aqui? Que, quando o marido dela morrer, vão cortar a aposentadoria dele, que daria uma pensão de mil para ela. Na regra de hoje, vão entregar 600 reais para ela. Isso é cruel, e o Brasil não precisa disso para voltar a crescer. Há outras receitas, há outro caminho.

O Brasil tem que ter política industrial, tem que proteger a geração de empregos no País, tem que ter conteúdo nacional, tem que melhorar a renda dos mais pobres, tem que ter BNDES forte. Não se pode saquear o BNDES dos recursos que vão incentivar o crescimento econômico. Essa ideia de dizer *"ou se tira 850 bilhões dos mais pobres, que ganham mil, 1.500, 2 mil, ou o Brasil vai quebrar"* é uma chantagem que não se sustenta.

E até o plenário nós vamos derrotar essas injustiças, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Daniel Freitas, por 5 minutos.

Deputado Daniel Freitas, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DANIEL FREITAS** (PSL - SC) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, antes de mais nada, parabenizar pelos trabalhos essa honrosa Mesa, em especial o Deputado Samuel Moreira. Quero também agradecer ao Plenário a aprovação do relatório.

Sr. Presidente, é inédito a população ir às ruas clamar pela reforma da Previdência, entendendo que esta é a saída para o Brasil. Mais de 50% da população brasileira aceita e clama pela aprovação dessa reforma na Câmara Federal. Agora é momento de termos responsabilidade. Eu espero, verdadeiramente, Sr. Presidente, que este Parlamento tenha o bom senso e a sabedoria necessários para entender que não se trata de pensar no próprio umbigo, mas, sim, no futuro de nossos filhos, dos nossos netos e no Brasil próspero que queremos para todos nós.

O Brasil é nossa casa, e o teto está desmoronando sobre a nossa cabeça. Quando fazemos uma reforma em nossa casa, Sr. Presidente, precisamos passar por um momento conturbado e de sacrifícios, inicialmente, financeiros, pois pisos são trocados, paredes são derrubadas e outras levantadas. Há um transtorno momentâneo, para um benefício permanente. Quando chegamos ao final, encontramos uma casa com novos alicerces, estruturada e pronta para acolher a família, com a segurança e o conforto necessários. É isso que pretendemos para o nosso Brasil.

Que façamos agora os nossos sacrifícios para o bem da nossa nova casa e dos nossos filhos e netos.

A casa dos meus filhos e netos eu quero entregar reformada, segura e de modo que os orgulhe, para que digam mundo afora: *"Sim, eu moro no Brasil. Tenho orgulho do meu País. Ele é um país seguro e de primeiro mundo"*.

Quando eu cheguei a esta Casa, a primeira condição foi abrir mão da aposentadoria especial, para poder olhar olho no olho da população brasileira, de igual para igual. Cálculos já estimados demonstram, para aqueles que dizem que não, que cada brasileiro já nasce, hoje, devendo 380 mil para a Previdência Social. Esse regime está condenado à falência em muito pouco tempo. E essa é a salvação, sim, Srs. Deputados. Só este ano 750 bilhões de reais serão destinados a pagar aposentadorias em todo o nosso País. Isso significa um orçamento sete vezes maior do que o da educação, quatro vezes maior do que o da saúde e três vezes maior do que o da segurança pública.

A reforma da Previdência — a que hoje a Oposição é contrária, mas que foi a vontade dos três últimos Presidentes, que não tiveram coragem nem condições de tocar esse projeto adiante — vai permitir investimentos em áreas importantes para o Brasil. Entre tantas outras, vai permitir a valorização dos professores, dos enfermeiros, dos profissionais em segurança pública e é, sim, prioridade do Governo Bolsonaro. Essa reforma vai dar condições de trabalho aos profissionais, melhores salários, escolas estruturadas, postos de saúde e hospitais com estrutura para atender a saúde dos brasileiros; vai dar condições de trabalho à polícia, valorizando os nossos guerreiros policiais.

Sr. Presidente, temos que ter responsabilidade neste momento.

Para finalizar, eu gostaria de citar uma parte do parecer do nosso Relator, Deputado Samuel Moreira, com a qual eu concordo plenamente: *"A reforma não é um fim em si mesma. Estamos diante de um ponto de partida para colocar o País na rota do crescimento sustentável. Esta reforma não irá resolver todos os nossos problemas, mas sem ela todos os demais não poderão ser resolvidos"*.

Então, que nós possamos neste momento dar o nosso primeiro passo! E, daqui para diante, que venham as novas boas notícias deste Governo, para que o Brasil possa avançar!

Por isso, o PSL encaminha contrariamente à admissibilidade desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSL encaminha contra.

Vamos iniciar a orientação por partido.

Como orienta o PT, Deputado Jorge Solla?

**O SR. JORGE Solla** (PT - BA) - O PT orienta "sim", pela admissão dos destaques individuais, porque inclusive nós precisamos tentar fazer uma redução de danos nessa proposta, e alguns destaques podem diminuir o estrago.

É deprimente vermos a comemoração que fizeram pelo fato de que, no futuro, uma viúva no Brasil vai ganhar 600 reais, 500 reais. Comemoraram a miserabilidade dos idosos neste País. Comemoraram a capacidade de tirar renda da população mais pobre deste País. E esses destaques podem reduzir esse dano.

Infelizmente, nem todos estão contemplados nessa lista, Presidente. Inclusive há uma emenda nossa que era para resolver a situação da aposentadoria dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, que até hoje não tiveram o seu tempo anterior à regulamentação da categoria contemplado.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSL?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, o PSL vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PP?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, amanhã é sexta-feira. Os produtores de café estão em plena colheita em todo o País e têm que pagar os seus trabalhadores. O café vive o pior momento da sua história. Os empresários também esta semana fazem a folha de pagamento. Infelizmente, na medida em que não estão conseguindo honrar seus compromissos, pois não vendem, dada a situação da economia, os produtores rurais que fazem feira estão voltando com a mercadoria para casa, Sr. Presidente, porque os consumidores estão desempregados nos perímetros urbanos.

Esse é um gesto de compromisso e de agilidade. Precisamos de ter pressa. O Brasil tem pressa. O Brasil que trabalha e produz séria e dignamente tem pressa.

Portanto, o PP, Partido Progressistas, vota "não" à admissibilidade desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PP vota "não".

Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, nós estamos aqui em três Deputados da nossa bancada — os Deputados Marcelo Ramos, Fernando Rodolfo e eu — e já estamos debatendo os destaques de bancada, mas eu acho que é uma tradição nesta Casa que os destaques individuais sejam votados em globo, até porque nós passaríamos aqui mais umas 3 semanas, se fossem votados todos esses destaques um por um.

Há bons destaques, há coisas importantes, mas acontece que se formos abrir muitas exceções, muitas delas importantes — e eu vou discutir depois a questão dos professores —, o projeto vira nada. Então, nós precisamos garantir a aposentadoria no futuro e garantir essa reforma, essa nova Previdência que nós estamos votando com muito orgulho.

O PL vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PL vota "não".

Como vota o PSD, Deputado Darci de Matos?

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente Silvio, cruel foi a gestão do PT, da Oposição, que jogou 13 milhões de pessoas na fila do desemprego. Cruel foi a gestão da Esquerda, que, por 13 anos de uma gestão desastrosa, uma gestão desonesta, quebrou o Brasil. Portanto, Presidente, pela recuperação deste País, pelos trabalhadores e pela celeridade dessa votação, a posição do PSD é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSD encaminha o voto "não".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, como já nos pronunciámos na oportunidade anterior, hoje realmente é um dia histórico, quando o Brasil precisa dar um sinal verde para os investidores nacionais e internacionais. Chegamos ao fundo do poço em maio de 2016, e, quando assumimos o Governo, o PIB estava 5,9% negativo. Quer dizer, o País foi inviabilizado, quebrou totalmente. E nós temos que ter a grande responsabilidade de colocar o Brasil nos trilhos novamente. Então, nesse sentido, com certeza, com essa reforma da Previdência, o País vai voltar aos caminhos normais do desenvolvimento e do crescimento. E temos que dar esse nosso apoio.

Por isso, o MDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Presidente, perdão. O MDB vota "não"; vota contra a admissibilidade dos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Está registrado.

Como vota o PSB?



**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, o PSB vota pela admissibilidade dos destaques individuais, com a leitura de que cada emenda tem a sua razão de ser. Ela não caiu do céu; é um setor, um segmento da sociedade que quer melhorar o texto.

E fazer emenda, aliás, não é a tarefa mais difícil; o difícil é convencer os colegas Parlamentares a aderirem a essa emenda, assinarem. Afinal, precisa-se no mínimo de 171 signatários. E não se pode simplesmente jogar no lixo, descartar automaticamente toda essa riqueza de conteúdo que foi produzido pela Casa com a anuência de centenas e centenas de Deputados nas mais diversas emendas.

Então, em nome do PSB, eu quero dizer que essas emendas representam a vontade de fazer justiça, e isso é democrático.

Portanto, nós votamos pela admissibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PRB, Deputado Lafayette de Andrada?

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Sr. Presidente, o PRB entende que isso aí nada mais é do que uma medida protelatória, porque os destaques que realmente importam, os destaques realmente importantes, são os destaques de bancadas. Esses daí são uma centena de destaques individuais, de todo tipo, sobre os quais já houve consenso. Portanto, não faz nenhum sentido ficarmos aqui nos debruçando sobre uma matéria vencida, discutindo-a.

Por isso, o PRB encaminha "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSDB?

**O SR. EDUARDO CURY** (PSDB - SP) - Sr. Presidente, o PSDB entende que, embora meritórias iniciativas individuais de Parlamentares, a reforma da Previdência é uma coisa tão grande e tão importante para o País que ela é um consenso de décadas ou feita em etapas por décadas. Isso só pode avançar quando há um grande consenso, um grande apoio da população. Volto a dizer, embora meritórios os destaques individuais, as iniciativas individuais, elas não têm respaldo numa reforma tão ampla quanto a da Previdência. Todos os itens que aprimoraram o relatório, aqueles sobre os quais houve o mínimo de consenso, já estão inseridos no próprio relatório.

Dado isso, esse grande conjunto de emendas, neste momento, atrapalha o avanço da própria reforma. Por isso, o PSDB vota "não", pela celeridade, para que possamos votar e finalizar a reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o DEM?

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - O DEM encaminha "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O DEM encaminha "não".

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, os destaques individuais, seguindo a orientação do meu partido, somam em torno de 17. O PDT tem disposição e tempo para aprofundar o debate sobre essa matéria; não vê razão para toda essa velocidade.

Do orçamento executado de 2018, Sr. Presidente, de 2 trilhões e 600 bilhões, 1 trilhão e 66 milhões são juros e serviços da dívida. Ali está o buraco. Isso é que deveria ser enfrentado. Querem resolver o problema da Previdência eliminando a figura do aposentado. Vamos ter muitos brasileiros morrendo antes da aposentadoria. E logo depois ainda vem a redução do valor da pensão por morte.

É assim mesmo. Se estivesse entre nós — está só na memória —, Nelson Cavaquinho diria para aqueles que estão penalizando o trabalhador: *"Tire o seu sorriso do caminho que eu quero passar com a minha dor"*.

"Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "sim".

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Solidariedade vota "não".

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PODE - PR) - Sr. Presidente, o Podemos encaminha o voto "não". São cerca de 99 emendas. Isso inviabilizaria totalmente a aprovação desta PEC no dia de hoje, e nós queremos avançar para os destaques de bancada.

Por isso, o Podemos orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL, Deputada Sâmia Bomfim?

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Presidente, depois de ver essa cena lamentável dos Deputados comemorando uma tragédia para a economia brasileira, para a maioria dos trabalhadores, especialmente para os mais pobres, que, com a aprovação da reforma da Previdência, não conseguirão ter acesso à aposentadoria; a redução dos valores das aposentadorias; o impedimento de as viúvas terem acesso à integralidade dos seus benefícios; depois dessa vergonhosa votação, nós encaminhamos "sim", para que todos os destaques e emendas apresentados possam ser votados para uma redução de danos, em especial para algumas categorias como, por exemplo, trabalhadores da segurança pública, professores, e para mudar a lógica de cobrança e cálculo dos benefícios.

Enfim, o PSOL encaminha "sim", para que possamos diminuir um pouco o impacto dessa reforma truculenta e maldosa para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSOL encaminha "sim", não é isso? O PSOL encaminha "sim".

Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente, o PROS vota "não". O PROS vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PROS vota "não".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - O PCdoB vota "sim" ao destaque, porque nós compreendemos que é preciso explicar de um por um.

Então, vejamos, o relatório muda o art. 201 da Constituição, § 12, e desobriga a existência de um sistema especial para as aposentadorias das donas de casa. Portanto, o relatório tira a obrigação da aposentadoria especial da dona de casa e deixa a dúvida, bota lá: "*poderá*".

Donas de casa, o relatório está tirando a sua aposentadoria!

Por isso, nós somos contra a reforma! E votamos "sim" ao destaque!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o Cidadania?

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Presidente, o Cidadania entende que não é oportuno analisarmos destaques individuais, até porque temos os destaques de bancada que elencam os principais desafios que a Comissão terá que analisar. E acredito que é mais oportuno inadmitir os destaques individuais.

Por isso, nossa posição, a posição do Cidadania é de orientar "não" à votação em globo da admissibilidade dos destaques individuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Cidadania vota "não".

Como vota o NOVO? (*Pausa.*)

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Presidente, o PSC está satisfeito com o relatório que aprovamos, mas o desejo real mesmo era votar o texto original, o texto que veio do Governo, inclusive com a capitalização. Portanto, não faz sentido admitir destaques, na nossa visão.

Aqui é reformista raiz, Presidente! Tinha que ser o texto do impacto maior. Por isso, o PSC vota "não" aos destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC vota "não".

Como vota o NOVO?

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Sr. Presidente, seguindo com a coerência da nossa atuação, o NOVO quer ganhar eficiência e vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O NOVO vota "não".

Como vota o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Sr. Presidente, o Avante encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Avante vota "não".

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, o Patriota realmente entende que foi necessário haver toda essa discussão democrática, na qual o Relator ouviu todos e escutou todas as opiniões e na qual todos os temas foram conversados. É claro que muitos aqui gostariam de ter uma emenda aprovada, um destaque aprovado, como é o nosso caso — vários Deputados do partido se viram nessa situação. Mas entendemos que agora o tempo urge em favor do povo brasileiro e do Brasil.

Então, para acelerar o processo de votação e podermos ver os impactos da reforma na melhora da nossa economia, no nosso crescimento e na geração de empregos, o Patriota encaminha "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o PV encaminha "sim", porque nós precisamos ouvir o que os Deputados têm a acrescentar a este relatório. Nós temos destaques importantes especialmente sobre a área da segurança, do policiamento, também sobre a área da educação, dos professores. Por isso nós queremos debater esse assunto. A reforma da Previdência não deve ser feita com pressa porque este Congresso não é uma padaria, que produz pães em série. Isto aqui produz leis, e leis devem ser bem produzidas, e não produzidas rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PV vota "sim".

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE, Deputada Joenia Wapichana?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, nós temos a oportunidade de, talvez, melhorar esta proposta relacionada à reforma da Previdência. Como eu disse antes, nós poderíamos ter tido mais tempo para debater, inclusive apoiado, ajudado, em algum sentido em que poderia melhorar a redação. Então, por essa razão, a REDE se posiciona "sim", para que haja uma oportunidade de ampliar mais esse debate e quem sabe modificar pontos que são de extrema importância para a população brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Desculpe-me. Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - O PTB encaminha "não", Sr. Presidente, entendendo que as bancadas já tiveram oportunidade de priorizar os seus destaques como bancadas. Então, acredito que não é necessário fazer a votação individual.

Assim, o PTB orienta "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Minoria?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - A Minoria, Presidente, encaminha o voto "sim". Vejam aqueles que estão nos acompanhando: eles querem impedir — os que estavam aplaudindo o trabalho do Deputado Samuel — que todos nós que trabalhamos, nesses 5 meses — assim como o Deputado Samuel, que trabalhou muito, independentemente do conteúdo do relatório —, defendam os seus destaques.

Durmam com um barulho desses! Deus está vendo tamanha excrescência que os Srs. Parlamentares querem impor a esta Comissão. Impediram destaques!

A Deputada Luiza Erundina, que apresentou um destaque, não vai ter o direito de discutir, porque querem a pressa para não se exporem e não argumentarem por que querem votar uma reforma que só retira direito dos trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "sim".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, a Oposição vai indicar o voto "sim", porque os Deputados apresentaram destaques para fazer correção a essa maldade.

Vamos ser verdadeiros com as pessoas, porque as pessoas podem ser humildes, mas não são burras. O que se está aprovando aqui, dizendo que é para o bem da população, é um texto que permite uma pessoa humilde, um viúvo ou uma viúva ganhar menos de 500 reais por mês de pensão. O que se permite é tirar 40% do salário de uma pessoa que tenha

trabalhado 20 anos com carteira assinada. O que se votou aqui é um relatório que diz que o trabalhador que tiver 19 anos de contribuição não vai ter direito a 1 real de aposentadoria.

Assim como os policiais, as pessoas vão conhecer o texto.

"Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Governo?

**O SR. CORONEL ARMANDO** (PSL - SC) - O Governo vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "não".

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: "sim", 13; "não", 35. Não houve abstenções. Total: 48.

Foi rejeitada a admissibilidade dos destaques. Em consequência, ficam inadmitidos todos os 99 individuais.

Passemos aos destaques de bancada.

Destaque nº 47.

Autor: Bancada do Podemos.

Votação da Emenda nº 145.

Se for aprovado esse destaque, fica prejudicado o Destaque nº 40.

Vamos dar início ao encaminhamento da discussão.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Fábio Henrique, que disporá de 5 minutos.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Presidente, há muito barulho. Se V.Exa. puder restabelecer o tempo, por favor...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Fábio...

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Destaque nº 147 trata sobre segurança pública. Eu fiz questão de frisar segurança pública, porque nesta Casa há muitos Deputados e Deputadas que têm uma ligação com a segurança pública...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Eu quero fazer um apelo.

Deputado Fred, Deputado Capitão Alberto, senhoras e senhores, eu quero fazer um apelo, porque temos um orador fazendo o encaminhamento de votação, e é preciso que respeitemos o nobre Deputado Fábio Henrique, que está falando.

Quero fazer um apelo a todos os assessores, à imprensa, aos Parlamentares, para que possamos fazer silêncio aqui, no plenário.

Com a palavra V.Exa.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, V.Exa. pode restabelecer o tempo, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - V.Exa. terá o tempo restabelecido.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Destaque nº 47 foi apresentado pelo Podemos e é originário de uma emenda assinada pelo Deputado Daniel Silveira, do PSL, e do Deputado Fábio Henrique, do PDT. Portanto, é um destaque que tem a assinatura de um partido do Governo, aliás o partido do Presidente, e de um partido de Oposição.

Sr. Presidente, eu já disse hoje aqui que ontem votamos um PLN que favorecia a Polícia Rodoviária Federal. Todos os partidos encaminharam favoravelmente e todos fizeram menção elogiosa ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal, como todos a fazem ao trabalho da Polícia Federal e das demais instituições de segurança pública. Mas a hora efetivamente, Sr. Presidente, de valorizar as instituições de segurança pública é agora. Esta é a hora de valorizar as instituições de segurança pública.

Hoje pela manhã o Presidente Jair Bolsonaro, em matéria publicada pelo *site* UOL, disse que errou no tratamento que a reforma deu...

Está difícil de falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Eu quero fazer, mais uma vez, um apelo ao Plenário para que possamos ouvir o Parlamentar. É um apelo ao bom senso que faço a todos, em respeito ao Deputado Fábio, que está falando. Está com a palavra V.Exa.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, como eu disse, esse destaque é do Podemos. Ele nasceu de uma emenda assinada pelos Deputados Daniel Silveira, do PSL, e Fábio Henrique, do PDT.

Hoje pela manhã o Presidente Jair Bolsonaro reconheceu que errou no tratamento que foi dado às entidades de segurança pública na reforma da Previdência. Na matéria publicada, o Presidente Jair Bolsonaro pede, por favor, que o Poder Legislativo recomponha aos profissionais de segurança pública aquilo que lhes foi retirado na reforma da Previdência. E o próprio Presidente diz que não se trata de privilégio, mas de bom senso.

O que diz esse destaque, Sr. Presidente? O destaque atende à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, às Polícias Cíveis, aos guardas municipais, aos agentes prisionais, aos agentes socioeducativos, aos agentes de trânsito, aos profissionais da ABIN e aos oficiais de justiça, basicamente, com integralidade e paridade; com idade mínima de 55 anos para homens e 52 para mulheres; com pensão integral por morte em serviço e em decorrência do serviço; e o mais importante — eu queria chamar a atenção dos Deputados para o fato de que o que os profissionais de segurança pública querem não é privilégio; é o mesmo tratamento, Deputada Jandira, que foi dado às Forças Armadas —, que é a transição com pedágio de 17%, conforme foi dado às Forças Armadas. Portanto, não se pede aqui nenhum privilégio. O que se pede é um tratamento igualitário ao dado às Forças Armadas.

Sr. Presidente, é importante frisar que o Destaque nº 47 e o Destaque nº 40 são similares. A diferença é que o Destaque nº 47 engloba oficiais de justiça, agentes da ABIN e agentes de trânsito. Portanto, ele é mais abrangente do que o Destaque nº 40. Por fim, Sr. Presidente, já que está muito difícil falar, eu queria reafirmar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Espere um pouco.

Eu peço que interrompam o tempo do Deputado Fábio e o façam voltar para 1 minuto.

Inclusive quero me penitenciar, porque eu era um dos que estavam fazendo barulho.

Que possamos ouvir a defesa do destaque!

Deputado Fábio, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, para finalizar, digo que o Destaque nº 47 atende às Polícias. É um destaque que cria regras de paridade, integralidade e idade mínima.

Como nós dissemos no início, o próprio Presidente da República pediu bom senso a esta Casa, no sentido de que recompusesse os direitos dos policiais, que foram retirados. E o local de se valorizar a segurança pública é aqui; não é apenas no discurso, não é apenas na Internet, não é apenas na rede social.

Por isso, estamos pedindo o voto dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para a aprovação do Destaque nº 47, que é o destaque da segurança pública, que engloba também agentes da ABIN, os oficiais de justiça e os agentes de trânsito.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Léo Moraes.

**O SR. LÉO MORAES** (PODE - RO) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de falar.

Quero registrar que esse Destaque nº 47 é o destaque do Podemos, em respeito inclusive às emendas já apresentadas.

Abrimos mão inclusive de emendas de própria autoria, como é o caso das emendas que apresentamos — tivemos parcialmente aprovadas três emendas sobre essa matéria.

Entendemos a necessidade de discutir segurança pública; de pegar países, por exemplo, que têm a política liberal, mas nem por isso precarizam, demonizam e desrespeitam quem faz segurança pública, como é o caso dos Estados Unidos, que gastam bilhões em defesa da segurança pública de sua nação, ou da China, que também gasta bilhões para preservar a sua história, preservar a soberania do seu país, diferentemente do que acontece aqui, onde muitas vezes a segurança pública tão somente se limita a ser um mote, um chavão de campanha eleitoral. E, no momento em que nós precisamos deixar

clara qual é a marca indelével para a segurança pública, muitos se afugentam, muitos se omitem, muitos capitulam, muitos se acovardam e não debatem segurança pública como deveriam.

Nós não queremos nada mais do que ninguém. (*Manifestação no plenário.*) Nós queremos isonomia, equidade. Nós queremos coerência. Que o Governo, sim, respeite os agentes de segurança pública, como o nosso partido respeitou.

Não estava confortável em votar o texto-base porque não tinha segurança de que essas matérias iriam avançar na condição de destaque — seja a educação, que nós teremos pela frente, seja a segurança pública. Agradeço ao partido por ter me dado esta oportunidade.

Nós queremos, por exemplo, discutir os 100% de pedágio que foram aplicados para a segurança pública, e não os 17%. Como pode? Quem faz segurança na ponta da corda, na base, na rua, inibindo a criminalidade, muitas vezes sem munição, sem armamento, mas com o ideal de preservação da integridade, da incolumidade pública, do direito de ir e vir de todo cidadão... Nós estamos falando, Sr. Presidente, a todos os Parlamentares que estão aqui. Espero bem que ouçam o que a gente fala, porque é este momento em que nós vamos saber quem são os homens e os guris em defesa da segurança pública. (*Manifestação no plenário.*) É algo muito claro. Nós queremos saber. Existem divergências? Sem sombra de dúvidas. Mas nós temos que prezar neste momento pelas pessoas que nos defendem. Não se trata de precarizar. O Governo aí posto, junto com os seus Parlamentares, tem a grande bandeira da segurança pública! Será que foi só durante a campanha? A gente fica preocupado com isso. Até já deixamos a mensagem: quem veste preto e não defende segurança pública aqui, na discussão de conteúdo e de mérito, peça para sair, porque não é caveira! Vocês não são caveiras!

(*Manifestação no plenário.*) E, se quiserem manter a farda preta, aproveitem e peguem uma vela para velar o defunto da segurança pública que acaba de morrer dentro desta Comissão.

Nós queremos pedir o apoio irrestrito a algumas categorias, de que estamos falando. Estamos falando de Polícia Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Rodoviária, Polícia Civil, agentes penitenciários, agentes de trânsito, socioeducadores, agentes da ABIN, enfim, de todo o arcabouço que compreende a segurança pública.

Nós temos a máxima e a lógica de que ela deve ser mantida aqui. Isso não é gasto, isso é investimento. A cada diligência no combate à corrupção e a fraudes, nós conseguimos devolver esse dinheiro para o Erário. E nós estamos falando, como sempre, que abrimos mão de privilégios e mordomias. O nosso partido sempre fez isso. Semana passada, apresentamos o projeto para cassar a aposentadoria especial dos Parlamentares envolvidos em corrupção; abrimos mão de auxílio mudança, de auxílio moradia e tantas outras coisas. Aqui é coerência, é plenitude das ideias.

Eu não estou satisfeito em ter aprovado reformas, porque acredito que elas precisavam ser aprovadas, inclusive em tempo recorde, porque ficamos o semestre todo gastando muito, vindo muito aqui e efetivando poucas políticas públicas neste momento, mas eu gostaria de fazer um desafio neste momento a todos os colegas Parlamentares que defendem segurança pública, porque, muitas vezes, a Líder do Governo grita alto, diz que há gastos e dados e não mostra os dados — isso é falácia, é bravata —, a saber: pensem, sim, em vocês, em governança, em governabilidade, mas pensem nos seus entes, nos seus filhos e na segurança pública, porque, ao contrário do que ocorre nas nações civilizadas, aqui ela, a segurança pública, é negligenciada, a ponto de ser um tremendo despudor comemorar uma matéria como essa.

Só para concluir, eu queria contar com o voto dos nossos colegas para fazer um posicionamento e, mais do que isso, marcar posição, deixar claro que nós defendemos reformas, mas, principalmente, nós defendemos a coerência, a independência e a democracia da nossa Nação em defesa da segurança pública brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Relator, Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Bem, nós estamos falando de uma alteração para um sistema de aposentadoria diferente, que traz benefícios diferentes, regras de cálculo diferente, acumulação diferente, e eu quero muito fazer um parêntese para dizer que não há absolutamente nada contra nenhuma categoria.

Nós não podemos confundir as coisas. Nós estamos falando de uma quantidade muito grande de categorias: Polícia Civil, agentes penitenciários, que já estão contemplados na reforma com idade mínima de 55 anos — e nós ainda tivemos o cuidado de melhorar as condições do combate à morte, tivemos o cuidado de que determinar uma pensão integral para o caso de ocorrer algo relacionado ao combate.

Não há nada contra, mas o destaque ainda inclui num sistema diferenciado de aposentadoria as guardas municipais, que nós respeitamos demais, mas não há orçamento, e os Municípios não estão nesta reforma. Colocar as guardas municipais neste momento é colocar despesa na conta dos municípios.

Então, quando a gente olha o orçamento... E eu quero a grande compreensão de categorias como a de agentes de trânsito, que está sendo incluída, a ABIN está sendo incluída, a de oficial de justiça está sendo incluída aqui, assim como a de peritos criminais, e vejam se nós conseguiremos depois pagar... Tudo bem, mas é uma regra de aposentadoria integral, para sempre, para as outras pessoas que ainda forem contratadas — aposentadoria integral para os que ainda vêm, no futuro. Esse é o destaque que está sendo debatido.

Nós temos que reconhecer o trabalho da segurança... Temos que ter a compreensão, mas nós temos que ser a favor de um orçamento. Até na nossa casa, com as pessoas que amamos, às vezes dizemos que não temos orçamento naquele momento.

Eu considero que esse destaque pode destruir a reforma. É a destruição da reforma.

As aposentadorias especiais dos policiais estão garantidas, assim como a dos agentes. Eu quero a compreensão para que nós possamos dialogar com transparência. Não podemos ter constrangimento nem do lado nem de outro. Com tranquilidade, nós estamos avaliando o mérito de um destaque. Nós não estamos avaliando quem gosta de quem. Eu gosto, eu tenho parentes que são policiais, todos nós. E creio que não haverá orçamento para um destaque desses.

Queria pedir a compreensão de todos para que nós mantivéssemos o texto e que nós tivéssemos, neste momento, essa compreensão e continuássemos debatendo. Como se trata de um impacto muito alto, gostaria de pedir a compreensão dos senhores. Falo, com toda a responsabilidade, que, neste momento, há a dificuldade de atender a esse destaque, na nossa concepção.

Deixo para reflexão dos senhores esse nosso posicionamento, com muita maturidade, com muita compreensão e com muito entendimento.

Essas são as minhas considerações neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A pedido do pessoal da imprensa, que diz que está a ponto de ter os tímpanos estourados ali no fundo — o câmara ali estava fazendo careta o tempo inteiro! Ele já é feio; fazendo careta ainda... *(Riso.)* —, eu peço para abaixarem um pouco o som.

Como vota o PT?

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, defender a segurança pública, defender a educação não é ficar, em época de eleição, utilizando esses profissionais e esses temas de políticas públicas! Defender a segurança pública não é ficar tirando foto fazendo símbolo de arma! Não é emitir decreto para liberar mais armas, para termos mais violência e mais assassinatos neste País!

Por isso, o Partido dos Trabalhadores, que mais investiu em segurança pública neste País, que mais respeitou os trabalhadores e trabalhadoras na área de segurança pública, vota "sim" pela segurança pública deste País.

O voto é "sim", Sr. Presidente, pela segurança pública deste País e pelo povo brasileiro. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL?

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - Sr. Presidente, nós não aceitaremos discursos hipócritas e populistas de quem nunca defendeu a segurança pública querendo confundir as pessoas que estão assistindo a nossa reunião, porque a defesa da segurança pública não pode, Deputado Samuel Moreira, ser confundida com a defesa da Previdência Social. A defesa da segurança pública não pode ser confundida com a defesa da Previdência Social! São coisas distintas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Veras, um tempinho atrás V.Exa. me pediu que controlasse os outros, e eu controlei. Agora eu peço que V.Exa. se controle.

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Eu peço desculpas, Sr. Presidente. É porque falam em demagogia, mas...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos lá. Pessoal, vamos lá. É difícil fazermos o julgamento de um lado ou de outro. Todo mundo tem razão aqui. Vamos ter paciência.

Eu peço que reponham o tempo em 30 segundos.

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - A defesa da segurança pública é a defesa de estrutura para que os policiais possam trabalhar, é a defesa de que eles tenham respaldo jurídico e respaldo legal para que possam atuar contra a bandidagem.

Não venham com esse discurso demagógico de que a defesa da segurança pública se confunde com a defesa e o debate sobre a Previdência Social.

E mais, nós tiramos Estados e Municípios da Previdência Social. Não faz sentido algum nós incluirmos agora os guardas municipais. Outro argumento: a emenda é inconstitucional, uma vez que o art. 144 da Constituição dispõe quem são os agentes de segurança. A emenda traz outras categorias que não as do art. 144.

Por isso, o PSL orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Acho que esta Comissão está sendo muito bondosa com a segurança pública do Brasil. Ela está priorizando a segurança pública do Brasil, porque é a única categoria que se aposentará com 55 anos de idade. Outro detalhe: eles todos têm estabilidade no emprego. Se não quiser se aposentar, ele pode continuar ganhando, e não há irredutibilidade de salário.

Então, não há por que nós aumentarmos mais ainda esse tipo de benefício. Ninguém vai ficar desempregado. Não estamos desempregando ninguém aqui, não estamos matando ninguém aqui. Dizem aqui: "*Eles vão ficar desempregados*". Não! Eles vão ter o seu trabalho, estabilidade no emprego, aposentadoria aos 55 anos de idade — na flor da idade para trabalhar. Esta Casa está reconhecendo a segurança pública do Brasil.

O PL vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSD?

**O SR. HUGO LEAL** (PSD - RJ) - Sr. Presidente, o PSD tem uma emenda no mesmo sentido. O Destaque nº 40 é próximo destaque. Então, eu peço a colaboração e paciência de todos para também defendermos esse destaque. O Destaque nº 47 é um pouco mais amplo — e discordo do Relator quando ele fala dessa extensão dos números. Mas eu quero deixar claro o seguinte: aqui não está se tratando de nada que já não esteja na Constituição. Está lá no art. 40 da Constituição:

*Art. 40. ....*

*§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:*

*II - que exerçam atividade de risco;*

*III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais (...)*

Eu quero deixar claro aqui que esse tratamento precisa ser voltado para lei complementar, e não da forma que está. Não se está pedindo tratamento diferenciado; se está pedindo que se recomponha ao tratamento da lei complementar. Os policiais são a última barreira na defesa da sociedade civilizada perante o caos. É nosso dever não desampará-los neste momento tão sensível. Segurança jurídica para os policiais também significa segurança previdenciária. Nós não estamos tratando aqui, Sr. Presidente, de privilégio.

O PSD vota "sim". (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSD vota "sim".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, há os destaques também dos guardas municipais, do Patriota. Nós entendemos que o assunto guardas municipais, como os Municípios e Estados não entraram aqui na Comissão Especial, esse assunto vai ficar para ser discutido no plenário.

Portanto, o MDB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PP?

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, o PP orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Sr. Presidente, está chegando a hora de as pessoas colocarem as suas digitais, porque quando destrincham o texto, começam a entender as maldades que ele traz às pessoas e que estão sendo prejudicadas. Policial que tem que trocar tiros com bandido, não vai conseguir pular muro e sair correndo aos 60 anos de idade. Coloca os 55, mas vocês estão tirando das pessoas que hoje defendem os trabalhadores. Tanto é verdade que o Governo encaminha uma proposta de Previdência paralela dos militares, que, com todo o respeito, às Forças Armadas,



ficam aquartelados, diferentemente dos nossos policiais, diferentemente das pessoas que fazem o enfrentamento todos os dias. O Governo é maldoso, e prioriza a questão do dinheiro, prioriza aqui a precarização, prioriza aqui a retirada das pessoas mais simples. Policial — guardas municipais, Polícia Civil — não é privilegiado no nosso País.

Por isso, nós estamos denunciando essa proposta nefasta. Encaminhamos o voto "sim" à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "sim".

Como vota o PRB?

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Sr. Presidente o PRB entende que essa emenda... Eu peço a V.Exa. seja restituído o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu peço para recompor o tempo do Deputado Lafayette de Andrada e peço silêncio, por favor.

Tem a palavra o Deputado Lafayette de Andrada.

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Obrigado.

Sr. Presidente, nós estamos tratando aqui da reforma da Previdência. Todas as categorias são igualmente importantes. Todas as categorias são de grande importância para o Brasil. A reforma da Previdência é para todos. O que ficou estabelecido é que nós trataremos apenas da reforma da Previdência da União. Esta emenda introduz mais de 30 dispositivos que tratam das Guardas Municipais — e nós estamos enfiando goela abaixo dos Municípios —, que tratam de agentes penitenciários, que são dos Estados, que tratam das polícias estaduais. O estabelecido é que nós não trataremos dessa parte.

Portanto, o PRB, dentro da lógica da Previdência, encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PRB encaminha o voto "não".

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM?

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, eu entendo que os policiais precisam ter uma aposentadoria especial. Eu fiz um profundo estudo sobre essa questão. Todos os países do mundo dão, alguns em grau maior, outros em grau menor, mas todos os países que por mim foram pesquisados atribuem uma condição especial para os policiais, justamente pelas condições em que eles exercem a sua função.

O que se discute aqui é a medida dessa condição mais favorável ao policial, qual o tamanho dessa condição. Então, nós temos que passar por uma linha tênue, porque temos que dar condição especial, mas não podemos fazer com que ela fique muito desproporcional aos outros trabalhadores.

Nesse sentido, compreendendo que já há um favorecimento aos policiais diferentemente do que ocorre com outros, o DEM encaminha o voto "não", ressaltando que essa posição não é unânime na bancada.

O Deputado Alan Rick, com muita honestidade e com muita clareza, explanou para nós que tem uma postura diferente dessa que estou encaminhando, que é majoritária. No entanto, há essa divergência totalmente respeitada do Deputado, que se coloca a favor da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSDB?

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós temos nesse destaque alguns erros processuais flagrantes. Há, por exemplo, a inclusão dos guardas municipais. Nós sabemos que nenhum tema municipal tem sido tratado.

Além disso, já houve por parte do Relator uma preocupação em dar tratamento adequado às diferentes carreiras de polícia. Por isso — por pregarem que essa é uma reforma que não trata especialmente de nenhum outro segmento de maneira desproporcional, para não replicarmos uma injustiça que nós vivenciamos no modelo atual da Previdência —, o PSDB encaminha voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, quando voltei a esta Casa, encontrei na bancada do PDT o Deputado Fábio Henrique, um dos autores dessa iniciativa. O Deputado Fábio Henrique, oriundo dos quadros da Polícia Rodoviária Federal, é um exemplo no exercício do mandato, respeitado nesta Casa e também profundo conhecedor do sofrimento imposto àqueles que se dedicam à segurança da população.

Eu quero dizer que, se não houvesse nenhum argumento, já que sou oriundo também da área da segurança pública e conheço profundamente a questão, pela dimensão do trabalho do Deputado Fábio Henrique pelo PDT, eu encaminho o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "sim".

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

**O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE** (Bloco/PTB - AL) - Sr. Presidente, o PTB orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota "não".

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Solidariedade vota "não".

Como vota o PSOL?

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, o PSL e a sua base na Câmara só lembram dos trabalhadores da segurança pública com demagogia, durante a campanha eleitoral, para pedir voto, mas na hora de atacar os direitos desses trabalhadores são linha de frente. Por isso, fazem uma reforma da Previdência vergonhosa para muitos daqueles que elegeram Bolsonaro, mas que agora gritam País afora que ele é um traidor.

Para termos segurança pública, é preciso profissionais valorizados, plano de carreira, bom salário e aposentadoria. Bolsonaro finge que se preocupa com a segurança pública. Na verdade, ele só se preocupa com os milicianos que ocupam os gabinetes dos seus filhos e que até hoje não foram muito bem investigados e divulgados para a população brasileira.

Nós do PSOL encaminhamos o voto "sim", porque é fundamental que os trabalhadores da segurança pública sejam respeitados e tenham direito à aposentadoria adquirida.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, como fundadora da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal, também lutadora ao lado da FENAJUD, em defesa dos oficiais de justiça, e observadora de toda a luta dos servidores federais, que também merecem o cumprimento da regra hoje existente e lutarão por isso, tenho certeza, quero dizer que neste momento a demagogia faz com que a máscara seja arrancada.

Colocaram nas ruas a falsa ideia que eleger Bolsonaro seria garantir segurança pública para o Brasil. Como ter segurança pública efetivamente sem se valorizar o profissional da segurança pública, sem se valorizar aquele que pode ser sequelado numa operação policial, sem valorizar o debate do ciclo completo de polícia?! Portanto, Bolsonaro é traidor!

O nosso voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - Sr. Presidente, o PSC entende que o texto é bastante razoável, já considera a categoria como especial. Este não é um debate entre quem é contra ou a favor dos profissionais de segurança pública. Há autoridades para falar sobre isso. Tenho diversos policiais na minha família. Sou filho de um delegado de polícia, mas eu não posso ser irrealista. Essa proposta é inexecutável nas atuais condições do País. Se aprovarmos essa proposta, estaremos enganando esses profissionais. Em 1 ou 2 anos estaremos discutindo de novo um reajuste para trazê-lo à realidade.

Portanto, o PSC encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC vota "não".

Como vota o Cidadania?

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Presidente, o Cidadania valoriza o papel dos policiais. Esse projeto não é apenas para o policial. Na verdade, nós estamos aqui verificando um projeto de guardas municipais, de agentes de

trânsito. Nós temos que ter responsabilidade. Uma vez que votarmos esse texto, estaremos inviabilizando a chegada de recursos, com a reforma da Previdência.

Por isso, o Cidadania encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Cidadania vota "não".

Como vota o NOVO?

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Sr. Presidente, o NOVO respeita a categoria, respeita os policiais, os agentes, todo mundo que faz parte da segurança pública, entende o quanto se doam para defender a população. Entendemos também que eles já estão contemplados no relatório. Já há uma classe especial se aposentando antes com 55 anos. O cobertor é curto. Não dá para contemplarmos todo mundo 100%.

É uma aposentadoria. É uma reforma da Previdência em que cada um tem que se doar um pouco.

Por isso, o NOVO vota "não" a esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - Presidente, infelizmente, o art. 144 não está sendo contemplado nesse destaque. Nós temos que entender que foram colocadas várias outras categorias que são da responsabilidade dos Municípios e dos Estados. Como Estados e Municípios não fazem parte dessa reforma, não cabe a nós cuidarmos dessas entidades.

A segurança pública é prioridade para o Brasil. Educação, segurança e saúde são os três pilares de uma sociedade, mas nessa situação de inconstitucionalidade o Avante orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Presidente, peço para orientar pelo Patriota.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, o Patriota entende a reforma da Previdência como importantíssima para todo o País. Porém, existe uma questão da segurança pública. O Estado foi criado para oferecer segurança pública. Sem segurança, não conseguimos caminhar de forma alguma.

Por que pensar diferentemente aqui de uma categoria separada? Porque é essa categoria que coloca a sua vida em risco pela vida dos outros brasileiros.

E o Patriota, há muito tempo, já havia fechado a questão. O Deputado Fred Costa, nosso Líder, havia conversado com todo o partido e fechado a questão em apoio aos guardas municipais.

Por fim, enquanto bombeiro militar, Sr. Presidente, eu estive na rua muito tempo, perdi colegas em serviço e atendi dezenas de policiais feridos e mortos em serviço. Eu sei que é uma situação ímpar e única. Nós precisamos da segurança pública. O Patriota vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Patriota vota "sim".

Como vota o Podemos?

**O SR. LÉO MORAES** (PODE - RO) - Sr. Presidente, eu quero dizer que respeito profundamente posições como a do Deputado Arthur Maia, Líder do Democratas, que foi coerente, que estudou a matéria, que oportuniza outros colegas do partido a se posicionarem também.

Eu queria aqui exaltar essa postura e, ao mesmo tempo, dizer a muitos colegas que já falaram que isso vai ser regrado por norma geral. Não existe, imediatamente, inconstitucionalidade.

Quem vota favoravelmente, está votando a favor da segurança pública. Quem vota contrariamente, está votando para que se continuem matando 60 mil pessoas por ano no nosso País.

Portanto, aqui existe uma divisão muito clara entre votar favoravelmente à segurança pública e votar não. E é lógico que a população também tem esse discernimento e tem sabedoria. E quem vota "não", pede para sair em relação à segurança pública.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o Partido Verde vota "sim".

Nós precisamos valorizar os profissionais de segurança pública. Eles têm uma rotina diferenciada; eles vivem num dos países que mais assina policiais no mundo. Nós precisamos, sim, fazer destaque.

Essa Emenda nº 145 é fundamental para que essa reforma tenha um mínimo de justiça, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, segurança é um dever do Estado e direito de todos. Não podemos dispensar uma categoria que tem grande importância na vida da população brasileira.

Por essa razão, a REDE vota "sim", para fazer justiça a esses profissionais que doam as suas vidas, trabalham em prol de muitas pessoas, cidadãos brasileiros, e que dependem muitas vezes da decisão aqui do nosso Parlamento. Para isso, nós temos que ter seriedade e incluir, com justiça, essa Emenda nº 145.

A REDE vota "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, na verdade, é preciso que haja coerência. A única coerência possível é a redução de injustiças e a redução de danos de uma proposta cruelmente aprovada nesta Comissão.

Aliás, muitos que fizeram destaques agora aprovaram o texto principal. Não deveriam tê-lo feito.

Mas neste momento, nós da Oposição, que estamos reunidos enfrentando essa proposta, resistindo a ela, vamos apoiar o destaque do Podemos, porque nós entendemos que há, sim, especificidades em diversas categorias. A segurança é uma. Os professores estão aguardando o apoio de vários Deputados desta Comissão, porque também é uma categoria com especificidade. Vocês, na verdade, estão sendo traídos por este Governo, que prometeu mundos e fundos para as categorias de segurança e agora trai vocês nessa injustiça.

A Minoria encaminha o voto "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "sim"

Como vota a Oposição?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, nós da Oposição queremos deixar muito claras a todos os que nos acompanham Brasil afora as crueldades que estão dentro desse texto.

A reforma proposta pelo Temer no passado, que foi criticada pelo Presidente, previa uma economia de 600 bilhões de reais. A proposta atual pediu o dobro disso, em cima das pessoas mais simples e dos trabalhadores que carregam este País nas costas.

Então, é verdade que o Governo cria privilégios dentro das reformas que ele propõe. Basta pegar o exemplo dos militares das Forças Armadas. O Governo cria um gasto de 86 bilhões de reais.

E agora o Presidente faz "arminha" nos estádios. Mas ele está matando os policiais e as forças de segurança. Nós vamos denunciar isso.

Por isso, nós votamos "sim" à emenda. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Governo?

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - Sr. Presidente, inicialmente gostaria de salientar que foi feito todo o esforço pelo Governo, pela Liderança do Governo, pelos Deputados do PSL, em várias reuniões, várias propostas, inclusive com membros da União dos Policiais do Brasil, ao longo de meses. Houve o envolvimento de todo o Governo e particularmente do Presidente da República.

Mas infelizmente não conseguimos chegar a um equilíbrio entre as possibilidades e as expectativas. Chegamos ao ponto em que havia o risco iminente de perder toda a reforma ou desidratar a reforma a um ponto em que ela ficaria inviável.

O diálogo vai continuar. Haverá outras fases de debate no plenário, inclusive haverá possibilidade de construção de consenso para poder, nos moldes do que o Presidente Bolsonaro sempre fez, valorizar a segurança pública.

E faço uma última ressalva. Os partidos de Oposição não defendem, nunca defenderam a segurança pública, inclusive defendem o fim da Polícia Militar. Atacaram o Sergio Moro quando...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Alto lá! Alto lá, Deputado! Vá conhecer a história! Alto lá!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou fazer, mais uma vez, o apelo para que respeitemos as falas. Já fiz isso de um lado, já fiz do outro. Peço que respeitem a fala do Líder do Governo.

Restituam 10 segundos para o Deputado.

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - Vou concluir, Presidente, dizendo que o Governo, nesse sentido, orienta o voto "não". (*Palmas e apupos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo orienta o voto "não".

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, estava tendo dificuldade de votar no painel. É só para dizer que eu não estava conseguindo votar, mas voto "sim" ao destaque. Agora deu certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Está registrado, Deputado. (*Palmas.*)

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não adianta gritar, a decisão de encerramento da votação é da Presidência. Não adianta. A demora na votação é só uma contribuição com a obstrução. (*Riso.*)

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não, Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, só quero lembrar a V.Exa., que não estava na Presidência, que nós votamos outros destaques, outros requerimentos, e quando dava 34, 35, 36 a votação era encerrada. Isso significa que o apelo é para que esse procedimento do momento seja padrão daqui para frente até todos votarem para o bom andamento dos trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. só reafirma o meu encaminhamento, de que a decisão do encerramento da votação é da Mesa. Portanto, o Deputado Silvio Costa Filho pôde encerrar num momento, eu posso encerrar em outro. É uma atribuição regimental da Mesa. Claro que até aqui, Deputado José Guimarães, temos o tempo inteiro adotado uma regra de bom senso e vamos seguir com ela.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não, Deputado Paulo Ramos.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Rapidamente, Sr. Presidente. Não quero ser descortês, longe de mim, mas a presença do Dr. Roberto Marinho, inclusive no momento de votação, não é conveniente, ainda mais por ter se sentado à mesa dos trabalhos.

Peço a V.Exa., já que o Dr. Roberto Marinho é um dos autores dessa proposta, que ele não permaneça...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Paulo, o Dr. Roberto Marinho está no céu. O Dr. Rogério Marinho não. (*Risos.*)

Se estivéssemos aqui numa sessão espírita, talvez até ele estivesse sentado à mesa.

Deputado Paulo Ramos, se o Deputado Rogério Marinho não fosse um ex-Deputado, imediatamente encaminharia o requerimento de V.Exa. Mas temos uma tradição nesta Casa de praticamente dar todas as prerrogativas, salvo as de voto aos ex-Deputados, e acho que não poderíamos contrariar isso. Nós não vamos ter nenhum Deputado ou Deputada, com autonomia, com a grandeza que todos nós temos, influenciados pela presença à Mesa do Deputado Rogério Marinho.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Penso não ser conveniente.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, de fato, com certeza, V.Exa. sempre com a prerrogativa, como é na Casa, e estamos fazendo essa disputa democraticamente, mas quero reforçar o pedido do Deputado Guimarães. A seguir, vamos ter uma votação importantíssima que importa para todos os educadores, todos professores do País. Quero pedir que se o critério for esse, de aguardarmos até que todo o quórum se complete, que ele seja mantido também nas próximas votações.

Até pergunto ao Líder do Governo o que houve, o Governo não está aqui para votar? A Oposição já votou.

Nós estamos aqui aguardando há 15 minutos. Eu não consigo imaginar — numa votação como esta — por que as pessoas não se fazem presentes aqui. Eu não consigo compreender. Só pergunto ao Líder do Governo.

Mas peço que esse mesmo critério seja utilizado nas votações agora do Regime Geral da Previdência, do valor das aposentadorias, que é um destaque muito importante, dos professores, que nós temos que abordar a seguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Acatando o encaminhamento do Deputado Henrique Fontana, declaro encerrada a votação.

Peço a apuração dos votos.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos proclamar o resultado: "não", 31; "sim", 17. Total: 48.

A emenda está rejeitada.

Fica mantido o texto do Relator.

Em votação o Destaque nº 40, a Emenda nº 8, da bancada do PSD.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra à Deputada Perpétua Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. HUGO LEAL** (PSD - RJ) - Sr. Presidente, essa emenda é de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. está inscrito como autor. A Deputada Perpétua Almeida tem 5 minutos, para falar como inscrita.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quem diria que, com apenas 6 meses de Governo, a polícia deste País inteiro estaria chamando Bolsonaro de traidor. Imagina o que não vai acontecer daqui para frente! O Governo Bolsonaro, durante a campanha eleitoral, teve apoio massivo de todas as polícias do Brasil. Qual é o troco que ele dá agora? Ingratidão, traição.

Não é possível, Sr. Presidente, continuar fazendo o discursozinho de que é a favor da polícia, de que é a favor da segurança pública e age aqui para detonar com a segurança pública, para detonar com as polícias do nosso País. Logo a polícia, que tem se esforçado para proteger os bairros, as comunidades!

O Governo Bolsonaro desta forma age para que os milicianos tenham mais espaços. Desta forma o Governo do Bolsonaro age para que as facções, que estão tomando conta do Brasil, do Acre, dos bairros de periferia, tenham mais fôlego do que a polícia. Como é que você defende a polícia, se você não defende um salário digno, se você não defende uma aposentadoria digna?

Eu posso dizer que, além de ter apresentado o projeto de lei que garante indenização para os policiais que morreram em serviço, para que a sua família não fique desamparada, estou aqui defendendo esses trabalhadores. Da mesma forma, com o mesmo ânimo com que eu defendi a educação, vou continuar defendendo os professores. Da mesma forma como tenho defendido os trabalhadores em saúde, vou continuar defendendo as mulheres, as donas de casa. O relatório tira das donas de casa a possibilidade de se aposentarem.

Atenção, policiais do Brasil inteiro! Atenção, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, bombeiros, PMs! Eu entendo a revolta de vocês, eu entendo porque vocês estão se sentindo traídos. Eu entendo a revolta de vocês, que no plenário desta Casa gritaram "*Bolsonaro traidor!*", porque só tinha discurso de defesa da segurança pública. Vamos agora para a rua, policiais! Parem de incomodar um ao outro que fez muitas manifestações contra a Previdência do Bolsonaro. Vamos nos levantar agora, todos juntos, com a educação, com as universidades, com a saúde! Vamos todos, numa única voz, dizer: "*Bolsonaro é traidor da polícia no Brasil, Bolsonaro é traidor da segurança no Brasil!*"! Ele é também traidor da educação, das professoras, das mulheres, da saúde e dos estivadores, é traidor daqueles que se esforçam para trabalhar.

Eu fico imaginando um policial que se esforçou tanto, quase deu a vida para garantir a eleição do Bolsonaro, e que neste momento recebe um troco como esse.

Eu vou continuar na Comissão de Segurança Pública, vou continuar na Frente Parlamentar da Segurança Pública e vou olhar bem nos olhos daqueles que votarem aqui contra a segurança e dizer: *"Pede para sair, Zero Dois, porque você não aguenta uma pressão!"*.

O PCdoB, Sr. Presidente, encaminha a favor desta emenda, porque considera ela justa. Garantir uma aposentadoria digna é fazer justiça aos trabalhadores. Com a mesma coragem com que defendi que a polícia entrasse na reforma da Previdência das Forças Armadas — e defendi porque considero isso importante —, com a mesma empolgação com que defendi os trabalhadores em educação, os trabalhadores em saúde, as donas de casa, as mulheres, eu defendo uma aposentadoria digna também para os policiais. Portanto, Sr. Presidente, o PCdoB, que é a favor da segurança pública do País, vota a favor da emenda.

Muito obrigada. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Hugo Leal, o autor da emenda, para encaminhar.

**O SR. HUGO LEAL** (PSD - RJ) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vantagem da votação aqui é que, diferente da morte, nós temos outra oportunidade de fazer justiça com a categoria. Este Destaque 40 é uma nova oportunidade de refletirmos sobre esse aspecto.

Eu gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o erro que há nessa proposta às forças de segurança: porque estão tentando igualar as forças de segurança aos servidores públicos. Vamos lá: o que diz o art. 39, na Seção II — Dos Servidores Públicos? Fala sobre todas as questões dos servidores públicos. Mas o § 4º do art. 40 diz o seguinte:

*Art. 40 .....  
.....*

*§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:*

*I - portadores de deficiência;*

*II - que exerçam atividade de risco;*

*III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde (...).*

Quando o Presidente Bolsonaro fala que se equivocou, é porque, na realidade, teria que ter vindo para cá um projeto de lei complementar. Não se poderia dar aos servidores públicos o mesmo tratamento dado aos servidores da carreira de segurança pública! Não sou eu que estou dizendo isso. Isso está aqui na Constituição.

O que vai acontecer é que o que for aprovado vai ser questionado no Supremo. Não vai adiantar. Eu estou poupando V.Exas. e o próprio Governo de um vexame constitucional no Supremo. Por que falo isso? Porque esta matéria não é nova no Supremo Tribunal Federal. A ADIN 3.817, relatada pela Ministra Cármen Lúcia, diz que a Lei Complementar nº 51, de 1985, que foi recepcionada pela Constituição de 1988, trata da natureza diferenciada da atividade dos profissionais da segurança pública. O Supremo já declarou a constitucionalidade da Lei Complementar 51/85.

O que deveria ter feito o Governo? O Governo deveria ter mandado para cá um projeto de lei complementar, e não ter tentado igualar. Não se pode colocar um sapato número 37 no pé de alguém que calça 44. Não vai caber. Os agentes de segurança pública que estão lá insculpidos no art. 144 não podem ser considerados como servidores públicos comuns, porque essa não é a característica da atividade policial.

Diz a Ministra:

*Este policial expõe-se a permanente risco em sua integridade física e psicológica, a perigos permanentes em benefício de todos os cidadãos, o que justifica o cuidado legal, na esteira da previsão constitucional.*

Na mesma linha é o Recurso Extraordinário 654.432. Diz o Ministro Alexandre de Moraes, sobre o direito à greve desses servidores, que eles não podem ter direito à greve porque são considerados uma categoria diferenciada. Diz ele:

*(...) no momento em que há opção pelo ingresso na carreira policial, a pessoa sabe que está integrando uma carreira (...) que possui regime de trabalho diferenciado, por escala, hierarquia e disciplina, existentes em todos os ramos policiais (...) e aposentadoria especial.*

Voto do Ministro Alexandre de Moraes.

Senhores, nós estamos tentando fazer aqui o milagre de equiparar situações diversas, diferentes.

Portanto, ouçam V.Exas. do Partido Social Liberal, o que diz o Presidente hoje: *"Tem um equívoco. Nós Governo erramos. Dá para resolver essa questão através do bom senso dos senhores"*. Quem falou isso foi o Presidente da República. Ele pede um favor. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

Ele disse: *"Nós erramos porque deveria ter sido uma lei complementar, e não da forma como está sendo feita"*.

Isso é um equívoco que vai ser derrubado numa discussão.

Depois reclamamos que o Supremo legisla para nós. Esta é a oportunidade que nós temos de recompor isso, de fazer justiça e de defender a Constituição. Isso é o que nós queremos.

Eu quero agradecer à Liderança do meu partido, o PSD, que me deu esta oportunidade. Quero agradecer ao meu Líder, o Deputado André de Paula, e a todos os 36 Deputados que aprovaram a integralidade este destaque, esta emenda.

Direito não é aquilo que alguém pode lhe dar, direito é aquilo que ninguém pode tirar de você. Por isso chama-se "direito", e não "favor". Não estamos pedindo favor nem privilégio, apenas o direito que já está insculpido na Constituição e declarado constitucional nos julgados do Supremo Tribunal Federal.

Vamos respeitar a Constituição! Não vamos querer dar o golpe na Constituição com esse pedido! *(Palmas.)*

*(Manifestação na plateia: Hugo! Hugo! Hugo!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Relator.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Bem, eu quero, pelos mesmos motivos do destaque anterior, reconhecer o mérito das categorias, especialmente da categoria da segurança pública, que está envolvida neste destaque. O reconhecimento a uma categoria é sempre importante que exista através de condições de trabalho, de carga horária diferenciada e de salário. Nós precisamos diferenciar o esforço e as categorias através de salário.

Com relação à aposentadoria, é muito difícil continuarmos, a partir da PEC, a partir da promulgação da PEC, a pagar salários integrais como se fossem salários de quem está na ativa. É disso que o destaque trata, da continuidade, a partir da PEC, do pagamento de salários integrais. Há um reconhecimento na ativa. É preciso dar salários bons na ativa, mas a aposentadoria é um seguro contra a perda de capacidade laboral que nós vamos ter na velhice. Essa é questão da Previdência que eu queria levar à consideração de V.Exas., nem tanto pelo mérito — e respeito os Deputados que votam, a favor ou contra —, mais pela oportunidade. Esta reforma serve para fazermos ajustes na Previdência. Quem não gosta de dizer "sim", de dar benefícios? Infelizmente, nós temos uma responsabilidade orçamentária neste momento.

Portanto, mais uma vez, eu venho pedir que se mantenha o texto. Em outra oportunidade, podemos discutir os avanços, o que pode ser melhorado, inclusive na questão da segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Quero pedir a atenção de todos, das Deputadas e dos Deputados.

Trata-se de destaque de emenda. Portanto, quem vota "sim" aprova a emenda e altera o texto relator. Quem vota "não" rejeita a emenda e mantém o texto do Relator.

Como vota o PT?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente e todos os que estão nos ouvindo, eu ouvi, quando da apreciação do primeiro destaque, o Destaque nº 47, muitos aqui falarem: *"Esse é muito amplo. Vamos esperar o segundo, porque, se não aprovar o primeiro, o 47, o 40 é bem razoável"*.

O que essas categorias representam para o sistema de segurança pública do Brasil? Representam a proteção da sociedade brasileira.

Eu quase chorei com o discurso do nosso querido Relator, com o drama: *"Tem que ter responsabilidade orçamentária"*.

A carreira de policial deveria ser carreira típica de Estado, porque a missão dela é proteger a sociedade. Ela não tem preço.

O que eu escuto de discurso sobre segurança pública nesta Casa é algo inacreditável.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que encaminhe o voto.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - É inacreditável.

Portanto, quem tem compromisso com a segurança pública tem que votar a favor da emenda.

O voto é "sim" à emenda. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.



Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Coloquem a lista na tela geral ali. Na minha tela já está.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Para o povo ver. Não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, o nosso Estado, o Rio Grande do Sul, é um Estado falido. De cada 100 reais que arrecada, o Estado usa 68 reais para pagar pensões e aposentadorias.

Dados sobre a aposentadoria dos integrantes da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, a nossa gloriosa Brigada Militar: a mulher se aposenta, em média, com 44 anos de idade, e o homem, com 47 anos de idade.

Acho que nós fizemos muito aqui colocando a idade mínima para aposentadoria de 55 anos, muito diferente dos 65 anos, idade que a maioria da população brasileira vai precisar ter — são 10 anos de diferença. A estabilidade no emprego mantém a segurança para o trabalho para quem está na segurança pública.

E mais: no Rio Grande do Sul, há salário diferenciado para a segurança pública, tanto para delegado quanto para coronel...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Enfim, a segurança pública no Rio Grande do Sul é muito bem paga. Infelizmente, o Governo não está conseguindo pagar o salário no final do mês. Mas o valor nominal é muito positivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que encaminhe o voto, Deputado.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Vou encerrar, Presidente.

Eu acho que nós estamos fazendo muito para a segurança pública do Brasil.

O PL vota "não". *(Apupos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PL vota "não".

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Presidente, eu acho que nós temos que verificar se essas pessoas que estão aqui dentro — que deveriam estar trabalhando — estão autorizadas para estar aqui. Porque o trabalhador não está aqui, o trabalhador está lá na roça trabalhando, e não tem defensor. Esses lobistas não deveriam estar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado...

*(Manifestação na plateia: Mais respeito a nós aqui!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Da mesma forma vocês. Não valem os Deputados. O respeito tem que ser recíproco. O.k.? *(Palmas.)*

Estamos garantindo o espaço. Eu deferi, fora das regras parlamentares, a presença de todos. Tudo aqui está sendo absolutamente transparente. Eu sei que todo mundo está cansado. Todas as votações estão sendo nominais, para que ninguém tenha dúvida de quem votou e como votou. Então, precisamos de respeito recíproco.

Eu pergunto: como encaminha o PSD? *(Pausa.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Os nossos assessores não podem entrar!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Os nossos assessores têm restrição de entrada. Ainda assim...

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - A Polícia Legislativa e a Polícia do Senado...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado...

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Deixam as pessoas entrarem aqui livremente. Isso não pode acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Giovani Cherini, eu entendo. É muito incômodo receber esse tipo de manifestação. Mas eu quero dar um depoimento a V.Exa.: a Polícia Legislativa tem dado todo o apoio aos nossos trabalhos, tem sido absolutamente responsável aqui, com os nossos trabalhos. *(Palmas.)*

Isso não quer dizer que eu concorde com as reivindicações ou com a conduta de vaiar um Deputado. Eu acho que, efetivamente, isso não cabe. Todos os Deputados têm direito de expressar as suas convicções de uma forma livre aqui dentro do plenário.

Como vota o PSD?

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Sr. Presidente, o Brasil, a família brasileira sabe o que é a vida de um policial na rua, o que ele passa na rua. A profissão do policial é a mais estressante no mundo, principalmente neste País em que nós vivemos. É a profissão em que mais se morre, tanto em combate quanto em execuções na rua. O policial é o para-choque do Estado e da família na rua. É ele que defende o cidadão de bem. O policial, Sr. Presidente, é quem defende a família.

Só no ano de 2017 foram mortos 500 policiais. Essa é a média de mortes por ano. O Presidente Bolsonaro, que é, sim, a favor das polícias, reconhece isso.

Por isso eu quero apelar a todos vocês policiais: vamos apoiar o Destaque 40! Os policiais, que exercem a profissão mais estressante do mundo, não podem, com 60 anos de idade, pular muros e trocar tiros com bandidos. Vamos apoiar o Destaque 40!

Votamos "sim", Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL, Deputado Filipe?

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - Sr. Presidente, o PSL tem compromisso com o povo que foi às ruas e que exige a reforma previdenciária do Ministro Paulo Guedes, com a qual se pretende a economia de 1 trilhão de reais. O PSL não irá votar nenhum destaque que reduza a economia prevista pelo Relator, o Deputado Samuel Moreira.

É muito engraçado nós vemos quem nunca defendeu segurança pública, quem sempre defendeu que a polícia é fascista, quem defendia a marcha contra a PM, o desarmamento, quem estava terça-feira aqui batendo no Ministro da Segurança Pública, Sergio Moro, agora dizer que defende a segurança pública. Não defendem.

O PSL não irá votar nenhum destaque que reduza a economia prevista. Por isso o PSL vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL vota "não".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, o MDB vota "não", acompanhando o nosso Relator Samuel Moreira.

O que foi discutido foi atendido. As questões da agricultura, do Benefício de Prestação Continuada e do magistério foram atendidas. Não podemos agora votar diferente um destaque, porque teremos que votar para todas as categorias.

Então, o MDB vota com o nosso Relator, o MDB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O MDB vota "não".

Como vota o PSB?

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, colegas Deputados, o PSB tem um profundo respeito por essas categorias que dão a sua vida pela comunidade.

Para nós, vale muito mais um gesto do que mil palavras. Nós vamos votar "sim" a esta emenda. *(Palmas.)*

Quem já não precisou da polícia num acidente, num assalto, ou para socorrer pessoas na hora mais difícil, à noite, na beira da estrada, na chuva, no frio? Quem põe a cara a tapa são os profissionais da polícia. São os policiais que correm atrás de bandido, que abandonam a própria família para cuidar dos outros. Quem combate o abigeato, o contrabando, o descaminho? São os policiais que salvam vidas. Aliás, policiais fazem serviços de médico. Até parto fazem nas suas viaturas. Ainda mais no Brasil, onde o bandido sai antes da delegacia que o policial.

Portanto, o nosso voto é "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PRB?

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Sr. Presidente, o PRB respeita e engrandece os policiais e todas as forças de segurança. O que ocorre é que a bancada se alinhou ao entendimento de que nós não votaremos aqui a reforma dos Estados. Esta emenda inclui mais de 20 dispositivos, nos quais estão incluídos agentes socioeducativos, agentes penitenciários e servidores dos Estados. O PRB se organizou no sentido de não votar a reforma dos Estados.

Quero ressaltar a opinião divergente do Deputado Capitão Alberto Neto, que, por isso, foi substituído na votação deste destaque.

O PRB vota "não", respeitando as forças de segurança, mas entendendo que os Estados devem ficar fora desta reforma da Previdência que estamos votando. O PRB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PRB vota "não".

Como vota o PSDB?

**O SR. BETO PEREIRA** (PSDB - MS) - Sr. Presidente, o PSDB vota "não", pautado pela coerência. Nós não podemos aqui cometer um erro de forma. Como o meu antecessor disse, nós tomamos uma decisão. O Relator adotou uma posição, a de excluir Estados e Municípios, decisão a que sou contra. Sou contrário a essa decisão. Agora, nós não podemos tratar de Estados e Municípios num dispositivo, cometendo aqui uma impropriedade de texto.

Então, não é possível discutir aquilo que é pauta de Estados e Municípios sem, verdadeiramente, incluir...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o DEM?

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, é muito importante que fique claro que esta Comissão não está dividida entre Deputados que são a favor da polícia e Deputados que são contra a polícia. Todos que estamos aqui somos a favor da polícia. Agora, está sendo dada aos policiais uma série de direitos diferenciados em relação às demais categorias, como a idade melhor para se aposentar. A maioria tem direito à paridade, à integralidade e a uma série de direitos que outras categorias não têm. O que nós estamos aqui discutindo é o limite desses direitos que estão sendo dados a mais. Por exemplo, eu preferiria ser policial a ser gari, porque o gari não tem direito a nenhuma prerrogativa especial.

Então, é importante que paremos com essa conversa fácil de que a Comissão está dividida entre os que são a favor e os que são contra. Somos todos a favor. Estamos dando vários direitos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Arthur, para ficar gravado, diga como o DEM vota.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - O DEM vota "não" e...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k. Obrigado, Deputado.

Como vota o PP?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, o PP, confiante no bom relatório que o Deputado Samuel produziu e alinhado ao PSL e ao Governo na responsabilidade pela nossa economia, vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PP vota "não".

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me dê a palavra por 15 segundos. É o apelo que faço. É uma questão de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (DEM - BA) - O Deputado Alan Rick tem uma postura diferente da postura da bancada. Ele é suplente aqui na Comissão, não vota, mas tem uma posição divergente, a favor desta emenda.

Eu queria, portanto, pedir a V.Exa. a boa vontade de fazer esse registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Está registrado, Deputado Arthur.

Tem a palavra o Deputado Fábio Henrique.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Presidente, nós estamos tendo aqui uma segunda oportunidade de fazer justiça aos profissionais de segurança pública.

Foi dito que o Destaque 47 era muito amplo. O nosso querido Relator falou em orçamento. Em tese, o gerente do Orçamento, que é o Presidente da República, pediu a esta Casa que tivesse bom senso e corrigisse o erro que o Governo praticou.

Eu ouvi um Deputado dizer que policial tem o privilégio de se aposentar aos 55 anos de idade. Queria sugerir ao colega Deputado que botasse uma farda, pegasse uma pistola e um fuzil e fosse correr atrás de bandido, para ver o que é a função de um policial. *(Palmas.)*

Portanto, Sr. Presidente, não há outra explicação: aqui, ou se é a favor da segurança, ou se é contra a segurança. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

Quem vota contra é contra a segurança, sem meio-termo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "sim".

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, o Solidariedade, coerente com a sua posição até aqui, é solidário à Polícia Federal e à Polícia Rodoviária Federal. Porém, estamos tratando desta reforma sem incluir Estados e Municípios. Infelizmente, não há aqui nenhum destaque que trate somente da PF e da PRF.

Por isso, nós vamos votar "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Solidariedade vota "não".

Como vota o PTB?

**O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE** (Bloco/PTB - AL) - O PTB acompanha o Relator e vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota "não".

Como vota o Podemos?

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Sr. Presidente, o nosso partido tem uma posição firmada em relação a esta matéria. Primeiro, nós apoiamos nesta reforma quem ensina, os professores. Nesta matéria, nós vamos votar favoravelmente a quem dá segurança ao povo brasileiro. Queremos uma polícia de Estado em todo o Brasil. Queremos segurança. Confiamos na segurança.

O Podemos vota "sim". *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Podemos vota "sim".

Como vota o PSOL?

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS) - Presidente, é muita demagogia! Vir aqui dizer que defende segurança pública e dizer que vai votar contra os servidores da segurança pública é um teatro. O problema é que isso não ocorre só aqui. Muita gente, de forma oportunista, pede votos aos profissionais da segurança, às professoras, aos policiais civis, aos policiais rodoviários federais nos seus Estados e vem aqui trair essas categorias, como o Bolsonaro e o PSL fizeram, vem aqui tirar direitos e massacrar as mulheres trabalhadoras da segurança pública. *(Palmas.)* Isso é inaceitável, inaceitável!

E digo mais: nas traições nós aprendemos quem são os nossos verdadeiros aliados e quem são os nossos verdadeiros inimigos. Nas traições nós aprendemos que é na luta organizada dos trabalhadores que temos que confiar.

Então, quero dizer aos policiais civis, aos guardas, aos policiais federais, aos policiais rodoviários federais que não desistam, porque nós faremos a mobilização contra a PEC, a favor, sim, do Destaque 40...

*(Desligamento automático do microfone.) (Palmas.)*

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS) - Vou concluir, Presidente.

Nós votaremos a favor do destaque aqui e no plenário, porque, infelizmente, vemos um placar, com os votos do Governo reacionário do Bolsonaro e de boa parte do Centrão, contra os trabalhadores da segurança pública.

A luta continua. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente... *(Falha na gravação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PROS vota "não".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, defender a segurança pública não é flexibilizar o porte e a posse de armas, não é armar a população civil para garantir o crescimento das vendas de uma empresa que financia, tradicionalmente, as campanhas de Jair Bolsonaro, uma empresa que, só em 2019, cresceu 92% nas Bolsas. Falo da Taurus. Defender a segurança não é acariciar um juiz parcial, um juiz venal que construiu provas com o acusador, entortando o jogo da política brasileira.

Defender a segurança é ter o Estado sempre ao lado das polícias por plano de carreira, por melhores salários e por aposentadoria justa.

V.Exas. já frequentaram uma assembleia de viúvas de policiais? Eu já. Já viram jovens mutilados da Polícia Rodoviária Federal, que luta contra a exploração de crianças nas estradas? Eu já vi mutilações em jovens.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PCdoB, Deputada?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Os policiais exercem uma tarefa que é de fato diferenciada e merecem ter este destaque aprovado.

O PCdoB vota "sim". (*Manifestação na plateia.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSC?

**O SR. OTONI DE PAULA** (PSC - RJ) - Sr. Presidente, eu sou do Rio de Janeiro, talvez um dos Estados mais perigosos da Federação. Minha família e eu só estamos vivos por causa dos bravos policiais militares do meu Estado.

Então, em nome dos mais de 200 servidores da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro mortos e em nome de Anderson, do qual eu era pastor e que morreu antes dos 25 anos de idade defendendo o cidadão do Estado do Rio de Janeiro, o PSC vota "sim" ao Destaque 40.

Vivam os profissionais da segurança pública! (*Manifestação na plateia.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC vota "sim".

Como vota o Cidadania?

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, nós, de maneira muito sensata, observamos com toda a atenção este destaque. Entendemos a importância das polícias para a segurança pública, mas, ao mesmo tempo, temos responsabilidade com uma reforma ampla, em que várias categorias fazem seu esforço para que haja aposentadoria para todos, para que de fato os recursos advindos da economia decorrente da reforma da Previdência cheguem a toda a população brasileira. Se começarmos a votar por categoria, dificilmente chegaremos ao final com uma reforma adequada que faça a economia de que precisamos.

O Cidadania vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Cidadania vota "não".

Como vota o NOVO?

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ) - Sr. Presidente, eu recebi, ao longo dos últimos meses, representantes de diferentes categorias — professores, servidores públicos, policiais, guardas municipais — e falei em meu nome e em nome do NOVO que este não é momento de criar nenhuma condição diferenciada para nenhuma categoria. Não estamos falando de mérito. Todo mundo respeita o professor, o policial, o guarda municipal, mas o momento é de uma reforma da Previdência para todo mundo, para todos os brasileiros. Essa reforma precisa ser dura, rígida, precisa garantir uma economia, um ajuste fiscal da ordem de 1 trilhão de reais.

Por isso, em nome de todos os brasileiros, em especial daqueles que estão desempregados ou no subemprego, o NOVO vota "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O NOVO vota "não".

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, o Patriota reforça seu compromisso com as forças de segurança e vota "sim". (*Manifestação na plateia.*) (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, nós estamos vendo aqui uma confusão quando falam de defesa da segurança pública neste País. O discurso de segurança pública deste Governo é um discurso populista,

simplista, que fala em liberação generalizada de armas. É um discurso que segue princípios defendidos pelo Presidente norte-americano, Donald Trump. Isso não é defender a segurança. Defender a segurança pública é aparatar a polícia com condições de trabalho, é garantir que o policial tenha condições de voltar para casa e cuidar da sua família depois de cuidar da sociedade, é garantir uma aposentadoria que reconheça os sacrifícios que essa categoria faz pelos brasileiros.

O PV diz "sim" a este destaque. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, nós temos que ser coerentes com a defesa dos direitos sociais e dos direitos humanos.

Eu acredito que a segurança é uma prioridade no Brasil. Nós precisamos dar condições aos policiais, às pessoas que dedicam sua vida a esse direito que é tão importante para a população brasileira, de exercerem o seu trabalho, de se doarem dia a dia. Esses benefícios não são considerados privilégios, são benefícios que fazem justiça a esses profissionais.

Por essa razão, a REDE vai votar "sim". A REDE acredita que nada é mais justo do que assegurar condições aos policiais, a essas pessoas, a esses cidadãos de viverem dignamente. Para tanto, nós Parlamentares precisamos ter responsabilidade com essa classe profissional.

Nós vamos votar "sim". *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A REDE vota "sim".

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, este Governo não é o governo da segurança, é o governo da morte, do feminicídio, do preconceito, do ódio. Este Governo não tem nada a ver com segurança pública. Este Governo tem a ver com outra lógica de sociedade.

Digo a quem compara esta discussão com a dos garis que isso não é preciso, porque os garis já foram massacrados no texto da reforma.

E nós teremos muitos destaques, Deputado, para salvar os garis. São trabalhadores que estão com a faixa salarial menor. Vamos tentar salvá-los nos destaques. Espero que V.Exa. nos ajude. Neste momento, estamos tentando reduzir danos.

Quero inclusive homenagear as mulheres policiais que estão aqui conosco, que são muitas. São mulheres que, na sua história, enfrentam preconceito. Não é fácil se impor. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

A Minoria indica o voto "sim", pela política de justiça e redução de danos. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "sim".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, neste debate sobre como tratar os profissionais de segurança pública, a Oposição vai se posicionar com a responsabilidade e com o respeito que tem por esses servidores. *(Palmas.)*

São servidores públicos que têm e sempre tiveram o nosso respeito. Nós nunca fizemos demagogia ou procuramos enganar os servidores, sejam dessa área, sejam de qualquer outra área. Cada categoria tem condições e características especiais. Há que se reconhecer que quem trabalha com segurança pública também as tem.

A Oposição, como todos os partidos já indicaram, vai votar "sim", a favor deste destaque, cumprindo a nossa obrigação e o nosso dever de respeitar as características peculiares de cada categoria.

Obrigado, Presidente. *(Manifestação na plateia.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Governo?

**O SR. CORONEL ARMANDO** (PSL - SC) - O Governo, apesar de ter tentado todos os acordos para salvar a classe, não conseguiu o acordo necessário. Então, para preservar a reforma, o Governo vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "não".

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados... *(Manifestação na plateia.)*

Só um pouquinho, pessoal. Nós estamos tendo toda a tolerância do mundo.

Vamos passar agora para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Manifestação na plateia: Sim! Sim! Sim!)*

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, não pode haver essa torcida!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pessoal, por favor! Por favor, vamos ter paciência!

Até aqui, nós temos levado tudo na mais absoluta tranquilidade e com respeito ao direito de manifestação dos policiais, mas não dá para fazer protesto aqui dentro.

Pois não, Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Presidente, só quero fazer um apelo aos nobres Deputados. Esta emenda, este destaque é importante. Ele não é tão amplo como o outro.

O voto "sim" aqui, hoje, é o mínimo de compromisso que nós temos que ter com as forças de segurança. Aliás, o Deputado Hugo Leal lembrou bem que já há decisão do Supremo Tribunal Federal. Não prospera se por acaso o Governo derrotar esse destaque. Não prospera, porque já há decisão do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o nosso apelo àqueles que estão indecisos é que possam dizer "sim" à segurança pública no Brasil. É por isso que nós estamos fazendo esse esforço de compromisso com vocês que estão aqui e que cuidam da segurança pública do Brasil. Vamos todos votar "sim" e dar uma demonstração de compromisso desta Casa com a segurança pública, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT - SP) - Sr. Presidente, um dos pilares da boa segurança pública no Brasil deve ser a remuneração adequada dos profissionais de segurança e uma carreira que incentive e estimule as pessoas a entrarem na carreira da segurança pública. É mais do que justo esse destaque.

É por isso que o Partido dos Trabalhadores indicou o voto "sim" nesse destaque, para dar um futuro correto ao profissional de segurança pública.

Por isso, nós vamos votar "sim" no Destaque nº 40.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann.

Depois vou passar a palavra ao Deputado Fábio Henrique, ao Deputado Giovani Cherini e a todos que a estão pedindo.

Concedo a palavra à Deputada Gleisi Hoffmann.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, quero aqui reforçar as palavras do Deputado Paulo Teixeira, do Deputado José Guimarães e de todos aqueles que encaminharam o nosso voto.

Como Presidenta do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que nós estamos nessa luta ao lado dos policiais. A valorização da carreira e dos policiais passa pela votação desse destaque.

Aqui nós vamos ver realmente aqueles que querem o País com uma estrutura de segurança pública que valorize os profissionais — a questão salarial, a proteção.

Quero fazer uma saudação muito especial aos policiais rodoviários federais, aos guardas municipais, ao pessoal que está aqui durante toda essa semana batalhando pelos seus direitos.

O Partido dos Trabalhadores vota "sim" nesse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Fábio Henrique.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou dar 1 minuto a cada Deputado. Há vários Deputados inscritos, eu vou dar 1 minuto para cada Deputado.

Calma, Deputada Fernanda Melchionna! A Deputada Fernanda Melchionna, com o microfone ligado, brigou comigo! *(Risos.)*

Estou brincando, Deputada Fernanda!

Tem a palavra o Deputado Fábio Henrique.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, eu queria lhe pedir a autorização para fazer um registro de um fato extrapauta, um fato lamentável que aconteceu hoje em Aracaju, no Estado de Sergipe.

Ocorria em Aracaju um seminário sobre novos cenários do gás natural no Estado, com a presença do Governador Belivaldo Chagas, do PSD, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Bento Costa, o Almirante Bento, e vários Deputados Estaduais, Deputados Federais e empresários. Infelizmente, durante o evento, o empresário Sadi, dono de uma empresa de cerâmica no Município de Nossa Senhora do Socorro, onde tive o prazer de ser Prefeito, uma empresa grande que recentemente tinha hibernado, tinha anunciado a demissão de mais de 300 trabalhadores, esse empresário, após a fala do Governador, pegou uma arma e atirou na própria cabeça, praticando o crime de suicídio, fato que tem sido destacado, infelizmente, por toda a imprensa nacional.

Quero fazer aqui o registro da história de um homem honrado, decente, de um empresário, um empreendedor, um empresário preocupado com o desenvolvimento do nosso Estado, em especial da nossa cidade, com quem tive uma relação de amizade muito respeitosa e muito republicana.

Fica aqui, Sr. Presidente, o registro desse fato lamentável que aconteceu hoje, pela manhã, na cidade de Aracaju.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado.

Vou encerrar a votação e depois abrirei para os outros Deputados e Deputadas.

Peço que a Mesa encerre a votação e publique o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Resultado: "não", 30; "sim", 19.

A emenda está rejeitada. Fica mantido o texto do Relator.

Com a palavra o Deputado Giovani Cherini. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, gostaria de registrar que não existe aqui... *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Giovani Cherini, vamos esperar um pouquinho. Estão saindo já. *(Pausa.)*

Deputado...

O.k. Vamos lá!

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Claro! Legítimo. Nós respeitamos isso. *(Palmas.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado.

Obrigado pela sua atitude.

Vamos em frente.

Vamos ter paciência. Isso faz parte do jogo. Com paciência enfrentamos essas questões.

Vamos lá!

Vou dar 1 minuto ao Deputado Giovani Cherini, à Deputada Jandira Feghali, à Deputada Fernanda Melchionna, e depois vou passar ao próximo destaque.

Deputado Giovani Cherini.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, eu não vou abrir 1 minuto para todos. Deputado Giovani Cherini, Deputada Jandira Feghali, Deputada Fernanda Melchionna, e depois eu vou para o próximo destaque.

Tem a palavra o Deputado Giovani Cherini.



**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu não vou para casa hoje com essa pecha de que uns aqui defendem a segurança e outros não.

Nós, aqui, que votamos para manter o trabalho que o nosso Relator, Deputado Samuel Moreira, fez, votamos e separamos aqueles que eram mais importantes.

E o Partido Liberal sempre valorizou as categorias, eu em particular. O nosso Rio Grande do Sul é um Estado que paga bem a sua força policial, porque o risco é muito grande e nós sabemos disso.

Agora, 55 anos para se aposentar, estabilidade no emprego e um salário de soldado que no Rio Grande do Sul começa com 6 mil reais mais hora extra...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Giovani Cherini, é apenas 1 minuto. Nós nem temos previsão regimental para essa fala.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o policial, assim como o professor, a professora e o servidor público de um modo geral, são servidores do povo e não estão ligados politicamente a nenhum governo, a nenhum governante. Eles estão a serviço da sociedade, garantindo um direito humano fundamental, que é o direito à segurança. E quando um direito existe na Constituição, é obrigação do Estado promover uma política pública que garanta o cumprimento desse direito junto à população.

Esse profissional tem sido muito desconsiderado, desvalorizado, submetido a uma situação vexatória de trabalho. Portanto, não é compreensível que essa categoria de profissionais fique afastada de uma legislação que lhe proteja e lhe dê garantias do cumprimento de sua função constitucional.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA** (PSOL - RS) - Agradeço, Presidente.

Eu não poderia deixar de falar sobre a questão da segurança pública no meu Estado. Tenho que discordar do Deputado que nos antecedeu, porque eu tenho a convicção de que os nossos policiais civis, os nossos policiais militares, as forças de segurança pública como um todo não só são muito mal remuneradas e muito mal equiparadas, como sofrem há 44 meses o parcelamento de seus salários, que começou lá no Governo de Sartori e se mantém no Governo de Eduardo Leite.

Então, os governos que não garantem salários dignos e infraestrutura de trabalho querem terceirizar a responsabilidade da segurança pública, vendendo como soluções projetos que só vão aumentar a violência, para atender ao *lobby* da indústria armamentista, como é o caso dos decretos que liberam armas em geral, enfim, para fortalecer uma lógica que não é uma lógica de segurança pública, que é uma lógica de violência.

Então eu quero registrar essa realidade dos trabalhadores do Rio Grande do Sul e de novo deixar registrado o nosso apoio em favor da luta dos trabalhadores da segurança pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Destaque nº 2, do PL.

Votação da Emenda nº 176.

Se aprovada a emenda, fica suprimido o § 1º do art. 21.

Para defender a emenda, passo a palavra ao autor, Deputado Fernando Rodolfo.

**O SR. FERNANDO RODOLFO** (PL - PE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito orgulho que eu recebo a missão de defender o Destaque nº 2 da Emenda nº 176, de autoria do meu partido, o PL, do nosso Líder Wellington Roberto.

Sinto-me muito à vontade em defender os professores, porque se trata de uma categoria fundamental para a vida de todos nós. O que seria de nós aqui se não fosse um professor? Nós só assinamos o nosso termo de posse nesta Casa graças a um professor que nos ensinou a escrever. Nós só conseguimos realizar sonhos e chegar aonde chegamos graças a professores que lá atrás nos ensinaram. Professores são a redenção deste País, porque a redenção do Brasil passa pela educação, e educação é antes de tudo a valorização daqueles que estão diariamente nas salas de aula doando e se dedicando, doando a própria vida para nos ensinar.

Nos rincões deste País, professor sofre muito. Dedicar o seu dia inteiro, principalmente aqueles que lecionam na zona rural, para ensinar, ensinar os nossos filhos, os nossos netos. São eles que cuidam do nosso futuro. E lamentavelmente, senhoras e senhores, professores apanham diariamente neste País, fisicamente, moralmente. Apanham fisicamente de alunos que não sabem respeitar, apanham moralmente de políticos que não sabem valorizar.

A nossa torcida, o nosso apelo é para que os professores não apanhem hoje desta Comissão ao serem incluídos na reforma da Previdência da forma como foram colocados.

O PL, lá de trás, desde o tempo da sua fundação, através do nosso grande líder Álvaro Valle, defende esta bandeira. Não apenas isso, nós defendemos os professores, porque entendemos que sem eles o Brasil não vai para a frente.

Portanto, faço aqui um apelo aos partidos, aos colegas titulares e suplentes desta Comissão, para que, daqui a pouco, ao votarem o Destaque nº 2, coloquem a mão na consciência e saibam que é injusto mexer com o professor nesta reforma da Previdência. Não venham com o discurso de que a reforma tem que contemplar todos. Para ser justa, a reforma tem que ser uma reforma com justiça social e incluir os professores. Obrigar as nossas professoras a se aposentarem aos 57 anos — antes seria aos 60 anos, e o Relator colocou 57 anos — é uma crueldade!

Nós defendemos a manutenção das regras atuais para os professores na reforma da Previdência: homens, 55 anos; mulheres, 50 anos, com uma regra de transição plausível e aceitável. O que queremos é que os professores não sejam incluídos nessa reforma. E por eles, nós fazemos esse apelo. Esta é uma luta que vem de muito tempo na educação e que não pode agora ser apagada, atropelada por essa reforma da Previdência.

Pedimos, então, encarecidamente, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas presentes nesta Comissão que aprovem o Destaque nº 2, votem "sim" a esse destaque, para que nós possamos preservar as regras atuais dos professores nessa reforma da Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, para uma questão de ordem.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Obrigado, Presidente. Eu quero fazer um pedido a V.Exa. Eu sei que é difícil, mas não é razoável nós não conseguirmos discutir sob grande silêncio, grande atenção, argumentos a favor e contra a questão da segurança pública. E agora estamos discutindo a educação pública, a Previdência dos professores.

Então, nós temos que solicitar do nosso Presidente, que eu sei que quer fazer isso, que se recomponha o Plenário. Que as pessoas que queiram conversar saiam do plenário, porque nós precisamos de um ambiente de atenção, para que os colegas sejam ouvidos e os argumentos sejam postos e nós tenhamos uma votação de qualidade, como este assunto merece.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Acolhida a questão de ordem de V.Exa. É uma observação muito pertinente.

Eu quero pedir à Deputada Joice Hasselmann, ao Deputado Pedro Paulo e aos senhores assessores aqui presentes atenção. O Deputado Henrique Fontana foi muito pertinente na intervenção dele em relação à necessidade de darmos mais atenção aos Parlamentares que estão fazendo uso da palavra.

Eu queria pedir silêncio, para ouvirmos o Deputado Giovani Cherini.

O Deputado Giovani Cherini tem a palavra por 5 minutos, para encaminhar.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, eu gostaria de, não querendo ser chato... Mas neste canto aqui, o pessoal que está de pé, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Elmar...

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Eu acho que este tema é da maior importância para o Brasil. E nós, do Partido Liberal — o Deputado Fernando Rodolfo já fez aqui também a sua defesa nesse destaque —, não temos dúvida nenhuma de que algumas exceções é muito importante que nós analisemos aqui neste plenário. Se alguém merece exceção são os professores, porque hoje dar aula é uma coisa muito difícil. O aluno agride o professor. Os pais vão à escola e agredem os professores. Ser professor hoje, no Brasil, é uma atividade periculosa.

O Partido Liberal vem de Álvaro Valle, que, como liberal, defendia que os professores deveriam ter tratamento melhor do que todas as outras categorias. E nós tratamos bem a segurança pública, botamos aqui tratamento especial.

Nós queremos também um tratamento especial para os nossos professores, porque professor não pode estar na economia de mercado. Professor é a base, o alicerce de uma casa. O professor precisa ter desta Comissão uma espécie de simbologia,

porque os professores não estão aqui fazendo *lobby*, como nós vimos há pouco tempo. Os professores não têm tempo para isso, não têm dinheiro para pagar passagem e viajar, porque os seus salários são muito baixos. E ainda vão ter uma aposentadoria como a colocada aqui.

Nós queremos que ela continue como funciona hoje, que os professores sejam excluídos da reforma da Previdência, como foram os trabalhadores rurais, o que foi uma luta muito grande nossa. O professor deste País, na medida em que tiver, nesta Comissão, um reconhecimento da sua importância...

E mais, eu sonho que um dia, neste País, o professor seja o cidadão mais bem pago, ganhe mais do que o médico, do que o advogado, que o profissional de segurança pública, porque ele educa todos nós que estamos aqui, ele educa todos aqueles que estavam fazendo *lobby* há pouco tempo aqui.

Então, o Partido Liberal encaminhou esse destaque. São poucas as exceções que nós estamos fazendo. Mas esta é a grande exceção que nós precisamos demonstrar para este País, para essa educação que, infelizmente, hoje está relegada a não ser prioridade.

Que nós possamos dizer que esta Câmara dos Deputados prioriza a educação, porque, se deixar pior do que está... O professor já tem baixa autoestima, já está relegado na sua sala de aula, abandonado. Imaginem se ainda fizemos essa regra de 60 anos para o homem e 57 anos para a mulher! É a única exceção: que nós consideremos o tempo de serviço, o tempo de trabalho, que é de 30 anos para o homem e de 25 anos para a mulher. Essa é a nossa grande exceção.

E ainda há a diferença entre a rede pública e a rede privada. Para a rede pública é tempo de serviço, e para a rede privada, anos de idade, 60 anos para o homem e 57 anos para a mulher.

Então, Sr. Presidente, nós discutimos muito. O nosso Líder, Deputado Wellington Roberto, quando foi lançada a reforma da Previdência, já chamou uma coletiva e disse: "*O Partido Liberal não negocia a causa dos professores*". O nosso Deputado Marcelo Ramos estava junto quando nós lançamos esse projeto, essa ideia de que nós queríamos preservar aquilo que nós consideramos mais importante para este País, que é ter um professor valorizado, ter um professor que possa enfrentar hoje as mazelas das famílias, as mazelas dos problemas sociais, que acabam dentro da sala de aula. Portanto, Sr. Presidente, nós gostaríamos de contar com este Plenário para a aprovação do nosso Destaque nº 2, porque aí nós vamos sair daqui fortalecidos.

Esta Comissão fez uma exceção a favor da nossa grande base, que é a nossa educação.

O Partido Liberal, então, encaminha a favor desse destaque.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra a Deputada Perpétua Almeida.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, eu quero dividir o meu tempo com a professora Alice Portugal, para que possamos cada uma falar a metade, dada a importância deste momento agora.

Sr. Presidente, já foi muito difícil para nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Perpétua, eu queria só fazer um apelo a V.Exa. V.Exa. já falou como Líder, e a Deputada Alice Portugal também. Então, não cabe mais V.Exas. encaminharem a votação. É uma questão de ordem?

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Eu estou inscrita. Eu estou só pedindo para dividir o meu tempo. Eu estou inscrita.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Onde?

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Af! Eu estou inscrita para defender o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Não, Deputada.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Eu estou inscrita! Então alguém retirou a minha inscrição. Eu estou inscrita! Aqui parece que virou moda trocar folha, tirar inscrição...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - De forma alguma, Deputada.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Eu me inscrevi, Deputado. Eu queria que V.Exa. garantisse a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Já houve encaminhamentos contra e a favor. Vamos ouvir o Relator.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Eu me inscrevi aí para falar. Ele falou como autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Eu quero pedir um favor: vamos ouvir o Relator? É o tempo em que a assessoria checa. Depois eu ouço V.Exa.

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB - AC) - Está bem, Sr. Presidente. Eu espero que garanta a minha fala, porque eu me inscrevi, como manda o Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Perfeito.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Dia difícil! Dia difícil para todos nós. Dia de ajuste. Não é dia de benefícios. É dia de ajuste da Previdência.

Eu posso falar com tranquilidade, até porque tenho mãe professora, cunhada professora, tios professores. Posso falar com muita tranquilidade: esse destaque remete à possibilidade de tirar totalmente os professores da reforma. É muito difícil, porque hoje a regra permite que uma professora, mercedamente até, tenha todas as qualidades para que seja valorizado o salário. Qual é o problema? O professor tem que ganhar bem. O professor é aquele que, na sala de aula, no contato com o aluno, transmite o conhecimento, é aquele que vai possibilitar ao aluno mais produtividade e mais conhecimento, aumentar o PIB, aumentar a renda. Por isso há necessidade de um programa de Governo que leve esse conhecimento, valorizando o professor, para o interior do País. A questão do professor é ganhar melhor; a questão do professor é uma carga horária diferente, reduzida; a questão do professor é lecionar numa sala de aula com menos de 30 alunos, com carga horária diferenciada, com prioridade para o ensino infantil e fundamental. Não adianta fazer puxadinho! Não vai ser resolvida nunca a questão do professor dessa forma, muito menos do aluno, muito menos do País. Agora, é preciso valorizá-lo? É preciso.

Hoje, a professora pode se aposentar... Eu não estou fazendo crítica nenhuma. Se olharmos por esse lado, nós nunca vamos a lugar nenhum. O fato é que uma professora, hoje, precisa de 25 anos de tempo de contribuição para se aposentar. Ou seja, se começar com 20 anos, pode se aposentar com 45 anos. E nós fizemos aqui um trabalho, nesse projeto, nesse substitutivo, diferentemente da PEC, que estabeleceu a idade de 60 anos, reduzindo a idade para 57 anos, com uma transição para 55 anos para quem está trabalhando.

Nós temos que criar condições definitivamente diferentes para o professor, mas, neste momento, tirar totalmente, manter tudo como está e jogar tudo nas costas dos Estados inclusive, porque a grande maioria dos professores está nos Estados, que não estão sequer pagando salários... O Rio de Janeiro não paga nem salário nem aposentadoria; no Rio Grande do Norte o pagamento está atrasado; no Rio Grande do Sul o pagamento está atrasado; em Minas Gerais o pagamento está atrasado. Não adianta: sem orçamento, não tem benefício. O País precisa mudar, precisa ter competência para criar um programa como o programa de agentes comunitários de saúde pelo interior do País inteiro, que existiu tempos atrás. Por que não o professor da escola infantil, o professor do ensino fundamental ser valorizado definitivamente, com salário, com uma idade diferenciada, como nós fizemos e estamos propondo? *"Ah, mas olha, está falando contra os professores."* Não há hipótese, eu não sou hipócrita! Eu sei qual é o valor de um professor e de uma professora.

Esse destaque, infelizmente, infelizmente, é inadequado. Um ajuste ou outro, porque nós não somos dono da verdade. Uma proposta um pouquinho diferente, mas não esta, porque ela tem muitos problemas. Não resolve o problema do ponto de vista social, e destrói do ponto de vista fiscal. *"Ah, mas a educação não tem valor."* Não tem. É imensurável o valor da educação, é lógico! Mas tem que ter coragem para criar programa de Governo na educação. Para isso, nós precisamos ajustar as contas.

Então, estou fazendo este encaminhamento para que nós... Vejam, ninguém tem motivo para comemorar, não! Não pensem que é... É duro, porque há interpretações, dificuldades, mas estou pedindo que não aproveemos esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Vamos iniciar a votação.

Antes de iniciar a votação, passamos, naturalmente, à orientação de bancada.

Como vota o PT, Deputado Henrique Fontana?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu ouvi com atenção o nosso Relator, e ele disse que, sim, a educação merece prioridade; ele disse que, sim, uma série de questões devem ser melhoradas na educação, como o salário do professor e as condições de trabalho. Mas aí a proposta que ele faz nesta antirreforma é: *"Vamos começar baixando a aposentadoria dos professores. Para mostrar a nossa prioridade com a educação, vamos começar terminando com a aposentadoria especial dos professores e aumentando a idade até a qual eles têm que trabalhar"*.

Se nós queremos, de fato, neste País definir que a educação é a grande ferramenta de transformação social e econômica deste País, nós temos que passar a respeitar os professores. Esta reforma muda a aposentadoria do professor, que se aposentaria com 3 mil reais, baixando-a para 1.890 reais, em alguns casos.

O nosso voto é "sim" a este destaque corretíssimo do Partido Liberal, em defesa dos professores e da educação brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSL?

**O SR. HEITOR FREIRE** (PSL - CE) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - É "sim". É a votação da emenda.

Como vota o PSL?

**O SR. HEITOR FREIRE** (PSL - CE) - Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento histórico, depois da ineficiência de quase duas décadas de governos de esquerda, que destruíram a nossa Nação, deixando-a sem educação, sem saúde, sem segurança. A nossa Nação faliu.

É por isto que o PSL está aqui defendendo uma Nova Previdência, para restaurá-la. É o início do resgate da dignidade desta Nação, para que ela comece a gerar emprego e renda.

Nós defendemos esta Nova Previdência, de acordo com o que o Ministro Paulo Guedes e o nosso Presidente Jair Bolsonaro enviaram a esta Casa. Nós rejeitamos qualquer alteração no texto.

O PSL vota "não", para que esta reforma seja aprovada de acordo como está o texto e o Brasil tenha oportunidade de gerar emprego e renda.

"Não"!

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PL?

**O SR. FERNANDO RODOLFO** (PL - PE) - Sr. Presidente, o PL encaminha "sim", por entender que os professores precisam ser respeitados por este Parlamento e precisam ser respeitados por esta Comissão.

O que o Relator falou foi um tapa na cara dos professores deste País. Dizer que é inadequado esse destaque, que visa a defender a manutenção das regras atuais para os professores na Previdência do Brasil, é um absurdo. Nós estamos aqui para defender os professores, que tanto sofrem neste País, repito, que apanham dia e noite, fisicamente e moralmente, e não podem hoje apanhar desta Comissão.

Eu peço aqui a todos desta Comissão que coloquem a mão na consciência e entendam a importância do professor para este País; a importância do professor que, muitas vezes, é negada pelos Estados e Municípios por aí fora. E aqueles que tiverem coragem de votar com o professor, que coloquem a sua digital, e digam: "*Eu sou contra professor*".

O PL encaminha "sim", defendendo a aprovação do Destaque nº 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSD, Deputado Reinhold Stephanes Junior? (*Pausa.*)

Como vota o PSD, Deputado Darci de Matos?

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente, a nossa posição é "não", pelo fato de que nós temos os dados. A Oposição, no Governo passado, em Minas Gerais, não pagava o FUNDEB e atrasou o salário dos professores. Essa é a preocupação da Oposição com os professores, na prática.

Portanto, nós entendemos que voltando à regra antiga, com o tempo de contribuição, professores que se aposentarem muito cedo vão ter um direito subjetivo, por que vai ser aplicado o fator previdenciário, e cai o salário significativamente.

É "não", para que nós possamos garantir os direitos dos professores e eles possam receber os seus salários atuais e as suas aposentadorias.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, estamos tratando dos professores federais. Como não entraram no relatório os professores municipais e estaduais, que são a maioria neste País, nós estamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Hein? Estamos tratando só dos universitários, não é? Então, o MDB rejeita a emenda e mantém o texto do Relator.

Vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Estão ali: Deputado Alessandro Molon, Deputada Lídice da Mata.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, o PSB considera que há prioridade absoluta para a educação, do orçamento da União, do orçamento dos Estados, do orçamento para os Municípios, porque consideramos que só através da educação haverá a verdadeira transformação do Brasil.

Os professores, desde a década de 1960, têm a garantia de uma aposentadoria especial. Nós não podemos permitir que isso se modifique agora.

Os professores estão em contato permanente com crianças com carências de todos os tipos; com adolescentes, que enfrentam violência dentro da escola; com a realidade de realizar uma educação inclusiva, atendendo crianças inclusive com deficiências nas escolas hoje. Os professores fazem parte da nossa formação.

Eu me lembro do nome de todos os meus professores, eu me lembro do nome dos professores dos meus netos — Marciana e Isabel, de Raul e Isabel. Eu sei da importância da referência para os meus netos de cada um dos seus professores, eu sei o que significaram para mim as minhas professoras.

Portanto, Sr. Presidente, uma educação de qualidade não se faz sem remuneração e proteção dos professores. O Brasil hoje não tem jovens que queiram ser professores, porque é uma profissão difícil, é uma profissão que leva ao estresse, à depressão, a todos os tipos de dificuldade. Eu, que represento aqui o partido de Eduardo Campos, que fez a maior rede de educação de tempo integral de nível médio, sei que, somando os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, não dá os colégios de tempo integral de Pernambuco.

O PSB, claro, aprova a emenda e altera o texto do Relator, que é um texto absolutamente fiscalista e contra os professores do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PRB, Deputado Lafayette de Andrada?

**O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA** (PRB - MG) - Sr. Presidente, o PRB considera que ninguém merece mais respeito, mais carinho, mais homenagem e reverência do que os professores. Porém, a lógica é a mesma da votação anterior dos profissionais da segurança. Essa emenda trata de 11 dispositivos do texto original; alguns alterando, alguns suprimindo e alguns aumentando. E, com isso, ela interfere nas professoras dos Estados e dos Municípios. Na prática, ao aprovar essa emenda, nós estamos interferindo na autonomia dos Municípios e dos Estados. O que ficou aqui assentado é que nós faremos a reforma apenas no âmbito federal.

Por essa razão, o PRB encaminha "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PRB encaminha o voto "não".

Como vota o PSDB?

**O SR. DANIEL TRZECIAK** (PSDB - RS) - Sr. Presidente, eu tenho a convicção de que há muita hipocrisia dentro deste Parlamento, porque tenho certeza de que aqui todos querem poder valorizar as forças de segurança, os professores. A minha mãe é professora, e eu digo para vocês que o grande problema não é na idade, os 57 anos ou os 60 anos na sala de aula, o problema está na falta de um plano de carreira, de uma remuneração melhor para o professor. Esse é o problema do Brasil.

Levando em consideração também que nós não estamos com os Estados e Municípios contemplados nesta reforma, o PSDB orienta "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSDB orienta o voto "não".

Como vota o DEM?

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Sr. Presidente, o DEM vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O DEM vota "não", Deputado Pedro Paulo.

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, talvez pelas figuras conhecidas de Brizola e Darcy Ribeiro, o PDT seja o partido mais identificado com a educação. Nós não estamos tratando aqui de salário de professor. Nós não estamos tratando aqui de plano de cargos, carreiras e salários. Nós estamos tratando da aposentadoria.

A grande questão é que todo mundo fala que a educação é a salvação do País, que sem educação não há saída. Mas, quando chega o momento de prestigiar os professores, vêm com o discurso da redução de gastos. Socialmente, disse o Relator, ele valoriza a educação, mas há o aspecto fiscal. Que aspecto fiscal? Se a educação é o maior fator de libertação, é preciso entender que não há educação sem se prestigiar os professores. Estamos votando agora a aposentadoria. Não estamos tratando aqui de outras coisas. Esta reforma é perversa com a educação, porque é perversa com os professores.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Peço que conclua.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - O PDT vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PP?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - "Não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PP vota "não".

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Deputado Lucas Vergílio, como vota o Solidariedade? Peço que V.Exa. registre o voto ao microfone.

**O SR. LUCAS VERGÍLIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O Solidariedade vota "não".

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PRB - AM) - O PRB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - Sr. Presidente, o PTB primeiro reconhece o esforço do Deputado Samuel Moreira em melhorar as condições dos professores já no seu relatório. Mas, tendo em vista esta emenda do PL, tentando melhorar ainda mais a condição dos professores, nós vamos acompanhar a emenda. Vamos votar "sim", esperando que o PL tenha a mesma atitude ao tratarmos do Destaque nº 141, que tenta melhorar também as condições dos trabalhadores de chão de fábrica.

O voto do PTB é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Podemos?

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Sr. Presidente, vamos separar o joio do trigo. Esta reforma não é para professores dos Estados, nem para os dos Municípios, é para os professores universitários. Quero deixar bem claro que nós, do Podemos, já apresentamos uma emenda para diminuir a idade de aposentadoria da professora de 60 anos para 57 anos. Deixo aqui bem clara a nossa posição. Nós já apresentamos essa emenda.

Neste momento, entendemos que querem fazer demagogia. Por isso, o Podemos encaminha o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, eu ouvi com atenção o Relator, e ele falou em valorizar o professor e que o professor tem que ganhar bem.

Eu queria dizer ao Deputado Samuel que fui professor nas décadas de 70 e 80. Um professor com contrato de 40 horas semanais no Estado ganhava 8 mil reais, 10 mil reais. Hoje, ele ganha 2 mil reais como piso salarial. Então, eles não estão valorizados. Aqui não é a Alemanha nem a França, em que eles se equiparam a todo profissional com terceiro grau ou ensino superior.

Na verdade, nós temos que reconhecer que uma professora, segundo a proposta do Relator, pode ter que trabalhar 10 anos a mais na mudança de regra. Isso é um atentado aos direitos dos professores. Estabelecer 57 anos para mulheres e 60 anos para homens como idade mínima de aposentadoria só faz quem não conhece uma sala de aula, quem não sabe o que é ficar 10 horas de pé.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Conclua, Deputado.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - É preciso saber o que é uma sala de aula, o que é o estresse, o que é o preparo de aulas, o que é chegar aos 60 anos e ficar de pé durante 10 aulas, por várias horas, e depois ainda corrigir provas.

Esta proposta não é nenhum privilégio. Com ela se quer dizer que a prioridade é a educação, porque isso não pode ficar só no discurso. Educação não pode ser prioridade só no discurso. Tem que ser na garantia de direitos da Previdência Social e na formação do professor. É preciso também garantir que a educação tenha financiamento...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente? *(Pausa.)*

O PSOL vota "não".

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

O PSOL vota "sim", Deputado?

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL - SP) - O PSOL vota "sim", a favor de todos os mestres, professoras e professores, deste Brasil. Educação é prioridade nacional!

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente, o PROS concorda com a fala do Relator. A valorização do professor tem que ser enquanto ele está na ativa, enquanto ele está desempenhando o seu trabalho junto aos alunos, ajudando-os, levando a eles o conhecimento. Ele tem que ter, sem dúvida alguma, uma estrutura importante, porque não é possível pensarmos que ele só tem que ser valorizado quando vai se aposentar. A importância da valorização do professor é enquanto ele está trabalhando, porque a cada dia ele adquire também mais conhecimento para levá-lo aos seus alunos. Então, o PROS entende que é necessário, neste momento, manter o texto do Relator.

Nós vamos votar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PCdoB, Deputada Alice Portugal?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero parabenizar o PL e o Deputado Giovanni Cherini pelo destaque.

Eu e a Deputada Perpétua Almeida, que representamos a bancada do PCdoB nesta Comissão, temos uma clareza: o Governo Bolsonaro é inimigo da educação. Ele escolheu um Ministro que fica com um guarda-chuva aberto e uma gaita desafinada e cortou 30% das verbas para as universidades e institutos federais. Depois apresentou uma reforma da Previdência, porque quer fazer caixa para pagar a dívida pública, e impõe aos professores uma aposentadoria desumana. Jamais constou da Constituição a idade de aposentadoria de um professor e de uma professora.

Em nome de Anísio Teixeira, o patrono da educação brasileira, e de Paulo Freire, terror de Bolsonaro e terror de Olavo de Carvalho, nós queremos dizer defendemos o professor na ativa e o professor aposentado, porque quem se aposenta não deve ter como destino a lata do lixo.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Em nome da educação e dos professores brasileiros, o PCdoB vota "sim" ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC?

**O SR. OTONI DE PAULA** (PSC - RJ) - Sr. Presidente, desde o primeiro momento eu me coloquei a favor da reforma da Previdência, porém, a favor de uma reforma justa.

Sr. Presidente, acabamos de ouvir aqui que a valorização do professor deve se dar enquanto ele estiver trabalhando. Quer dizer que depois que ele se aposenta já não se dá mais valor ao professor? A prioridade absoluta do Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios deve ser a educação, com a valorização do professor. Não é demagogia falar que todos nós estamos aqui por causa de um professor. Portanto, temos agora, sim, condições de corrigir a injustiça histórica contra os nossos professores.

Acompanho a orientação da Liderança do PSC, Sr. Presidente, que orienta o voto "sim", até porque os professores não estão aqui fazendo *lobby*. Ninguém viu professor aqui fazendo *lobby*, como vimos profissionais de outras categorias. Por quê? Porque professor não tem nem o dinheiro da passagem para vir a Brasília lutar pelos seus direitos. Então, se eles não podem vir lutar, lutamos nós aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, como todos aqui sabem, aqueles que não abusam de demagogia conhecem muito bem a realidade internacional.

Os países orientais são conhecidos pela valorização do professor. Estive no Japão, numa missão oficial, a convite do governo japonês, inclusive, faz pouco tempo. Lá, visitei uma escola e conversei com professoras. Uma professora, ao perguntarmos sobre o sistema previdenciário deles, disse que se aposentaria com 65 anos de idade. Perguntei quanto ela receberia. Ela disse que receberia — e lá os professores são muito valorizados durante o período de trabalho —, mais ou menos, um terço daquilo que recebe hoje como salário. Ou seja, depois da aposentadoria, ela passa a depender da sua própria poupança, uma cultura, inclusive, que precisamos ter no nosso País. É algo que a própria educação financeira vai trazer para nós. Por isso, nós encaminhamos contrariamente para preservar a reforma da Previdência como veio.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - O Patriota vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Partido Verde, Deputado Professor Israel Batista?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, nós somos o país número 1 em indisciplina na sala de aula, segundo pesquisa da OCDE. Nós somos os primeiros do mundo em desvalorização e desprestígio da carreira de professor, segundo a Varkey Foundation. A infraestrutura da rede de ensino brasileira é precária. Nós temos 16% de escolas sem esgoto e sem banheiro, e 49% sem esgoto. Nós temos o magistério com a menor remuneração dentre todas as categorias de nível superior deste País.

Não dá para discutir reforma da Previdência para os professores sem discutir ao mesmo tempo um novo plano de carreira docente neste País, Sr. Presidente.

O Partido Verde diz "sim" ao Destaque nº 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, é lamentável como é tratada a educação aqui no Brasil, aqui no nosso País. Essa classe é fundamental para a formação de uma série de profissionais, é responsável pela educação na infância e por apresentar às crianças valores que vão ser seguidos pelo resto da vida. Nós não estamos discutindo benefícios, não estamos discutindo privilégios. Estamos discutindo direitos. É fundamental verificar que uma reforma da Previdência não pode incluir uma classe tão sacrificada em sua vida profissional.

A REDE vota "sim", porque tem compromisso com a prioridade do Brasil, a educação, e com os professores, com os professores indígenas, com esse profissional que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, o Governo elegeu a educação como o território inimigo e ainda nomeou um Ministro da Educação que é personagem de videoclipe: fica segurando guarda-chuva e fazendo fanfarronice, em vez de trabalhar pela educação brasileira.

Nós estamos no País de Paulo Freire, de Anísio Teixeira e de tantos outros profissionais, homens e mulheres, que, aliás, compõem a maioria da categoria dos educadores brasileiros. São essas as pessoas que fazem a política de educação acontecer.

Nenhuma política é prioritária sem valorizar os seus profissionais. As jornadas são extenuantes, existe o estresse, a necessidade de trabalho em várias escolas, e nós precisamos compreender que não podemos dar de presente a esses professores e professoras a retirada de direitos.

A angústia dos que estão para se aposentar, em razão da transição apresentada, é imensa. A angústia de quem está perto da aposentadoria é imensa. Professores da educação infantil não podem continuar acompanhando crianças de zero a 3 anos

se têm mais de 60 anos ou estão perto dos 70 anos de idade. É uma crueldade o que se está fazendo. Quem quer defender a educação tem que defender os educadores e as educadoras.

Por isso, a Minoria indica o voto "sim", para que se mantenham os direitos atuais, constitucionalmente garantidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, eu tenho certeza de que, se nós perguntarmos aqui aos colegas quem...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Molon, eu queria pedir... Deputado Alexandre Frota, eu queria pedir silêncio ao Plenário, para nós ouvirmos o Deputado Molon.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Muito obrigado, Presidente. Eu peço também que, se puderem, aumentem um pouquinho o volume do som do microfone. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Presidente, eu tenho certeza de que, se nós consultarmos os colegas da Comissão, todos aqui dirão que são favoráveis à educação. Ninguém aqui é contra a educação. Mas agora, Deputado Professor Israel, nós temos a oportunidade de provar que temos compromisso com os profissionais da educação, com professores e professoras, que têm péssimas condições de trabalho e, por isso, adoecem muito.

A categoria está extremamente desmotivada, pois só recebe sinais negativos do mundo da política, dos gestores. Eles precisam de uma luz no fim do túnel, para perceber que o poder público se preocupa com eles e quer continuar atraindo profissionais para a educação.

Eu faço um apelo aos colegas aqui para que votemos a favor dos professores e das professoras, votando "sim", a favor deste destaque tão importante. Aqui não se trata de Governo e Oposição. Aqui não se trata de quem acha que tem que haver alguma reforma da Previdência ou não. Aqui se trata de um sinal, de um símbolo, de uma luz para uma categoria que formou todos nós. Sem eles e elas, ninguém estaria nesta Casa. E agora precisam de um sinal de solidariedade.

Por isso, o nosso apelo, Presidente, para que votemos "sim", independentemente até da posição oficial de cada partido. Agora é hora de o membro da Comissão mostrar o seu compromisso...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Deputado Darcísio Perondi, tem a palavra V.Exa. para orientar pelo Governo.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, eu faço um apelo a todos os partidos da base governista — nós estamos no quarto destaque e temos mais 15 — de encaminharmos dizendo apenas "sim" ou "não", deixando a Oposição expor suas verdades, que caem ao longo do tempo.

Eles estão fazendo discursos para os professores municipais e estaduais, e esta proposta se refere aos professores universitários, que não ganham 3 mil reais. É preciso parar com a hipocrisia.

Vamos lá! *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Governo, Deputado Perondi? *(Pausa.)*

O Governo vota "não".

Vamos passar agora à votação pelo processo eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. e às Sras. Parlamentares que tomem os seus lugares, para darmos início à votação.

Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra, como Líder do PSC, o Deputado Otoni de Paula, por 3 minutos, enquanto nós fazemos a votação.

**O SR. OTONI DE PAULA** (PSC - RJ) - Sr. Presidente, eu pedi esses 3 minutos da Liderança do PSC para falar não só por mim, mas também pelo nobre Deputado André Ferreira, meu Líder, do Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, nós votamos a favor tanto do Destaque nº 40 quanto do Destaque nº 2 e queremos dizer que, em todo momento, estamos compromissados com a reforma, porque ela é necessária. Mas nós precisamos de uma reforma justa.

Nós não podemos usar a necessidade da reforma para ampliar ainda mais algumas injustiças contra classes de trabalhadores já tão prejudicados.

Por isso votamos a favor do Destaque nº 40, que beneficiaria a Polícia Civil, a Polícia Militar, enfim, todas as forças de segurança pública. Fomos vencidos, mas marcamos o território em favor da segurança pública. Eu sou de um Estado que sofre com a falta de segurança pública, que sofre com a mortandade de policiais seguidas vezes. Portanto, votamos a favor do Destaque nº 40 pelos profissionais da segurança pública.

Da mesma forma, seguindo o mesmo princípio e a orientação do Deputado André Ferreira, de Pernambuco, Líder do PSC, votamos com o Destaque nº 2, em favor dos nossos professores, para a preservação das regras atuais. Defendemos tanto a educação, mas, na hora de defender aquele que é o grande paradigma da educação, porque sem ele não há educação neste País, nós não o defendemos. Por isso, defendemos aqui que fossem preservadas as regras atuais de aposentadoria para os professores. Não sabemos se seremos vencidos ou não, mas marcamos território enquanto PSC.

Viva a educação neste País! Vivam os nossos professores, que, repito, não estão aqui fazendo *lobby*, como outras categorias, porque não têm dinheiro nem para vir aqui fazer *lobby*.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Há algum Deputado para votar ainda? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Carlos Veras.

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Sr. Presidente, muito obrigado por me conceder a oportunidade de falar.

Quero dizer que a verdade tem que ser restabelecida, e a cada dia ela vai sendo restabelecida. Não adianta inventarem desculpas. Estão votando, sim, contra a educação, contra os professores, contra os estudantes, contra todo o corpo educacional.

Defender a educação pública é defender professores e professoras, é defender salário justo, é defender aposentadoria digna. Estão tirando um direito importante dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação: ter uma aposentadoria digna. Não temos dúvida de que o Governo Bolsonaro e sua base de sustentação são inimigos da educação. Mas nós vamos resistir.

O PT vota "sim", pela educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou dar a palavra a um orador favorável e a um contrário. Não poderei dar a palavra a todos porque eu já vou iniciar a votação do próximo requerimento.

Falta algum Deputado votar? (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado Darci de Matos, por 1 minuto. Depois do Deputado Darci de Matos, eu vou encerrar a votação.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Obrigado, Sr. Presidente.

Nós temos que aprovar esta reforma imbuídos de um espírito de Nação. Isso significa, Relator Samuel, que todos nós, todos os brasileiros que amam o Brasil, temos que entender — e vamos entender — que todos terão que trabalhar um pouquinho mais e pagar um pouquinho mais.

Ora, a Previdência é um instrumento para atender, para alojar, Relator Samuel, o velhinho, o idoso. Nós temos brasileiros que se aposentaram com 45, 46, 48, 50 anos. Com 50 anos ninguém é velhinho, ninguém é idoso.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que não adianta dar um direito se não se garantir esse direito, se não se conseguir pagar o salário ou a aposentadoria. Nós queremos dar e garantir o direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Publiquem o resultado no painel.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla

**O SR. JORGE SOLLÁ** (PT - BA) - Apenas 18 votos a favor da educação nesta Comissão. É um absurdo! Foi até bom eu poder falar agora, porque é um absurdo o que estão fazendo aqui.

(*Manifestação no plenário: Esta Comissão é contra a educação! Esta Comissão é contra a educação!*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Proclamo o resultado: "sim", 18; "não", 30.

A emenda está rejeitada. Mantido o texto do Relator.

Passo ao próximo destaque.

Destaque nº 139, do DEM, para votação do art. 42 constante no art. 1º do substitutivo e por decorrência do art. 5º do substitutivo.

Na próxima votação, eu darei a palavra aos Deputados que ficaram pendentes. O Deputado Jorge Solla e o Deputado Aliel falarão durante a próxima votação. Lembro que não há previsão regimental para essas falas. É uma concessão minha. A palavra será dada na próxima votação.

Tem a palavra para encaminhar o Deputado Guilherme Derrite. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Pedro Paulo.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Eu queria pedir a atenção da Mesa e dos membros desta Comissão para o destaque que apresentei, em nome do Democratas, porque é muito importante para toda a corporação militar dos Estados, policiais militares e bombeiros militares, assim como para os Governadores no desenho de suas políticas de segurança pública.

Este destaque foi fruto de um acordo construído com Parlamentares que representam a categoria, com o Governo, com Lideranças. Ao longo do dia ele gerou algumas confusões com as corporações, mas nós chegamos a um entendimento, por isso a manutenção deste destaque:

Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputadas e Deputados membros da Comissão, todos aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara* e pelas redes sociais, especialmente policiais militares e bombeiros militares de todo o Brasil, pude examinar com atenção as alterações promovidas pela PEC 6 e mantidas no substitutivo do Relator, o Deputado Samuel Moreira, em relação aos militares estaduais. Mas, ao apreciar as mudanças em seu conjunto, cheguei à conclusão de que apenas uma delas merece prosperar.

De fato, a nova estrutura conferida ao art. 42 da Constituição suprime competência local para disciplinar condições de passagem para a inatividade e regras sobre pensão, de forma que parece não atender nem às Unidades Federadas nem às categorias alcançadas.

A estrutura hierárquica, que caracteriza as corporações militares, exige que sejam observadas as peculiaridades próprias de suas atividades. Entendo temerário que a União possa estabelecer de forma absoluta todas as regras sobre realidades muitas vezes desconhecidas pelo legislador federal. Não é razoável concluir, por exemplo, que a Polícia Militar de Rondônia precisa observar as mesmas regras específicas da Polícia Militar do Paraná. Cada grupamento precisa ter condições de enfrentar seus problemas de forma que possibilite a respectiva solução.

Por outro lado, regras gerais são importantes para que se tenha uma uniformidade básica que permita tratamento isonômico entre as mais diversas corporações militares estaduais, como tempo de serviço, materiais bélicos e estrutura organizacional. Não é possível que atribuições idênticas sejam desempenhadas por patentes distintas, a exemplo de um soldado, em determinado Estado, desempenhar tarefas atribuídas a um sargento ou oficial em outro ente federativo. Sem essa garantia, corre-se o risco, inclusive, de competição entre distintas instituições pelos mesmos quadros, com evasão de contingente de uma corporação estadual para outra, o que evidentemente não condiz com o interesse muito sensível que precisa a todo custo ser preservado, isto é, a segurança da coletividade.

Em tal contexto, não entendo compatível com as premissas expostas que se determine de imediato, sem uma avaliação cuidadosa, igualar a situação de militares estaduais com a das Forças Armadas, ainda mais da forma como foi prevista no art. 15 do substitutivo apresentado pelo nobre Relator, em que se impõem, de forma restrita, apenas regras de transferência para inatividade e de pensões, sem que se permita uma análise do conjunto dos direitos e obrigações e prerrogativas, discussão essa que terá espaço apropriado no âmbito da Comissão Especial destinada a examinar o Projeto de Lei nº 1.645, de 2019, que trata da reestruturação das carreiras militares e das Forças Armadas. Naquele âmbito, a discussão poderá ser travada de forma transparente e sem influência de questões que não dizem respeito ao seu mérito. Nesta reforma previdenciária, são objeto de debates assuntos estranhos ao seu tema, estranhos ao sistema de proteção social dos militares, cuja característica não pode ser confundida com um simples estabelecimento de regras para concessão de aposentadorias e pensões, até porque a passagem para a inatividade, ao contrário do que ocorre com os servidores civis, não acarreta rompimento de vínculo com as Forças Armadas nem com as forças auxiliares.

Cito, como exemplo, a crise havida no início deste ano em território cearense, em que houve a necessidade de convocação de todo o efetivo possível, de ativos e da reserva, para contornar a gravíssima situação de violência e insegurança que afligiu toda a população do Estado.

Se a regra fosse idêntica à que se aplica aos servidores civis, certamente, o Estado e toda a sociedade permaneceriam reféns da criminalidade, haja vista que nenhum militar da reserva poderia ter sido convocado a compor a força de segurança, e ela teve, sem dúvida nenhuma, papel fundamental para superação da crise.

Os prejuízos decorrentes da aplicação imediata das regras das Forças Armadas nem sequer podem ser avaliados. A inconveniência da medida pode ser ilustrada, especialmente se levada em conta a situação de policiais e bombeiros militares. Se a reforma permanecer com o atual encaminhamento, apenas em relação a elas não será permitida a distinção de tratamento entre gêneros. E para o que o substitutivo permite, de forma súbita, nem sequer há previsão regra de transição, e o tempo de serviço necessário é ampliado em até 10 anos, conforme a unidade alcançada.

A aprovação do meu destaque permite, da forma como admitido pela Comissão, que seja preservada regra de grande interesse, não apenas para os setores envolvidos, como também para as corporações que elas integram, ficando mantidas tanto a competência da União para editar regras gerais quanto a das Unidades Federativas para resolverem suas peculiaridades. Acredito que essa discussão poderá ser travada em âmbito federal, de forma que se obtenha tanto a isonomia naquilo que é necessário quanto o enfrentamento de especificidades no âmbito local.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Vou concluir, Sr. Presidente.

É preciso deixar claro que o encaminhamento teve plena anuência do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares — CNCG; da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais — FENEME; e da Associação Nacional de Sociedades de Praças — ANASPPA.

E só para registrar, Sr. Presidente, o esforço...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Pedro Paulo, eu vou descontar o tempo que V.Exa. está usando da próxima fala, que é do Deputado Henrique.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Obrigado.

É só para contar aqui que foi difícil a construção desse acordo, mas importante, e ele contou com a participação da bancada dos Deputados Federais representantes dos militares estaduais, como o Deputado Derrite, que é capitão, o Deputado Subtenente Gonzaga, o Deputado Capitão Alberto Neto, o Deputado Capitão Wagner, o Deputado Cabo da Vitória, o Deputado Coronel Tadeu e o Deputado Capitão Augusto, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e da Frente Parlamentar da Segurança Pública.

Também houve a sinalização pública do Presidente Bolsonaro, no sentido de reconhecer a importância da categoria e conferir tratamento justo às categorias envolvidas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que o destaque é fruto de um acordo do Governo com o Parlamento para suprimir as alterações feitas pelo Substitutivo no art. 42 da Constituição e retirar do texto também, em decorrência, o art. 15 da proposta apresentada pelo ilustre Relator.

Muito obrigado pela paciência de todos.

Peço o voto "sim" ao meu destaque. *(Pausa.)*

Perdão, Presidente, o voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O voto é "não".

Concedo a palavra ao Deputado Derrite por 2 minutos.

Quem concordar com o destaque do Deputado Pedro Paulo deve votar "não".

O Deputado Derrite tem a palavra por 2 minutos.

**O SR. GUILHERME DERRITE** (Bloco/PP - SP) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado Pedro Paulo já resumiu o assunto. O mais importante é que o acordo foi construído entre os Parlamentares que representam os militares estaduais e o Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais. Vou resumir o acordo. Aqui estão sendo suprimidos o art. 42 e também o art. 15 do relatório, deixando em cada Estado as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros como estão hoje, permitindo que uma lei federal, de competência da União, legisle sobre inatividades e pensões. Vamos tratar dessa especificidade numa lei futura. É a única coisa que muda. Uma lei federal, de competência da União, irá dispor sobre inatividades e pensões dos militares estaduais. Possivelmente, isso será tratado em um artigo dentro do PL 1.645, que trata das Forças Armadas — e inclusive já existe Comissão formada para tratar do projeto.

Portanto, quero deixar claro que este acordo é consenso entre os representantes das associações e os Parlamentares que representam os militares estaduais neste Parlamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Relator.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Quero esclarecer que, em função do acordo, não há objeção da parte do Relator para qualquer votação. Portanto, está liberado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho, para eu tentar administrar este processo.

Há alguma objeção a este encaminhamento para se votar "não"? *(Pausa.)*

Há alguma objeção ao encaminhamento?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Destaque de votação em separado. Quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator. Quem votar "não" rejeita a matéria destacada e altera o texto do Relator.

O voto "não" é o voto acordado com as associações dos policiais e o Governo. Eu pergunto se há alguém que defenda o voto "sim". Não havendo, eu pergunto se esta votação pode ser simbólica.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não tem problema. Não tem problema.

Se não há acordo, não há acordo.

Vamos em frente.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não. Não há acordo com a Oposição para não se fazer votação nominal.

Vamos em frente. Vamos em frente.

Eu só quero avisar, como já avisei para algumas pessoas, que não há nenhum problema. Nós vamos seguir o Regimento. Agora, nós vamos levar a votação dos destaques até o final. A questão é até que horas nós vamos votar os destaques. Mas nós vamos votar tudo hoje.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

Enquanto consertam o microfone, como vota o PSL?

**A SRA. JOICE HASSELMANN** (PSL - SP) - O PSL vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL vota "não".

Tem a palavra o Deputado Lucas Vergílio.

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, eu quero ver se nós podemos fazer o seguinte aqui: colocar "não" para todos os partidos, fora os da Oposição. Colocamos "não" para esses partidos, e a Oposição faz a orientação dela.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Eu quero um esclarecimento, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço que aguarde só um pouquinho.

Eu vou chamar os partidos, que simplesmente dirão "não". Assim, nós vamos acelerando o processo.

Vamos lá.

Como vota o PT?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Chame um por um, Presidente, partido por partido.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT - SP) - O Partido dos Trabalhadores tem compromisso com a segurança pública e com a valorização dos seus servidores, porque um servidor de segurança pública é uma pessoa que se arrisca nas ruas do Brasil e tem que ser valorizada. Por essa razão, nós entendemos que o regimento dessas matérias tem que ser um regimento estadual. E o que pretendia o Relator? O Relator pretendia que esse regulamento fosse federal, por meio de uma lei. Assim, retirariam direitos dos profissionais da segurança pública.

O Partido dos Trabalhadores acompanha o acordo feito pelos profissionais e, como votou no Destaque nº 40 com os profissionais de segurança pública, votará agora com esses mesmos profissionais, votará "não" a este texto que os prejudica.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PP?

**O SR. GUILHERME DERRITE** (Bloco/PP - SP) - O Partido Progressistas vota "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, eu pedi um esclarecimento porque não consegui entender bem. Remete-se aos Estados, sendo que nós não estamos legislando para os Estados, a responsabilidade de juntar as Forças Armadas com as demais forças policiais. Só que nós temos que perguntar aos russos. As Forças Armadas, pelo que eu sei, não têm interesse nesse tipo de discussão.

Então, nós estamos, de forma irresponsável, votando uma reforma da Previdência, deixando os Estados e os Municípios de fora, e estamos remetendo responsabilidades a esses entre da Federação. Por exemplo, colocamos a responsabilidade de haver votação com quórum qualificado nas Assembleias Legislativas. Aqui...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado.

Eu vou explicar a V.Exa.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Eu gostaria de receber essa explicação, porque eu acho que nós não podemos... Ou então vamos legislar para os Estados e Municípios. Aí sim! Agora, dar responsabilidade dessa forma é muito fácil.

Eu vou votar "não", mas quero a explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vou esclarecer V.Exa., Deputado Giovanni Cherini.

Eu participei do acordo que foi construído. O resultado prático foi o seguinte: a União legisla sobre regras gerais para as polícias, através de uma lei que ainda não existe — e não é necessariamente a lei que trata das Forças Armadas —, e os Estados legislam sobre leis específicas.

É mais ou menos a mesma regra, por exemplo, quando se trata de licitações, tema em que a União legisla sobre normas gerais, e os Estados legislam sobre normas específicas. As normas gerais serão previstas numa lei que ainda não existe, e não na lei que trata das Forças Armadas. Isso será decidido posteriormente. Portanto, não há nenhuma obrigação exagerada para os Estados.

Como vota o PSD?

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente, o PSD vota "não" ao texto e favoravelmente aos destaques, em respeito aos bombeiros militares e aos policiais militares, valorizando estas categorias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Sr. Presidente, nós do PSB orientamos o voto "não".

Quando há um acordo, basta olhar no painel que é possível votar "não". Infelizmente, passou um "não" aqui para os professores. Infelizmente, passou um "não" aqui para os policiais. Infelizmente, após os acordos e as costuras políticas feitos no encontro dos Líderes ontem na Casa do Presidente Rodrigo Maia, com a participação do Ministro Onyx Lorenzoni, que trata da política e fez os acertos, esta Comissão virou as costas para os professores e para os policiais e ainda quer convencer a população de que é responsabilidade dos aposentados ou da classe média o problema fiscal que temos no País. Isso não é verdade.

O povo vai cobrar, e caro, por isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Aliel Machado.

Como vota o PRB?

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PRB - AM) - Sr. Presidente, o PRB orienta o voto "não", ao tempo em que agradece ao Deputado Pedro Paulo, do DEM, a apresentação do destaque. A Polícia Militar agradece a iniciativa de S.Exa., que pode contar com todo o apoio dos policiais militares do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM?

**O SR. PAULO AZI** (DEM - BA) - O DEM vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSDB?

**O SR. VITOR LIPPI** (PSDB - SP) - O PSDB vota "não", Sr. Presidente.

Afirmamos, mais uma vez, que ninguém aqui é contra categoria alguma. Nós estamos trabalhando para todos os brasileiros, seja os policiais, seja os professores, seja os profissionais da saúde, seja o pessoal da construção civil, seja, principalmente, os desempregados. Portanto, nós respeitamos todos os brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - O Deputado Subtenente Gonzaga vai orientar pelo PDT, Sr. Presidente.

**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero dirigir-me aos policiais militares e bombeiros militares do Brasil para registrar que o Deputado Pedro Paulo se prestou a ser o agente deste acordo, e não alguém que estava trabalhando contra os policiais, como foi veiculado pelas redes sociais.

Em segundo lugar, faço uma homenagem ao nosso Deputado Paulo Ramos, que, quando Constituinte, garantiu estes direitos a estas categorias. Portanto, prestamos esta homenagem a S.Exa. hoje.

Em terceiro lugar, quero agradecer a todos pelo acordo, o acordo que foi possível. Hoje nós amanhecemos sem nenhuma esperança de que teríamos um acordo, mas os Líderes da Casa, o Relator, o Governo, nossa bancada, as associações de policiais militares e de bombeiros militares do País tivemos todos juízo e disposição para negociar o dia inteiro e conseguimos este acordo, que nada mais faz do que devolver às categorias o *status quo*.

Registro, Sr. Relator, que apenas em Minas Gerais, por causa do risco da aplicação das regras de transferência da atividade previstas no art. 15, 1.400 policiais militares foram para a reserva. Só a ameaça já levou 1.400 policiais para a reserva. Era uma tragédia o que estava acontecendo.

Portanto, este destaque nos traz tranquilidade para pensarmos e decidirmos nosso futuro, no que diz respeito à Previdência Social nos nossos Estados.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Gonzaga.

Como vota o Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - O Solidariedade vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - O PTB vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Podemos?

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Sr. Presidente, eu vejo Parlamentar dizer que ontem houve uma reunião na casa do Presidente Rodrigo Maia com o Ministro da Casa Civil. Eu gostaria de saber qual foi o crime que o Ministro cometeu ao conversar com os Parlamentares. A todo momento, um Deputado diz que houve um acordo. Qual foi o acordo? Nosso acordo é votar a reforma da Previdência, e estamos fazendo isso com responsabilidade, sem populismo ou demagogia.

O Ministro tem que participar mesmo das reuniões que ocorrem na casa do Presidente Rodrigo Maia. Ele tem que comparecer e dialogar. Este é o papel do Ministro Onyx Lorenzoni, que conta com o apoio desta Casa e da bancada do Podemos.

Nós votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?



**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, o PSOL considera que a determinação prevista no § 4º do art. 42, que concede ao ente federativo, no caso os Estados, os territórios e o Distrito Federal, a possibilidade de adotarem requisitos para o ingresso de militares temporários, precariza a função militar, sobretudo diante da complexidade desta função e das condições concretas com que ela se exercita. Nós consideramos inadequado este § 4º e optamos pela sua retirada do texto da PEC.

Por considerá-lo inadequado, o PSOL orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSOL vota "não".

Como vota o PROS, Deputado Toninho Wandscheer?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PROS vota "não".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sr. Relator, como o Brasil já sabe, nós votamos contra o parecer do Relator porque compreendemos que ele ainda guarda uma série enorme de injustiças, além de remeter à lei ordinária parte significativa do texto. Trata-se, portanto, de um cheque em branco. São 87 remessas para a lei ordinária. Nesse caso, há uma redução de dano.

Nós, que votamos contra, agora queremos reduzir os danos. Nós quisemos reduzir os danos dos policiais civis e militares, dos trabalhadores do Judiciário, dos oficiais de Justiça, dos policiais rodoviários federais, entre outros, mas não foi possível. Esta Comissão nos derrotou. A mesma coisa aconteceu no caso dos professores. A Comissão não gosta da educação. Nós sabemos que o Estatuto do Magistério é uno — não é federal, nem estadual, nem municipal. É para todos os professores.

Neste caso, o PCdoB vota "não", para reduzir este dano e voltar à condição anterior. O Deputado Pedro Paulo abre uma janelinha para o céu, e nós vamos apoiar esta iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - O PSC vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O PSC vota "não".

Como vota o Cidadania?

(Pausa.)

Como vota o NOVO?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, faço questão de orientar e justificar a orientação também contrária, fruto do acordo construído e do bom senso, que precisa imperar.

Nós entendemos que, apesar de algumas boas intenções na proposição inicial, há consequências negativas para muitos Estados, principalmente em se tratando da contribuição previdenciária. Este é o caso do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e de muitos outros onde a contribuição cairia dos atuais 13,25%.

A pedido do nosso Governador e de outros Governadores, estamos de acordo com isso, para que possamos discutir melhor toda esta questão em momento posterior, Deputado Tadeu. É preciso fazer um projeto de lei para que tudo fique mais claro, tanto para os Governadores, como para nós, Deputados, e principalmente para os policiais.

Portanto, o NOVO orienta o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Avante? (Pausa.)

Como vota o Patriota? (Pausa.)

Como vota o PV? (Pausa.)

Como vota o PMN? (Pausa.)

Como vota o Cidadania? (Pausa.)

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, o Patriota vota "não".

**O SR. ALEX MANENTE** (CIDADANIA - SP) - Sr. Presidente, o Cidadania também vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE vota "não", por ser esta uma demanda dos sindicatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, a Minoria lamenta que este espírito que S.Exa. o Deputado Pedro Paulo teve, corretamente, de que votaríamos independentemente de algum acordo desde o início deveria ter presidido os votos em relação àqueles outros dois destaques: o Destaque nº 40, referente aos policiais, e o destaque referente aos professores.

Na verdade, o gesto que nós fazemos agora para garantir a autonomia sobretudo dos Estados, sem ferir nossa Constituição, deveria ter sido dado àqueles que cuidam da segurança pública, já que se trata de um direito inalienável.

Esta Comissão, sem dúvida, deu as costas para a educação, para o professor e para a professora. Esta Comissão deu as costas para os policiais, base fundamental da eleição de Bolsonaro. Estas duas categorias, fundamentais em qualquer processo de desenvolvimento de um projeto nacional, sentem-se traídas.

O voto da Minoria é "não", Deputado Pedro Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "não".

Como vota a Oposição?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, a Oposição aproveita este ambiente de acordo e propõe um grande acordo, Deputado Pedro Paulo, inclusive em torno do destaque apresentado por diversas bancadas: o PSDB e o PTB apresentaram este destaque, e o PP também defendeu a posição — o Líder Arthur Lira está aqui conosco — de simplesmente retirar pelo menos aquela regra draconiana.

Hoje, de cada cem contribuições que o trabalhador faz para a Previdência, ele pode retirar, no momento de se aposentar, as 20 menores. Isso é justo porque o trabalhador, quando começa a trabalhar como aprendiz, por exemplo, ganha um salário mínimo. À medida que vai batalhando, ele passa a ganhar dois ou três salários. Na hora de este trabalhador se aposentar, vão querer pegar e botar uma média desde o primeiro salário mínimo para, com esta regra de cálculo, reduzir de 10% a 15% o valor da aposentadoria dele?

Vamos fazer um grande acordo e manter esta regra do cálculo do Regime Geral da Previdência nesta Comissão já hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Eu vou propor que esta votação seja simbólica.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Desculpem-me. Rejeitada a matéria destacada. Fica alterado o texto do Relator.

Destaque nº 138 e Votação da Emenda nº 130.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Avante, "não". Peço que seja incluído no painel que o Avante votou "não".

Para encaminhar, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Jair Bolsonaro se aposentou aos 33 anos com 10 mil reais. Depois acumulou 27 mil reais pelo tempo em que foi Deputado. Portanto, é esse sujeito que tem como aposentadoria 37 mil reais que quer reduzir, por meio da reforma da Previdência, em até um terço o valor da aposentadoria das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Hoje a Previdência Social é um poderoso mecanismo para o combate à pobreza, é um poderoso mecanismo para a distribuição de renda. Apenas 8% dos idosos vivem com menos de um salário mínimo no Brasil, por causa da Previdência Social. É este mecanismo que a PEC 6 está destruindo, com a votação do dia de hoje.

A reforma vai aumentar o número de pessoas que vivem nas ruas ou embaixo de pontes. Hoje as pessoas idosas sustentam, com o valor dos seus benefícios, sustentam suas famílias inteiras e são arrimos de família. Estas pessoas não terão condições de manter suas famílias e vão parar nas ruas, a exemplo do que já acontece no Chile.

Não insistam mais na tese de que a reforma da Previdência combate os privilégios: 80% recaem sobre quem ganha até mais ou menos 2.500 reais. A média de benefícios previdenciários pelo INSS é de 1.300 reais. Não se trata, portanto, de privilégio algum!

O que a reforma vai fazer é reduzir o poder de compra e de consumo dos trabalhadores brasileiros, impactando 70% dos Municípios, que dependem principalmente dos benefícios previdenciários para fazerem sua economia funcionar. Significa que os comércios e as pequenas empresas serão fechados, porque as pessoas não terão mais dinheiro para consumir. Isso vai prejudicar, e muito, a economia do País.

Portanto, não venham dizer que esta reforma vai melhorar a situação econômica ou que alguém, num passe de mágica, vai investir no nosso País por causa da reforma da Previdência.

A agenda de austeridade tem piorado a situação econômica do País, fazendo com que este entre na estagnação e na recessão econômica. São 13 milhões de desempregados, 5 milhões de desalentados. Esta é a mesma agenda política que vinha sendo aplicada desde o Governo Temer e que agora Bolsonaro está aprofundando, este mesmo que disse que faria uma nova política e tudo diferente do que o Governo anterior fez. Ele está utilizando dinheiro público para fazer propaganda enganosa na tevê. O pior: além de usar o dinheiro público, dá emenda parlamentar em troca de votos.

Isso é uma vergonha! Um voto, que beneficia somente a base eleitoral de um Deputado, acaba prejudicando milhões de trabalhadores que não terão acesso à aposentadoria ou que terão seus benefícios reduzidos.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós do PSOL protocolamos esta emenda para, de fato, combatermos os privilégios no nosso País. Para isso, precisamos fazer uma reforma tributária solidária, precisamos cobrar daqueles que estão no andar de cima para poupar quem está no andar de baixo. É preciso poupar os pobres e os trabalhadores e cobrar dos milionários. Por que Bolsonaro e muitos Deputados não têm coragem de fazer isso?

Com uma reforma tributária solidária, nós conseguiríamos gerar 140 bilhões de reais ao ano. Com a reforma da Previdência de Paulo Guedes e de Bolsonaro, que ataca os trabalhadores, são 120 bilhões de reais ao ano. Por que não atacar o andar de cima e poupar os mais pobres?

Nós propomos a taxação de lucros e de dividendos. Entre os países que compõem a OCDE, somente a Estônia não tem este mesmo tipo de política. Com isso, nós conseguiríamos 55 bilhões de reais ao ano. Com a taxação do Imposto sobre Grandes Fortunas, seriam 47,6 bilhões de reais ao ano. Com a taxação do Imposto sobre Grandes Heranças, conseguiríamos 35 bilhões de reais ao ano. Por que não fazemos isso? Ao contrário, querem prejudicar os operários, os garis, os professores, que dedicam a vida para cuidar das novas gerações e, assim, garantir o futuro do País!

Isso é uma vergonha, principalmente porque está sendo feito sob uma negociata escusa da velha política daqueles que se elegeram enganando o povo brasileiro, dizendo que fariam tudo diferente.

O que propomos é uma reforma tributária solidária, uma reforma que poupa os mais pobres e melhora a situação econômica do País. A reforma da Previdência ataca os mais pobres, destrói nossa economia e legitima o método vergonhoso e espúrio de troca de votos por emendas. O PSOL não compactua com isso!

"Não" à reforma da Previdência!

"Sim" a uma reforma tributária solidária!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. (*Pausa.*)

Na ausência do Deputado Ivan Valente, tem a palavra a Deputada Luiza Erundina. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, este destaque do PSOL vem como uma crítica que tem sido feita particularmente por nós à alegação por parte da área econômica do Governo de que essa reforma da Previdência é condição para evitar o caos do País, e não apenas do sistema da Previdência.

Trata-se de uma falácia, Sr. Presidente! Não é verdade que essa reforma, se aprovada, resolverá o problema do déficit fiscal, muito menos dinamizará a economia do País. Muito pelo contrário: esta proposta visa a facilitar o sistema financeiro.

Quem está muito feliz, pressionando para se acelerar a votação desta PEC, não é outro senão o setor bancário e financeiro. Em nome disso, sacrificam-se os trabalhadores e as trabalhadoras brasileiros, os idosos, os aposentados, os portadores de deficiência. Isso é absolutamente inaceitável!

Esta emenda do PSOL é uma resposta concreta à análise, é uma crítica que fazemos quanto à chantagem que o Governo vem adotando ao longo da discussão desta PEC, a de que ou se faz esta reforma, ou os aposentados, pensionistas e funcionários públicos não terão garantidos seus benefícios.

Além disso, dizem que a aprovação desta PEC é uma forma de gerar emprego para combater o desemprego em massa, no limite de mais de 13 milhões de desempregados, alegando-se que a causa de tudo isso é o sistema deficitário da Previdência que temos no nosso País. O engraçado é que há 5 anos ficou provado e comprovado que a Previdência Social era superavitária, mas, de repente, ela virou a causa principal do desemprego no País.

Segundo a retórica do Governo, é preciso retirar dos pobres, cortar a aposentadoria da população mais pobre e diminuir os benefícios que estão sendo adotados até agora e que, com essas medidas, serão eliminados os problemas. O valor do abono, por exemplo, foi reduzido, e a exigência de condições será muito maior das que existem hoje para se ter acesso a um benefício que já é insuficiente. Um salário mínimo certamente não dá para manter uma família que já vive dificuldades para sobreviver, sobretudo num momento em que o desemprego impacta a vida das famílias pobres.

É comum encontrar mais de um desempregado em qualquer família deste País. Não bastasse isso, ainda se quer punir os trabalhadores e as trabalhadoras, os aposentados e as pensionistas. Isso não é razoável, não é aceitável! Há outros meios para se resolver o problema fiscal que existe no País, sem se beneficiar o sistema financeiro.

É preciso fazer uma reforma estrutural do sistema tributário, que continua obsoleto e regressivo, ao concentrar a riqueza produzida no País numa minoria privilegiada. É necessário romper as causas estruturais dos problemas que o País vem enfrentando sobretudo ao longo dos últimos 5 anos, desde o Governo ilegítimo de Michel Temer, passando pelo atual Governo.

Evidentemente, não há solução viável nem a curto, nem a médio nem a longo prazo, a não ser com medidas como estas que estão sendo apontadas e sugeridas pelo destaque do PSOL que acabamos de apresentar e de defender, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Antes de iniciarmos a votação, passo a palavra ao Relator Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Sr. Presidente, é só para declarar o voto e a posição do Relator contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Anúncio de votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Trata-se de destaque de emenda. Portanto, quem votar "sim" aprova a emenda, alterando o texto do Relator; quem votar "não" rejeita a emenda e mantém o texto do Relator.

Como vota o PT?

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, confesso ao Deputado Samuel Moreira que eu achava que S.Exa. iria acolher a emenda apresentada pelo PSOL, porque S.Exa. falava com muita força: *"Nós precisamos ter responsabilidade orçamentária. Nós precisamos fazer caixa, do ponto de vista do Orçamento, para o Estado poder suprir e fazer frente às necessidades de investimento e às políticas de educação, segurança e saúde"*.

Caso o Relator acatasse esta emenda do PSOL, sabe o que aconteceria, Deputada Luiza Erundina? O Governo Federal teria mais 142 bilhões de reais.

Se o problema é de orçamento, está aí uma boa oportunidade para o Governo acolher esta emenda do PSOL. Mas por que não a acolhe, meu amigo Deputado Silvio Costa Filho?

Trata-se apenas de taxar os lucros, os dividendos e as grandes fortunas. Para evitar tantos cortes na área social, estamos propondo uma pequena reforma tributária, mas apenas em pontos importantes — não é uma reforma tributária completa. Aliás, como muito bem disse a Deputada Luiza Erundina, esta proposta responderia ao desafio que nos é colocado quando somos acusados de só sabermos votar "não", de não estarmos preocupados com o rombo da Previdência.

Portanto, eu faço um apelo ao Relator para que pense bem, porque esta emenda ajuda o Governo, que arrecadará 142 bilhões de reais.

Nosso voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSL? (*Pausa.*)

Como vota o PP?

**O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE** (Bloco/PTB - AL) - O PP vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - O PL vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSD?

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente, o PSD vota "não", porque a Esquerda, em 13 anos, não tomou as providências necessárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSD vota "não".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, é fácil cobrar 35% de Imposto de Renda, que é o que se paga nos lucros das empresas. Se houver distribuição, querem nos fazer pagar novamente. Para quem não gera emprego e só recebe serviço público é fácil.

O MDB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O MDB vota "não".

Como vota o PSB, Deputado Heitor Schuch?

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, a Constituição Federal de 1988, no art. 26, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, já tem a solução para esta proposta que está sendo reapresentada aqui pelo PSOL, que queremos saudar.

Naquela ocasião, o Constituinte Hermes Zaneti colocou na Constituição um artigo que determinava a realização de auditoria pública. Conforme o TCU, 44% do que o Brasil arrecada hoje em receita são gastos exatamente com dívidas que, na nossa opinião, já foram pagas uma, duas ou três vezes.

Nós precisamos começar a auditar esta dívida e parar de pagá-la. Quem gasta este percentual com a dívida não investe. Por isso, faltam recursos para a saúde, a educação, a agricultura, a segurança. Por isso, os juros são exorbitantes e os lucros dos bancos, milionários.

Nós votamos "sim" a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSB vota "sim".

Como vota o PRB?

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PRB - AM) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PRB vota "não".

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PSL?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSL vota "não".

Como vota o DEM?

**O SR. PAULO AZI** (DEM - BA) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O Deputado Paulo Azi vota "não".

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, a Organização Internacional do Trabalho deixou o Brasil numa situação lamentável, em vista do tratamento dispensado e da situação da classe trabalhadora, principalmente depois da reforma trabalhista. Agora vem essa reforma da Previdência que propõe que os trabalhadores morram antes de se aposentarem.

O PSOL, com esta emenda defendida pela Deputada Luiza Erundina, apresenta uma alternativa: ao invés de assassinar o trabalhador, vamos fazer uma mudança aqui: vamos cobrar de quem tem. Cobrando de quem tem, bilhões serão economizados.

É preciso saber que há de onde tirar, mas não dos trabalhadores, não dos aposentados, não dos servidores públicos.

O PDT vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PDT vota "sim".

Como vota do Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O Solidariedade vota "não".

Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - O PTB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PTB vota "não".

Como vota o Podemos?

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Sr. Presidente, é engraçado quando vemos alguém atacar a Constituição, o Estado Democrático de Direito e a aposentadoria do Presidente Jair Bolsonaro. Eu gostaria de ver quem está atacando e tem aposentadoria especial abrir mão. Aí ficaria bem claro!

Nós votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, o PSOL espera que seja aprovada esta emenda. Nossa orientação é "sim", por entendermos que a solução para o problema do País não está no aumento do sofrimento da população pobre, dos aposentados, dos que dependem da ajuda do Estado para sobreviverem.

É preciso enfrentar os problemas na raiz, e a raiz do problema financeiro no Brasil é exatamente a concentração fantástica de renda: uma minoria tem uma concentração fantástica de renda, enquanto os demais setores são extorquidos. É retirado de sua renda um percentual que priva a maioria das famílias deste País das condições mínimas de uma sobrevivência digna e decente.

Nós estamos a demonstrar que há solução para o Brasil, e esta solução não se fundamenta em simplesmente aumentar a dívida pública, os juros e o pagamento da dívida que retira uma grande fatia da riqueza normalmente produzida pelo nosso País.

Portanto, nossa posição é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente, estamos votando hoje a reforma da Previdência e tudo o que se refere a reformar nossa Previdência. Daqui a uns dias, vamos tratar da reforma tributária, que também é muito importante. Na reforma tributária, vamos tratar deste assunto.

Portanto, nós votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, nós temos uma emenda, um destaque da bancada do PSOL que traz à tona um elemento causal: nós estamos num debate de causa e de efeitos. Os efeitos são as iniquidades que a reforma da Previdência produz; a causa é a dívida pública. A causa é não se ter cumprido uma determinação do Constituinte de 1988 — nós temos dois aqui: o Deputado do PDT e a Deputada Lídice da Mata — que definiu a auditoria da dívida, que, no entanto, nunca foi feita.

Em se tratando da taxa de grandes fortunas, dos lucros e dividendos, nos países do mundo ocidental somente o Brasil e a Estônia — esta, uma republiqueta — deixam de taxar os lucros e os dividendos dos rentistas. Assim, a causa está exposta. A proposta resolve o problema na origem, ao garantir 142 bilhões de reais aos cofres da Previdência e ao taxar os ricos.

Portanto, o PCdoB vota "sim" ao destaque do PSOL, contra a dívida pública e pela taxa de grandes fortunas.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO, Deputado Paulo Ganime?

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ) - Sr. Presidente, nós estamos aqui já faz tanto tempo — desde ontem, hoje o dia inteiro.

Eu sou membro já indicado da Comissão da reforma tributária. Lendo esta emenda, cheguei a ficar confuso: achei que já estávamos votando a reforma tributária, porque este tema não tem nada a ver com o que estamos votando aqui.

Não estamos falando de aumento de impostos: estamos falando da reforma da Previdência. Esta emenda não está no lugar errado: ela é ruim mesmo! Ela é ruim porque estamos votando um jabuti nesta emenda. Além disso, tributar lucros e dividendos não é o problema. Para fazer isso, temos que mudar do outro lado, diminuir a contribuição, bem como o pagamento de impostos da pessoa jurídica.

O NOVO orienta o voto "não" a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - O NOVO orienta o voto "não".

Como orienta o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - O Avante orienta o voto "não", Sr. Presidente.

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - O PSC vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Avante, "não"; PSC, "não".

Como orienta o Patriota? *(Pausa.)*

Como orienta o PV? *(Pausa.)*

Como orienta o PMN? *(Pausa.)*

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - O Patriota vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como orienta o PSDB?

**O SR. VITOR LIPPI** (PSDB - SP) - Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

Eu queria fazer uma ressalva muito importante em relação ao nosso Relator Samuel Moreira. No relatório final, além de defender os mais humildes, S.Exa. aumentou não só a contribuição sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20%, mas também a taxação dos bancos em 25%. Este é o caminho.

Na reforma tributária, sem sombra de dúvida, nós vamos avançar bastante neste sentido, exigindo uma contribuição maior de quem mais pode.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota a REDE, Deputada Wapichana?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE vota "sim" porque entende que esta é uma oportunidade para darmos uma resposta de como o Brasil pode melhorar sua situação econômica.

O PSOL fez uma proposta que a REDE já vem discutindo. Trata-se de uma proposta positiva. Pergunto ao Relator e a todos os Deputados se poderiam considerar isso. A meu ver, esta é uma solução.

Se o problema é verificar a situação econômica do País, esta é uma proposta positiva. Eu acho que nós poderíamos melhorar a situação do Brasil, justamente taxando os lucros e dividendos e considerando o fim da isenção de juros sobre o capital próprio no caso de grandes fortunas.

A REDE vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - A REDE vota "sim".

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria, Deputada Jandira Feghali?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, parece-me que aqui há uma forte vocalização dos interesses da elite financeira deste País. Aliás, esse é o Paulo Guedes, que não precisa de intermediários. Ele é o próprio capital financeiro dentro do Governo brasileiro. Há um dinheiro sagrado: 1 trilhão 170 bilhões de juros e de amortizações em 2018.

Falar em lucro, em dividendo, em taxação de grandes fortunas — eu tenho um projeto que taxa as grandes fortunas —, falar em desoneração de grandes empresas estrangeiras, onerar ao invés de desonerar, parece que é um crime. Porém, taxar pobre não é crime nesta Comissão.

Aliás, Sr. Presidente, é importante que aproveemos a emenda aqui apresentada pela Deputada Erundina, para vermos quem, de fato, quer enfrentar os privilégios. Não há coerência em se falar da reforma tributária sem acabar com a Emenda nº 95. Com a Emenda nº 95, não há reforma tributária!

Portanto, a Minoria indica o voto "sim" à emenda apresentada pela Deputada Luiza Erundina e pelo PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Oposição?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, esta aqui é a emenda das escolhas, a emenda que mostra por que o Brasil é campeão da desigualdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um minuto, Deputado Henrique Fontana.

Há um apelo da imprensa por causa do volume do som. Com o Deputado Henrique, este apelo se agrava um pouquinho. *(Risos.)*

Portanto, peço que se abaixe um pouco o volume do som.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e peço que me ajude solicitando silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Foi apenas uma brincadeira com V.Exa., Deputado Fontana, tendo em vista seu estilo de falar.

Peço que abaxiem o volume do som, porque há um incômodo lá atrás, e solicito silêncio, para que possamos ouvir o Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, esta é a emenda da escolha de um país da desigualdade. Estes quatro impostos já poderiam ter sido votados e estar em vigor: o Imposto sobre Grandes Fortunas, o Imposto sobre Lucros e Dividendos, o IPVA sobre embarcações e a taxação de ricos e do andar de cima. Estes impostos podem arrecadar 1,4 trilhão em 10 anos, mas a escolha do Brasil das desigualdades é que o ajuste fiscal deve ser feito em cima da aposentadoria de quem ganha 1.500 reais ou 2 mil reais, cortando-se 20%, 30%, 40% dessas aposentadorias.

Não é por acaso que a reforma tributária nunca chega e que o Imposto sobre Grandes Fortunas, sobre os lucros e dividendos nunca chegam.

Eu voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Oposição vota "sim".

Como vota o Governo?

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "não".

Passamos à votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de dar início à votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vou garantir a palavra ao Deputado Jorge Solla, já que eu a cortei na última votação.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Sr. Presidente, eu acho que esta emenda realmente desnuda o caráter desta proposta de mudança da Previdência Social e mostra que ela não é uma reforma para equilibrar as despesas e as receitas. Ela não está preocupada com a sustentabilidade do sistema da Seguridade Social. Ela quer apenas cortar despesas, quer apenas fazer um ajuste fiscal, para caber nos marcos do Orçamento da Emenda Constitucional nº 95.

Por isso, não há interesse por parte desse Governo em mexer no polo despesa. Ele só mexe no polo receita. Mexe apenas no polo despesa e na despesa que recai sobre a população mais pobre, que está sendo prejudicada.

Este 1 trilhão de reais pode vir dos impostos sobre a população mais favorecida, sobre parcela da elite brasileira que não paga imposto sobre suas embarcações, que não paga imposto sobre helicóptero com cocaína ou sem cocaína, não paga imposto sobre os lucros e os dividendos. Esta elite que não paga estes impostos é a mesma que não está preocupada com a Previdência Social, porque ela não usa a Previdência Social.



Concluo, Sr. Presidente, dizendo que ela tem a capacidade de poupar para a aposentadoria, porque ganha muito bem — trata-se de fortunas não tributadas. Já o pobre, este não tem educação financeira, como aqui disseram. O pobre, na verdade, não tem é dinheiro para poupar! Quem ganha 2 mil reais ou 3 mil reais não tem como fazer poupança para a aposentadoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner, por 1 minuto.

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Sr. Presidente, nós escutamos muito a respeito da PEC 95. Mas o que foi votado? Não se gastar mais do que se arrecada. Quando assumimos aqui, o País estava quebrado, com um PIB negativo de 5,9%. Não tem condições. Não podemos gastar mais do que arrecadamos. Hoje está tudo comprometido — 96%. Nós vamos ter uma travessia muito difícil para sair dessa situação dramática em que se encontra o País.

Graças a Deus, só com o sinal da reforma da Previdência, o dólar está caindo e a Bolsa está subindo. Eu tenho esperança de que este País ainda vai dar certo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT - SP) - Sr. Presidente, essa reforma da Previdência, coordenada aqui por Bolsonaro e seus aliados, demonstra que o sacrificado é o trabalhador pobre; o sacrificado é o educador; o sacrificado é a mulher; enfim, é o pobre, a pequena classe média. Essa emenda mostra que a verdadeira reforma aqui deveria sacrificar os mais ricos, sacrificar o andar de cima, e não o andar de baixo.

É por isso que o Brasil precisa se mobilizar para derrotar essa reforma. Hoje foi a Comissão, depois tem o plenário; em seguida, o Senado. E, em agosto, vamos fazer uma greve geral para derrotar isso aqui.

Os Deputados que votarem "sim" aqui estarão votando com o povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Está encerrada a votação.

Passa-se à apuração dos votos.

Passo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem. Depois falará a Deputada Gleisi Hoffmann. *(Pausa.)*

Deputado Major, V.Exa. vai votar? Espere um pouquinho para encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos proclamar o resultado: 29 votos "não"; 12 votos "sim".

Rejeitada a emenda.

Fica mantido o texto do Relator.

Com a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann, por 1 minuto.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Colegas, infelizmente, nós perdemos a oportunidade de fazer um pouco de justiça neste País, mexer com esse trágico e injusto sistema de impostos que nós temos no Brasil. Não sei por que esperar a reforma tributária, que vai demorar, se nós já estamos aqui votando a reforma da Previdência. Nós poderíamos, a partir de hoje, determinar a cobrança de impostos para iates, para jatinhos, para grandes fortunas, para lucros e dividendos.

Quando é para votar contra os ricos, esta Casa não vota, mas, contra os pobres, vota e aplaude. É impressionante como as coisas aqui são desvirtuadas. É impressionante como os ricos aqui têm vez, e a maioria do povo brasileiro continua sofrendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Destaque nº 137, da bancada do PSB. Votação do art. 195, constante do art. 1º do substitutivo.

Se rejeitado o texto, fica suprimido o art. 30 do substitutivo.

Para falar a favor, com a palavra o Deputado Heitor Schuch.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, nós fomos informados, quando estava iniciando a votação, que o prazo para a retirada de destaques era até a votação do relatório do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Somente dos destaques de votação em separado. Destaques de emenda podem ser retirados a qualquer momento. O Cidadania retirou o destaque anterior.

Deputado Heitor Schuch, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero encaminhar o destaque do Partido Socialista Brasileiro com muita tranquilidade. Para isso, peço a atenção dos colegas Parlamentares, porque nós estamos definindo, na verdade, as regras do jogo — e eu me refiro ao cidadão que trabalha, que levanta cedo, que pega ônibus, que enfrenta chuva, que chega no serviço, tem que bater cartão e cumprir horário, enfim, todas essas atividades que são afins ao trabalhador e à trabalhadora do Brasil.

O que nós temos aqui é a contagem do tempo de contribuição para o INSS. Esperamos que, a partir daí, possamos também ter claro que o que está proposto traz impactos profundos, principalmente, para os mais humildes, aqueles que começam a trabalhar muito cedo, que se aposentam muito tarde, que estão sempre fadados às intempéries do plano econômico A, B ou C e das dificuldades que se apresentam. E essa possibilidade, logicamente, de se desprezar contribuições é, sem dúvida, muito complicada, porque vai fazer com que a contribuição mínima mensal exigida fique menor, e o que ficou excluído acabará não contando como tempo de contribuição.

Quero me referir aqui a uma manifestação do ex-Ministro da Previdência Social Carlos Gabas, que disse nesta Casa: *"No mínimo, o trabalhador já sai perdendo 28% do valor da sua aposentadoria, além de trabalhar mais 4 anos. Quem receberia 2.500 reais de aposentadoria vai receber 1.800 reais, uma perda de 700 reais"*. Isso foi dito pelo ex-Ministro da Previdência, não é invenção do PSB ou coisa do gênero.

Ouçó aqui muitos Parlamentares dizerem que a reforma vai resolver a vida dos desempregados e desalentados. Pergunto: qual desses vai se aposentar? Ninguém. Não tendo contribuição, não vai ter benefício. E isso parece que está sendo escamoteado. Essa verdade não está sendo dita como deve ser. Portanto, eu quero reiterá-la aqui.

Ouçó também dizerem que essa reforma é do povo brasileiro. Só falta alguém querer me dizer que foram os Pedros e as Marias que mandaram a PEC 6 para cá. Quem mandou a PEC 6 para cá foi o Governo. E ela não está pior porque o Relator mudou muito o texto, contemplando discussões, debates e mobilizações feitas. Temos que reconhecer isso. E mais: se eu estou aqui, é porque o público que votou em mim assim o fez não para eu aprovar aquilo que estava vindo de parte do Governo Federal.

Diante disso, quero lembrar aqui dois casos específicos, para que não os esqueçamos: se hoje, para uma mulher se aposentar, precisa somar 86 pontos, e o homem, 96 pontos, a partir de 2020, logo aí à frente, daqui a 180 dias, terá ela que somar 100 pontos, e o homem, 105 pontos. Que mágica vai se fazer, da noite para o dia ou do dia para a noite, para se alcançar esse patamar?

E volto a falar do trabalhador temporário. Na minha terra natal, Santa Cruz do Sul, assim como na região do Rio Pardo, há milhares e milhares deles que trabalham como safristas, para os quais está negociado o piso salarial, para trabalharem 44 horas semanais, de 1.224 reais. Eles trabalham, em média, 8 meses por ano, na safra. Para esses trabalhadores se aposentarem com o valor de 1.224 reais, terão que ter 40 anos de contribuição. Ora, essa conta significa 60 safras.

Diante disso, Sr. Presidente, colegas Deputados, encerro aqui com um agradecimento, mais uma vez, ao nosso Líder Tadeu Alencar e aos meus colegas Deputados que estão nesta Comissão desde o primeiro dia. E digo ainda que a minha consciência não me permite votar contra quem trabalha desde cedo, contribui para a Previdência sempre quando pode e sonha em ter uma vida tranquila na aposentadoria. Eu não posso conceber que um idoso, na terceira idade — ou na melhor idade, como muitos dizem — tenha que fazer biscate para sobreviver, cortar grama para juntar uns "pila", ou que a mulher tenha que fazer faxina para comprar um chinelo novo. Não se pode manter isso. Portanto, nós apresentamos esse destaque.

Quero reiterar aqui uma frase dita pelo Bispo da nossa terra: *"Percebe-se que reformas como a da Previdência, a política, a econômica e a fiscal são necessárias, mas a reforma da Previdência começou mal. Por quê? Porque o Governo começa falando que precisa de 1 trilhão de reais"*.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata, para encaminhar contra a matéria.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o destaque é para votação em separado do art. 195, § 14, constante do art. 1º do substitutivo. Ele suprime o dispositivo que prevê que somente será reconhecida, para fins de contagem de tempo de contribuição ao regime geral, a contribuição que seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida à categoria. Ou seja, pode ser definida uma contribuição mínima para diferentes categoriais por via infraconstitucional, a exemplo do que foi feito para os rurais no texto original da PEC, que previa um mínimo de 600 reais. E contribuições inferiores a esse valor estabelecido não serão contabilizadas.

Portanto, Sr. Presidente, no caso de contrato intermitente, quando será bem possível que o trabalhador não alcance o valor do salário mínimo, para que não seja desprezada a sua contribuição, esse trabalhador terá que juntar dois ou três salários para que possa alcançar o valor da contribuição mínima. Ou seja, isso dificultará enormemente a possibilidade de esse trabalhador se aposentar, alcançando inclusive alguns tipos de trabalho rural, como foi aqui colocado pelo companheiro Heitor Schuch, que citou o caso do safrista, em que não há possibilidade de trabalho durante todo o ano que lhe garanta, em média, 1 salário mínimo. Não podemos voltar a ferir o direito do trabalhador rural e não podemos permitir que o trabalho intermitente possa levar o trabalhador a não alcançar sequer a possibilidade de se aposentar.

Por isso, o PSB insiste neste destaque e pede a esta Comissão o mínimo de sensibilidade para que nós possamos aprová-lo e, dessa maneira, retirar do texto o que compromete, na nossa opinião, a aposentadoria do trabalhador, que pode ter o trabalho intermitente, exigindo-lhe em diversas atividades profissionais uma contribuição mínima que o impeça de realmente conseguir aposentar-se.

Somos contra essa reforma fiscalista, que vai de encontro ao interesse do povo brasileiro e, por isso, não serve ao Brasil. Não é verdade que essa reforma significa geração de emprego. Geração de emprego surge com investimento público e investimento privado, e não com uma reforma que tem como único objetivo cortar gastos. Ela não gerará empregos; será uma reforma recessiva, porque retirará 1 trilhão de reais da economia popular, e impedirá, portanto, que esse capital que gira na mão da economia daqueles que ganham 2 salários mínimos, 1 salário mínimo, continue a girar e a gerar consumo, emprego e renda no País.

O nosso destaque é pela defesa do trabalhador, que hoje, com essa reforma infeliz, que esse senhor, o Sr. Deputado Rogério Marinho, impôs essa armação e fez com que o trabalhador brasileiro perdesse todos os seus direitos e não gerasse, até então, nenhum — nenhum! — emprego a mais neste País, possa agora, conciliando-se com a reforma da Previdência, impedir que esse trabalhador tenha direito sequer à aposentadoria.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Relator.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - A pretensão do destaque é suprimir um trecho do nosso substitutivo. Nós queremos mantê-lo e, portanto, a nossa orientação é o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - A nossa orientação é "não" ao texto.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Nós estamos defendendo esse destaque...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Aguarde só um pouquinho, Deputado.

Quem votar "sim", aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator; quem votar "não", rejeita a matéria destacada e retira o texto do Relator. Portanto, quem acompanha o destaque do PSB vota "não".

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Obrigado pelo esclarecimento, Presidente.

Nós vamos apontar o voto "não", defendendo o destaque, porque ele é mais uma pedra de toque na destruição dos direitos. Não foi suficiente o que fizeram com a reforma trabalhista, destruindo os direitos dos trabalhadores, permitindo que o trabalhador agora possa trabalhar sem férias, sem décimo terceiro, sem um salário mínimo estabelecido; se a trabalhadora engravidar, sem licença-maternidade; se o trabalhador adoecer, sem salário no final do mês; além de tudo, também sem contribuição da Previdência Social. É o sonho que toda a elite brasileira quer: trabalhador sem direito algum, nem durante a sua atividade produtiva, nem depois de recolher para fins de aposentadoria. É tudo, repito, o que a elite brasileira quer: o trabalhador completamente espoliado, voltando ao tempo da escravidão. Chicote no lombo do trabalhador é o que vocês sempre quiseram!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Solla.

Como vota o PSL?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, o PSL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL vota "sim".

Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PL? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - O PP vota "sim", Presidente.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - O PP vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - PP, "sim".

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Pelo PSB, a Deputada Lídice já manifestou o "não"

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Não, Presidente...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu adotei esse mesmo critério agora há pouco. Eu perguntei ao PSB, e a Deputada Lídice encaminhou "não".

Tem a palavra o DEM.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Não, Presidente, ela fez o encaminhamento. Nós vamos usar o minuto do PSB, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Ela orientou a bancada.

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Encaminhou, Presidente! Ela não orientou!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, não precisa... Presidente, se o senhor liberar para os outros, nós vamos utilizar o tempo. Não queremos tumultuar. E não pode partir da Mesa o tumulto! Respeite o nosso partido. Nós vamos fazer o encaminhamento de 1 minuto, que é nosso direito!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Aliel, aqui a voz alta ou a voz baixa vale a mesma coisa. Eu sei gritar tanto quanto V.Exa., mas sempre prefiro falar num tom respeitoso para com o conjunto dos Deputados, porque vale mais para mim o conteúdo do que se fala do que o tom da voz. *(Palmas.)*

V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, eu vou usar 1 minuto, mas não é respeitoso cortar o microfone quando não se tem razão. O senhor tem que conquistar liderança pelo respeito, e não pela imposição. O que nós exigimos aqui é regimental e previsto. Por isso, o PSB tem que se expressar de maneira mais forte, porque V.Exa. cortou o microfone, sendo desrespeitoso para conosco.

Quanto a esse destaque do PSB, é muito importante que todos os Deputados conheçam o teor do texto que nós estamos propondo. Esse destaque corrige distorções em relação ao cálculo salarial, que hoje, na proposta já aprovada por esta Comissão, pode punir um trabalhador em seis oportunidades diferentes. E esse cálculo é muito injusto, porque nós estamos tratando de pessoas que ganham o salário mínimo, nós estamos tratando de pessoas que podem perder o seu direito. E é muito importante essa correção — visto que o texto principal já foi aprovado —, muito bem explanada pelo Deputado Heitor Schuch e também pela Deputada Lídice da Mata.

Por isso, o PSB orienta "não"!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSDB?

**O SR. VITOR LIPPI** (PSDB - SP) - "Sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSDB vota "sim".

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Há algum microfone ligado, por isso o Deputado não consegue ligar o dele.

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O MDB vota "sim".

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Deputado Celso Maldaner, eu peço a V.Exa. que desligue o microfone.

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "sim"

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Cherini.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Eu só quero defender o meu colega Marcelo Ramos. S.Exa. não precisava disso. O Deputado Aliel Machado é um Deputado jovem, bastante ansioso, e pensa que a democracia se resolve no grito. Eu quero dizer que o Deputado Marcelo Ramos tem todo o nosso apoio, tem toda a nossa admiração, e tem cumprido estrita e rigorosamente o Regimento desta Casa. Meus parabéns, Deputado Marcelo Ramos, o nosso partido se orgulha de tê-lo na Presidência da Mesa.

O PL vota "sim", Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, só quero fazer um registro: às vezes, a veemência é necessária, sim. Nós estamos suportando algumas coisas aqui que são insuportáveis, porque existe rolo compressor. Tem razão o Deputado do PSB.

Sr. Presidente, ao longo das últimas décadas, o Brasil tem estado entre as maiores economias do mundo. Mas o empobrecimento da população é evidente: há um processo de favelização, há população de rua. É uma tragédia! E esta reforma da Previdência, que complementa a trágica reforma trabalhista, vai causar um empobrecimento muito maior da população.

A emenda do PSB denuncia uma espécie de confisco: *"Somente será reconhecida, para fins de contagem de tempo contribuição, a contribuição ao regime geral que seja igual ou superior à contribuição mínima mensal para sua categoria"*.

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - No momento em que...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT, Deputado?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Eu só quero registrar que é um absurdo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT, Deputado?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - ...o confisco que o...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - O PDT vota "não" ao texto para aprovar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o DEM?

**O SR. PAULO AZI** (DEM - BA) - Presidente, o DEM vota para manter o texto; vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PRB?

**O SR. JOÃO ROMA** (PRB - BA) - Sr. Presidente, parabéns V.Exa. pela condução dos trabalhos. Realmente, é muito cansativo para todos aqui, mas o compromisso com o Brasil é muito maior. Então, eu só tenho a aplaudir a forma respeitosa, litúrgica como V.Exa. tem conduzido os trabalhos, ladeado do meu querido amigo de partido Silvío Costa Filho e do brilhante Senador, digo, do brilhante Relator, Deputado Samuel — oxalá, quem sabe um dia, Senador.

O PRB vota "sim", Sr. Presidente, porque entende que este é um compromisso com o Brasil, pois, de fato, o País foi muito maltratado nos últimos tempos da gestão do PT, que só fez empobrecê-lo, com péssimo recado para os mais brasileiros pobres, de quem usurpou não só os direitos como a esperança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Aliel, V.Exa. está pedindo direito de resposta, mas eu é que quero pedir desculpas a V.Exa. Se eu exagerei em algum momento ou tive alguma interpretação equivocada do Regimento, eu peço desculpas a V.Exa. Acho que podemos tocar os trabalhos com urbanidade, desde o início.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, eu fui citado pelo Deputado. Eu só peço o direito de me manifestar, porque fui citado nominalmente.

Não foi nem em uma, nem em duas, nem em três oportunidades que eu elogiei a condução de V.Exa. e do Deputado Samuel Moreira, mesmo com discordâncias políticas, que são naturais na democracia. Eu nunca atrapalhei nesta Comissão a fala de um colega. Eu nunca fui desrespeitoso em momentos de dificuldade. E, neste momento, Presidente, com o corte do microfone, a única possibilidade que eu tinha de exigir o cumprimento do Regimento, já que V.Exa. pode ter se equivocado no entendimento, foi levantando o tom de voz, até porque eu estou atrás no plenário. Não tenho problema de ansiedade, fico muito feliz de estar no segundo mandato e tenho muito orgulho de defender as minhas convicções sem qualquer tipo de acordo, acerto ou reunião às escondidas. Tenho muito orgulho das posições que eu tomo aqui, Presidente. Repito que tenho respeito por V.Exa. e que considero a condução feita por V.Exa. exemplar ao longo deste trabalho em que nós estivermos juntos na Comissão. Também respeito o Deputado Samuel Moreira, com quem em todos os momentos nós pudemos dialogar e debater o texto e a quem pudemos sugerir alterações. Fico feliz com a condução e espero que esse episódio não manche o que foi construído com muito respeito com a Mesa Diretora, com o Deputado Silvío Costa e com todos os membros da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Isso é recíproco, Deputado Aliel. Nós estamos todos cansados. Obviamente, em algum momento, podemos extrapolar. Vamos seguir o nosso ritmo de urbanidade, que eu acho que faz bem para todos. Eu peço desculpas a V.Exa. também.

Como vota o Podemos?

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Sr. Presidente, nós queremos encaminhar o voto favorável, o voto "sim".

Agora, eu fico analisando a situação quando algum Parlamentar diz — e acho que não é por maldade — que aqui ocorrem reuniões às escondidas, durante a noite. Aliás, nós trabalhamos aqui durante o dia, trabalhamos durante a noite, até as 23 horas, a meia-noite, e tudo ocorre com transparência. Eu não vejo nenhuma reunião às escondidas, porque todas são claras. E, se alguém sabe de algum acordo feito às escondidas, que fale! Se alguém tem alguma denúncia a fazer, se conhece algum fato, algum ato não republicano, que o diga para a sociedade! Os microfones da Casa estão à vontade, bem como os da imprensa do Brasil.

Nós votamos uma Previdência transparente, uma Previdência justa. O Relator fez um trabalho duro...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peça a V.Exa. que encaminhe, Deputado Nelto.

**O SR. JOSÉ NELTO** (PODE - GO) - Encaminho o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Podemos vota "sim".

Como vota o PSOL?

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Presidente, a PEC prevê que podem ser estabelecidos valores mínimos de contribuição para algumas categorias através de uma definição infraconstitucional e que os valores inferiores a esse piso não seriam contabilizados no cálculo para o trabalhador poder se aposentar. Ou seja, isso rebaixa ainda mais as possibilidades de se alcançar a aposentadoria, porque o período em que ele não conseguiu contribuir com o mínimo não seria calculado e, caso o fosse, o valor da aposentadoria seria muito menor, o que prejudica principalmente o trabalhador intermitente e também o trabalhador rural safrista.

Por isso, o PSOL orienta "não". Nós somos contrários a esse item destacado da reforma apresentada pelo Relator.

Eu quero, ainda, parabenizar e me solidarizar com o Deputado Aliel Machado. Afinal de contas, nós temos o direito de nos manifestar livremente nesta Comissão. Se a carapuça serviu sobre o elemento de reuniõezinhas no escuro, na salinha, eu só lamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PROS?

**O SR. TONINHO WANDSCHEER** (PROS - PR) - Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro que as reuniões da Casa e desta Comissão estão sendo um bom exemplo para a nossa sociedade, tirando algumas coisinhas. Eu quero parabenizar o Deputado Marcelo Ramos pela condução, porque, mesmo tratando de um tema tão importante como este, nós estamos vivendo um momento de harmonia. Essas questõezinhas são naturais no debate, e isso faz bem até para a nossa Casa. Acima de tudo, o respeito que existe aqui é algo importante, para que a nossa sociedade possa ver que o nosso Parlamento é um Parlamento que trabalha.

O voto do PROS é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PROS vota "sim".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o PSB, o Deputado Heitor Schuch, a Deputada Lídice da Mata e o Deputado Aliel Machado, a quem presto a minha solidariedade.

Quero aproveitar a presença do Secretário Rogério Marinho para dizer que essa emenda é a chamada pá de cal. É o que está posto no relatório de V.Exa., porque, primeiro, ele, o Secretário, precarizou, ele transformou. O trabalho intermitente é um trabalho subqualificado. Ele constituiu a impossibilidade ou mesmo a completa agudeza, na tentativa de impedir uma reclamação na Justiça do Trabalho. Agora, V.Exa. vem, põe a pá de cal e infelizmente descarta, porque quem não tem o rendimento mínimo previsto não contará aquele recurso.

Parabéns, PSB! O PCdoB votará "não", contra a precarização, contra o descarte do trabalhador intermitente e do safrista.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, parece-me que há uma grande incompreensão do Plenário sobre esta matéria. Na verdade, estamos beneficiando os mais pobres, principalmente aqueles que ganham 1 salário mínimo, por exemplo, num trabalho intermitente, e que contribuem, portanto, com a nova Previdência. Depois de aprovada, contribuirão com 75 reais, porque vão contribuir com menos do que contribuiriam hoje ou já contribuem. No momento em que não conseguirem, por algum motivo, contribuir com 75 reais — se no mês seguinte contribuírem, digamos, com 60 reais —, podem acumular, no próximo mês, os 15 reais a mais, por exemplo, 90 reais, para fazer a mesma média. É disso que se trata. É poder assegurar que todos contribuam e não percam a contagem do tempo. Então, é muito importante que as coisas fiquem claras aqui e não se faça demagogia.

Por isso, o NOVO vai orientar "sim", para aprovar a matéria destacada e manter o texto do Relator.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Solidariedade?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - O Solidariedade vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Avante?

*(Intervenção fora do microfone.)*

O Avante vota "sim".

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - O Patriota vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**O SR. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE vota "não" por entender que o texto traz uma interpretação dúbia. Justamente para não retroceder no que já havia sido assegurado a diversas categorias, inclusive aos trabalhadores rurais, nós votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, eu estou achando o som do microfone muito baixo. Eu já estou rouca por tentar me fazer ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço que se aumente um pouco o volume do som do microfone da Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Eu pediria só que repusesse o tempo, Presidente. Eu já perdi 15 segundos. Presidente, na verdade, quero pôr a verdade dos fatos. O que foi dito aqui não é verdade. Hoje, cada mês contribuído vale o mês contribuído, independentemente de contribuição mínima definida aqui por categoria. Esse texto piora muito a vida dos trabalhadores que ganham menos, particularmente dos rurais e dos trabalhadores intermitentes. Quando eu defino que, por lei, será dita qual é a contribuição mínima por categoria de segurado para valer como mês contribuído, eu estou excluindo meses de contribuição, portanto, eu estou estabelecendo um confisco, atrasando o alcance do tempo para aposentadoria. Imaginem atingir 40 anos nessa regra! Isso é de uma crueldade absurda! Isso aqui, Deputado Darcísio Perondi, é muito cruel.

Diante da reforma trabalhista, em que houve pejotização, precarização, rotatividade, trabalho intermitente e terceirização a rodo, isso aqui vai excluir o trabalhador intermitente da contribuição previdenciária e vai aumentar o confisco.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Nós votamos "não" ao texto e "sim" ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, pela Oposição, eu queria pedir a atenção dos colegas para este ponto, porque, pela manifestação do Deputado Marcel, eu percebo que há uma dúvida sobre esta questão, e acho que é uma dúvida sincera.

Não se trata de uma proteção ao trabalhador. Reparem: existe o salário mínimo mensal, existe o salário mínimo diário, com valor proporcional, e existe o salário mínimo hora. Com esta regra, o trabalhador do contrato intermitente, se receber menos do que o salário mínimo mensal, o percentual que vai se cobrar dele é maior do que quem recebeu o salário mínimo mensal. Aquilo não vai contar como um mês de contribuição. Se ele ganhou meio salário mínimo, porque trabalhou proporcionalmente metade da carga horária prevista, ele terá, ainda assim, que contribuir com...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Não faço isso por obstrução, mas eu acho que isso não foi bem compreendido. Esse trabalhador terá que complementar. É disso que se trata. Eu peço a palavra do Relator, porque, quando há divergência política, é uma questão. Aqui, acho que é um erro de incompreensão. Isso vai...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Oposição, Deputado?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Está bem, Presidente. A Oposição vota "não". Pronto.

Vamos votar "não" e, depois, no plenário, vamos discutir se isso foi bem entendido ou não. Eu não estou fazendo isso por obstrução. Existe uma incompreensão. Eu peço a palavra do Relator, porque eu acho que a intenção dele não é essa, mas é o que faz.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Se houver qualquer dúvida de entendimento, há ainda etapas a cumprir na frente, para que possam haver correções.

Como vota o Governo?

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - O Governo vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "sim".



Vamos passar agora à votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) -

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Dê 1 minuto para...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Desculpe-me, mas, enquanto está na votação...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k.

O PTB vota...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota com o destaque?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - O PTB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vota com o destaque do PSB?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Então, o PTB vota "não". O.k.

O Governo vota...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como já achei estranho, em outra votação, o contrário. *(Risos.)*

Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Darcísio Perondi, enquanto nós estamos em processo de votação.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - *(Inaudível)* Previdência, no ano passado e no ano retrasado, com os consultores — eu e um grupo de Deputados —, e eu aprendi um negócio: poucos países do mundo assumem o tempo de contribuição, e o tempo de contribuição favorece aqueles que ganham mais. Aí eu vejo os sábios da Oposição sacramentando o tempo de contribuição como o maior instrumento dos que ganham menos. É óbvio que quem trabalha, quem ganha menos não consegue preencher, mas vai se aposentar, sim, vai se aposentar com o salário mínimo. Então, vão estudar! Vão estudar!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Espere aí, Deputado. Só um pouco... Meus amigos...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Darcísio Perondi, a essa altura do campeonato, isso não contribui com ninguém. A dúvida é verdadeira. A nossa assessoria está lá, inclusive, conversando com o Deputado Alessandro Molon. A dúvida é legítima. Nós estamos em processo de votação. Então, eu acho que não interessa a ninguém esse clima.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Não contava o tempo intermitente, que agora vai contar, de forma agrupada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Falta algum Deputado votar? *(Pausa.)*

Deputado Jorge Solla, V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - V.Exa. reconheceu que há uma dúvida. Quero só esclarecer uma coisa, Relator: quando V.Exa. estabeleceu o trabalho intermitente, partiu do pressuposto de que a pessoa pode ganhar menos do que o salário mínimo. O trabalhador vai contribuir proporcionalmente ao que receber: se ele receber meio salário mínimo, vai contribuir proporcionalmente a meio salário mínimo. Então, a relação da contribuição do empregado é a proporção do salário dele. Da forma como está no relatório, ele vai ter que juntar meses, por exemplo, 30% do salário em um mês, 50% no outro, 20% no outro, 3 meses, para dar 1 mês de contribuição, quando ele contribuiu os 3 meses proporcionalmente ao

salário que recebeu. Então, a lógica da contribuição do empregado, Deputado Samuel Moreira, é a proporção do salário dele. Não pode ser estabelecida uma contribuição mínima no cenário de trabalho intermitente, em que ele pode ganhar meio salário mínimo em um mês e 60% no outro mês.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Jorge Solla, eu peço que V.Exa. conclua.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Eu estou trazendo aqui é que a lógica da contribuição do empregado é uma proporção do salário dele. Portanto, não cabe juntar 3, 4 meses para fazer uma contribuição como se fosse só 1 mês trabalhado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu peço para o Deputado Paulo Ganime votar, senão eu vou encerrar a votação sem o voto de S.Exa. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Eu peço que a Secretaria proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Resultado: "sim", 32; "não", 13.

Aprovada a matéria destacada.

Fica mantido o texto do Relator.

Destaque...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu peço 1 minuto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou passar 1 minuto para o Deputado Alessandro Molon, 1 minuto para o Deputado Marcel Van Hattem e, depois, vou entrar no próximo destaque, o Destaque nº 57.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Obrigado, Presidente. Serei breve e cumprirei o prazo de 1 minuto que V.Exa. me concedeu generosamente.

Eu quero fazer um apelo aos colegas, à base do Governo, ao Líder do Governo para que avaliem esta questão. Ela é socialmente muito cruel. A pessoa que realizar trabalho intermitente — foi aprovado aqui na reforma trabalhista — vai trabalhar durante o mês, e se vai contar meio, caso ela não tenha ganhado um salário mínimo no mês. Então, o que a reforma está propondo é que a pessoa que ganha meio salário mínimo, por exemplo, porque só trabalhou meio expediente, contribuirá não com 7,5%, mas sim com 15% do que ela ganhou. Não é razoável cobrar 15% de alguém que ganha meio salário e cobrar 7,5% de alguém que ganha um. Isso está errado! Não se pode considerar esse mês como meio mês! A pessoa trabalhou o mês inteiro. E ninguém realiza trabalho parcial porque quer, Presidente. Talvez alguém até queira, mas essa não é a regra.

Então, apelo ao Relator e ao Governo para tentarmos corrigir essa injustiça no plenário.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vou conceder a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem e, depois, vamos para o próximo destaque.

V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar a importância deste debate — o Relator igualmente já tratou deste tema conosco —, mas quero dizer também que fico muito triste quando vemos que o nível do debate, principalmente nas redes sociais, acaba sendo rebaixado, e muito.

A Liderança da Minoria na Câmara — quero acreditar que os envolvidos não sejam Deputados — publicou hoje à tarde fotos dos Deputados favoráveis à reforma, à Nova Previdência, mostrou as fotos de cada um dos Deputados, acusando-os, vejam só, de serem "*ricos, brancos, quase todos homens, votando contra a sua aposentadoria*". Sinceramente, uma declaração como essa, sexista, racista, preconceituosa e, mais do que tudo, mentirosa, porque a Nova Previdência é boa para o Brasil e a favor, principalmente, dos mais pobres, precisa ser rechaçada nesta Comissão de Constituição e Justiça. Fico realmente indignado, Sr. Presidente.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu votei na matéria, minha foto está lá, mas, como incluíram a palavra "rico", eu já me sinto excluído de início. (*Riso.*)

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Pessoal, o sistema de previdência é contributivo. Esclareço que é contributivo.

Antes não se permitia o tempo intermitente. Se a pessoa trabalhasse por 2 meses e depois trabalhasse por mais 2 meses, não era permitido que se fizesse o agrupamento. Agora é permitido que se faça o agrupamento. Melhorou a situação.

Vejam, é preciso entender o seguinte: sobre o tempo que não se trabalha, ele vai ter que pagar, não há jeito. Ele paga sobre o que trabalha e sobre o que não trabalha. Alguém tem que pagar. Se ele não pagar, não há como contar o tempo em que ele não trabalha como tempo de contribuição. A possibilidade de se agrupar só existe agora. Entenderam?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Em apreciação o Destaque nº 57, do PCdoB.

Votação do inciso V do art. 201, constante no art. 1º do substitutivo.

Tem a palavra, para encaminhar, a Deputada Alice Portugal.

V.Exa. tem o tempo de 5 minutos, Deputada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta questão é tão grave quanto a anterior. Nós pretendemos suprimir o dispositivo que permite o pagamento de pensão por morte em valor abaixo do salário mínimo e ainda com o cálculo de 10% por dependente.

Tem-se falado muito, na Câmara dos Deputados, sobre família. Tem-se falado muito inclusive sobre a família contemporânea e suas modalidades. Tem-se destacado elemento tradicional, a necessidade da unidade familiar como elemento crucial para o desenvolvimento humano, para o desenvolvimento das crianças, para a educação. Alguns chegam a defender o *homeschooling* como método integral para que a família seja também o núcleo educador individual. Então, a família, de fato, constitucionalmente, ainda é uma estrutura extremamente importante, como é socialmente.

Nada mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, do que perder o provedor ou a provedora do núcleo familiar. A pensão, como hoje é efetivada no Brasil, atende, respeita as pessoas que, ao provedor ou à provedora, em caso de morte, sobreviveram. Então, a família que é dependente econômica necessita de meios de sobrevivência. E essa pensão, como hoje é exercida, obedece ao princípio da dignidade humana, da solidariedade, da igualdade. Obedece, sem dúvida, à circunstância de que o cônjuge — "conje", para uns —, companheiro ou companheira, esposo ou esposa, que ficou na condição de dependência econômica, em estado de necessidade, receba essa pensão.

No Brasil, a realidade é a seguinte: em média, em 2018, conforme estudo do CEPREV, Sr. Marinho, a pensão por morte vale 1.484 reais; a urbana, 1.726 reais; a rural, 926 reais e 46 centavos. Pela proposta do Relator, considerando-se 50% da pensão e mais 10% por dependente, haveria, infelizmente, um retrocesso, um empobrecimento. Essa família receberia 46% a menos, Sr. Relator. A menos! Então, quem recebe hoje 1.700 reais receberia 40% a menos desse valor. Quem recebe, na zona rural, pouco mais de 900 reais pense o que é receber menos de 500 reais de pensão.

Hoje, nós sabemos que a pensão é parca, mas ela é determinante para a manutenção da prole. E quando quem morre é o esposo, o companheiro? Em geral, a mulher não teve chance de qualificação, não tem emprego. No caso de mulher negra e sua prole, as crianças irão trabalhar precocemente, como na Bahia, a vender cocadas, a vender picolés. Em todo o Brasil, crianças vão para as ruas para complementar a renda da família, dependente economicamente, sem provedor.

Isso é um retrocesso, é um empobrecimento planejado, é uma crueldade.

Nós defendemos a supressão desse item, porque ele é, não há dúvida, o mais desumano, o menos relacionado com a vida real das pessoas, das famílias brasileiras! Menos de um salário mínimo é crime!

Tudo tem limite, Sr. Relator, e essa questão passa dos limites. Eu lhe peço: pense nas famílias sem provedor e sem provedora e suprima esse item do relatório.

O PCdoB clama para que essa crueldade, essa iniquidade seja retirada do relatório.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos mais ou menos no meio da discussão e votação dos destaques. Todo o Brasil está acompanhando as manifestações e os votos dos Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas que aqui expressam conteúdos, fazem suas falas, e qualquer um de nós está sujeito às mais variadas críticas, como as que estão acontecendo agora em relação ao PSL e a Bolsonaro.

Nas redes sociais, sobretudo naquelas que estão sendo feitas pelas forças de segurança, os policiais estão os detonando — eles já nos detonaram também —, porque cometeram uma injustiça. Portanto, não têm que reclamar de que a rede social faz isso ou faz aquilo. Quem se elegeu com *fake news* foi Bolsonaro, não fomos nós. Portanto, reclamar que estão divulgando isso ou aquilo... Isso faz parte. Esse é o mundo digital de hoje, que atinge todos nós.

Esta reforma, Sr. Presidente, tem um elemento central. Ela tira direito daqueles mais frágeis. O destaque do PCdoB tenta impedir que seja reduzido o direito constitucional dos dois, o homem e a mulher, de receberem pensão por morte de forma integral.

Deputada Alice, eu tenho uma tia, a Isidora, que é minha madrinha e mora lá no sertão de Quixeramobim. Ela era casada com meu tio. O meu tio faleceu, e ela passou a receber a pensão integral, dois salários mínimos. D. Isidora, minha madrinha, que mora lá no Encantado, ela me ligou agora há pouco e disse: "*Meu Deus, como é que vai ficar daqui para frente?*" É claro que ela já está recebendo isso, já tem esse direito, mas os próximos não terão direito algum.

Deputado Samuel, é crueldade, é crueldade querer mexer na pensão por morte. Trata-se de uma bagatela, não vai resolver o problema da Previdência. V.Exa. deveria ter um pouco mais de sensibilidade, e esta Comissão, igualmente, porque tudo tem limite. Mexer nesse direito, reduzir para 60% do valor a pensão decorrente do falecimento de uma pessoa não é razoável. Isso é uma crueldade, uma perversidade.

Eu escuto aqui discursos em que se diz que o Brasil está na UTI e que temos problema de responsabilidade orçamentária. Por que não fazemos uma discussão séria a respeito de como enfrentar o problema do déficit da Previdência? Não é justo fazer isto com o País. É uma crueldade querer tirar 1 trilhão dos mais pobres, mexer no direito à aposentadoria rural, aprovar a MP 871. Agora estão criando dificuldades e remetendo para lei ordinária o valor da contribuição mensal. Estão retirando direitos que estão na nossa Constituição e estão constitucionalizando outros absurdos, como os benefícios não programados. Os benefícios não programados estão sendo constitucionalizados para se dizer que, agora, quem paga é o fundo de pensão, é o banco privado, o auxílio-doença. É um absurdo!

V.Exas. precisam se dar conta da tamanha crueldade que estão fazendo contra os mais pobres. Esta reforma não ataca privilégio. É interessante escutarmos de alguns que ela ataca. Os Deputados do Governo não conseguem apresentar um argumento para rebater as nossas argumentações.

Agora há pouco derrotaram o destaque do PSOL que arrecadaria 142 bilhões. E o pior é que não dizem o porquê. Fazem isso porque não têm argumento. Estão escondidos sob o manto da Nova Previdência, com essa história, com o papo-furado de que ela vai garantir aposentadorias futuras.

Esta reforma só vai impedir as aposentadorias do trabalhador rural, da trabalhadora rural — é o mundo da agricultura familiar —, da professora, que hoje se aposenta pelo tempo de contribuição, e agora vão juntá-lo com a idade, Deputado Samuel, estabelecer 57 para a mulher. Uma professora vai ter que passar 38 anos na sala de aula para ter direito à aposentadoria.

É por isso que esta reforma é perversa, é cruel. Fazemos um apelo. Pelo menos em relação a este destaque, sobre pensão por morte, V.Exas. tenham um pouco de sensibilidade, tenham alma, tenham coração, não lancem essa crueldade em cima daquele velhinho e daquela velhinha que se casam e têm direito ao duplo benefício, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

A palavra está com o Relator.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Nós estamos falando de novos cálculos de benefício de aposentadoria nesta reforma. Estamos falando de novos cálculos de pensão, de novos cálculos de acúmulo. Neste caso específico, o destaque está falando de pensão, e pensão não para quem já tem, só para quem, infelizmente, possa vir a ter.

Houve uma mudança na regra, e o mais interessante é que o cálculo, agora, pela primeira vez, considera os dependentes. O Brasil era um país que pagava pensão sem considerar se a pessoa tinha filhos, tinha dependentes. Com o novo cálculo, o que aconteceu? Com 50% mais 10% por dependente — é o novo cálculo —, trabalhou-se com a hipótese de haver um benefício da pensão menor que o salário mínimo. Foi assim que veio a PEC. Quem garantiu que haja uma renda de, no mínimo, um salário mínimo foi o nosso substitutivo, após a realização aqui de audiências públicas. Garantiu-se a esse grupo de dependentes, no mínimo, um salário mínimo. Isso foi, em relação à PEC, um avanço do substitutivo.

Este destaque passa a querer fazer uma interpretação como se isso não tivesse sido um avanço.

Nós estamos defendendo mais uma vez que, para que não haja a supressão, se vote "sim". A manutenção do texto que nós fizemos é a garantia de que, em caso de pensão, o grupo familiar de dependentes possa ter, no mínimo, uma renda de um salário mínimo, o grupo, o coletivo como um todo.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Mas é isso mesmo. É uma pensão só. É isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Trata-se de destaque para votação em separado. Portanto, quem vota "sim"...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Portanto, quem vota "sim"...

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Se não querem fazer a reforma, tudo bem.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Está fazendo-a em cima dos mais fracos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos lá, vamos lá.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Estou garantindo um salário mínimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Trata-se de destaque para votação em separado. Portanto, quem vota "sim" aprova a matéria destacada.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - No grito, não dá...

Trata-se de destaque para votação em separado. Portanto, quem vota "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator. Quem vota "não" rejeita a matéria destacada e altera o texto do Relator. O.k.?

Quem concordar com o destaque vota "não". Quem concordar com o Relator vota "sim".

Como vota o PT?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Os senhores que se dizem tão cristãos e tão devotos deviam ter compaixão. Vão fazer com que pessoas ganhem menos de um salário mínimo, coisa que a Constituição de 1988 já tinha proibido. Só vai ganhar um salário mínimo quem não tiver outra renda. Quem vender pastel, coxinha, quem trabalhar como empregada doméstica vai ganhar, se perder o marido, menos de um salário mínimo de pensão. Além de carregar a dor da perda da pessoa, vai ganhar menos.

E aqui nós não mentimos quando dissemos que eram homens brancos e ricos aprovando esta proposta, até porque os senhores apoiam um projeto que exatamente trouxe, na sua justificativa, que "*ricos tendem a se aposentar mais cedo, em geral com o valor médio de 2 mil e 231 reais*". Aqui, ninguém ganha menos de 2 mil e 231 reais, ganha dez vezes mais.

Estavam aqui na frente homens, sim — eu não vi mulher —, brancos e ricos. Não existe preconceito nem mentira nisso, apenas constatação dos fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, agora que eu fiquei rico, eu vou votar "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PP?

**O SR. GUILHERME DERRITE** (Bloco/PP - SP) - Presidente, o Progressista vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Não quero provocar briga nenhuma, só quero dizer que eu ganho o mesmo salário que a Deputada Gleisi Hoffmann ganha.

Então, é bom que se diga que, se há privilegiados, ela também é um deles. Não se pode aqui fazer-se de santinho e acusar os colegas.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu não voto contra os pobres.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada...

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - É bom sermos bem sinceros...

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu não voto contra os pobres.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Não dá para acusar os outros e dizer que a pessoa é santinha e que quem é contra os pobres...

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Eu não voto contra os pobres. Eu sei o que eu ganho. Por isso, eu voto com os pobres.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Gleisi, por favor.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Eu só queria dizer isso porque a Deputada Gleisi Hoffmann fica acusando os colegas, acusando os colegas, e ela ganha o mesmo salário que nós ganhamos aqui. Então, vamos...

(Não identificado) - E ganha muito mais, fora os extras.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - *Devagar com o andor, que o santo é de barro.*

Então, o PL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSD?

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente, o povo brasileiro sabe bem quem ficou rico na política. É "sim"!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSD vota "sim".

Como vota o MDB?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - O MDB vota "sim".

Gostaria de dizer também para a minha colega que eu estou me aposentando com 66 anos de idade, pelo Regime Geral de Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, este destaque, do PCdoB, é muito importante.

Caro Relator...

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vou pedir silêncio. Vou pedir silêncio. Vou pedir silêncio.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Caro Relator, V.Exa. nos pede o reconhecimento de que houve avanços em relação ao absurdo texto da PEC. Reconheço isso. V.Exa. melhorou o texto em relação à PEC, o que não quer dizer que o texto ficou bom.

V.Exa. acrescentou que só se pode chegar a esse valor do salário mínimo caso o beneficiário não tenha nenhuma outra fonte de renda. Ora, essa é uma condição absurda! Por quê? Nós estamos falando de alguém que já está numa faixa de renda muito baixa, estamos exigindo o mínimo do mínimo, que é o salário mínimo. É por isso que nós discordamos. Não achamos que se possa cobrar, por exemplo, de uma mulher, uma viúva, uma senhora que tenha, como referência, valor...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como orienta o PSB, Deputada?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - É óbvio que o PSB, Sr. Presidente, orienta "não". Eu estou fundamentando essa orientação e discordando do argumento que foi pela metade apresentado pelo Sr. Relator. Ele não disse o custo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Quem concluir o pronunciamento tem que desligar o microfone, senão o microfone do próximo orador não é ligado.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PRB vota "sim".

Como vota o PSDB?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSDB vota "sim".

Como vota o DEM?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O DEM vota "sim".

Como vota o PDT, Deputado Fábio Henrique?

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, esta Comissão já teve oportunidade hoje de votar contra os policiais; já teve oportunidade de votar contra as professoras e os professores; agora vota contra os aposentados, os idosos, os velhinhos e as velhinhas. Seria interessante que houvesse uma análise de mérito. É como se aqui fosse estabelecido o seguinte: *"Nenhum destaque pode ser aprovado, seja ele qual for, sem que se analise o mérito"*.

Presidente, vamos condenar uma pessoa a ganhar menos do que um salário mínimo? Será que alguém vai dizer que é privilégio pagar um salário mínimo?

Portanto, o PDT vota "não". *(Palmas.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Ordem para o Presidente agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira, eu procuro não receber ordem nem da Oposição nem do Governo. Tem sido assim desde o início e não vai mudar na reta final.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Estou dizendo que estão tentando lhe dar ordens.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - E eu estou dizendo apenas que, se alguém está tentando, da Oposição ou do Governo, não vai conseguir.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - A Oposição não está tentando...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Já fez a orientação o PRB, o PSDB, o DEM, o PDT.

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota "sim".

Como vota o Podemos?

**O SR. DIEGO GARCIA** (PODE - PR) - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Podemos vota "sim".

Como vota o PSOL, Deputada Sâmia? *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PP vota "sim".

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Presidente, o PSOL encaminha "não", porque é inadmissível impormos aos trabalhadores do País, especialmente num momento de profunda tristeza, quando perdem algum ente querido, que o valor da pensão deles vai ser menor do que um salário mínimo se qualquer um dos dependentes tiver alguma fonte de renda.

Veja, no caso de uma senhora que faz faxina, que tem um quartinho no fundo de casa e o aluga de forma temporária para ter alguma fonte de renda, e se há trabalho intermitente, essa renda, independentemente de qual for, é contada como critério para que ela receba menos de um salário mínimo de pensão, após a morte do marido. Isso é absolutamente cruel, é inadmissível.

Tenho certeza de que os Deputados que estão votando em bloco não têm noção do que estão votando ou simplesmente detestam as viúvas deste País, que agora vão ter as suas pensões cortadas. Se é para combater privilégios, por que dar menos de um salário mínimo como pensão para viúvas num momento tão difícil da vida delas?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

O PP vota "não".

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Presidente, quando o PCdoB optou por este destaque, optou com a clareza de que não podemos tratar sem imersão uma questão tão singela, tão sensível e deixar passar a regra talvez mais cruel de toda a reforma. Se uma viúva, com sua prole, realiza um trabalho intermitente, aluga um cômodo da casa, tem algum tipo de possibilidade de arrecadação, terá a sua renda de pensão reduzida a 50% e contará com mais 10% por filho, até que o filho se torne maior de idade. Não é que esteja empregado.

Na verdade, isso atinge de maneira brutal os mais pobres, os órfãos, os viúvos, famílias desprotegidas e socialmente sensíveis. Por isso, eu peço o apoio desta Comissão. Essa questão não tirará potência fiscal da reforma e lhe fará menos injusta.

O PCdoB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC?

**O SR. PAULO EDUARDO MARTINS** (PSC - PR) - "Sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSC vota "sim".

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O NOVO vota "sim".

Como vota o Avante?

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Avante vota "sim".

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - "Sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Patriota vota "sim".

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "não", por entender que existe um problema em relação a essa regra. Precisamos fazer o País avançar e não retroceder quanto a direitos. Eu considero que isso penaliza pessoas. Após o sofrimento pela perda de alguém com quem convive, passam a viver na dependência de outros, não conseguirão, muitas vezes, nem comprar um remédio, tampouco ter uma alimentação de qualidade. Às vezes, a pensão é o complemento de uma renda. Essa regra seria cruel, penalizaria essas pessoas.

Por essa razão, a REDE vai indicar o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A REDE vota "não".

Como vota a Maioria?

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Presidente, a Maioria vota "sim".

Eu queria encaminhar a V.Exa. um comunicado com a assinatura de 14 partidos que compõem a Maioria, para que as demais orientações dos destaques sejam feitas a partir da orientação da Maioria, à exceção do Partido Novo, de dois destaques apenas, o Destaque nº 129 e o Destaque nº 142. Inclui também o Governo nessa orientação coletiva. Encaminho então esse comunicado a V.Exa.

*(Intervenção fora do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou autorizar a apresentação da questão de ordem. Deixe-me apenas fazer a conclusão da fase de encaminhamento. Vou abrir a votação e permitir a questão de ordem.

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, eu queria fazer aqui um apelo a esta Comissão, particularmente às Deputadas desta Comissão, inclusive a Deputada do Avante. Nós estamos discutindo aqui a pensão por morte, que alcança, na grande maioria, mulheres. No caso das rurais, 100% ganham um salário mínimo; no das urbanas, vão, com esta proposta, ganhar em média 600 reais. O que o Relator informou aqui não é a total verdade desse texto. O que esse texto diz é que só será pago um salário mínimo se a beneficiária e seus dependentes não tiverem outra fonte de renda. Ampliou-se. Basta que alguém da família tenha outra fonte, seja qual for — já citaram aqui a venda de qualquer produto na rua, o aluguel de um cômodo da casa —, e a pessoa perde a possibilidade de ganhar um salário mínimo.

Isso está indo para a Constituição! Pensão por morte abaixo de um salário mínimo! Por favor — faço um apelo! —, esta Comissão não pode ser tão insensível que não aprove pelo menos a supressão deste item, a respeito de pensão com valor abaixo de um salário mínimo. Isso é um absurdo para a sociedade brasileira!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - É óbvio que a Minoria vota "não" e mostra que a economia deste Governo continua em cima de pensão, abono...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "não".

Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, faço com muito respeito um apelo aos colegas, para que entendam a nossa preocupação. Faço uma suposição. Um trabalhador que hoje ganha dois salários mínimos, 1.996 reais, ele perde, primeiro, o abono do PIS. Segundo, se ele tiver 20 anos de contribuição e for casado com uma pessoa que ganha um salário mínimo, esse trabalhador perderá, na sua aposentadoria, 40%. O seu salário cairá para 1.077 reais, levando-se em consideração que também é aplicado a ele o novo cálculo salarial sobre os 100% das contribuições. Se esse trabalhador, ganhando 1.077 reais, vier a faltar, a pensão cairá mais 40%. Ele deixaria de pensão 646 reais. Como há o acúmulo, aplicam-se sobre isso mais 20%, restando uma pensão de 517 reais, se o seu cônjuge tiver outra aposentadoria. É impossível.

Presidente, nós orientamos o voto "não".

Faço esse apelo aos Deputados, porque se trata apenas de uma correção relativa à pensão das pessoas mais simples.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Eu quero fazer um esclarecimento, porque acho até que se misturou um pouco a questão de acúmulo — não quero polemizar — de pensão e pensão. Pensão tem uma regra para todo mundo: 50% mais 10% por dependente. Essa é a nova regra para pensão. Para se assegurar que ninguém receba menos que um salário mínimo, caso se aplique essa regra para alguém que ganha um salário mínimo, nós estamos garantindo que essa pessoa receba um salário mínimo, se ela não tiver outra renda. Se ela tiver, vai receber, conforme a regra para todo mundo, o que ela já tem, que já é dela, e passa a receber de acordo com a regra, como todo mundo. Agora, se ela não tem até um salário mínimo, vai-se garantir um salário mínimo. Fomos nós que colocamos isso. Isso não estava na PEC.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Parabéns, Relator, V.Exa. melhorou o texto...

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Nós é que estabelecemos essa garantia aqui, após ouvir as manifestações nas audiências públicas. Eu só queria fazer um esclarecimento.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Relator, V.Exa. melhorou o texto. É verdade isso. V.Exa. melhorou o texto, Relator, mas ainda é muito ruim.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Em votação.

Como encaminha o Governo?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - E a pensão vai ser de 500 reais.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Eu estou com a palavra.

No Brasil se gastam, caros colegas, 300 bilhões de reais em pensão, entre Municípios, Estados e União. Há acúmulos disseminados. É incrível o que existe de esquema de pensão.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Fale dos rurais do seu Estado.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Quer dizer, vamos manter isso. Quem já tem...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Fale das rurais do seu Estado, Deputado...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Doutora, V.Exa. é a Eva Perón...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Fale das mulheres...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - V.Exa. quer ser a Eva Perón. *(Risos.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Eu posso ser, com todo o orgulho.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Então, as pessoas acham...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Com todo o orgulho, eu seria. Seria.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Se nós julgarmos o que é verdade, se dissermos aquilo com que concordamos e aquilo de que discordamos em relação ao que disser o outro, não vamos ter nunca... Nós temos aqui verdades diferentes. Vamos avançar.

Deputado Perondi, está garantida a palavra a V.Exa.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Nós estamos fazendo uma correção. Não vamos tirar de quem tem. E vamos disciplinar! Não existe dinheiro que chegue para isso! Só a Oposição é que acha que o dinheiro cai do céu, que quer dar tudo. Quer dar tudo, tudo, tudo, tudo, tudo. Coitadas das crianças, dos desempregados, etc.!

O Governo vota "sim".

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado.

O Governo vota "sim".

Em votação.

Abro o painel para a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali, que apresentará uma questão de ordem.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, a questão de ordem é sobre esse encaminhamento da Maioria, tem como base o art. 192, § 2º.

Diz esse parágrafo que *"cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar Deputado para fazê-lo em nome da Liderança, pelo tempo não excedente a um minuto"*. Portanto, os Deputados que assinam esse documento têm, no mínimo, que estar indicados pelo seu Líder formalmente.

Em segundo lugar, Presidente, não tem sido a norma desta Comissão deixar de fazer a chamada nominal dos partidos. E não foi a norma desde o início desta reunião. O Presidente inclusive disse: *"Farei a chamada nominal dos partidos"*. Senão fica muito claro que aqui não adianta debater destaque, porque a orientação é que não se aprove nada. Isso não é correto no debate político. Além disso, a orientação não é obrigatória. Só orienta quem quiser.

Portanto, tem que se fazer a chamada nominal dos partidos. Cada partido orienta se quiser. Se quer ganhar tempo, não orienta, não é obrigado a fazer isso.

Um documento como esse atropela o processo, nega o debate, coloca todos os destaques no mesmo bolo, como se nenhum deles pudesse ser aprovado, não se valoriza o debate e o argumento de quem destaca, que pode convencer algum Parlamentar aqui. Isso é, no mínimo, desrespeitoso com quem argumenta, com quem destaca, com os autores dos destaques, com aqueles que tentam convencer um Deputado a aprovar também o destaque. Isso, além de ser antirregimental, não representa a praxe desta Comissão.

Quem quer acelerar não oriente. É um direito seu. Se o Deputado não tiver sido indicado formalmente pelo seu Líder, esse documento não tem valor, segundo o art. 192, § 2º, do Regimento, Presidente.

**(Não identificado)** - Questão de ordem, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Espere um pouquinho. Eu vou responder primeiro a questão de ordem da Deputada Jandira.

Deputada Jandira, a Casa já enfrentou essa questão e a respondeu na Questão de Ordem nº 295, de 2017, que permite a orientação coletiva. A despeito disso, vou acatar a questão de ordem de V.Exa. Vou listar todos os partidos, e a Maioria dá a sua orientação. Está acatada a questão de ordem de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado...

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - E a contradita?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não há contradita. Está acatada a questão de ordem.

Tem a palavra o Deputado Molon.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu não estou acatando o requerimento. Estou indeferindo o requerimento e acatando a questão de ordem da Deputada Jandira. Eu vou listar, e a Maioria dá a orientação.

Tem a palavra o Deputado Molon. *(Pausa.)*

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, veja bem, temos uma preocupação, e aqui me dirijo ao Relator, o Deputado Samuel. O texto diz que a pensão por morte vai garantir um salário mínimo, salvo se a viúva, o viúvo ou o dependente tiver outra renda. Mas aqui não há qualquer piso de renda. Então, por exemplo, se a viúva — ou o viúvo — tiver uma renda mensal de 50 reais, vai ganhar 60% do salário mínimo. Ela terá menos do que um salário mínimo. Se ela tiver uma renda de 10 reais ou de qualquer que seja o valor, ela não receberá o piso de um salário mínimo. Então, é falso dizer que está garantido o piso. Não está! Não está, porque não há qualquer piso de renda. Não está, Relator!

Se a pessoa ganha 50 reais por mês, o que acontece com ela?

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Vai ganhar a renda dela, a que vai se somar o salário mínimo.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - V.Exa. está querendo promover um debate agora de redação do texto. A redação do texto é essa.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Mas isso que V.Exa. quer fazer não está escrito, Deputado.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - V.Exa. está dizendo que não está escrito; eu estou dizendo que está. A sua intenção é a mesma que a minha. V.Exa. está dizendo que não está escrito, eu estou dizendo que está!

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Mas, então, onde no texto de V.Exa. isso está garantido?

Eu estou falando de boa-fé, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Falta alguém votar? *(Pausa.)*

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Por favor, se algum assessor do Relator puder...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - O que elas disseram? Por favor, diga ao microfone.

Relator, estamos tentando entender. Isso vai mexer com a vida de todo mundo. Todo mundo está com boa-fé. Não está garantido o piso do salário mínimo. Como é que está? Eu pergunto a V.Exa.: se alguém recebesse 50 reais, a viúva receberia quanto?

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Qual é o cálculo dela?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Digamos que ela tenha 60%; morreu o marido...

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Ela recebe 60%, mais os 50 reais e o restante da diferença do salário mínimo.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Não está escrito isso, não está escrito!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Ainda falta alguém votar? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Peço que se apurem os votos.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Foram 33 votos "sim"; 12 votos "não".

Fica mantido o texto original do Relator. Está aprovada a matéria destacada.

Em votação o Destaque nº 129, do NOVO. Votação do § 4º do art. 201, constante no art. 1º da PEC 6/2019, para inclusão no substitutivo, onde couber.

Deputado Vinicius Poit, V.Exa. tem 5 minutos para encaminhar. Está inscrita para contraditar a Deputada Perpétua Almeida. Como ela não está, eu passo a palavra a V.Exa.

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Presidente, obrigado pelas palavras.

Queria pedir a atenção dos meus colegas aqui. Nós temos um ponto importante, gente: a idade mínima foi constitucionalizada. Nós brigamos tanto para desconstitucionalizar várias coisas na CCJ, mas a idade mínima está constitucionalizada: 65 anos para homem e 62 anos para mulher.

Acontece que, no texto anterior, havia uma espécie de gatilho, porque obviamente, se Deus quiser, a sobrevida vai aumentar no Brasil. Queremos viver mais, viver com saúde. Hoje quem atinge 60 anos, 65 anos vive até os 80 anos; que viva até os 90 anos, até os 100 anos. Isso vai causar uma distorção no nosso sistema previdenciário. Antes havia um gatilho: conforme a sobrevida aumentava, a taxa da idade mínima também aumentava um pouquinho, proporcionalmente, para acompanhar a sobrevida, a fim de não termos que reformar a Previdência a cada 4 ou 5 anos só para mudar a idade mínima.

No relatório esse gatilho foi retirado. O destaque do NOVO é justamente para voltarmos ao texto original e mantermos o gatilho. Imaginem se, depois deste desgaste inteiro — desgaste por todos os partidos terem que estar aqui até esta hora discutindo, desgaste para explicar a reforma para a população, desgaste para escolher a idade mínima e argumentar isso —, tivermos que, daqui a 4 ou 5 anos, nos juntar de novo, fazer uma PEC, conseguir 308 votos, só para mudar a idade mínima que está na Constituição!

Acho que colocar o número da idade mínima na Constituição já foi um risco que tomamos — 65 anos para homem, 62 anos para mulher. Mas isso não pode ser eterno, porque a sobrevida vai aumentar. Então, eu queria fazer um apelo aos senhores para voltarmos ao texto original, que era um gatilho, para depois não termos que nos juntar e desgastar o Parlamentar, desgastar a Oposição, desgastar a Situação, desgastar a população, só para mudar a idade mínima.

Gostaria de firmar este destaque do NOVO. Com ele, não estou tomando lado nenhum, só estou querendo dar mais celeridade ao processo e evitar o desgaste dos próprios Parlamentares e da população, evitar que tenhamos que parar tudo de novo, estudar uma PEC, gastar dinheiro público e nosso tempo e ficar até esta hora aqui para passar somente a idade mínima, que é o que vai ocorrer se deixarmos isso no texto.

Fui repetitivo de propósito para explicar o destaque de modo que ele passe, pessoal.

Vou encerrar, para economizarmos um pouco de tempo e sermos eficientes. Já passamos a palavra para o encaminhamento do próximo orador.

Obrigado, Deputado Silvio.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra o Deputado Jorge Solla, para encaminhar contra.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Presidente, é interessante: já falaram aqui da crueldade dessa reforma da Previdência, mas, a cada vez que se discute um destaque, mostra-se ainda mais a face cruel do tratamento que vocês dão à população brasileira.

A expectativa de vida não cresceu na última década por acaso, mas porque na última década o salário mínimo foi valorizado, com ganho real; as campanhas de vacinação foram incrementadas e o Brasil passou a ter o maior programa de vacinação do mundo; a mortalidade infantil caiu; a mortalidade materna caiu; o Sistema Único de Saúde foi estendido à toda a população, um vez que a Presidenta Dilma colocou médicos para 60 milhões de brasileiros que nunca tinham tido antes um médico para chamar de seu; o acesso à informação, à educação, à comunicação aumentou; as mães passaram a ter mais acesso à educação neste País, e, com isso, reduziu-se a mortalidade infantil; houve um conjunto amplo de políticas públicas que valorizaram o salário, que botaram o dinheiro na mão das pessoas mais pobres, que deram suporte social, que deram assistência à saúde. Graças a isso, nós tivemos um crescimento na expectativa de vida.

O que vocês estão construindo não irá acelerar o aumento da expectativa de vida neste País, muito pelo contrário. Vocês estão aprovando que agora não só o salário mínimo possa se desvalorizar como as pessoas não precisem ganhar pelo menos

1 salário mínimo. A viúva não vai ter uma pensão de pelo menos 1 salário mínimo. Vocês estão cortando recursos na educação, na saúde, na assistência social, na Previdência. E querem completar essa perversidade garantindo que aumente ainda mais, sem parar, o tempo necessário para um trabalhador se aposentar.

Esse conjunto de políticas, que está destruindo e vai destruir ainda mais o tecido social, começou com a Emenda Constitucional nº 95, que pretende, por 20 anos... E não colocaram isso na Constituição só para tornar difícil que os outros Governos mudem, não; colocaram na Constituição para garantir que agora o direito à saúde, que é um direito de todos e dever do Estado, tenha que ser lido como um direito de todos e dever do Estado desde que se gaste menos do que se gastou no ano anterior. Vocês congelam por 20 anos os investimentos públicos, os recursos para as políticas públicas, e seguem o passo destruindo os direitos trabalhistas, acabando com férias, 13º salário, licença-maternidade, licença à saúde. Agora, a pedra de toque, a pá de cal, como foi chamada aqui, é destruir os direitos previdenciários de todas as formas.

E eu diria mais: não se contentaram só em cortar na Previdência. Vocês estão cortando abono salarial, que não é direito previdenciário. Não faz parte da legislação previdenciária, mas vocês estão cortando, tirando do pobre. Vocês estão cortando salário-família, que não é direito previdenciário. Estão cortando para tirar mais ainda do bolso do pobre. Vocês não se conformam. Em todas as áreas que podem estão tirando direitos da população.

E ainda querem garantir que haja um gatilho automático a ser reintroduzido. Isso que o Relator... Isso, uma das coisas que foram cortadas do projeto original, que era uma perversidade, querem botar de volta. Mas também, de um partido cuja meta é defender a elite econômica deste País, um partido cuja meta é ampliar ainda mais a capacidade de rapinagem dos grandes grupos econômicos neste País, um partido cuja meta é destruir a capacidade da população brasileira de ter uma vida melhor, não podia vir um destaque diferente desse que foi apresentado.

Agora, felizmente, eu tenho certeza de que essa proposta não vai prosperar. O Relator teve a capacidade de retirá-la. Espero contar com o apoio do Relator para que ela continue de fora. Não há por que repor esse texto. Ele se parece apenas com uma tentativa arbitrária daqueles que querem explorar a população brasileira e destruir cada vez mais sua capacidade de exercer os seus direitos.

Repito o que eu disse no começo: esta é mais uma crueldade que vocês querem fazer com o povo brasileiro. Mas, infelizmente, a representação do empresariado brasileiro não se preocupa com o seu povo, não; preocupa-se com a ganância em curto prazo, com a rapinagem. É isso que vocês querem mais uma vez fazer contra a população.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra Deputado Paulo Ganime. Depois, falará o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ) - Presidente, eu vou ser breve, porque o meu colega Deputado Vinicius Poit já defendeu muito bem este destaque. Diferentemente do que foi feito agora, eu não vou entrar no mérito do debate ideológico, partidário, porque este é um destaque muito bom, é um destaque técnico, que nada tem a ver com questões ideológicas, é um destaque que tenta trazer de volta para o texto algo que ele tinha de muito bom: a garantia, como foi bem falado pelo Deputado Poit, de que não precisaríamos, a cada período em que a sobrevida da população brasileira aumentasse, ter este debate, ou melhor, este embate que estamos tendo aqui nesta Casa.

É importante frisar que este destaque não tem impacto a curto prazo e, muito diferentemente do que foi dito agora pelo Deputado que falou antes de mim, tampouco vai prejudicar o trabalhador brasileiro ou os mais pobres, porque só irá ser modificada a idade mínima caso a expectativa de vida, ou de sobrevida, como muitos falam, aumente. Se nada for feito, se os próximos Governos — diferentemente daquele que, pelo visto, fez muito pelo Brasil — não conseguirem aumentar a sobrevida da população brasileira, aumentando a expectativa de vida, diminuindo a taxa de mortalidade infantil e tudo o mais, essa idade mínima não vai aumentar. Esse gatilho só será aplicado se, de fato, o povo brasileiro passar a viver cada vez mais.

Nós temos que lembrar o seguinte: Previdência serve para pagar a aposentadoria das pessoas quando elas não têm mais capacidade laboral. Quando acaba a capacidade laboral, as pessoas precisam de uma aposentadoria. Quando as pessoas passam a viver cada vez mais, elas recebem uma previdência, uma aposentadoria por mais tempo. O sistema atual não vai conseguir se manter, porque, se as pessoas vão viver mais tempo, contribuindo do mesmo jeito, ele vai quebrar.

O que queremos garantir é que os próximos Parlamentares, os Parlamentares que vão estar aqui nesta Casa daqui a 5 anos, 10 anos, 15 anos, 20 anos, não tenham o mesmo estresse, tampouco sejam atacados por aqueles Parlamentares que discordam da necessidade da reforma da Previdência por estarem defendendo o interesse das pessoas, porque eles não vão precisar discutir idade mínima. A idade mínima vai ser reajustada automaticamente se, e somente se, a população brasileira passar a viver cada vez mais. Então, é um índice técnico, não tem ideologia, não tem nada disso, não ataca o mais pobre, quer apenas fazer uma correção atuarial. Caso a população brasileira viva mais, é necessário, sim, que a aposentadoria se estenda, para que nós possamos garantir que o sistema previdenciário seja sustentável.

Eu faço um apelo a todos os Deputados que vão votar aqui agora para que eles entendam a importância desta emenda, a importância deste destaque, porque este destaque, que estava no texto original, é muito importante para garantir a perenidade no longo prazo da Previdência brasileira, principalmente enquanto estivermos no modelo de repartição.

Então, Presidente, faço um apelo, mais uma vez, aos Srs. Deputados que vão votar: entendam bem o que isto quer dizer. Não impacta nenhuma categoria, não impacta nada no curto prazo, não vai impactar ninguém que está aqui agora, no atual mandato. É algo para garantir o futuro do Brasil, e não haverá nenhum impacto de imediato. Como nós pensamos no futuro do Brasil, nós fizemos esse destaque, e nós vamos, sim, tentar garantir que o texto desse destaque volte ao texto da reforma da Previdência.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT - SP) - Presidente, posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT - SP) - Presidente, antes de se começar a contar o tempo, pediria silêncio ao Plenário.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aqui fazer um diálogo com os Deputados Vinicius Poit e Paulo Ganime, Deputados que disseram que estão fazendo uma abordagem técnica, atuarial. Mas eu quero demonstrar que a técnica não está desvinculada da política.

O que nós estamos discutindo aqui? Idade mínima. Qual é a idade mínima que foi estabelecida nesta reforma feita pelo Governo Bolsonaro, cujo Relator é do PSDB? Ela estabeleceu 65 anos para a aposentadoria de homens. Expectativa de vida não é igual para todos os brasileiros. Os brasileiros que estão no topo da pirâmide social vivem mais; os brasileiros que estão na base da pirâmide social vivem menos. Qual é a expectativa de vida no Maranhão? Sessenta e cinco anos. Portanto, lá no Maranhão muitos brasileiros não ascenderão à aposentadoria.

O que nós temos aqui no Brasil? Em certas classes sociais, as pessoas vivem mais; em certas classes sociais, as pessoas vivem menos. Ao estabelecer a idade mínima de 65 anos, como faremos com aqueles brasileiros que começam a trabalhar com 12 anos, com 13 anos, com 14 anos, porque estão na base da pirâmide? Quem está no topo da pirâmide começa a trabalhar com 26 anos, com 27 anos, com 28 anos, mas quem está na base da pirâmide começa a trabalhar com 12 anos, 13 anos, 14 anos, para ajudar na renda familiar.

Portanto, ao estabelecer uma idade mínima que vá além dos 65 anos, aumentando à medida que cresce a expectativa de vida, vocês estão impondo um sacrifício mais duro aos mais pobres. Técnica e política não têm, na sua visão, nada a ver. Aqui, têm, sim. Aqui têm, porque essa idade mínima de 65 anos já vai ser muito dura com os mais pobres.

Vejam, Deputados, aquele que trabalha no escritório e começa a trabalhar com 26 anos não deveria ter o mesmo tratamento daquele que começa a trabalhar com 12 anos de idade e trabalha embaixo de sol ou carregando peso. São realidades distintas. O Brasil da Zona Sul de São Paulo, do Rio e de Minas, o Brasil de Belo Horizonte, da cidade do Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo, não é o mesmo Brasil da periferia do Rio, de São Paulo e de Minas. O Brasil do "Sul Maravilha", onde muitos não conhecem o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, não é o mesmo Brasil dos fundões, dos rincões do Brasil profundo.

Portanto, estabelecer a idade mínima de 65 anos já é uma crueldade, mas o gatilho é a crueldade exacerbada e um erro profundo. Por quê? A idade mínima vai levar aqueles que começam a trabalhar com 12 anos a trabalhar até os 65 anos. V.Exas. querem um gatilho que faz com que a idade mínima, à medida que aumenta a expectativa de vida, vá para 66 anos, 67 anos, e com que um segmento da sociedade — o que vive menos, o que começa mais cedo a trabalhar ou o que trabalha pesado — trabalhe por mais tempo. Aqueles que nascem no topo da pirâmide social brasileira começam a trabalhar com 26 anos e trabalham em ambiente com carpete, com ar-condicionado. O filho do povo brasileiro mais pobre começa com 12 anos, trabalha debaixo de sol, carrega peso a vida inteira e tem problemas de saúde seríssimos no final da vida.

Nesse item, já valia a crueldade da idade mínima de 65 anos, mas agora querem estabelecer um gatilho como se nós estivéssemos na Europa, e nós não estamos. Nós estamos no Brasil, um país desigual, em que 5% da população têm a mesma renda que os 95% da população que estão na parte baixa da pirâmide social. Isso está errado.

Somos contra esse destaque do NOVO.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Passo a palavra para o Relator Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Quero só falar um pouco desse destaque.

Essa desconstitucionalização é uma questão que foi levantada em conjunto pela maioria dos Líderes. Os Líderes, em sua maioria, pediram que se tivesse o cuidado no relatório de manter determinados assuntos na Constituição, não fazer a desconstitucionalização deles, e este é um desses temas.

Em que pese o mérito do destaque — e eu concordo com o mérito —, eu quero fazer um encaminhamento no sentido de que nós não votemos pelo destaque. Por quê? Porque o objetivo foi manter... Mais uma vez eu registro que, como fui eu, até discordando do mérito, que retirei isso da PEC a pedido dos Líderes, evidentemente não é adequado que eu, como Relator, recoloque isso. Havia inclusive alguns trechos que os Líderes queriam retirar e eu pedi que fossem mantidos, porque eu não me sentia confortável em retirá-los. Eles farão o destaque, e eu vou procurar manter. Neste caso, eu estou procurando evitar que esse destaque passe e que o gatilho volte.

Então, para cumprir esse acordo, eu quero me colocar contra o destaque. Como esse tema do gatilho fui eu mesmo que retirei, como Relator, dentro de um acordo com os Líderes de vários partidos, coerentemente estou aqui para pedir que ele não retorne, em nome do conjunto desse acordo.

Por isso, eu vou encaminhar o voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Anúncio de votação.

Destaque de parte de proposição — portanto, quem votar "sim" altera o texto do Relator e aprova o texto destacado, e quem votar "não" mantém o texto do Relator.

Orientação de bancada.

Como vota o PT, Deputado Paulo Teixeira?

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT - SP) - Presidente, o PT vota "não".

Estabelecer na Constituição idade mínima de 65 anos para homens e de 62 anos para a mulher já é uma crueldade, porque vai afetar duramente os mais pobres, quem começa a trabalhar com 12 anos, 13 anos, 14 anos. Isso é uma crueldade! Querer estabelecer um gatilho para que, cada vez que aumente a expectativa de vida, aumente a idade mínima é ser duplamente cruel com os mais pobres.

Desconstitucionalizar é tirar garantias. Pelo menos para alterar a Constituição o quórum é mais alto: 308 votos. Tirar da Constituição isto vai facilitar sua alteração e vai prejudicar os mais pobres. É uma visão equivocada, politicamente equivocada.

Esse cálculo vale para a Europa, não vale para o Brasil. Devemos ser contra esse destaque do NOVO.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Pela Maioria, representando o PSL, o PP, o PL, o PSD, o PMDB, o PRB, o PSDB, o DEM, o Solidariedade, o PTB, o Podemos, o PROS, o PSC, o Avante e o Governo, tem a palavra o Deputado Marcelo Ramos. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Ramos, peço a V.Exa. que siga o Regimento e use o seu 1 minuto.

**O SR. MARCELO RAMOS** (PL - AM) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos no processo de votação de uma matéria absolutamente sensível, e tudo que nós construímos até aqui foi fruto de um acordo. Esse acordo tem a ver com a retirada de partes relativas ao BPC, aos trabalhadores rurais, à capitalização, à desconstitucionalização. E nós precisamos manter os princípios desse acordo para que não criemos tensão ao final da apreciação da matéria aqui, antes de levá-la ao plenário.

Então, em nome disso e em meu nome pessoal, eu quero fazer aos partidos que compõem a Maioria, para não se criar instabilidade no decorrer da votação da matéria, um apelo no sentido de que o destaque seja rejeitado e seja mantido o voto do Relator.

Eu respeito a posição do NOVO e, no mérito — no mérito —, até tenho simpatia por ela, mas entendo que com isso nós vamos criar um risco de procedimento no decorrer da matéria. Faço este apelo aos Deputados da base, da Maioria.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - A Maioria vota "não".

Como vota o PSB, Deputado Heitor Schuch?

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o nosso Presidente por essa atitude e pela compreensão de votar "não" a essa questão, o que é fundamental.

Parabenizo também o Deputado Samuel, nosso Relator, que teve essa compreensão e essa sensibilidade.

Eu até entendo os meninos, como eu gosto de chamar os Deputados do NOVO, que são todos novos. Mas nós não moramos no Japão nem na Alemanha. Nós moramos no Brasil. Imagine um agricultor familiar, lá no meio da roça, sem salário,

sem 13º salário, sem contracheque, sem nada! Criar gatilho para o homem e para a mulher, para o trabalhador da cidade, da loja, para o varredor de rua? Como vai se dar isso, gente? Eles não se aposentam mais! Vai haver gente que vai pegar o revólver e puxar o gatilho na cabeça. Vamos parar com isso! Vamos ter os pés no chão! Só falta propor terminar com a Previdência Social.

Votamos "não". É impossível aceitar esse tipo de coisa. Por favor, vamos discutir isso na altura e na relação social que tem o povo brasileiro.

Parabéns à Situação, à Maioria e também à Oposição pela atitude.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PDT, Deputado Paulo Ramos?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que esta reforma da Previdência, este crime, faz com que seja revogada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo que diz: *"Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante"*. Eu tenho impressão de que estão submetendo o povo brasileiro, a classe trabalhadora e os servidores públicos a essa situação.

Já há condenação perversa em relação à pensão. Agora, vejam bem o que diz o texto e a maldição nele contida, que o "Velho" pretende recuperar: *"A lei complementar (...) estabelecerá os critérios pelos quais a idade mínima será majorada quando houver aumento na expectativa de sobrevida da população"*. E se diminuir a expectativa de vida? A expectativa de vida...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Mas isso não está dito aqui, não. Não está, não! Só há referência ao aumento da expectativa de vida.

Vocês são tão *(expressão retirada por determinação da Presidência)* que vocês confessam aquilo que vocês pretendem e querem agora escamotear! São *(expressão retirada por determinação da Presidência)*, sim! São *(expressão retirada por determinação da Presidência)*!

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PSOL?

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Paulo Ramos, como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - O PDT diz: *"Sê (expressão retirada por determinação da Presidência) e sozinho na terra; pois que a tanta vileza chegaste, que em presença da morte choraste"*. Vocês estão diante da morte dos trabalhadores. *(Expressão retirada por determinação da Presidência)* de trabalhadores!

O PDT vota "não".

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Paulo Ramos...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Paulo Ramos, eu quero fazer um registro: eu vou solicitar a retirada das menções às palavras "maldito" e "assassino" das notas taquigráficas. Faço esse registro.

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. pode retirar as expressões, mas contra a minha vontade. Quem está votando a favor dessa reforma da Previdência está contribuindo para a morte de muitos trabalhadores.

O PDT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra a Deputada Luiza Erundina, para a orientação do PSOL.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Darci, Deputado Paulo Ramos, Deputados e Deputadas, a Deputada Luiza Erundina está fazendo a orientação pelo PSOL.

Tem a palavra V.Exa., Deputada.



**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Presidente, o PSOL orienta o voto "não".

Eu fico muito assustada ao perceber o grau de perversidade. A cada ponto que se aborda aqui, há um grau maior de sadismo, de crueldade e de absoluta insensibilidade.

Não dá para aceitar os argumentos que se colocam aqui. Não se trata de seguir a lógica de Maioria e Minoria, de Oposição e Governo. Não há nada disso aqui. Nós estamos tratando da vida real das pessoas, das pessoas pobres, das pessoas que não têm proteção, das pessoas vulneráveis.

Eu fico a me perguntar, Presidente, como será que vai chegar a essas pessoas a verdade sobre isso. Eu não posso imaginar o susto, o grau de aflição que essas pessoas vão sofrer ao se depararem com esse grau de perversidade e crueldade, de destruição dos seus direitos mínimos de existência.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada, conclua.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Portanto, o nosso voto é "não".

E faço um apelo não só ao Relator, mas aos que têm reiteradamente mantido essas maldades, para que reflitam, sejam mais sensíveis, sejam razoáveis, porque isto é algo realmente muito grave.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputados, eu sei que todos estão cansados, mas este não é o ambiente para se estar com esse questionamento.

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal, para a orientação do PCdoB.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro eu quero parabenizar o Deputado Marcelo Ramos, Presidente desta Comissão, que percebeu, não somente pelo fato de ter havido um acordo de uma parte do processo político em debate na reforma da Previdência, mas pela circunstância, que essa proposta é completamente imprópria, primeiro por causa da expectativa de vida.

O IBGE está sendo desmontado. Companheiros jovens do NOVO, independentemente das divergências, como é que nós, com vários Brasis, vamos estabelecer essa expectativa de vida? Nós teremos muita imprecisão. A definição desse gatilho levará, inexoravelmente, a um processo de ampliação da perspectiva de trabalho das pessoas e, talvez, à impropriedade desse cálculo. Nós não vamos querer que o cálculo seja feito tirando um pedaço do fêmur para análise óssea, na perspectiva genética da manutenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada, conclua.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Vou concluir, Presidente — e peço silêncio, inclusive —, dizendo que agora o Presidente Bolsonaro defendeu o trabalho infantil. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada, como vota?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Ele defendeu o trabalho infantil. E nós aqui não vamos ampliar o trabalho para a velhice.

O PCdoB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO, Deputado Marcel?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu não posso deixar de registrar até uma certa satisfação, não pela balbúrdia...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado, já foi superada essa questão em relação ao Deputado Paulo.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - O que eu tenho a falar não tem nada a ver com o Deputado Paulo, Sr. Presidente. Se eu puder falar com tranquilidade, eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Obrigado.

Eu não posso deixar de registrar certa satisfação por perceber que a proposta do NOVO gerou certa polêmica e a compreensão por muitos Deputados que aqui estão daquilo que é uma regra da vida. Em todos os acordos, no momento

em que chegamos aos fatos, existem certos pontos que não foram antevistos. E este é um ponto que, nitidamente, mexe com muitos Deputados que querem que a idade mínima seja até certo ponto desconstitucionalizada apenas para garantir que este Plenário da Câmara não precise várias vezes votar de novo algo que já está sendo decidido hoje, aqui.

Portanto, aqueles que querem votar com sua consciência... Inclusive, ouvi de alguns Líderes que fizeram o acordo que eles são favoráveis a essa proposta e eventualmente poderão votar de acordo com sua consciência. Se este ponto não passar aqui, que passe depois no plenário e que esse acordo, neste ponto, possa ser revisto. Esse é o apelo que o Partido Novo faz. Nós não fizemos a proposta com qualquer intenção de tumultuar o meio de campo — peço tempo para concluir, Sr. Presidente, até porque os outros tiveram tolerância de 1 minuto a mais. Nós não tivemos nenhum interesse em tumultuar o meio de campo. Não participamos do acordo, muito menos... Aliás, neste ponto, não; em outros pontos... O Relator é testemunha. Nós estamos aqui para contribuir. Nós entendemos que esta é uma alteração positiva. Outros Deputados já disseram que vão votar conosco. Tomara que a nossa orientação seja seguida, sim, pela maioria e, se esse não for o caso, que no plenário possamos reinserir essa proposta, que é muito boa para o Brasil e para a nova Previdência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Está feito o esclarecimento. O NOVO vota "sim".

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PV, Deputado Professor Israel Batista?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, o acordo realmente tem que ser preservado. Votamos "não", porque não podemos desconsiderar as diferenças de qualidade de vida das diferentes regiões do País. Não podemos generalizar esse cálculo neste momento. Podemos pensar em uma maneira mais inteligente de fazer isso, talvez por regiões.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Presidente, a REDE também vai orientar "não", porque nós entendemos que existem realidades muito diferentes no nosso Brasil. As regiões têm diferentes expectativas de vida. O nosso Brasil precisa melhorar muito em qualidade de vida. O meio ambiente, a condição alimentar, o acesso aos direitos sociais, tudo isso desequilibra muito a vida das pessoas.

Na semana passada, estive aqui um indígena com 100 anos de idade, mas isso não é regra, é exceção. Os povos indígenas têm suas vidas cada vez mais ameaçadas e sua expectativa de vida cada vez mais reduzida. Então, nós não podemos aplicar isso como regra.

Por essa razão, a REDE vai orientar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - A REDE orienta "não".

Como vota a Minoria, Deputada Lídice da Mata? V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, eu quero saudar o texto do Relator como o melhor texto.

Veja bem, nós estamos discutindo conceitos diversos: uma coisa é expectativa de vida; outra coisa é expectativa de vida saudável. O fato de a pessoa viver mais não quer dizer que ela possa continuar sendo inserida no mercado de trabalho ou que ela não esteja numa condição de enfermidade que lhe impeça a continuidade no trabalho.

Além do mais, Sr. Presidente, lembra esta proposta aquela imagem de um cavaleiro com uma cenoura na testa puxando uma charrete: ele corre o tempo todo atrás da cenoura, que nunca alcançará. É assim que ficará o trabalhador brasileiro: o tempo todo tentando chegar a uma nova idade mínima para a aposentadoria, sendo que lhe será imposta uma nova meta a ser alcançada.

Votamos "não" a essa crueldade com o trabalhador. Nós já estamos mexendo demais no andar de baixo com essa Previdência. Vamos preservar, no mínimo, a idade mínima que se conseguiu colocar na Constituição.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Como vota a Oposição? Para orientar, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - A Oposição orienta "não", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - A Oposição orienta "não".

Vamos iniciar o processo de votação.

Solicito a V.Exas. que tomem os seus lugares, para iniciarmos o processo de votação através do sistema eletrônico. Vamos seguir o roteiro que tem sido adotado desde o primeiro momento para a votação eletrônica.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, existem dois conceitos que eu vejo aqui que o pessoal não pega e não precisa saber. Existe a expectativa de vida quando se nasce e quando se morre — a da mulher é de 79 anos, e a do homem é de 72 — e existe a expectativa de sobrevida, que é outro conceito, que vale no direito previdenciário e na ciência demográfica.

Quando é que as pessoas morrem mais no Brasil? As pessoas morrem mais no Brasil dos 0 aos 5 anos — eu sou pediatra e sei que criança é mais frágil — e também na juventude, devido à violência e às drogas, dos 15 aos 29 anos. É aí que há o pico.

Passado esse período, a expectativa de sobrevida do nordestino — eu não acreditei, mas é verdade isto, sei porque fui estudar — é de 82,5 anos; a do brasileiro de modo geral é de 84 anos e a do sulista, de 85 anos. Então, por isso, a idade... E isso não é no Japão, caro Deputado Heitor Schuch. Ali na Argentina, os colonos que produzem fumo são pais dos gaúchos que produzem fumo.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado, é para concluir.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Muito obrigado. Só queria colocar isso para a turma pensar um pouquinho, para a turma pensar um pouquinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Está encerrada a votação.

A Deputada Jandira Feghali havia pedido a palavra. Depois da Deputada Jandira Feghali, eu vou encerrar, para ouvir o Deputado Pedro Paulo.

Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, primeiro quero apenas registrar que eu fiquei muito lisonjeada quando o Deputado disse que eu queria ser a Eva Peron. Se ele achou que estava me xingando, quero dizer que eu fiquei muito orgulhosa, porque acho que, de fato, ela é uma referência.

Segundo, Presidente, eu pedi o tempo apenas para informar...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Deputada Alice, só um minutinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Alice...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Eu pedi o tempo apenas para informar, ou para preparar os espíritos, ou para provocar a curiosidade, ou para que a ficha caia, ou para as pessoas ficarem mais antenadas em relação a esta capa da *Veja*, que vai sair hoje, à meia-noite.

Hoje, à meia-noite, vai sair a capa da *Veja* com esta manchete: *Justiça com as próprias mãos: diálogos inéditos mostram que Sergio Moro cometeu irregularidades, desequilibrando a balança em favor da acusação.*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Jandira...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Jandira...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Só para informar que hoje, à meia-noite, ela vai começar a rodar. Vai cair a ficha. Vai cair a ficha. É só para os senhores olharem e ficarem felizes.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputada Jandira, vamos encerrar a votação.

Tem a palavra o Deputado Lucas Vergílio, para encerrarmos a votação.

O Ministro Moro não faz parte do destaque.

Tem a palavra o Deputado Lucas Vergílio.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. LUCAS VERGÍLIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, é só para fazer constar que eu sou favorável ao mérito deste destaque do Novo. Para cumprir o acordo, eu votei "não", mas, no mérito, eu sou favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Está encerrada a votação.

Vamos à leitura dos votos.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Resultado final da votação: "sim", 5; "não", 41; "abstenção", 0. Total: 46.

Rejeitado o texto destacado.

Fica mantido o texto do Relator Samuel Moreira.

Vamos ao Destaque nº 49.

Votação da Emenda nº 28.

Se aprovada a emenda, ficam suprimidos os §§ 9º e 10º do art. 4º do Substitutivo.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Fábio Henrique.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, este destaque, apresentado pelo PDT através do nosso Líder André Figueiredo, é uma demonstração clara de que o nosso partido está aqui para colaborar, para contribuir e para apresentar sugestões à reforma da Previdência. Ele trata de regra de transição.

O Destaque nº 49, especificamente, é para o servidor público. Nós vamos ter um outro destaque que vai ser para o Regime Geral de Previdência.

Sr. Presidente, o servidor público, infelizmente, está sendo tratado — não digo por esta Casa, mas de uma forma geral —, está sendo demonizado, como se fosse o grande culpado por todos os problemas que ocorrem no Brasil. A regra do Deputado Samuel Moreira melhorou, porque ela criou mais uma forma de transição com o pedágio de 100%. Mas o que a emenda do PDT propõe?

Eu queria pedir a atenção dos colegas Deputados, porque esta é uma forma de tentar contribuir. O que é que o destaque do PT propõe? Propõe que nas regras atuais se crie uma regra de transição com pedágio. Portanto, o servidor público estaria dando a sua contribuição, mas, em vez de um pedágio de 100%... Vejam que um servidor para o qual faltam 5 anos para se aposentar terá que trabalhar por 10 anos. E olhem que 100% já foi um avanço proposto pelo Relator Samuel Moreira.

A regra que o PDT propõe é a seguinte: em vez de 100%, que o pedágio seja de 50% para o servidor público federal. O servidor público estadual e o municipal daqueles Municípios que têm regime próprio não estão entrando agora na reforma, mas a tendência é ou incluir Estados e Municípios, ou os Estados e Municípios terem que aderir a esta reforma da Previdência. Portanto, é uma regra que o servidor do Estado pode achar que não vai atingi-lo, mas que à frente pode atingi-lo também. É uma regra que vale para professores e para policiais. E seria uma forma, Presidente, até de se corrigirem as injustiças que foram praticadas hoje, aqui, contra policiais e professores, já que esses também são servidores públicos.

Então, nós pedimos o apoio para esse destaque do PDT, de forma muito tranquila, de forma muito pacífica. É uma forma de contribuir. Que a regra de transição, em vez de ser de 100%, como foi proposto pelo Deputado Samuel Moreira — o que já foi o avanço, precisa-se reconhecer isso —, seja de 50% do tempo restante para que o servidor público se aposente.

Sr. Presidente, isso seria uma forma também de prestigiar os nossos servidores, os quais, repito, são os homens e as mulheres que tocam o serviço público no Brasil, e que infelizmente são demonizados como se fossem os culpados, como se fossem os privilegiados, ou aqueles que causaram todos os problemas do nosso País.

Este é o destaque do PDT. Nós pedimos o apoio dos Deputados e das Deputadas para melhorarmos e corrigirmos um pouco aquilo que já foi feito hoje, aqui, em relação a policiais e professores.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra o Deputado Paulo Ramos. *(Pausa.)*

O Deputado Fábio Henrique já encaminhou.

Tem a palavra o Relator Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Quero falar rapidamente. De fato, esta é uma emenda que troca as regras de transição, inclui servidores estaduais e municipais. Só para termos uma ideia da dimensão, se fôssemos debater tudo, o destaque substitui o *caput* do art. 4º do substitutivo pelo art. 3º da emenda; os incisos I, IV e V do art. 4º do substitutivo pelos incisos I, IV e V do art. 3º da emenda; o § 4º do art. 4º do substitutivo pelo § 2º do art. 3º da emenda; o § 6º do art. 4º do substitutivo pelo § 3º do art. 3º da emenda; o § 7º do art. 4º do substitutivo pelo § 4º do art. 3º da emenda. Além disso, acrescenta os §§ 1º e 5º do art. 3º da emenda no art. 4º do substitutivo e suprime os §§ 1º, 2º, 3º, 5º, 8º e o art. 4º do substitutivo.

Então, é de uma dimensão muito grande. Ele altera muito o substitutivo. Eu pediria, então, que nós votássemos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Trata-se de destaque de emenda. Portanto, quem votar "sim" aprova a emenda e altera o texto do Relator. Quem votar "não" rejeita a emenda e mantém o texto do Relator.

Como vota o PT?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu só quero reforçar que esse destaque é um destaque de muito equilíbrio e um destaque de muita razoabilidade. O servidor público não pode continuar sendo demonizado neste País. O País, a economia, a melhoria das condições de vida de um povo não crescem se não houver um serviço público de qualidade. Nós estamos aqui trabalhando sob o suporte de muitos servidores públicos com enorme qualidade.

Então, esta ideia de demonizar o servidor público e propor para ele um pedágio de 100%, Relator, é absurda! Por que o pedágio para os militares é 17% e para todas as outras carreiras de servidores públicos é de 100%? Por que essa discriminação? Nós vamos apoiar o destaque do PDT por 50% de pedágio, porque isso é justo. Isto, sim, dá um equilíbrio à proposta!

Gostaríamos de ter o apoio da base do Governo! Mas parece que aqui a ideia é quanto mais crueldade e quando mais fizer do servidor público o bode expiatório parece que é melhor! É um escândalo o que está acontecendo nessa proposta de antirreforma!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Sr. Presidente, nós também vamos apoiar a emenda do PDT, porque respeitamos o princípio da razoabilidade, que é um princípio constitucional. Uma mudança é necessária. Nós somos favoráveis a alguns pontos da reforma, mas não concordamos com esses termos.

O Deputado Samuel melhorou o texto. Ele fez um esforço e dependeu de algumas negociações. Mas quero me dirigir às pessoas que estão nos acompanhando: o pedágio previsto para a aposentadoria parlamentar dos Deputados é de 30%. O pedágio para aposentadoria parlamentar é de 30%! Para os servidores, nós vamos aprovar 100%, e pode ser mais? Faz uma correção. O texto já está aprovado.

Vamos respeitar o princípio da razoabilidade e sermos justos com os servidores.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, estamos atravessando uma fase em que a tentativa é de redução de danos, mas percebemos a insensibilidade. Nem aquilo que é razoável nem é razoável comparativamente falando.

Falamos dos militares. Foi falado dos Parlamentares. Por que essa crueldade com o servidor? Porque esse modelo que vem sendo vitorioso é o do Estado mínimo. Querem também aniquilar com o servidor público. Já estão transferindo responsabilidades públicas para a iniciativa privada. Então, vão aniquilando também o servidor. O servidor é satanizado!

Nós temos que votar "sim" não só porque isso é razoável, mas porque é justo. O que está no texto é uma indecência. Nós temos que enfrentar isso. Falamos em responsabilidade. Qual é a responsabilidade que está inserida no texto com essa regra de transição de 100% do tempo que falta para o servidor?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Presidente, o servidor neste País é sempre demonizado como se fosse o grande responsável pelos males da sociedade. No entanto, são os servidores que mantêm de pé os serviços públicos funcionando, enquanto os diferentes Governos cortam verbas das áreas sociais.

Por isso, agora nós estamos em uma política de redução de danos nos nossos votos, e essa proposta apresentada pelo PDT é muito mais razoável do que a apresentada pelo Relator, de regras de transição e um pedágio de 100%. A proposta do PDT é de 50%, ou seja, estabelece um critério um pouco mais justo do que aquele que o Relator ou mesmo que o Governo previa para os servidores.

Enquanto para os Parlamentares, na regra de transição, o pedágio é de 30%, para os servidores públicos concursados, trabalhadores, é de 50%. Isso me parece, no mínimo, injusto com aqueles que carregam o País nas costas.

Por isso, o PSOL encaminha "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que 86% dos servidores públicos ganham até R\$ 2.500,00 ou R\$2.800,00. Os servidores públicos proletarizados, não os do topo da carreira, estão extremamente sacrificados no texto da reforma desde a PEC 6 e continuam sacrificados no texto do nosso Relator Samuel.

Eu penso que qualquer redução nesse pedágio cruel faz justiça, porque o que está combinado, Relator, não sai caro. O servidor já paga 11,5%. O servidor não tem direito a FGTS, não tem direito a qualquer alíquota de rescisão contratual. O servidor, desde 2003, já não tem paridade e integralidade, já não tem estabilidade.

A Emenda Constitucional nº 95 desestabilizou e desincentivou concursos. Dentro de um tempo, ninguém vai querer mais ser servidor público.

Eu voto a favor da emenda. Portanto, é "sim" à emenda do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Cidadania? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - Sr. Presidente, essa emenda nos preocupa e nos assusta, mas faz acreditarmos que estamos caminho certo.

Servidores públicos são fundamentais para o nosso País, moldam o nosso País. Nós precisamos deles em todas as áreas. Eles têm que ser valorizados, sim, com boa qualidade de trabalho e bons salários. Porém, ao recebermos da Oposição uma emenda pedindo para diminuir em 6 anos a idade mínima do servidor público, sem termos nenhuma emenda para diminuir do Regime Geral, pensamos assim: será que não é uma defesa de privilégio?

Então, isso aqui nos preocupa e talvez seja uma força. Estamos no caminho certo.

Só para finalizar, o preço dessa emenda é 100 bilhões de reais. Essa emenda sozinha é de 100 bilhões de reais, ou seja, 10% de tudo.

Não estão reclamando que 80% estão sobre os mais pobres? Aqui iria passar para 90% sobre os mais pobres.

O nosso voto é "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - O PV, Sr. Presidente, vota "sim" a esse destaque, porque nós precisamos de uma reforma que traga critérios de cálculo mais claros. O Governo vem e apresenta 17% de pedágio para os militares! Nós decidimos aqui para alguns Deputados um pedágio de 30%. Aí, para o servidor, é 100% de pedágio. Com base em que esse pedágio? Ele mostra que a reforma não cumpriu algo que poderia ter cumprido.

Queremos uma reforma que estabeleça uma metodologia de cálculo, que defina parâmetros tirados dos cálculos atuariais, de maneira que se estabeleçam níveis de alerta parecidos com os aplicáveis à despesa de pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Sr. Presidente.

Portanto, o PV encaminha "sim" a esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PV, "sim".

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a Rede?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a Rede orienta "sim", por entender que pode possibilitar mais justiça aos servidores públicos, justamente porque carregam uma intensa responsabilidade administrativa, com zelo ao serviço e ao País.

Por essa razão, a REDE entende que deve apoiar essa proposição do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A REDE vota "sim".

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, servidor público, de fato, foi colocado durante todo esse período como o "privilegiado", o "culpado", o tudo.

Servidores públicos são a grande maioria dos professores, auxiliares e técnicos de enfermagem, servidores que atendem ao povo nos pequenos, nos médios, nos grandes Municípios, além das carreiras de Estado.

É bom dizer que já há aqui taxação de inativos, que antes era acima do Regime Geral, agora é acima de 1 salário mínimo no texto do Relator. Alíquotas extraordinárias toda vez que houver déficit sobre aposentado, pensionista e ativos sem nenhum critério, sem nada. Não sabemos o que será isso.

Além disso, essa transição que foi colocada — para servidor em Regime Geral, de 100% — é uma excrescência! Isso é uma exigência descabida de uma transição de quem já tem direitos adquiridos.

Portanto, a Minoria encaminha "sim" à emenda e "não" ao texto do Deputado Samuel Moreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como encaminha a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, a Oposição encaminha favoravelmente ao destaque e cumprimenta o PDT pela iniciativa extremamente importante. Nós precisamos enfrentar, sim, essa tentativa de demonização do servidor público brasileiro, que é quem constrói o serviço público neste País.

Nós também somos servidores públicos, os que trabalham nesta Casa, os policiais que estão nas ruas, os professores e professoras de escolas públicas, como foi dito há pouco, as enfermeiras e tantos outros servidores que não podem ser tratados como estão sendo. É extremamente cruel a proposta e é injusta!

Para os militares, entendeu-se que a transição correta era de 17%. Para os servidores civis, de 100%? Ora, se são justos 17% para um grupo, por que não 17% para outro grupo? Por que dois pesos e duas medidas? Essa proposta não era para fazer justiça?

Nós orientamos a favor do destaque do PDT e exigimos respeito, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como votam o PSL, PP, PL, PSD, MDB, PRB, PSDB, DEM, Solidariedade, PTB, Podemos, PROS, PSC, NOVO, Avante, Maioria?

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - O PRB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - E o Governo?

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - A Maioria vota "não".

**A SRA. JOICE HASSELMANN** (PSL - SP) - O Governo vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Em votação.

Peço que se abra o painel para votação das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Falta algum Deputado ainda? Falta algum Deputado?

Está encerrada a votação.

Peço que se faça a apuração do total dos votos no painel.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Resultado: "sim", 14; "não", 30.

Rejeitada a emenda.

Fica mantido o texto do Relator.

Destaque nº 135, do PDT, bancada. Votação do art. 18, constante do art. 1º da Emenda nº 175, com a finalidade de substituir o art. 16. Decorrência: suprime a expressão do § 4º do art. 16, constante no inciso I do § 2º do art. 27.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Paulo Ramos, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem querer causar nenhum alvoroço, eu vou voltar à Declaração Universal. Diante dessa proposta que veio do Governo, a Declaração Universal está praticamente revogada.

Mas eu vou tentar identificar, nesta reforma, cotejando com a Declaração Universal, uma forma de modificação da Declaração. No artigo que diz que *"todo homem tem o direito de ser reconhecido como pessoa, perante a lei"*, esta proposta propõe uma modificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho, Deputado. Eu peço que pare o tempo do Deputado Paulo Ramos.

Pessoal, nós estamos na reta final aqui. Já temos poucos destaques. Eu peço silêncio para que possamos agilizar os trabalhos.

Devolvo a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Não é pedir muito, mas o Dr. Rogério Marinho está ali convulsionando com o Líder do Governo, causando prejuízo aos nossos trabalhos.

Então, Sr. Presidente, eu dizia que esse artigo da Declaração Universal, diante desta reforma infeliz e criminosa proposta pelo Governo para a Previdência, deveria ficar assim: *"Todo trabalhador brasileiro, pretendendo se aposentar, deverá ser reconhecido como cadáver perante a lei de previdência"*, porque, com a qualidade de vida experimentada pelos trabalhadores, com essas regras, é muito difícil alcançar a aposentadoria. Isso não é nem o pé na cova, já é o corpo dentro da cova.

O que pretende essa emenda, pelo menos? Ela resolve até as preocupações com a expectativa de vida, porque ela também é progressiva. O que ela pretende? Primeiro, em relação ao tempo de contribuição, ao somatório idade e tempo de contribuição, pedágio de 20% do tempo que, na data de publicação da emenda, faltaria para atingir o tempo de contribuição. E mais: a regra 86/96, anterior, agora caminhando com o acréscimo de 1 ponto a cada 2 anos, até chegar a 90/100.

Então, Sr. Presidente, eu não vejo como não aprovar essa emenda, que pelo menos respeita homens e mulheres, é a verdadeira transição. Não ficaremos estáticos com as regras, elas evoluirão com o passar do tempo. Mas, pelo menos, haverá uma redução de danos. Como disse anteriormente, falando da Declaração Universal, o trabalhador não chegará a ser cadáver, mas quase cadáver, porque aí se adapta melhor à pretensão dessa reforma.

Sr. Presidente, isso aqui é para o Regime Geral. A emenda anterior do PDT, do nosso Líder André Figueiredo, defendido aqui pelo nosso Deputado Fábio Henrique, com apoio de várias bancadas, especialmente da Oposição, tratava do servidor público, mas esta trata do Regime Geral. Alguém disse: *"Mas só estão fazendo proposta para o servidor?"* Deixou de verificar que existia a emenda seguinte.

Então, eu trago aqui essa tentativa de redução de danos em homenagem — uma pequena homenagem — à classe trabalhadora.

Os servidores públicos da área da segurança saíram daqui denunciando o partido do Governo como traidor. Fizeram manifestações no interior da Câmara de Deputados denunciando — denunciando — o Presidente da República como traidor dos profissionais da segurança pública. A expressão usada foi "traidor". Como é que um presidente da República que se orgulha de ter sido eleito com 58 milhões de votos rapidamente é chamado de traidor pela sua principal base de sustentação e é vaiado nos Estados? Agora vai ser chamado de traidor pelo conjunto dos servidores públicos e pelo conjunto da classe trabalhadora, porque essa reforma da Previdência é criminosa. Quem apoia essa reforma é cúmplice desse crime que está sendo perpetrado contra o povo brasileiro.

De qualquer maneira, tenho ainda a esperança não sei se de alguma lucidez, mas de alguma reflexão em relação ao que está acontecendo em nosso País, com o empobrecimento claro da população. A insegurança pública decorre da má distribuição da renda. Que ninguém tenha ilusão: sem justiça não há paz. E aqueles que pensam que enganam a população falando no futuro, saibam que nós estamos tratando não apenas do futuro. Nós temos que tratar é do presente, porque o presente é assustador.

Então, eu venho aqui com esta proposta imaginar que aqueles que são da base do Governo ainda podem tentar salvar a imagem do Governo. Não sei se terão coragem. Foi dito aqui o seguinte: *"Eu não cumpro ordem de ninguém"*. Como não cumpre? Estamos votando horas a fio para quê? Para encerrar esse processo de votação na Comissão, para ver se essa maldita reforma é concluída antes do recesso. Estão cumprindo ordens.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu mantereirei o respeito e o carinho que tenho pelo Deputado Paulo Ramos. Eu sigo não cumprindo ordem de ninguém.

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, esse destaque do PDT pode trazer um pouco de equilíbrio para essa reforma. Eu quero pedir a atenção dos colegas para o absurdo que nós estamos votando se o relatório for mantido como está.



Quero dar o exemplo de professores e professoras, Deputado Silvio Costa, do Regime Geral de Previdência. Vamos admitir o caso de duas professoras, uma que se aposente 30 dias antes da entrada em vigor desta reforma que nós estamos votando aqui. Por hipótese, essa professora se aposentaria com 2 mil reais, tendo 25 anos de contribuição. Se essa mesma professora passar 30 dias do prazo — ou 1 dia poderia ser, estou dando o exemplo de 30 dias hipoteticamente —, ela teve o azar de essa proposta ter sido promulgada 1 dia antes de ela se aposentar, Deputado Paulo Teixeira. Esta professora terá o valor de sua aposentadoria cortado para 1.190 reais. Ou, se ela não quiser ter o corte, ela tem que trabalhar 15 anos a mais. Relator, V.Exa. de fato concorda que uma pessoa, por questão de 1 dia, tenha que trabalhar 15 anos a mais para ter direito à mesma aposentadoria à que ela tinha direito no dia anterior ao da promulgação dessa emenda constitucional? Não há transição, Deputada Jandira! Para os valores não há transição. Não há transição para os valores. Se ela não se aposentar hoje e for promulgada a emenda constitucional amanhã, ela terá um corte, sim, de 30%, se ela quiser se aposentar com os 25 anos.

Tomando como exemplo agora um trabalhador comerciário para o qual faltam 5 anos para se aposentar. Ele vai ter que trabalhar mais 5 anos de pedágio. E para muita gente o problema é o seguinte: o trabalhador da iniciativa privada, do RGPS, não tem estabilidade de emprego. E se ele for mais idoso? Digam-me aqui se é fácil para alguém com 58, 60, 62 anos conseguir um emprego com carteira assinada? Tem gente que vai ficar pelo caminho nessa tal transição. Ele vai ficar no limbo. Ele não consegue fazer a transição. Isso é muita crueldade, é uma violência.

Eu imagino, por exemplo, se fosse pego um contrato com esse mercado que tanto querem defender. E dissessem para o cara: *"Olha, o senhor é um prestador de serviço. Está aqui o seu contrato com o setor público. A partir de amanhã o seu contrato vai mudar. O senhor vai receber só daqui a 5 anos o que o senhor tem direito de receber"*. Isso causaria uma revolução.

Agora, com o trabalhador, com aquele que está ali tocando a sua vida e ganhando 1.000, 1.500, 2.000 mil reais, aí pode, porque ele não tem *lobby*. Um elogio que o Relator merece muito foi que ele aumentou para 20% a contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos, das instituições financeiras. Parabéns! Aí houve um *lobby* violento, e já recuaram aqui e ali.

Agora, onde é que está o *lobby* do trabalhador que ganha 1.000 ou 1.500 reais? Ah, sim, ele é o culpado pelos problemas do País. Ele tem que pagar a conta, porque há desequilíbrio. Então, corta! Faltam 5 anos? Colocam 10!

Esta proposta é razoável, é de 20%, igual à regra atual. Não há uma mudança abrupta, não muda o regime de cálculo. São 20%. Sim, já é um grande esforço. Porque eu vejo que no andar de cima o esforço é zero nessa reforma. Porque aqui nunca chega a tal reforma tributária para cobrar o imposto de lucros e dividendos, para cobrar o imposto sobre grandes fortunas. Esse dia não chega. Agora, e esta dureza com o trabalhador? São 100%! Já são um enorme esforço os 20%. Eu acho que poderia haver um pouco de sensibilidade. Aqui, nós estamos falando de gente que ganha 1.000, 1.500, 2.000 reais.

Esse é um grande destaque. Nós votamos "sim" a esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Henrique.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Bem, fazer reforma da Previdência sem mudar regra de cálculo, sem ter transição? Isso não tem cabimento.

Quanto ao Regime Geral, há quatro regras. Nós introduzimos mais uma, mas são quatro regras. São novas regras de cálculo do benefício. No RPPS havia uma, extremamente complicada. Nós colocamos mais uma. E, aí, a regra dos 100%. A proposta aqui é uma proposta, só que é de 20%. Ela muda a regra de cálculo.

Eu quero destacar o trabalho do Deputado Fábio e do Deputado Paulo. Eu sei que são do PDT. É lógico, se for para fazer uma reforma com 20%, com novas regras de cálculo... Aqui, só para o RPPS, são 120 bilhões a mais. Para o RGPS, 285 bilhões. Nós estamos falando de 405 bilhões, se esse destaque for aprovado — essa é a realidade.

Então, se nós quisermos fazer a reforma, lamentavelmente, é assim. Sem haver regras de cálculo do benefício da aposentadoria, de nova regra de cálculo da pensão por morte, de regra de cálculo por acúmulo debatido nesta Comissão, construída ao longo do tempo, com a participação em audiências públicas... Ou nós não queremos fazer uma reforma.

Então, eu peço mais uma vez para que possamos não votar esse destaque e caminhar firmemente nesse sentido, debatendo ainda mais. Teremos Plenário. Mas nós não devemos votar esse destaque. Ele quebra a reforma que foi construída por esta Comissão, com divergências, mas pela grande maioria. Até agora, foi sempre construída pelo conjunto da grande maioria, com muita responsabilidade.

Eu peço para que os nobres Deputados votem "não" ao destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Trata-se de destaque de parte de emenda. Portanto, quem votar "sim" aprova a parte destacada da emenda e altera o texto do Relator; quem votar "não" rejeita a parte destacada da emenda e mantém o texto do Relator.

Como vota o PT?

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - O PT, Sr. Presidente, vota "sim" ao destaque.

Essa emenda do PDT traz, minimamente, nessa regra de transição, um pouco de humanidade. É muito cruel o índice de 100% na regra de transição, Relator. Cem por cento! Continua muito dura ainda. Não dá. Sem falar no valor que cada trabalhador e trabalhadora no final vai ter de aposentadoria, e ainda vai ter que trabalhar — e trabalhar tanto. Por isso, essa regra de transição apresentada pelo PDT traz o mínimo, o mínimo de justiça no processo da transição.

Não dá, não dá para esta Casa, não dá para esses Parlamentares tratarem os trabalhadores e trabalhadoras com tamanha desumanidade.

Eu apelo aqui aos Deputados e Deputadas para que tragam um pouco de humanidade, aprovando esse destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, o PSB tem a compreensão de que nós estamos falando de alguma coisa que leva em consideração o cotidiano das pessoas. Assim como sabemos que um carro não sai numa viagem arrancando a 50 por hora, porque ele tem todo um momento de desenvolvimento de velocidade, ou que quando precisamos subir uma escada não ficamos pulando de 5 em 5 degraus, também sabemos que essa regra é muito razoável, ela apela para o bom senso, para a lógica da soma do tempo de contribuição, o somatório da idade, do pedágio adicional desse percentual de 20% que está aqui. E cria, portanto, uma equação exequível.

Nós vamos orientar também o voto "sim" a essa proposição feita aqui.

Parabéns ao PDT! Queremos que todos compreendam isso e votem a favor.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Heitor Schuch.

Como vota o PDT?

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, é importante ficar claro que, nesta noite, nesta Comissão, esta reforma da Previdência estabelece 30% de pedágio para Deputados e Senadores, 17% de pedágio para militares das Forças Armadas e 100% de pedágio para servidores públicos. Quando o PT propôs 50% para servidores e 20% para os trabalhadores do regime geral, tem uma lógica, porque o servidor público tem estabilidade, ele sabe que vai ter condição de cumprir esse pedágio, mas o trabalhador, não. Por isso, foi proposto 20%. É uma regra mais justa para que os trabalhadores possam ter o direito de se aposentar. Portanto, o PDT encaminha o voto "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Presidente, nós não conseguimos aprovar nenhum dos destaques que foram discutidos aqui e votados. E mesmo aqueles destaques que tentavam reduzir perdas, danos, mesmo esses não tiveram o número suficiente de votos para que, pelo menos, um destaque pudesse ser considerado pelo Relator. Isso é profundamente frustrante e dá uma sensação de perda de tempo. Ficamos o dia inteiro hoje, o dia inteiro ontem, e não se consegue atenuar minimamente os malefícios que essa proposta traz para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Eu, inclusive, tenho muita resistência à lógica de redução de danos. E pior, mesmo reduzindo danos, esses destaques não foram acolhidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota, Deputada?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Isso significa que propor redução de danos, sobretudo ele não sendo aprovado, significa uma certa cooptação com o principal que termina sendo aprovado.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Muito obrigado.

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que a política de redução de danos é uma busca que deveria ser compartilhada, nobre Relator Samuel. A proposta vai na direção exata de diminuir os prejuízos

do trabalhador do Regime Geral de Previdência Social. E, de fato, seria uma transição menos cruel, porque V.Exas., parece-me, só atenuaram a crueldade...

**O SR. PRESIDENTE** (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Deputado Giovani Cherini, queria pedir silêncio, para que a Deputada Alice Portugal possa terminar. S.Exa. ainda tem 30 segundos para fazer uso da palavra. Reponho os 30 segundos. Tem a palavra V.Exa.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - É um fato, a política de redução de danos deveria ser compartilhada, porque até então só houve suavidade com os militares. Os militares têm 17% de transição.

Infelizmente, para os servidores públicos da segurança pública não houve qualquer condescendência, tanto que o partido do Governo saiu — não foi chamuscado, não — absolutamente queimado nas relações que construiu por engano.

O PCdoB, Sr. Presidente, vai votar "sim" à emenda, compreendendo que ela atenua as injustiças contidas em relação à transição no regime geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o Cidadania? (*Pausa.*)

Como vota o Patriota?

**O SR. DR. FREDERICO** (PATRIOTA - MG) - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Patriota vota "não".

Como vota o PV?

**O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA** (PV - DF) - Sr. Presidente, é uma tristeza o que está acontecendo. Nós estamos estabelecendo uma regra de transição que é inviável. É uma mudança muito brusca que está acontecendo para o trabalhador. Quando nós falamos do regime próprio, já vemos uma injustiça. Entretanto, quando nós tratamos do regime geral, é ainda muito pior.

Esse destaque apresentado pelo PDT é absolutamente razoável. O que não é razoável é uma transição de 100%. Isso não é adequado. O Parlamento não deveria fazer isso, porque, quando os cidadãos se derem conta do que está acontecendo, este Congresso vai pagar o preço por isso. Esta Casa vai ser desmoralizada quando o trabalhador descobrir o que está acontecendo com a aposentadoria dele.

O PV orienta "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PV orienta "sim".

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE vai orientar "sim", por entender que uma reforma da Previdência precisa considerar a realidade do País e considerar o direito como um princípio fundamental. Uma reforma pode, sim, ser mais abrangente e também beneficiar os que mais precisam. Nesse sentido, utilizar critérios para prejudicar os que vão requerer aposentadoria poderia causar um impacto muito danoso na vida das pessoas.

Sr. Relator, quando se fala que não se pode alterar, eu acredito que o diálogo, o consenso, até mesmo ponderações podem, sim, ser reconsideradas numa fase ainda de construção. Então, por isso, acredito que a proposta do PDT é razoável e a orientação é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - REDE vota "sim".

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, esse destaque do PDT, diferentemente do que pensavam, é para o Regime Geral de Previdência Social, que alcança a grande maioria das mulheres e dos homens que ganham no máximo 2 salários mínimos de benefício. Esse destaque estabelece uma transição mais justa, menos tenebrosa, para que as pessoas possam, de fato, alcançar a sua aposentadoria no momento de desemprego, de precarização, de rotatividade, de trabalho intermitente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pessoal, só um pouquinho. Peço que segurem o tempo da Deputada Jandira Feghali e depois lhe coloquem o tempo de 30 segundos.

Amigos, eu peço um pouquinho de silêncio. Nós estamos caminhando para o fim — ainda não estamos chegando, mas estamos caminhando. Eu peço um pouquinho de silêncio. Nem eu estou conseguindo ouvir a Deputada Jandira, e estou aqui na frente dela.

Deputada Jandira com a palavra.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Agradeço, Presidente.

Então, é importante que as pessoas possam mobilizar um pouco mais a sua sensibilidade. Vários colegas aqui, que são militares, que são policiais, tiveram o nosso apoio para uma transição de 17%, por meio dos destaques feitos aqui. Por que para os militares, para os policiais, a transição pode ser de 17%, mas, para a empregada doméstica, para o estivador, para o trabalhador da construção civil, para a professora, tem que ser 100%? Isso não tem cabimento, não tem nenhuma igualdade de critérios. Isso é impedir o alcance da aposentadoria para a grande maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Portanto, a Minoria encaminha "sim" ao destaque do PDT e parabeniza a iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria encaminha "sim".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente Marcelo, eu queria pedir atenção a V.Exa. e ao Relator.

Eu saí, algumas horas atrás, para pedir um café, e um dos garçons que trabalha aqui na Câmara me perguntou como ficará o caso dele se a reforma proposta pelo Relator for aprovada. Ele tem 44 anos de idade, trabalha desde os 12 anos de idade e contribui há 32 anos. Eu fiz os cálculos pelas quatro hipóteses e concluí que a mais benéfica para ele fará com que ele tenha que trabalhar mais 14 anos e meio, em vez de 3 anos, como é a regra atual.

Isso é uma vergonha, uma crueldade!

Por isso, nós votamos "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Oposição vota "sim".

Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, eu gosto de estabelecer sempre a verdade. Nós não podemos viver numa Casa em que os próprios colegas falam daquilo que não sabem. Nós precisamos estabelecer a verdade aqui.

Há pouco alguém dizia assim: "*Os políticos têm transição*". Não é verdade. O único regime que ficou sem transição é o PSSC, que é o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, um regime complementar. Cada Parlamentar, quando ingressa aqui, pode optar pelo INSS, pagando 621 reais por mês, ou pode optar por pagar 3.714 reais por mês. A maioria não entra, porque é muito caro. Eu cometi a besteira de entrar. Se não tivesse entrado, eu estaria aposentado pelo INSS aos 55 anos de idade com 5.800 por mês. E é acumulável com o salário de Deputado.

Agora, tenho 59 anos e vou ter que esperar os 65 anos de idade para me aposentar, proporcionalmente. Então, não é... Se o povo brasileiro participasse de uma previdência igual à nossa aqui, que dizem que é privilégio, que foi demonizada, e eu sei que a coisa mais difícil que tem é defender isso aqui, mas a verdade tem que ser dita o tempo todo. Nós fomos discriminados. Mas não tem problema, se é assim, vamos pagar esse sacrifício, vamos fazer o nosso sacrifício. É isso o que estamos fazendo. Por isso, vamos falar a verdade: não tem transição, Deputados. Não tem transição. Disseram aqui que tinha, e não tem.

Então, nós votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

O PL vota "não".

Como vota o PSL? (Pausa.)

Como vota o PP? (Pausa.)

Como vota o PSD? (Pausa.)

Como vota o MDB? (Pausa.)

Como vota o PRB? (Pausa.)

Como vota o PSDB? (Pausa.)

Como vota o DEM? (Pausa.)

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Presidente, eu queria dar os parabéns ao Deputado Cherini pelo discurso que fez. Eu tenho ouvido aqui, ao longo dessas horas todas, que é triste, cruel, injusto, mas é isso. Essa é a reforma que vai mudar a vida dos brasileiros e das futuras gerações. Eles tentaram durante muitos anos e não conseguiram fazer, então, agora chegou a hora. Por isso nós estamos aqui trabalhando até essa hora e vamos ficar aqui até o final. Nós temos que lembrar que eles largaram o País num caos nesses últimos 14 anos.

Nós vamos votar "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Maioria vota "não".

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O Governo vota "não".

Vamos passar à votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não, Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, é só uma sugestão para V.Exa. Eu sei que o pessoal da área governista está empolgado em cumprir a votação, mas, pelo adiantado da hora, eu acho que nós poderíamos deixar para concluir segunda-feira esses destaques. Faltam oito destaques apenas. Segunda-feira a base governista estará superconstituída, ela vota segunda-feira... *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Não! Queremos trabalhar!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho, pessoal.

Deputado, eu não vou encaminhar nem a possibilidade de encerrar nem a possibilidade de retirar os destaques. Vamos enfrentar os destaques e concluir a sessão hoje, com paciência, com tranquilidade. *(Palmas.)*

Há algum Deputado que ainda não votou? *(Pausa.)*

Encerro a votação e peço que a Secretaria apure os votos.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Resultado da votação: "sim", 12; "não": 33;

Rejeitada a parte destacada da emenda.

Fica mantido o texto do Relator.

Em votação o Destaque nº 56, para votação do § 2º do art. 19 do substitutivo. Destaque do PSB.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Srs. e Sras. Parlamentares, colegas que aguentam até este horário fazendo o debate sobre a Previdência, gostaria de pedir a atenção de todos, pela importância desse tema. As pessoas estão nos acompanhando.

Nós vimos aqui a luta de muitas corporações, Deputado. Nós vimos aqui a luta de muitos policiais, de funcionários públicos e de muitos sindicatos, mas nós temos no povo pessoas mais simples, que não têm quem os defenda aqui. Muitas vezes, Capitão, são pessoas que nem sabem o que está acontecendo e o impacto que isso pode ter na sua vida. E é por essas pessoas que eu gostaria de falar aqui.

Eu já dei o testemunho de que meu pai se aposentou com salário mínimo limpando banheiro e chão de fábrica. Eu tenho muito orgulho disso, mas nós vivemos um momento muito difícil, Deputado Evair, e muito triste no País. E, de fato, o maior problema, Deputado Celso, é o desemprego, porque ele traz tragédias familiares, ele é responsável por problemas de segurança, de saúde. É desumano um pai de família chegar a sua casa e não ter o que dar de comer para o seu filho. Esse é o problema de um país que sofre com instabilidade.

O Deputado Samuel corrigiu parte desse problema quando alterou o tempo de contribuição das mulheres. E nós estamos tratando aqui do tempo para aposentadoria por idade, que no Brasil já é 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres. O texto está aumentando a idade mínima das mulheres para 62 anos. Acontece que, além de mudar a alíquota — ou seja, as pessoas vão ganhar menos —, estabelece que deverão contribuir por 40 anos para poderem se aposentar com integralidade e aumenta o tempo mínimo de contribuição para os homens terem acesso à aposentadoria.

Estudos feitos com dados oficiais do próprio Governo mostram que as pessoas do RGPS não são os privilegiados — portanto, não cabe discurso em relação a isso, Deputado Toninho, que é Coordenador da nossa bancada. Elas trabalham em média 5 meses por ano e vivem desempregadas por causa da rotatividade. Há pessoas que hoje estão trabalhando mas não estão contribuindo porque estão na informalidade. Trabalhando em média 5 meses por ano, para que conseguissem completar os 5 anos colocados na proposta do Governo, esses trabalhadores teriam que esperar mais 12 anos, isso se com 70, 72, 75 anos de idade conseguissem emprego.

Comprovadamente, com dados técnicos, através dos números oficiais do Governo, verificaram que estaríamos colocando hoje a idade média para aposentadoria dos trabalhadores do RGPS aos 77 anos de idade. Com 5 anos a mais de contribuição o trabalhador não terá controle, não saberá se conseguirá se aposentar ou não, porque isso depende de ele estar empregado, e a média no Brasil é 5 meses. Um estudo assinado por diversos economistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicado, comprova isso.

Então, caros colegas Deputados, independentemente dos acordos dos partidos, eu remeto a V.Exas. a consciência, eu remeto a V.Exas. um pedido, independentemente de questões ideológicas. Aqui se pode provar que, de fato, não se está querendo retirar das pessoas mais simples.

O Deputado Samuel Moreira, nosso Relator, compreendeu isso e corrigiu em relação às mulheres, mas não há correção ainda em relação aos trabalhadores e aos homens. Eles já vão perder com o abono do PIS, com a mudança do cálculo; já vão perder com a questão das pensões, que esta Comissão rejeitou. Por isso eu peço a V.Exas. que os deixem se aposentar. Já são de idade avançada, são do Regime Geral da Previdência Social, são trabalhadores que ganham em média 1.300 reais, e o voto de cada colega aqui pode demonstrar a responsabilidade com o País e pode dar um alento de esperança para essas pessoas que, muitas vezes, não têm voz.

Por isso, nós orientamos o voto "não" e pedimos aos colegas a orientação do voto "não" em relação à correção do texto de que nós precisamos. É "não" ao texto previsto do Relator e "sim" ao que nós colocamos. Portanto, é "não" no painel, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Sr. Presidente, como o Deputado Aliel Machado acaba de dizer, é muito importante entender o que é esse destaque. Já existe no Brasil a aposentadoria por idade, que é a aposentadoria de quem não consegue completar 35 anos de contribuição. Então, quem não completa 35 anos de contribuição se aposenta por idade, hoje, com 65 anos, o homem, e 60 anos, a mulher.

O que a proposta do Governo fazia e como ela foi alterada pelo Relator? A proposta do Governo aumentava o tempo mínimo de contribuição para essa pessoa, que se aposentava por idade, para 20 anos, o homem, e 20 anos, a mulher. O que o Deputado Samuel Moreira, como disse bem o Deputado Aliel Machado, já fez? Reduziu o tempo mínimo de contribuição das mulheres para o patamar atual. Ficou em 15 anos. O que esse destaque propõe? Reduzir também o do homem para o patamar atual de 15 anos.

Talvez os colegas aqui se perguntem: mas faz sentido manter 15 anos? Eu vou dar alguns exemplos do tempo mínimo de contribuição que outros países adotam. Sabem quem exige 15 anos de tempo mínimo? Áustria, Portugal e Espanha. Já o Japão, os Estados Unidos e a Inglaterra sabem quanto tempo mínimo exigem? 10 anos. Japão, Reino Unido e Inglaterra: 10 anos. Sabem qual é o tempo mínimo na Alemanha? 5 anos. E sabem qual é o tempo mínimo na Bélgica, na Dinamarca, na Noruega, na Suécia, na Holanda e na Polônia? Zero ano. Não há tempo mínimo de contribuição para aposentadoria por idade nesses países.

O Japão reduziu para 10 anos. Era mais alto. Sabe por que se reduziu para 10 no Japão? Porque a miséria na terceira idade estava aumentando muito. São países que têm expectativa de sobrevida maior do que a nossa.

Portanto, não se aplica o argumento de que aqui vai haver mais idosos, ao contrário. Ou seja, é um absurdo esse aumento. Sabem, na prática, o que ele vai fazer? Vai fazer com que uma pessoa que tenha 62 anos de idade que trabalha na construção civil ou uma empregada doméstica que não teve vínculos reconhecidos, não conseguiu somar na carteira muito tempo, porque não teve a carteira assinada, essa pessoa vai chegar aos 62 anos, aos 65 anos, e vai ter que trabalhar sabe quantos anos a mais? Mais 12 anos.

Sabe por que vai ter que trabalhar a mais 12 anos? As pessoas que se aposentam no Brasil por idade conseguem recolher, em média, por ano, 5 meses, por causa da rotatividade e do desemprego. Esse é um dado oficial, não é um dado que estou imaginando. São 5 meses por ano.

Então, aumentar de 15 anos para 20 anos significa obrigar essas pessoas a fazerem 60 contribuições a mais. Para alcançar 60 contribuições a mais, o equivalente a 5 anos, elas vão ter que trabalhar mais 12 anos. Então, o pobre não vai se aposentar aos 65 anos, ele vai ter que, em média, trabalhar até os 77 anos — até os 77 anos de idade!

Se essa regra valesse em 2016, 57% dos brasileiros que se aposentaram por idade em 2016 não teriam se aposentado. E, olhe, uma pessoa de 68 anos não consegue emprego fácil, não. Então, V.Exas. estão condenando essa pessoa a nem ter aposentadoria e nem o BPC! Se a esposa ou o esposo dessa pessoa ganhar um salário mínimo, ela não vai ter direito ao BPC, porque a família ganha mais de um quarto de salário mínimo por pessoa, e não vai conseguir se aposentar. Essa pessoa vai morrer sem se aposentar. É muita crueldade um negócio desse.

Então, por favor, eu faço um apelo aos colegas para que tenham um mínimo de sensibilidade social. Eu tenho prova de outros países. Isso eu tirei com base em documento oficial da União Europeia. Ninguém está inventando número. Por favor, tenham um mínimo de sensibilidade. Mantenhamos os 15 anos, que já é muito elevado comparado com o mundo, e não façamos uma crueldade a mais. Essa é socialmente muito grave.

A Oposição vota "não", Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Molon.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Só quero fazer um esclarecimento. É lógico que, mais uma vez, a questão das regras é que está em jogo. Para nós termos uma ideia, este destaque fala sobre tempo mínimo necessário de contribuição. Em 1991, eram 5 anos, no Brasil. Em 2011, a própria lei já previa ir para 15 anos, que é o tempo que vigora até hoje. Ou seja, se, em 20 anos, passou de 5 anos para 10 anos, em 10 anos, deve passar, como propôs o Governo, para 20 anos.

Fazendo uma análise da proposta do Governo, que mandou um tempo de contribuição de 20 anos, nós preferimos analisar a média no Brasil. Qual é a média do tempo mínimo de contribuição no Brasil praticada hoje? Por isso, inclusive, nós diminuimos o da mulher, porque eles mandaram os dois com 20 anos. Hoje a média do homem é 22 anos, e a média da mulher é 18 anos.

Então, nós baixamos de 20 anos para 15 anos. Mantivemos a mulher com 15 anos e deixamos o homem com 20 anos, por conta das próprias médias. Houve uma lógica para que nós pudéssemos caminhar com essa proposta. É uma proposta que muda muito pouco e com muita lógica na questão do tempo mínimo de contribuição, mas que avança no sentido de propor e de continuar fazendo a reforma.

Ela não teria como ficar estancada, como se nós não precisássemos estar aqui discutindo uma reforma, mantendo as mesmas regras. Essas regras têm uma lógica e elas não prejudicam o trabalhador.

Portanto, eu quero solicitar que todos votem "sim". Este é o encaminhamento que nós estamos dando.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu quero registrar que se trata de destaque de votação em separado. Portanto, quem vota "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator. Quem vota "não" rejeita a matéria destacada e altera o texto do Relator.

Com a palavra para orientar, pelo PT, o Deputado Jorge Solla.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Nós vamos encaminhar para votar "não", rejeitando a matéria destacada e alterando o texto do Relator, porque esse é mais um dos absurdos.

Inclusive, Deputado Samuel, dizer que não prejudica a população exigir 5 anos a mais... Os dados aí são gritantes.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Do tempo mínimo de contribuição.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Exatamente, 54% dos trabalhadores que, no Brasil, se aposentaram entre 2003 e 2017 não alcançariam 20 anos de contribuição é mais da metade. No caso das mulheres, são 71%.

Felizmente, V.Exa. corrigiu, voltando o tempo das mulheres, mas o dos homens, isso é algo que vai ter um impacto desastroso. Vai jogar na vala da miséria um quantitativo gigantesco de trabalhadores, porque vão chegar à idade de aposentar sem ter alcançado o número mínimo de contribuições. Não terão direito a aposentadoria, não terão direito ao BPC e não conseguirão continuar no mercado de trabalho. Vão parar na miséria...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como orienta o PSB, Deputado Aliel Machado?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Sr. Presidente, eu quero responder ao Relator e dizer que a assessoria do Governo o induziu a um equívoco.

A média de aposentadoria hoje dos homens é de 22 anos, porque existem regimes de Municípios em que há estabilidade, e esses Municípios estão no RGPS. Portanto, a média é elevada por aqueles que têm estabilidade. Acontece que o dado oficial, Deputado Samuel, com muito respeito... Esse é um tema mais sensível, e os Deputados têm que ter um senso de responsabilidade, porque 5 meses de contribuição é a média, comprovada em números oficiais do Governo. E obrigar a pessoa a ter 5 anos a mais de contribuição significa excluir mais da metade das aposentadorias dos homens do RGPS. Essa é a maior prova de quem é contra ou a favor de privilégio, ou contra as pessoas mais simples.

Nosso voto é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "não".

Como vota o PDT?

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - A média é do RGPS só, é só do INSS.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Eles são filiados ao INSS. Isso puxa a média para cima.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Aliel, faça o registro.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Muito obrigado, Presidente.

Deputado Samuel, por exemplo, no meu Município, Ponta Grossa, há quase 9 mil funcionários. Todos são filiados ao RGPS, ao INSS. Como são servidores, eles puxam a média para cima, porque têm estabilidade. O número oficial dos empregados, dos trabalhadores comuns, é 5 meses por ano. E o número oficial do Governo é que mais da metade dos trabalhadores não se aposentariam se a média fosse 20 anos, o tempo de contribuição mínimo. Nós estamos tratando dos trabalhadores mais simples. É por isso o apelo.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente e Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Aliel.

Com a palavra, para orientar o PDT, o Deputado Paulo Ramos.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Presidente, na intervenção anterior tratei do cumprimento de ordens, e V.Exa., elegantemente, me disciplinou. Eu quero dizer que me enganei. V.Exa. não está cumprindo ordens, V.Exa. está dando ordens — é exatamente o contrário —, e nós aqui as estamos cumprindo.

Eu quero também registrar — e tenho registrado isso em algumas reuniões, Presidente, para ser motivo de reflexão — que as regras que estão orientando o processo legislativo foram implantadas num período de que esta Casa às vezes até se envergonha. É preciso analisar essas regras para que a nossa convivência nesta Casa possa se dar em bases verdadeiramente democráticas e respeitadas para o exercício do mandato.

É um absurdo o que acontece aqui na Casa em relação ao respeito que é devido e que falta aos Deputados que estão exercendo o mandato. Mas essa é outra discussão que eu imagino que nós devamos travar em qualquer momento. Como eu retornei à Casa depois de muitos anos, quero confessar que estranhei o que está acontecendo.



O Deputado Jorge Solla fez um pronunciamento dizendo da tragédia, de que estavam indo para a morte... Não vou dizer que essa, deliberadamente, é a posição do Relator, mas não tenho dúvidas da insensibilidade do Governo. O objetivo não é criar regras para a aposentadoria, é criar regras para que o trabalhador não consiga se aposentar. Isso está acontecendo. A miséria vai avançar, a insegurança vai crescer.

O PDT vota "não", elogiando a iniciativa do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "não".

Como vota o PSOL?

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, a imposição de um tempo mínimo de contribuição de 20 anos para os trabalhadores brasileiros exclui milhões de trabalhadores do direito à aposentadoria, porque o nosso mercado de trabalho, infelizmente, não é acolhedor para a maioria do povo, em especial para aqueles com baixa qualificação, que são em maioria os trabalhadores mais pobres.

Alto índice de desemprego, de rotatividade no mercado de trabalho e de empregos informais, por isso sugerir 20 anos significa que mais da metade dos homens, por exemplo, não conseguiria ter acesso à aposentadoria.

Já fizemos a conquista da redução para 15 anos de tempo mínimo de contribuição para as mulheres. E o nosso apelo — por isso encaminhamos junto com o destaque do PSB — é para que esse critério também seja utilizado para os homens trabalhadores brasileiros.

Por isso o PSOL encaminha "não".

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSOL encaminha "não".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, nós sabemos que, infelizmente, após a reforma trabalhista, nós temos uma rotatividade, uma terceirização generalizada. E não adianta dizer que não, porque já se vão, agora, quase 4 anos dos Governos de centro-esquerda que levaram o Brasil aos melhores anos da República.

Hoje nós estamos com 13 milhões de desempregados, 6 milhões de desalentados.

Na verdade, essas regras, que V.Exa. insiste em toda hora asseverar, estão piorando muito a condição de chegada à aposentadoria.

Para que um homem colabore 20 anos, arrecade 20 anos, com 6 meses por ano, em média, de empregabilidade, ele vai levar 40 anos para se aposentar. E com a média de vida, ele vai ter que nascer trabalhando, como quer o Presidente da República.

Nós concordamos com a supressão.

O voto do PCdoB é "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, de fato alguém disse aqui que a vida dos brasileiros vai mudar depois dessa reforma. Vai mesmo! Mas para muito pior. Até porque a regra de 15 anos para as mulheres, conforme a redução que houve no relatório do Deputado Samuel Moreira, e de 20 anos para os homens foi para a disposição transitória. E isso pode ser mudado por lei lá na frente, o que quer dizer que pode subir para 25 anos. Isso aqui é um cheque em branco que nós estamos dando para impedir a aposentadoria das pessoas neste País.

De fato, se precisam dessas regras para fazer a reforma, não poderíamos tê-la feito, porque a conta não pode ser paga aqui. Já está claro que o tempo mínimo de contribuição de 20 anos vai fazer com que muita gente não consiga alcançar a aposentadoria, porque nós estamos com um mercado de trabalho piorado, Deputado Samuel, modificado. O nosso problema está na economia, não está no modelo previdenciário.

Então, não adianta tentar jogar nas costas das pessoas mais pobres, dos trabalhadores, que tentam juntar declarações para comprovar 15 anos desesperadamente. Não é jogando para 20 anos, ainda na disposição transitória, contando com a lei

ordinária, que nós vamos resolver o problema deste País. Isso é muita crueldade, é muita cumplicidade com a perversidade brasileira.

A Minoria encaminha a favor do destaque do PSB. Portanto, "não", para mudar o seu texto cruel, que permanece na reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "não".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Sr. Presidente, pelas razões que nós apontamos, nós vamos votar "não".

Eu queria contar para os colegas que alguns se sensibilizaram com o nosso argumento e disseram: "*Então, Deputado Molon, Deputado Aliel, vamos permitir que se aposentem com o tempo mínimo de 15 anos, mas vamos reduzir o valor*". Mas é exatamente isso que a reforma já faz! Quem trabalhar menos anos, pela fórmula, considerando-se o percentual a cada ano de trabalho, vai ganhar menos. Isso já está garantido na reforma. Portanto, vamos manter os 15 anos. Nós da Oposição discordamos da fórmula de cálculo, mas ela está na proposta até o momento. Essa possibilidade já está garantida. Faço um apelo: vamos garantir o mínimo de 15 anos. É muito mais do que há em países que têm populações que vivem mais que a brasileira. Já é socialmente injusto 15 anos, mas o mínimo é manter; aumentar é uma crueldade social inaceitável.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PRB - AM) - O PRB é "sim".

**O SR. FILIPE BARROS** (PSL - PR) - Pela Maioria, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Governo?

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - "Sim". O Governo vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "sim".

Vamos passar agora para a aprovação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Deputado Henrique Fontana está com a palavra por 1 minuto.

De novo? V.Exa. vai renovar o apelo? *(Risos.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu vou aperfeiçoar o apelo agora. Se V.Exa. transferir para segunda-feira esses destaques que faltam, a Oposição pode abrir mão de um dos requerimentos de obstrução que ela vai usar no plenário, Presidente. Não é uma boa negociação esta, Presidente? Não vai atrasar para o Governo, o Governo vai votar, quer votar na terça-feira. Então, é um acordo do bom senso aqui, Presidente.

*(Intervenção fora do microfone.) (Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Falta algum Deputado votar? *(Pausa.)*

Declaro encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço à Secretaria que publique o resultado: "sim", 33; "não", 11.

Aprovada a matéria destacada. Fica mantido o texto do Relator.

Destaque nº 59, de autoria do PT. Votação do art. 24 do substitutivo, com vistas à sua supressão.

Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Gleisi Hoffmann, pelo tempo de 5 minutos.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, eu participo da reunião desta Comissão com um misto de tristeza e de indignação. O que nós estamos fazendo aqui, com certeza, vai mudar muito a situação do povo brasileiro e do Brasil. Vai piorar a vida de muitos brasileiros, eu diria, da imensa maioria deles, e piorar a economia do nosso País, porque é uma reforma que retira renda da sociedade, retira direitos das pessoas.

Particularmente, é neste tema "pensão por morte" que nós temos a maior retirada de renda. É também um dos pontos mais cruéis da reforma, principalmente no que diz respeito ao Regime Geral de Previdência Social.

Quando eu critico aqui os nossos salários, não é para acusar ninguém. Critico porque nós ganhamos bem. Como é que nós, que ganhamos bem, temos a coragem de interferir na legislação para fazer com que as pessoas que ganhem menos passem a ganhar menos ainda? Nós estamos falando de gente que ganha pouco, ganha dois salários mínimos, três salários mínimos.

Não há aqui nem o estímulo dos valores cristãos! Não há aqui a compaixão, a solidariedade, a preferência da luta pelos pobres. Vejo tanta gente se dizer cristã aqui e professar com orgulho a sua fé, mas, na hora de colocar em prática os valores de Nosso Senhor Jesus Cristo, isso passa longe.

O que nós estamos fazendo é mexer com 70% das pessoas. Na questão da pensão por morte, Deputado Samuel, ganhar menos do que um salário mínimo não é justo. A regra não pode ser a mesma para todos. A regra tem que levar em conta a diversidade. A pessoa só vai ganhar um salário mínimo se ela não tiver nenhuma renda. Quem tem renda de um salário mínimo, e morre o cônjuge, ela vai receber só meio salário! As pessoas continuam com as despesas que elas tinham quando eram casadas ou estavam na companhia de alguém. Continuam com o mesmo aluguel, continuam com a mesma conta de água, continuam com a mesma conta de luz. Qual é a lógica de baixar a renda dessas pessoas? Nós vamos empobrecer mais a população!

Nós conseguimos, com a Constituição de 1988, um feito maravilhoso: ninguém pode ganhar menos do que o salário mínimo. Isso é regra. Essa regra, pelo menos, atende à maioria, ao conjunto da população. Agora nós vamos nos desfazer dessa regra! O que isso vai ajudar? Nós precisamos de economia com dinheiro circulando, não com dinheiro represado. O Lula sempre disse: "*Coloque o dinheiro na mão de um pobre, que a economia multiplica; coloque na mão de um rico, que ele coloca no banco*". É assim que fazemos a economia funcionar: colocando o dinheiro na mão das pessoas mais pobres.

Olhem, 80% de quem é beneficiado por pensão por morte são mulheres. E, em 2017, o total de pensão concedida às mulheres, 46,4% era de até um salário mínimo, e 35% na faixa de 1% a 2%. Nós estamos falando de 80% das pensões. É sobre essas pensões que vai recair a regra que V.Exa. está colocando. É uma regra que tenta melhorar um pouquinho, mas é também uma regra que penaliza aquele que trabalha e que ganha uma rendazinha.

Vou dar um exemplo de novo aqui: a empregada doméstica que é casada com alguém que ganha um salário mínimo. Se esta pessoa morrer, ela não vai ganhar um salário mínimo de pensão, ela vai ganhar 50% mais os 10% complementares por filho. Qual é a lógica de tirar meio salário mínimo de uma pessoa que só ganha um? Eu não vejo qual é a justiça e como que essa regra pode ser aplicada e justificada.

A regra tem que levar em conta a diversidade. Isso está que nem a questão da técnica e da política. Ora, a técnica qualifica a política, e a política dá sentido à técnica. Elas não andam separadas. Nem tudo que só técnica é bom, nem tudo que é só política é bom. Precisamos unir as duas coisas.

Eu queria fazer um apelo para V.Exa.: que fosse retirada essa expressão "outra renda", para que ficasse pelo menos o direito assegurado do benefício da pensão ser de um salário mínimo. Isso seria o mínimo, seria o justo, seria o necessário para o povo pobre deste País. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Gleisi Hoffmann.

Com a palavra o Deputado Carlos Veras, que abriu mão da intervenção. S.Exa. tem 5 minutos.

Eu quero lembrar que nós ainda temos o expediente e a leitura da ata. Farei questão de ler a ata inteira da sessão passada, e tenho certeza de que todos serão solidários a mim. Ficarão aqui comigo até o final. (*Risos.*)

Eu quero ver a Oposição fazer obstrução a esta ata agora! Naquela do começo, foi fácil. Eu quero ver nesta!

Tem a palavra o Deputado Carlos Veras.

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero iniciar saudando os novos Deputados desta Comissão, porque durante a noite de hoje houve muitas substituições, e muitos não tiveram condição de acompanhar conosco este debate longo das audiências públicas, um debate acumulativo aqui. E quero pedir a S.Exas. que não votem de acordo só com as orientações que receberam, ao virem para cá nesta noite. Que possam também avaliar, votar um pouco mais com o coração, com a razão, para não votarem simplesmente com a orientação que trouxeram, para poderem substituir os colegas.

Sr. Relator, a pensão, Sr. Relator! Eu estou falando de pensão aqui para quem ganha um salário mínimo, os trabalhadores e as trabalhadoras. A Deputada Gleisi Hoffmann deu aqui exemplos claros.

E eu quero aqui, Silvinho, Deputado Silvio Costa Filho — e V.Exa. conhece a vida dos trabalhadores rurais, sabe que nós militamos na vida e atuamos junto aos homens e mulheres do campo —, perguntar: qual é o privilégio de uma mulher trabalhadora rural aposentada, que terá a dor da partida, da perda do seu companheiro, e não terá direito a ter um salário mínimo? Que pelo menos o mínimo, Relator, que pelo menos o mínimo seja garantido!

Fala-se de um salário mínimo como se fosse 10 mil reais. Não é, não chega a mil reais o salário mínimo. Qual é o privilégio que tem?

Vamos garantir que o trabalhador e a trabalhadora tenham um benefício que não seja menor do que um salário mínimo. Está na Constituição Federal, no art. 7º, inciso VII: "garantia de salário, nunca inferior ao mínimo (...)". Pelo amor de Deus! Vão rasgar, mais uma vez, a Constituição Federal? Foi assim na Emenda 95, na reforma trabalhista, e tem sido assim até com juiz que não respeita a Constituição Federal.

Se querem alterar tanto a Constituição, porque não chamamos uma Constituinte exclusiva e soberana para discutir a Constituição, se ela está tão inconforme com a realidade de vocês? Se vocês não a aceitam, se vocês não a seguem mais, se não preservam esta Constituição, então chamem logo uma Constituinte e vamos discutir a Constituição! Mas, alterando aos pouquinhos, rasgando-a folha a folha, o que vai sobrar desta Constituição Federal? Não está sobrando absolutamente nada.

Estamos aqui para pedir àqueles que ainda têm um pouquinho de humanidade, àqueles que ainda se comovem com a dor daqueles que precisam, daqueles precisam do mínimo para sobreviver. O dinheiro de uma pensão por morte de quem recebe um salário mínimo é para a família inteira, para toda a família, netos e bisnetos! O dinheiro do aposentado fica na farmácia — na farmácia! —, para comprar remédio e poder sobreviver, porque trabalhou, e trabalhou muito! Acumulou muitos desgastes, desgaste físico e mental. Por isso, é muita, mas é muita injustiça não se garantir o mínimo, o mínimo, que é o salário mínimo!

V.Exa., Relator, em alguns pontos tem dado demonstração de que é possível avançar. Eu não perdi ainda a esperança de podermos avançar neste ponto da pensão. Vamos legislar para aqueles que precisam, para os que mais precisam, que são os mais humildes, os mais pobres. Fazer isso com uma empregada doméstica que vai perder o marido e vai ter apenas mais 50% para ajudar a família? Vai-se o parceiro, perde-se o companheiro, mas não diminuem as despesas. As despesas continuam as mesmas. Contudo, além da dor da perda do companheiro ou da companheira, ainda haverá a dor de ter que arcar com as despesas da casa, da família, com um recurso bem menor.

Portanto, nós estamos aqui para defender os trabalhadores e as trabalhadoras, e uma pensão justa para o povo brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Eu vou ser breve, porque todos os destaques do PT — V.Exas. vão ver na sequência — são na direção de não se fazer a reforma. Eles suprimem. Este é para suprimir o cálculo novo de pensão por morte. É para manter tudo como está, é para não ter reforma.

Vejam as evoluções. Nós falamos de tempo mínimo de contribuição. Nós diminuimos o tempo da mulher, da PEC que veio para cá. Não é verdade que não terão um salário mínimo. Por sinal, fomos nós que garantimos que tivessem no mínimo um salário mínimo, para completar a renda. Foi aqui que nós fizemos isso.

Vejam, qual é a questão? A questão é que agora, pela primeira vez no Brasil, uma pensão vai ser calculada em 50% para o grupo da família, seja só a esposa ou qualquer um, e mais 10% para ela ou para ele, e mais 10% para cada filho dependente, que é o objetivo claro de uma pensão. O Brasil é o único país que paga pensão para uma pessoa que não tem filho. Isso tudo está sendo alterado dentro de propostas concretas, não de se manter como está. Tem que haver propostas. E houve evolução.

Portanto, eu queria, mais uma vez, que nós caminhassemos no sentido de fazer a reforma com toda a discussão que nós fizemos aqui e pudemos realizar, porque, se for para derrubar a reforma... E vem o próximo destaque. Vem o cálculo do benefício, depois vem o cálculo da pensão, o cálculo do salário, o cálculo da aposentadoria. Assim não dá. Então, nós temos que caminhar dentro desse contexto.

Eu não quero gastar o tempo, mas nós estamos falando das regras de cálculo. Então, eu pediria que continuássemos juntos e votássemos "não", para que não se deixasse suprimir esse trecho do nosso relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Trata-se de destaque de votação em separado. Portanto, quem vota "sim", aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator; quem vota "não", rejeita a matéria destacada e altera o texto do relator.

Como vota o PT?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente, Sr. Relator Samuel, o nosso destaque critica a linha geral da reforma, não é que ele seja contra a reforma. A linha geral que tanto o Bolsonaro como V.Exa. utilizaram é a seguinte: tanto faz se a pessoa ganha 10 mil, 15 mil, ou se a pessoa ganha 1 mil reais. A coisa não é assim! Se regulassem as pensões para limitar, por exemplo, a de um casal em que um ganha 10 mil reais... Um deles é um militar, por exemplo, e ganha 15 mil reais, e a esposa é uma procuradora que ganha 20 mil reais. Aí, sim, podem-se fazer adaptações e cortes. Agora, tratar com essa mesma regra um casal em que ele é agricultor e ganha um salário mínimo, e a esposa trabalha como zeladora e ganha 1.500 reais?! Aí ele morre; a renda da família era 2.500 reais; e o senhor quer cortar 20% da renda da família, quando esse marido morrer! Isso não é razoável. Isso é ajuste fiscal cruel, não é reforma de Previdência!

Somos contra e, por isso, pedimos apoio a esta emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT vota "sim".

Como vota o PSB?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - O PT vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Desculpe-me, Deputado. O PT vota "não".

Como vota o PSB?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, o PSB também vota "não", e vota "não" porque, realmente, este é o cerne da reforma: a reforma retira daqueles que não podem mais ter nada retirado. Ela vai lá no bolo das pensões e arranca 30 bilhões de reais dessas pensões. Em cima de quem? Em cima justamente daqueles que não podem mais ter perda alguma, como bem disse o Deputado Henrique Fontana.

O destaque do PT é justamente para suprimir a regra do cálculo de pensão por morte, porque é uma regra injusta, é uma regra cruel, é uma regra que faz com que aquela ou aquele, conforme o caso, que perde o seu parceiro de vida tenha que, além disso, perder até 40% do valor da sua aposentadoria. Esse é um raciocínio que é agradável para o Relator e é agradável para os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB, Deputada?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Eles partem do princípio de que a única fórmula de fazer a reforma da Previdência é arrancando do regime geral e arrancando daqueles que menos podem pagar.

O PSB diz "não" a esse tipo de reforma.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "não".

Como vota o PDT?

**O SR. FÁBIO HENRIQUE** (PDT - SE) - Sr. Presidente, levando-se em consideração que o rolo compressor está ligado, pouco adianta argumentar. Resta-me dizer que o PDT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "não".

Como vota o PSOL?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, a respeito da questão da pensão por morte, quando se fala na cota de 10% por filho, estima-se que com cinco filhos se completariam os 100%. Mas, ao mesmo tempo, acrescenta-se que, se um desses filhos perder a condição de dependente, perdem-se os 10%. Portanto, dentro dessa regra, não é que os 100% vão se manter muito tempo, porque o número de dependentes tende a diminuir, consequentemente os 10% vão cair.

O que percebemos, Sr. Presidente e Sr. Relator, é que as regras são frias, são técnicas, são objetivas, e do outro lado há uma realidade bastante diversa, bastante complexa, que não é conhecida por quem estabelece as regras. Quando caímos na realidade, vemos que as mulheres são quase 50% dos chefes de família, sem condições de trabalho com certa estabilidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que encaminhe o voto, Deputada.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, lamentavelmente, aquilo que precisava ser discutido não se discute. Ficamos apenas assim, nesse ciclo vicioso.

Então, vamos votar "não", porque discordamos da regra. E não se abre um debate sobre as regras, muito menos há disposição para revê-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Não ganhamos, Sr. Presidente, um desses destaques! O que estamos fazendo aqui, Sr. Presidente?

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Luiza Erundina, com todo o respeito que V.Exa. merece, nós tivemos — a Assessoria me passou ainda agora, e eu vou fazer um balanço final — 185 horas de debate sobre esta matéria. Então, pode ter havido outro tipo de problema, mas falta de debate — V.Exa. vai me desculpar — efetivamente não tivemos. *(Palmas.)*

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Na verdade, Sr. Presidente, o problema que nós tivemos não aconteceu aqui nesta sala. O problema que nós tivemos é uma conjuração no sentido de fazer valer uma vontade econômica, porque, como não há condições de fazer uma reforma fiscal, querem resolver, em tese, o problema da economia nos ombros dos mais pobres.

Querem impor esta regra de pensão à mulher que perde o provedor. É triste, inclusive, ver mulheres defendendo isso. É um absurdo! É algo extremamente cruel, e é cruel porque você tira o alimento. Inclusive, eu creio que isso será judicializado, porque é contra o direito humano, o direito alimentar. É um processo que leva à miserabilidade e à fome. É uma regra absolutamente injusta, é uma regra excludente e é uma regra que faz dos mais pobres aqueles que precisam ser excluídos e banidos do processo de inclusão social.

Portanto, o PCdoB vota a favor do destaque e "não" ao texto cruel de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada.

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Esta reforma é uma *(inaudível)* de vida da maioria do povo brasileiro!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE orienta "não", por entender que os mais pobres não podem ser penalizados na reforma da Previdência. Nós precisamos ter bastante cuidado em relação a classes, principalmente às mais sensíveis. Nós estamos buscando solução de problemas no Brasil, e não penalizar os mais

injustiçados, os mais vulneráveis. A pensão por morte, como o próprio nome diz, já traz tristeza, e nós não podemos colocar uma pena a mais para a pessoa que já vai conviver com a perda de alguém e, mais ainda, fazê-la perder condições de ter uma vida mais digna e inclusive manter a sua sobrevivência física neste País, que já passa por certas dificuldades no acesso aos principais direitos sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado à REDE.

Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, eu fico me perguntando como as pessoas que estão votando a favor dessas crueldades vão olhar para as empregadas domésticas das suas casas, as faxineiras, as merendeiras das escolas dos seus filhos, as professoras das escolas municipais, dos pequenos Municípios dos seus Estados. Talvez nem passem por elas, talvez nem olhem para o rosto delas. Não sei nem se sabem os nomes, mas objetivamente a invisibilidade dessas pessoas não tem tocado nem o coração nem a consciência dos Parlamentares e da Parlamentar ou das Parlamentares que estão votando a favor desse tipo de crueldade.

Esse critério injusto que se estabelece neste momento aqui para a pensão do cálculo redutor da pensão das mulheres é algo que de fato, Deputado Samuel Moreira, vai ficar para história. Eu espero que no plenário nós consigamos reverter o tamanho dessa perversidade, dessa crueldade, porque, de fato, fazer reforma sobre a população pobre não pode ocorrer. Não pode haver esta reforma da Previdência. Esta, de fato, não poderia haver.

A Minoria encaminha "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria encaminha "não".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Sr. Presidente, nos debates preparatórios para a votação, eu mostrei que, das quatro regras que vão reduzir os benefícios dos brasileiros, esta é uma delas. E ela tem uma contribuição fundamental para fazer com que uma pessoa que ganhe dois salários mínimos deixe para a sua viúva ou o seu viúvo algo em torno de 500 reais. É isso que essa reforma vai fazer. Portanto, rejeitar esta proposta significa evitar esse peso que vai se abater sobre as famílias brasileiras depois da aprovação desta proposta.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós tivemos, sim, muitas audiências públicas, mas hoje o debate mostrou como vários dos dispositivos não foram compreendidos por vários Colegas. E há muitas injustiças ainda. O debate de hoje serviu para mostrar isso, mas, infelizmente, os que apoiam o Governo vieram para cá decididos a não aceitarem nenhuma mudança que minorasse os sofrimentos dos brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria? *(Pausa.)*

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - "Sim".

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - "Sim".

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Mas é assim, Sr. Presidente? Tem que registrar ao microfone a orientação. É desse jeito? Tem que assumir.

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Sr. Presidente, com toda a minha crueldade, é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Maioria vota "sim".

Como vota o Governo?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, só quero registrar uma coisa. Deputada Jandira Feghali, todas as nossas votações, como nós pactuamos desde o início, têm sido nominais. Então, não há nenhum Deputado que não tenha clara a sua posição ao final.

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

Esta é a quarta votação com esse procedimento, Sra. Deputada.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não, não. Os partidos não são obrigados a fazer o encaminhamento. Eles não estão fazendo. A Maioria faz encaminhamentos, e os partidos seguem.

Como vota o Governo?

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - O Governo vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "sim".

Passemos à votação.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Passo a palavra, enquanto acontece o processo de votação, ao Deputado Samuel Moreira, por 1 minuto.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Quero só registrar aqui a MP nº 664, de 2014, da Dilma, que ela enviou para cá e depois acabou caducando — mas S.Exa. enviou —, e que o Governo Bolsonaro acabou copiando. Vamos ver se é parecida:

*O valor mensal da pensão por morte corresponde a 50% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data do seu falecimento, acrescido de tantas cotas individuais de 10% do valor da mesma aposentadoria, quantos forem os dependentes do segurado, até o máximo de cinco.*

É isto, é exatamente igual.

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - É igual?

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - É igualzinha!

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - É da Dilma, não é? *(Palmas.)*

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Eu nem acho que seja uma referência, não é isso. Eu acho que nós mantivemos isso na PEC. Algumas coisas nós alteramos, como o tempo de contribuição, mas o fato é que é isso — é isso! A Dilma mandou exatamente a mesma.

*(Intervenção fora do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Enquanto estamos em processo de votação, vou conceder a palavra por 1 minuto.

Com a palavra, primeiro, a Deputada Gleisi Hoffmann; depois, a Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

O microfone está ligado, Deputada Gleisi Hoffmann.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Mas ele não liga!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Então, vou conceder a palavra, primeiro, para a Deputada Jandira Feghali, depois para V.Exa. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, por 1 minuto.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Presidente, primeiro, informo que a MP 664 não caducou. Eu era Líder da bancada do PCdoB, e a Medida Provisória nº 664 não caducou, ela foi votada. Quando essa proposta chegou a esta Casa, nós dos partidos de esquerda debatemos e modificamos essa proposta. E mantivemos essa proposta no que ela é hoje. Nós temos coerência, Deputado Samuel. Hoje os 100% das pensões estão mantidos porque nós mudamos o texto da medida provisória. O Governo sancionou como nós modificamos, e a Presidenta Dilma, junto com a Esquerda e junto com o Parlamento, que votaram modificando, concordaram em manter a pensão nos 100%, como ela é hoje. Portanto, essa proposta não foi aprovada por concordância do Governo, junto com a Esquerda, hoje aqui coerentemente defendendo a mesma posição. A medida provisória não caducou e foi aprovada com a nossa posição de 100% da pensão, como ela é hoje.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Fale a verdade inteira, Deputado Samuel. Fale a verdade inteira, porque meia verdade é mentira.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Calma!

Ainda falta algum Deputado votar? *(Pausa.)*

Eu quero conceder a palavra à Deputada Gleisi Hoffmann, mas...

Ainda falta alguém votar? *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Gleisi Hoffmann por 1 minuto, enquanto o Deputado Paulo Ramos vota.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero reforçar o que a Deputada Jandira Feghali falou: se veio a proposta, ela foi modificada, por força da discussão com a base, por entendimento que tínhamos à época. E havia contrariedade também dentro da própria bancada do PT. Portanto, nós agimos de forma democrática e pudemos corrigir isso, não deixando que isso acontecesse.

Por isso, nós temos condições de vir aqui hoje, olhar no seu olho e dizer que somos contra isso e que essa regra geral é errada, porque não leva em consideração as diferenças salariais do povo brasileiro.

Quero dizer mais: nós nunca nos abstivemos de tentar consertar problemas. Não vamos esquecer que a vitaliciedade das esposas jovens foi retirada pelo nosso Governo, porque antes isso era vitalício, assim como a vitaliciedade da pensão das filhas de militares. Sempre tentamos e conseguimos consertar as coisas erradas. Agora, não é colocando todo mundo na mesma regra, principalmente os mais pobres...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Vejam, eu disse que não é porque foi a Dilma que mandou, que é uma boa referência; eu não estou dizendo isso. Estou no mérito, estou dizendo do mérito. Com o mérito nós concordamos, nós estamos concordando com este mérito: é preciso mudar essa regra. Nós não estamos fazendo porque foi ela que mandou, estamos fazendo para mudar essa regra. Agora, se ela mandou... O PT!

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vou lhe dar a palavra, Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Encerre a votação, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A votação está encerrada.

Eu peço à Secretaria que publique o resultado.

Enquanto isso, ouço o Deputado Henrique Fontana por 1 minuto.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Samuel Moreira, com muita tranquilidade eu quero colocar que o seu exemplo é ótimo para mostrar a diferença. Deputado Samuel, peço a sua atenção: seu exemplo é ótimo para mostrar a diferença. Eu considero que naquele momento houve um erro grave do nosso Governo ao enviar essa proposta. Como é que nós reagimos? Nós criticamos o Governo — pelo visto, a base de hoje não tem essa capacidade — e dissemos: *"Está errado mexer em pensão de quem ganha um e dois salários mínimos"*. E rejeitamos.

Aliás, na época, o PSDB também rejeitou essa medida. Naquela época, o seu PSDB também rejeitou essa medida. Então, ela era errada mesmo e continua errada hoje. Era errada naquela época e é errada hoje.

Agora, o senhor consegue reconhecer isso e retirar do relatório? Este é o meu desafio: reconheça o erro e retire do relatório!

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Eu já disse que não é o mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos proclamar o resultado: “sim”, 33; “não”, 12.

Aprovada a matéria destacada. Fica mantido o texto do Relator.

Só faltam três destaques.

Destaque de bancada:

Destaque nº 141, do PT.

*Votação da expressão "média das 80% (oitenta por cento) maiores", constante no inciso I do § 7º do art. 201, constante do art. 1º da Emenda nº 228, no intuito de substituir a expressão "média aritmética simples dos", constante no caput do art. 27.*

Encaminhamento de votação.

Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu quero começar defendendo este requerimento de mudança, referenciado nos partidos que apresentaram emenda igual a esta.

O PSDB, partido do Relator, apresentou a mesma emenda nesta proposta de reforma da Previdência; o PTB, do meu colega Marcelo Moraes, que está à minha frente, defende a sua proposta; o PP defendeu essa proposta com emenda.

É porque ela é justa, Relator. Foi por isso que o seu partido também apoiou esta emenda. Por quê? Para reconhecer, Deputada Jandira, que hoje um trabalhador que inicia sua vida de trabalho aos 15 anos, 16 anos, 17 anos ganha um salário mínimo e vai se qualificando. Isso é a meritocracia de que alguns falam aqui. Aí ele consegue melhorar depois de 5 anos e passa a ganhar 1.500 reais, Presidente Marcelo; depois, ele batalha ainda mais, faz um curso técnico, busca uma qualificação. Se ele trabalha na construção civil, ele aprende, por exemplo, ofícios mais complexos da construção civil e consegue ganhar 2.000 reais, 2.500 reais.

E hoje a regra, com justiça, diz o seguinte: quando o senhor for se aposentar, aos 65 anos...! Eu não estou falando de aposentadoria precoce, eu estou falando de um trabalhador que, depois de lutar dos 15 aos 65 anos de idade, depois de trabalhar 50 anos, ele vai se aposentar. Pois bem, hoje a regra diz para ele o seguinte: *"Olhe, desses seus 50 anos de trabalho, você pode pegar 10 deles, os que você tem o menor salário, e tirar do cálculo da média"*. Relator, por que tirar da média esses 10 anos, dos 50 anos, Deputado Silvio Costa Filho? Porque nós não podemos — é um crime — jogar a aposentadoria do cara lá para baixo, dizendo: *"Olhe, agora você ganha 3 mil reais como um marceneiro qualificado, mas eu vou pegar o primeiro salário que você recebeu, quando tinha 16 anos, e vou colocá-lo na média, para reduzir o valor da sua aposentadoria"*.

Isso não é reforma de Previdência, isso é corte de recursos! Isso é confiscar a aposentadoria das pessoas! Só esta regra, Deputada Luiza Erundina, vai reduzir 15% no valor das aposentadorias.

Todos os trabalhadores do setor privado que estão me ouvindo, todos os que contribuem para o INSS, todos vocês, podendo faltar 1 mês, 1 ano, 10 anos, 15 anos para se aposentarem, todos vocês terão um corte de 15% no valor da aposentadoria.

E isso não tem nada a ver com a mudança demográfica do País, não tem nada a ver com o fato de que os brasileiros — que bom! — estão vivendo mais, estão vivendo 2 anos ou 3 anos a mais, em média. Então, ajustam-se idades, mas é um crime cortar a aposentadoria do cidadão.

E esse cidadão ganha pouco. A média das aposentadorias do regime geral no País é 1.600 reais. Querem cortar 15% dessas aposentadorias, e querem cortar numa pancada! Não há regra de transição para a mudança de cálculo. Pode faltar 1 dia para o cidadão se aposentar: ele será cortado em 15% só por esta regra.

Isso é tão verdade, Relator, que o seu partido também apoia esta mudança, também apresentou esta emenda.

E espero que V.Exa. não diga que estou defendendo esta emenda porque o PT quer terminar com a votação aqui, porque o PSDB não quer terminar. Isso é justo? Se porventura V.Exa. me disser: *"Ah, mas vai ter um impacto de 50 bilhões esta mudança!"*, vamos votar uma fonte tributária para repor esses 50 bilhões de reais, mas não vamos tirar 200, 300, 500 reais da aposentadoria de quem vai ganhar 1.500 reais ou 2.000 reais. Esta é a questão, Deputado Marcelo Ramos. Isto aqui é de uma crueldade!

Eu vou repetir para um colega que ironizou: *"Voto, com crueldade..."* Ele se sente orgulhoso de votar com crueldade! Isto aqui é uma crueldade.

O Brasil não precisa disto. O Brasil tem outras alternativas para melhorar as suas contas e a sua economia. Por isso é que eu peço o apoio a todos para esta emenda justíssima para milhões de brasileiros. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

Vejam, realmente, há algumas semelhanças que nós não podemos deixar de identificar: tivemos um Presidente da República que disse que ia cassar os marajás, e confiscou a poupança de grande parte da população brasileira; agora temos outro que disse que ia combater os privilégios na Previdência Social, e está confiscando a aposentadoria da população mais pobre deste País.

Gente, privilégio na Previdência Social hoje só existe na categoria do Presidente: só os militares das Forças Armadas. Somente! Todas as outras categorias têm teto. Reformas feitas pelos Governos do PT que estabeleceram os tetos para o Executivo, para o Legislativo e para o Judiciário. Até o Judiciário, que, na atividade consegue furar o teto, na inatividade não tem mais essa diferenciação.

Mas os militares não vão ser atacados, não vão ser alterados. Muito pelo contrário, vão ganhar progressão, melhoria financeira no seu plano de carreira. E a população que ganha menos de dois salários mínimos vai ser confiscada no abono salarial, vai ser confiscada no salário família, vai ser confiscada no cálculo da aposentadoria, vai ser preterida na idade para se aposentar, quando não vier a perder completamente a possibilidade de alcançar a aposentadoria. Essa é a situação que nós estamos vivendo.

Como já comentei inclusive anteriormente, esta proposta não visa equilibrar financeiramente a Previdência Social, porque se visasse, Deputado Samuel Moreira.... É como o Deputado Henrique Fontana disse, vamos mexer na receita para equilibrar com as despesas, vamos ver as fontes onde podemos tributar, porque não são tributados... A elite deste País não paga imposto. Vamos colocar os privilegiados para pagar imposto e garantir a aposentadoria da população mais pobre. Mas, não! Vocês estão tirando o direito previdenciário da população mais pobre, estão confiscando da aposentadoria e da pensão para garantir e aumentar os lucros dos rentistas, para aumentar os lucros dos que vivem da dívida pública.

Quando vocês aprovaram aqui, no Governo Temer, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, para congelar os gastos que retornam para a população sob a forma de impostos, vocês se esqueceram de um detalhe: todos os gastos públicos são cortados no Orçamento. Para a saúde, o orçamento deste ano é 0,38% maior do que no ano passado, muito menor do que a inflação. Vocês cortaram o orçamento para as universidades. Mas há um orçamento que vocês não conseguem cortar, que é o da Previdência, porque são direitos individuais conquistados e alcançados administrativamente, ou vão ser garantidos pelo Judiciário.

Por isso, vocês, como não podem cortar no orçamento da Previdência para conter o gasto previdenciário, querem e vão cortar os direitos. Estão confiscando aposentadorias e pensões, estão cortando direitos da população que mais precisa do apoio do Estado brasileiro, que mais precisa de suporte.

E o resultado? Não existe outro, não. Realmente, vai ser difícil. Eu sei que muitos aqui que são tão — não gostei deste termo "cruéis", não — insensíveis, são tão despreocupados com a população, são tão submissos aos interesses da elite econômica, que estão pouco se lixando para a miséria que vai voltar a crescer neste País.

Eu me orgulho muito, entre outras questões, Deputada Gleisi, de ter sido no nosso Governo que o pobre idoso deixou de ser um estorvo para a família, deixou de ser um problema, deixou de ser despesa e, muitas vezes, passou a ser o provedor, graças à ampliação do acesso, à valorização do salário mínimo, à garantia que a Seguridade Social passou a dar neste País. Agora vocês estão revertendo isso: vocês vão colocar os idosos novamente na miséria, vocês vão colocar as viúvas na

miséria, vocês vão jogar na miséria milhões de brasileiros que, graças à Seguridade Social, tiveram condições de colocar comida na mesa. Com isso eu sei que a maioria não está preocupada, não tem a menor sensibilidade. Mas, mais à frente, a história vai cobrar a destruição que estão fazendo com uma política pública como essa...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Jorge Solla.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Mais uma vez, mudança nas regras de cálculo. Manter tudo como está... Nós estamos todos relativamente cansados. Acho que Dilma também... Não sei se foi derrubando as MPs dela... Talvez ela tivesse mais dificuldade com o time mudando e derrubando MPs.

Eu acredito nestas regras de cálculo. Eu acredito nestas regras de cálculo. Acho que nós devemos mudar, fazer a reforma. Aqui o que nós estamos vendo é o PT deixando tudo como está, suprimindo mais uma vez o cálculo que está sendo proposto neste destaque e no próximo também. Mais uma mudança no cálculo, deixando tudo como está.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (Bloco/MDB - RS) - Piorando o quadro fiscal.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Se nós queremos fazer...

Lógico, piorando o quadro fiscal. É evidente. E a Previdência com o déficit lá em cima, quebrando o País, que foi o que aconteceu.

Então, nós temos que ter agora coragem de enfrentar esta reforma, com bastante responsabilidade e lutar para que este País cresça. Não será a reforma. Deve haver outras medidas. Eu já disse: tem que haver um Governo fazendo outras medidas. Mas a reforma é inevitável.

Quero pedir mais uma vez que sigamos juntos neste destaque e no próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Trata-se de destaque de parte de emenda. Portanto, quem votar "sim" aprova a parte destacada da emenda e altera o texto do Relator, quem votar "não" rejeita a parte destacada da emenda e mantém o texto do Relator.

Como vota o PT?

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, nós votamos "sim", porque esta medida novamente, Deputado Samuel Moreira — e V.Exa. está falando tanto em Dilma, tanto tem referência nela —, tira renda da sociedade — tira renda! O correto seria se aposentar com o último salário da ativa. Nós já temos uma regra pela qual se aposenta com 80% da média dos melhores salários, para que possa carregar o benefício junto com o tempo da contribuição, com a contribuição no tempo, melhor dizendo.

V.Exa...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Não, não é assim. Hoje é 80%, não o último salário da ativa, justamente para carregar a contribuição no tempo. Ao colocar em 100%, nós estamos diminuindo, é claro, a expectativa de aposentadoria do cidadão, porque pega os piores salários também. Então, é uma média entre o último salário e o que a pessoa contribuiu durante um tempo na sua vida. Não é justo reduzir, como disse o Deputado Fontana, cerca de 15% na expectativa de aposentadoria da pessoa. Não é justo! E nós somos...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSB?

**O SR. HEITOR SCHUCH** (PSB - RS) - Sr. Presidente, eu sou de um setor da agricultura. Por muito tempo, nós trabalhamos com pesquisa de levantamento de custos de produção agrícola, custos de produção, tabelas de preços. E sempre trabalhamos com aquela máxima de que é preciso ter cuidado com o extremo.

Agora, aqui está se descontando na ponta, no lado de cima, quando a pessoa está chegando ao final da sua jornada. Descontar esse percentual que está proposto aqui vai fazer com que efetivamente esse cidadão ou essa cidadã receba muito menos na aposentadoria do que na atividade do seu cotidiano.

Como dizem lá na minha terra, quando é para pagar, é sempre um valor cheio; agora, quando é para receber, é burocracia, desconto, fila, prazo, taxa e carimbo.

Portanto, nós votamos "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "sim".

Como vota o PDT?

Deputado Paulo, está todo mundo aqui da Mesa com uma curiosidade: V.Exa. é o único Deputado que desde às 9 da manhã não levantou nenhuma hora da cadeira. Perguntam aqui se V.Exa. não vai ao banheiro, não bebe água, não come. (*Risos.*)

É brincadeira, Deputado Paulo. É brincadeira. E ainda fica fazendo arte ali. Desde ontem que está fazendo essas belas artes. É brincadeira, Deputado Paulo.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Quando esta Casa era... Na Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo nosso grande Ulysses Guimarães, Dr. Ulysses sentava-se à Presidência e, diferentemente de outros Presidentes, presidia a sessão. Ele não se ausentava, ele não delegava para Vice ou para qualquer membro da Mesa; ele permanecia por toda a sessão. E nós brincávamos com ele, chegávamos à mesa: "*Dr. Ulysses, deixe-me ver se a lata está cheia aí*", porque ele não se levantava. Só para contar...

Mas eu quero fazer um registro aqui, Sr. Presidente, que considero importante. Nós estamos falando dos militares das Forças Armadas, como se todos os militares das Forças Armadas tivessem sido beneficiados. Os militares mais jovens e os menos graduados não estão contemplados nesta reforma. Eles estão revoltados e estão se considerando também traídos pelo Presidente da República.

Quem está satisfeito com o tratamento que foi dispensado aos militares das Forças Armadas são aqueles que caminham sempre para alcançar os altos escalões. Quem está falando em nome das Forças Armadas são os oficiais generais...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que oriente, Deputado.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Estou orientando.

Só quero fazer este registro, porque militares das Forças Armadas não... Há uma parcela inclusive que está excluída, insatisfeita, revoltada.

Mas, Sr. Presidente, só para dizer uma coisa: esta proposta...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que oriente.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Esta proposta é do Presidente da República, mas esta proposta de reforma da Previdência também é do DEM e do PSL...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Paulo, eu peço a V.Exa. que oriente.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - ...com o apoio de outras legendas...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado, como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - ...que gravitaram em torno de todos os Governos...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - ...apoioando qualquer Governo, por razões óbvias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - É isso aí. Têm que ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A culpa foi minha, porque eu tomei 30 segundos do tempo do Deputado Paulo com a minha brincadeira no início.

Como vota o PSOL?

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL?

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Ouvir é isso.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Presidente, este destaque é muito importante porque trata de um dos pontos mais cruéis da reforma da Previdência e também do relatório apresentado. Não basta o trabalhador ter que contribuir por 20 anos para ter acesso a 60% do benefício — 20 anos estes que já são muito maiores do que a média padrão que os homens conseguem contribuir —, mas vai ter acesso, na verdade, a uma aposentadoria rebaixada, porque na proposta do Presidente e do Relator não se excluem mais os 20 menores salários, que é o cálculo com base em 100% daquilo que o cidadão conseguiu ganhar ao longo de sua vida, sendo que todos começam ganhando menos e, ao longo da vida, ganham mais. Isso pode baixar muito a aposentadoria de todos os trabalhadores brasileiros do Regime Próprio, do Regime Geral, e causar um impacto gigantesco na economia.

Por isso, o PSOL orienta o voto "sim" para a supressão deste item da reforma da Previdência.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Sâmia.

O PSOL orienta o voto "sim".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, eu fico inclusive estupefata com o sadismo de alguns. Eu digo sadismo porque é impossível se comemorar uma perda de direitos com tamanha fluidez, com tamanha tranquilidade. Nesta hora que estamos aqui, apesar do sacrifício de horas de debates, os trabalhadores que vão acordar às 5 horas da manhã já se deitaram, e vão trabalhar possivelmente para alguma terceirizada de uma fábrica, sem garantias, terceirizadas que muitas vezes somem e não pagam os direitos sociais dos trabalhadores. E quando se vai atrás da sede da terceirizada, é um terreno baldio, como eu já encontrei.

É um absurdo tratarem com total desdém a vida das pessoas! Desdém! Desrespeito! Porque a esta hora não têm mais verniz!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Oriente, Deputada. Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Não têm mais verniz! Não têm mais pudor!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - O PCdoB vota "sim" a esta supressão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE orienta o voto "sim", por entender que há possibilidade de retornar a uma proposição mais justa. Por essa razão, eu considero que há tempo ainda de repensar e considerar o que está propondo esta emenda, justamente para que haja uma consideração na média de 80% das maiores contribuições.

Para fazer justiça social, a orientação é o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PTB?

**O SR. MARCELO MORAES** (Bloco/PTB - RS) - Presidente, na verdade, a derrubada deste destaque representa a diminuição do poder de compra dos aposentados.

Eu vejo o Governo se vangloriando de dar um desconto de 0,5% na sua alíquota. Isso representa apenas 7 reais para os trabalhadores do RGPS, que ganham em média 1.400 reais. O que eu não vejo, Deputado Henrique Fontana, é o Governo explicar por que descontar na aposentadoria 400 reais por mês de todos esses trabalhadores e trabalhadoras que vão cair para o salário mínimo.

Então, é importante aprovarmos este destaque na Comissão. Se não tivermos sucesso aqui, que trabalhemos muito fortemente para tentar validar este destaque no plenário.

O PTB orienta o voto "sim".

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB orienta o voto "sim".

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - O microfone desta bancada não está funcionando, Presidente.

Sr. Presidente, a Minoria também orienta o voto "sim", porque está exatamente buscando voltar ao texto a média de 80% das maiores contribuições, garantido, portanto, a manutenção do valor de aposentadoria a que hoje o trabalhador já tem direito. Não podemos permitir a regra determinada pelo atual relatório, que é extremamente nefasta ao direito do trabalhador.

Novamente a discussão é sobre a regra de cálculo prevista, porque ela está dentro da lógica que comanda esta reforma da Previdência, que é a lógica fiscalista de cortar, cortar, cortar, como uma motosserra completamente descontrolada, todos os direitos dos trabalhadores que lhe passarem pela frente.

A Minoria não pode concordar com isso e, portanto, orienta o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, este é mais um destaque da Oposição para retirar do texto crueldades contra o povo brasileiro.

Esta proposta de reforma foi apresentada dizendo-se que serviria para combater privilégios. Esse trecho que o Governo quer manter na proposta fará com que quem ganha 1.400 reais, 1.500 reais tenha a sua aposentadoria reduzida para 1.300 reais, 1.200 reais. Estes são os privilégios que o Governo Bolsonaro e quem o apoia querem combater: um mínimo de condições de vida digna na velhice para o povo brasileiro.

Daqui a pouco vamos ter outro destaque voltado para o andar de cima. Vamos ver como o Governo e seus aliados vão votar quando se tratar da desoneração do setor exportador. Vamos ver como é que agem em relação ao andar de cima.

A Oposição vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Oposição vota "sim".

Como votam PSL, PP, PL, PSD, MDP, PRB, PSDB, DEM, Solidariedade, Podemos, PROS, PSC, NOVO, Avante, Patriota, Maioria?

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - É "não"!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Maioria vota "não".

Como vota o Governo?

**O SR. MAJOR VITOR HUGO** (PSL - GO) - O Governo vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "não".

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Falta algum Deputado votar? *(Pausa.)*

Deputada Lídice, vote aqui. Venha por aqui. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço à Secretaria que publique o resultado: "sim", 13; "não", 32.

Rejeitada a parte destacada da emenda. Fica mantido o texto do Relator

Em votação o Destaque nº 58, do PT, para votação em separado do § 2º do art. 27 do substitutivo, com vistas a sua supressão.

Com a palavra o Deputado Henrique Fontana, pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS)** - Presidente, eu sei que todos estão cansados, eu também. Mas isto aqui vai mexer com a vida de milhões de brasileiros. E, nos próximos 90 dias, nós vamos debater muito esta matéria, porque, na minha avaliação, o Governo não vai conseguir votar esta matéria antes do dia 17, agora, de julho. Não há clima para isso. Não há maioria para isso.

Este destaque que nós estamos trazendo, que vamos debater muitas vezes, é uma forma de reduzir valor de aposentadoria, como eu tenho dito, de puro ajuste fiscal. Eu tenho dado esse exemplo, porque sempre se justifica a adequação paramétrica de um sistema de Previdência quando há o aumento da idade média da população.

Agora, nós não podemos dizer que as dificuldades das contas públicas do Brasil... Eu vejo aqui alguns colegas dizerem *"O Brasil está quebrado e quem quebrou o Brasil foi a Previdência"*. Nem uma coisa nem outra é verdade. O Brasil não está quebrado. O Brasil tem 380 bilhões de dólares em reservas e 1 trilhão e 200 bilhões na conta única do Tesouro. E a Previdência de quem ganha 1.500 reais, 2 mil reais, 2.500 reais de aposentadoria não pode ser a causa de o Brasil quebrar. Estão procurando no endereço errado, Deputado Samuel, o ajuste de contas.

Eu sou a favor de ajustar as contas públicas. Aliás, encaminhei aqui muitas vezes votações, suportei estes cansaços, como Líder do Governo Lula, como Líder do Governo Dilma. Votamos aqui o FUNPRESP, que é a mais importante reforma estruturante para a Previdência do nosso País. E, quero destacar que, quando votamos isso, Deputado Silvío, veja a ironia, o hoje Presidente Bolsonaro votou contra essa que era uma mudança estruturante, que respeitava o critério de entrada. *"Olha, vamos mudar a regra para os novos servidores públicos!"*

Agora, aqui, o que nós trazemos com este destaque? Este destaque quer cortar 20%, 30%, 40% do valor das aposentadorias. O anterior, de que eu falei, cortava 15%. Há trabalhadores, Deputado Molon, que, se este aqui não for aprovado, perdem 15%, Deputado Heitor Schuch. E podem perder mais 30% ou 40% por este outro critério. Ou seja, são duas regras draconianas, Deputado Paulo, para cortar a aposentadoria. Por exemplo, um trabalhador da construção civil, um trabalhador metalúrgico vai se aposentar, Deputado Evair, com 65 anos, por idade, se ele tiver 25 anos de carteira assinada só, porque pegou muito desemprego, muito trabalho informal, tentou uma atividade por conta própria, veio crise econômica e não pôde pagar o seu carnê do INSS, aquele mês, se ele tiver 25 anos, veja bem, 10 a mais do que o mínimo de 15%. Só por ter esses 25 anos, ele vai ser cortado em 30% da aposentadoria. Se ele tiver direito hoje a se aposentar com 1.500 reais, só por esta regra, vão baixar para 1.050 reais. Isso é confisco!

Ele não pode voltar a viver, a trabalhar na sua vida de novo porque já tem 62 anos. Vão tirar o pão da boca dele quando ele não tem como reagir. Isso é covardia contra quem ganha pouco. Usem um pouco dessa coragem de vocês para votar o imposto sobre grandes fortunas, para votar o imposto sobre lucros e dividendos. Alguém perguntou há pouco: *"Por que é que não votaram, nos 12 anos, 13 anos em que ficaram no Governo?"* Porque a Oposição ao nosso Governo não deixava votar o imposto sobre lucros e dividendos. E, nós os Deputados da Oposição entregamos os nossos 130 votos na hora em que o Governo quisesse, para votar o imposto sobre lucros e dividendos. Mas o Governo do Bolsonaro não quer o imposto sobre lucros e dividendos, porque o Paulo Guedes e o Bolsonaro querem proteger os mais ricos e esfolar os mais pobres. Essa é que é a verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira Feghali, V.Exa. tem o tempo de 5 minutos.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ)** - Presidente, eu imagino que alguns aqui já não queiram mais nos ouvir, mas nós vamos falar assim mesmo, porque a nossa batalha, a nossa resistência é por convicção.

Eu quero inclusive registrar a minha homenagem ao símbolo da nossa resistência aqui hoje. Depois de tantas horas de debate, de batalha, está sentada aqui, a minha frente, uma nordestina, ex-Prefeita de São Paulo, Deputada Luiza Erundina, que, na minha opinião, é o símbolo de horas de debate e de compromisso com o povo brasileiro. *(Palmas.)*

Saibam que este debate... Eu debato a seguridade social brasileira há 30 anos. E dói, dói ver o que está acontecendo aqui, porque nós temos obviamente um sentimento de luta política. Mas dá indignação, porque aqui entra também a história de cada um, a compreensão que cada um tem dos processos, da construção e das conquistas que o povo brasileiro fez para ter o seu patrimônio dentro da Constituição Federal. E, hoje em dia, muitos não querem ouvir, mas a atual fase do capital é aquela que diz claramente: *"Teremos uma grande massa de contingentes dos chamados descartáveis e sem serventia"*.

Isso é o que estamos fazendo aqui. É exatamente essa vocalização do grande capital que diz: *"Essa parte aí não importa, vamos governar para 10% ou 20% da população"*. É exatamente isso que esta reforma hoje representa, porque, se quisessem de fato mexer com a economia, se quisessem de fato fazer o ajuste fiscal para valer, por que não mexem nos juros? Nós estamos pagando 380 bilhões de juros mais 790 de amortização só em 2018. Mas esse dinheiro é sagrado. Nesse não se mexe porque não tem a ver com o povo. Mas tem a ver com o grande interesse do capital no Brasil.



Há muita proposta circulando aqui, Deputado Samuel, Deputado Marcelo, que de fato faz aumentar a arrecadação. Mas era preciso que derrubássemos a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, porque vocês podem arrecadar o que quiserem, mas não podem gastar nem em custeio nem em investimento. E é investimento que gera emprego, é crédito que gera emprego, é a possibilidade de desenvolvimento das empresas nacionais produtivas que gera emprego.

Neste momento, o Governo brasileiro está privatizando oito refinarias. Isso significa abrir mão de 25 bilhões por ano. Seriam 250 bilhões em 10 anos. Para dar sabem para quem? Para a Exxon, para a Chevron e para a Shell, as nossas concorrentes na área de petróleo. É para isso que serve esse Governo, para abrir mão do Estado brasileiro e das suas empresas estratégicas, doando-as de mão beijada, e bater continência para a bandeira americana, coisa que nós nunca fizemos. A bandeira brasileira é nossa, é do povo brasileiro, é de todos nós.

Agora, aqui, neste destaque, neste cálculo de benefício, o que se faz? Substitui-se um cálculo de 80% das melhores remunerações, considerando os trabalhadores do regime privado, que também vai impactar no serviço público, nos servidores públicos, um contingente enorme de trabalhadores, fazendo 60% de uma média, que já é menor. O que é isso?!

E eu vejo aqui uma energia enorme para gritar: "*Acabou o tempo!*". Sorriso nos lábios! Gente, essa energia toda é o que mesmo? É desconhecer a realidade? É cinismo? É sadismo? É uma crueldade implantada no DNA das pessoas ou é a perda de referência e de relação e de compromisso com o povo brasileiro?

Sinceramente, eu saio daqui hoje muito indignada — muito indignada! E é com essa indignação que nós vamos mobilizar a sociedade, porque a votação no plenário vem aí. E aguardem, porque a luta política e a história não perdoarão o que vocês estão fazendo com o povo brasileiro.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Jandira.

O Deputado Samuel tem a palavra.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Não, mais uma vez, então, mudança das regras de cálculo — e nós já conversamos sobre isso — para ficar tudo do jeito que está. Então orientamos para que volte para o texto. O destaque retira do texto, e nós queremos que volte para o texto.

O voto é "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PT?

**O SR. CARLOS VERAS** (PT - PE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PT orienta o voto "não" ao relatório, "não" a este ataque brutal ao trabalhador, à trabalhadora.

Veja bem, um trabalhador que ia se aposentar com 2 mil reais vai se aposentar, após 20 anos de contribuição, com 1.200 reais. Onde está a justiça? Onde está o privilégio? Não há privilégio, não há combate ao privilégio. Há combate a uma aposentadoria digna e minimamente justa de trabalhadores e trabalhadoras, que trabalharam durante tanto tempo, que doaram a sua vida para construir este País.

Infelizmente, há Parlamentares que vêm aqui para retirar direitos importantes, tão importantes como o direito de ter uma aposentadoria minimamente digna, minimamente justa.

Por isso, o PT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT vota "não".

Como vota o PSB?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, o PSB vota a favor da retirada do texto e, portanto, vota "não" à matéria destacada. Esta é uma das partes mais cruéis também do texto. É ela que vai reduzir em 40%, como disse muito bem o Deputado Henrique Fontana, o valor do benefício a ser pago para aqueles que trabalharem o tempo mínimo, que é exagerado, de 20 anos, como mostramos no destaque do PSB.

Por esta razão, o PSB vota "não" à matéria destacada e espera que ela seja retirada, para evitar que um trabalhador que ganha 1 salário e meio, um pouco mais do que isso, tenha 40% da sua renda retirada e passe os últimos dias ou anos de sua vida com uma limitação dos seus recursos, sem poder ter uma velhice minimamente digna.

Por esta razão, a Oposição vota "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. encaminhou pelo PSB ou conto logo como Oposição?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Não. Eu encaminhei pelo PSB. Pela Oposição vai encaminhar o Deputado Henrique Fontana ou o Deputado Aliel Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k.

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, o DEM e o PSDB voltaram ao poder depois do golpe e aproveitaram as forças políticas acumuladas naquele momento para dar um golpe na classe trabalhadora com a reforma trabalhista. DEM e PSDB continuaram agregados ao poder com a eleição de Bolsonaro. E agora estão cumprindo a mesma agenda liberal sob a liderança de Paulo Guedes: o desmonte do Estado.

O que se estranha é que o Governo Bolsonaro tem vários Ministros, oriundos dos quadros das três Forças Armadas, que estão aí entregando o patrimônio nacional. Não é possível deixar de concluir que o agrado que o Bolsonaro deu à cúpula militar é para essa associação do DEM com o PSDB, para trair o povo brasileiro, entregar a alma do povo brasileiro, destruir a Previdência e ainda continuar aí governando, infernizando e assassinando trabalhadores!

O PDT vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "não".

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como eu disse anteriormente, acabaram o verniz e o pudor.

Neste caso, é a tentativa de afastar definitivamente uma grande massa de brasileiros da aposentadoria. A reforma é uma reforma fiscal; é uma reforma que, na verdade, quer fazer de conta que é o suposto déficit da Previdência que gera a crise. E ainda colocam essa dúvida, essa sensação de culpa nos trabalhadores quando dizem: "*Ah, todo mundo perde um pouco*". Todo mundo perde um pouco?! Os bancos estão perdendo o quê? O grande capital está perdendo o quê?

Na verdade, estão oferecendo na bandeja a soberania nacional, entregando de bandeja um naco de mercado para as seguradoras e os fundos de pensão explorarem a Previdência Social.

O PCdoB vota "não" e repudia esta reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "não".

Como vota o Cidadania? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota o PMN? (*Pausa.*)

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - A REDE vota "não", por considerar que é injusta a proposição do texto e que nós temos a possibilidade de suprimir e substituir essas regras.

Dessa forma, a REDE se posiciona "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A REDE vota "não".

Como vota a Minoria?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - Sr. Presidente, a Minoria também vota "não", para retirar e alterar o texto do Relator, para denunciar aqui, já passando da 1 hora da manhã, a crueldade dessa reforma da Previdência.

É uma reforma em que todo o seu texto prepara para a capitalização, libera a exploração, a gestão privada no sistema público do regime próprio nos Municípios, nos Estados e União. É uma reforma da Previdência que vai contra as mulheres, contra as viúvas, que vão ter diminuída a possibilidade de uma pensão. É uma reforma da Previdência que, sem dúvida nenhuma, vai ferir de morte o direito do trabalhador mais pobre neste País.

É por isso que nós estamos resistindo até a esta hora, para denunciar, para demonstrar que...

(*Desligamento automático do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "não". V.Exa. já encaminhou no início.

Como vota o PSOL? (*Pausa.*)

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - É a Minoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "não". Desculpe-me, Deputada.

Como vota o PSOL?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - O PSOL vai manter a nossa posição de resistência às maldades que estão sendo preparadas, perpetradas contra o nosso povo. É claro que estamos cansados, mas não desanimados. A luta só está começando. A força do povo é suficiente para superar essas maldades, esse movimento que se faz de traição a um povo e de confisco das conquistas e direitos que, a duras penas, o povo brasileiro acumulou ao longo das últimas décadas.

Não vou desanimar. Não vamos desanimar. Até nos acostumamos a olhar um para o outro e dizer, nas madrugadas em que ficamos resistindo nesta Casa: "*Lutamos como nunca, perdemos como sempre, mas a luta continua!*" A nossa inspiração é o povo! Vamos continuar juntos com a população, ajudando a população a enfrentar essa tragédia que recai sobre ela com essa desgraça da reforma da Previdência.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PSOL, Deputada?

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Essa juventude, essas companheiras e esses companheiros que junto conosco estão resistindo nesta Casa são inspiração e força para eu continuar lutando por aquilo que dei a minha vida e que me sustenta até hoje...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Erundina, todo mundo tem muito respeito por V.Exa.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos ter calma, pessoal. Calma. Calma. Calma.

O PSOL vota "não".

*(Intervenção fora do microfone.) (Palmas.)*

*(Manifestação no plenário: "Muito bem! Viva a Erundina!")*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Oposição? *(Pausa.)*

Enquanto chega o microfone ao Deputado Aliel Machado, indago como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota a Maioria?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Maioria vota "sim".

Como vota o Governo?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Governo vota "sim".

Como vota a Oposição?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Presidente, o que nós estamos tratando aqui é do cálculo tanto da idade quanto da porcentagem. Atualmente, as pessoas que já têm idade mínima para se aposentar — 65 anos —, as pessoas do RGPS, o trabalhador mais simples tem direito a 85% do seu salário com 15 anos de contribuição. Mas, a partir de hoje, com 15 anos, ele não vai ter direito a nada; com 16 anos, nada; com 17, nada; com 18 e 19, nada. E, quando ele tiver, se ele tiver, 20 anos de contribuição — quero lembrar que o trabalhador do RGPS é o trabalhador que não é privilegiado —, ainda assim a porcentagem cairá para 60% apenas. É isso o que estou dizendo. Um trabalhador que recebe 1.500 reais, que contribuiu a vida inteira, que tem dificuldade, já está idoso, vai ver a sua renda cair para mil reais.

Isso é muito desumano. Por isso, nós votamos "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Oposição vota "não".

Vamos passar para a votação pelo painel eletrônico.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Falta algum Deputado votar? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço à Secretaria que publique o resultado: "sim", 33; "não", 10.

A matéria está aprovada.

Fica mantido o texto do Relator.

Vamos agora enfrentar o último destaque.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado, eu vou anunciar o último destaque e já passo a palavra para V.Exa.

Destaque nº 142, do Bloco PP/MDB/PTB, de bancada, para votação do parágrafo único do art. 31 do substitutivo, preservando-se a redação do *caput*.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pois não, Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, eu queria fazer uma sugestão à base do Governo. Este é um destaque do Governo, de partidos da base do Governo, que termina diminuindo a receita da Previdência. Acho que a base do Governo poderia retirar este destaque. Poderíamos, por acordo, retirar o destaque e manter o texto do Relator, que preserva a receita da Previdência. E terminaríamos mais rápido a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Henrique, este é um destaque de votação em separado e não pode mais ser retirado nesta etapa. Só destaque de emenda pode ser retirado a qualquer momento.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Vamos fazer um acordo — todo mundo o registra — para derrotar o destaque. Assim, mantemos o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu passo a palavra, para falar a favor da matéria, à Deputada Gleisi Hoffmann.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente, quero começar a fala me solidarizando e saudando a Deputada Luiza Erundina, que simbolizou hoje aqui a resistência na luta que se faz pelos direitos do povo brasileiro, e repudiando o desrespeito que observamos aqui. Só podem ser pessoas desqualificadas para fazer o que fizeram.

Quero, Sr. Presidente, iniciar essa...

*(Tumulto no plenário.)*

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Peço que recoloque meu tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada, o tempo está parado.

Nós estamos no último destaque. Vamos ouvir a Deputada Gleisi. Vamos seguir.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Sr. Presidente e Sr. Relator, pelo menos em um ponto nós vamos concordar nessa discussão toda. Nós vamos votar contra esse destaque do Bloco do PP/MDB/PTB, exatamente de acordo com o que o Deputado Fontana disse: ele diminui a base arrecadatória da Previdência.

Sr. Relator, V.Exa. colocou no texto que as empresas que fizerem a substituição da contribuição previdenciária, que, em vez de contribuir pela folha, contribuir pelo faturamento, não vão poder ser beneficiárias de isenções e não vão poder também ter um parcelamento superior a 60 meses, e as exportadoras perdem a isenção constitucional, o que é absolutamente correto, porque, quando se faz a opção de contribuir pelo faturamento, é vantajoso para as empresas.

Isso foi proposta dos nossos governos. Fizemos isso para melhorar o setor produtivo, para desonerá-lo, para melhorar a vida das empresas e, portanto, gerar mais empregos. Mas não é justo que essas vantagens sejam sobrepostas. As vantagens têm que ser equilibradas. Já ganham vantagem por contribuir sobre o faturamento. Então, não há por que se beneficiarem de outros aspectos que beneficiam as empresas. Mas eu queria aproveitar para dizer que nós fizemos isso exatamente com uma visão de desenvolvimento do País.

Aproveito o tempo que tenho aqui para responder a insinuações que aconteceram no começo desta reunião. Tenho ouvido aqui, quando se fala em quebrar o País, que o PT quebrou o País. Eu queria perguntar aos nobres colegas se um governo, como foi o Governo do PT e de seus parceiros, quebrou o Brasil quando pagou o Fundo Monetário Internacional. Nunca mais aqueles homens de malas pretas vieram aqui exigir que o Brasil se ajoelhasse ou que estivesse com o pires na mão. O PT quebrou o Brasil quando fez 300 bilhões de reservas internacionais, que é o que está segurando para que não quebre efetivamente? O PT quebrou o Brasil quando baixou a dívida pública à margem de 50% do Produto Interno Brasileiro? Hoje, a dívida pública bruta está 80% do PIB. O PT quebrou o Brasil quando fez superávit financeiro e orçamentário por 10 anos consecutivos? Não, o PT não quebrou o Brasil.

Além de tudo isso na macroeconomia, os nossos governos proporcionaram um crescimento de 50% em média do PIB brasileiro. O desemprego caiu a menos de 5%. Até 2015, praticamente havia pleno emprego no Brasil. O salário mínimo duplicou. Fizemos o reajuste real. O crédito cresceu quatro vezes, inclusive com juros mais baixos proporcionados pelos bancos públicos, que V.Exas. querem privatizar agora. As pessoas puderam comprar carro, casa, eletrodomésticos; a venda no varejo cresceu; duplicou a produção de veículos. Nós tivemos os maiores investimentos estrangeiros na época em que governamos.

Então, como é que o PT quebrou o Brasil? V.Exas. estão aí há 4 anos, depois do golpe da Dilma. Prometeram a este País um mundo de flores, dizendo que tudo ia melhorar. O que nós temos hoje são quase 14 milhões de desempregados, renda baixa, pessoas sofrendo, subemprego, por uma reforma trabalhista que retirou direitos. V.Exas. estão vendendo o patrimônio público, não têm projeto de desenvolvimento para este País. É por isso que apostam em reformas que retiram direitos, quando tinham que apostar em um plano de desenvolvimento que melhorasse a circulação do dinheiro na sociedade brasileira e a arrecadação.

Então, contra fatos não há argumentos. Parem de repetir asneiras e vão ver lá no *site* do Banco Central quais foram os resultados que nós tivemos na maioria do nosso Governo.

V.Exas. estão enfrentando uma crise internacional, que começou em 2015 e 2016, de forma errada. Vão levar o Brasil para o buraco e o povo brasileiro para o sofrimento. *(Palmas e apupos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo, pelo tempo de 5 minutos.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pessoal, só um pouquinho. Nós não vamos tacar fogo aqui, no final da reunião.

O Deputado Evair Vieira de Melo tem a palavra.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, obrigado pela oportunidade.

Com certeza, esse último destaque vai nos colocar na organização da inteligência que o Brasil precisa e merece. Quem não conhece esse destaque e não domina o assunto não pode usar de argumentos falaciosos, sem sustentação, para tentar se esconder atrás de uma tese que não procede.

Esse destaque é o da coerência. Todo e qualquer Parlamentar aqui nesta Casa que, em algum momento, fez uma manifestação que foi acatada pelo Relator, como o Presidente, o Governo e a Oposição, que, inclusive, em alguns momentos, disse que era deles a sugestão de não fazer alteração na Previdência rural, deveriam votar a favor desse destaque, porque ele dialoga diretamente com esse conteúdo.

Portanto, a primeira premissa é que quem votar contra esse destaque está votando contra os trabalhadores rurais do Brasil. Assim como trata o texto do nosso Relator, eu não posso constitucionalizar... Tenho o maior respeito pelo Deputado Samuel, acho que a intenção dele era a melhor possível, mas as palavras o conduziram a outro caminho. Quero falar para a Oposição, principalmente, que nós estamos anistiando as contribuições sociais. Nós estamos constitucionalizando a suspensão de qualquer tipo de negociação. Com o texto do Relator, nós estaremos impossibilitando o uso de remissão de instrumento de política pública voltada principalmente para a agricultura familiar.

Outro ponto extremamente importante — nós temos que tratar disso — é que isso onera as exportações. *"Ah, mas é a grande empresa que exporta!"* Não! Vão ao Estado do Paraná e vão ver que lá há um frigorífico que exporta frango. Mas esse frango é produzido por um pequeno agricultor integrado. Assim ocorre com os suínos e com as aves.

Quando se onera a exportação do café, por exemplo, dizem: *"Ah, é uma grande empresa!"* Não! Esse café pode estar saindo de Rondônia, da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais. E essa conta vai chegar ao produtor rural. Portanto, isso atinge diretamente o produtor rural; imaginem o produtor do Semiárido brasileiro. O grande desafio do Brasil hoje é levar riqueza e oportunidades para o Semiárido. Votar contra esse destaque é votar contra o produtor do Semiárido, que enfrenta o sol, o calor, a temperatura, a radiação e a umidade. Uma vez que ele coloca semente ao sol, tem também a pastagem, a sua alimentação, o seu leite, e, naturalmente, ele não tem a certeza de fechar um processo.

Eu não posso pedir a uma vaca que pare de dar leite, eu não posso pedir a um pé de café que pare de crescer. Isso gera uma cadeia, no futuro, Rogério. Lá, adiante, haverá uma empresa com contrato já feito, Líder. Eu agradeço aqui a Liderança do Governo, que entendeu esse nosso sentimento. Esse café, esse leite, esse produto já está comercializado, então como é que eu posso agora reonerar a cadeia, se o contrato já está assinado há um 1 ou 2 anos? Sabe quem vai pagar isso? Isso vai reduzir o preço pago ao produtor rural e a situação vai piorar ainda mais.

Portanto, é um tema importante, Rogério. Eu entendo que nós temos que tratar desse tema sim, mas, na reforma tributária. É preciso fazer esse redesenho.

Estão tratando agora da medida provisória da liberdade econômica. Quero aqui destacar que o Deputado Jerônimo Goergen, do Partido Progressistas do Rio Grande do Sul, está liderando esse tema. É o Parlamentar que mais se dedicou a essa causa. Inclusive é o mentor dessa emenda, que propôs a todos do bloco. Ele está na relatoria da MP da liberdade econômica, entendendo que é preciso fazer esse redesenho.

Portanto, quero agradecer ao Governo e aos partidos que têm esse entendimento. Nós não podemos, hoje, neste momento, pensar em onerar o setor produtivo — é preciso dar essa condição —, muito menos penalizar a nossa agricultura com trabalho cada dia mais apertado.

Como eu disse, agricultura é negócio a céu aberto, o agricultor não tem contracheque. Por isso que todos nós temos o consenso geral de não alterar, neste momento, a Previdência rural, por entendermos que esses homens e mulheres precisam sim, neste momento, de ampliar a nossa economia.

Nós vamos fazer essa Previdência, Sr. Relator Samuel. É muito importante. Esse caixa que se espera fazer, nós o faremos para a recuperação econômica. Recuperando a economia, nós vamos voltar a produzir alimento neste País e vamos aumentar a exportação. Naturalmente, o Governo vai refazer suas contas, vai repor esse valor extremamente importante, sem onerar o homem e a mulher do campo. Todos nós votamos a favor de uma Previdência justa e honesta, neste momento, para esses homens e mulheres. Como eu disse, é negócio a céu aberto, não há contracheque.

Portanto, eu quero apelar principalmente à Oposição, que o tempo todo fez um discurso defendendo o produtor rural, a agricultura no interior. Vamos votar junto com esse destaque. O destaque permite inclusive restabelecer a dignidade, a honra, a honestidade e a coerência do nosso produtor rural.

Quero agradecer ao Governo, à Liderança do Governo no Congresso, e ao nosso Líder, Major Victor Hugo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que conclua.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Eu quero fazer uma ponderação a V.Exas. Pela coerência e pelo bem do trabalhador rural brasileiro, homens e mulheres do campo que querem continuar produzindo de sol a sol, vamos lembrar agora que são homens e mulheres que não têm contracheque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Conclua, Deputado.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) - Vou concluir dizendo que eles não pertencem à categoria, à corporação, mas produzem o alimento da sua mesa. E o alimento da sua mesa é o alimento da balança comercial.

Portanto, nossa orientação é "não".

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon. Em seguida, falará o Deputado Samuel Moreira e depois nós passaremos ao encaminhamento, com a orientação de bancada.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Presidente, eu não tenho outra palavra para usar nesta hora da noite, ou melhor, da madrugada, 1 hora e meia da manhã, Deputado Major Vitor Hugo, Líder do Governo, a não ser que é inacreditável, inacreditável que fiquemos 15 horas votando uma matéria e que sejam rejeitados 15 destaques da Oposição para minorar o sofrimento dos brasileiros e das brasileiras, e que todos tenham sido rejeitados com o argumento de que é preciso cuidar das finanças públicas, pagar pensão por morte inferior a um salário mínimo, aumentar o tempo de contribuição dos sofridos trabalhadores brasileiros de 15 para 20 anos, tirar 40% da aposentadoria de quem se aposenta com 20 anos, reduzir o valor com a extensão da base de cálculo, fazer com que um garçom, que trabalha aqui na Câmara e que se aposentaria em 3 anos, tenha que trabalhar 11 anos e meio a mais.

Como não se tem vergonha de tentar aprovar um destaque como esse? Com que argumento, amanhã, vão olhar para o povo brasileiro e dizer que esta reforma serve para combater privilégios, quando o que se quer, Presidente — e ninguém aqui finja não saber —, é permitir novos REFIS indefinidamente. E REFIS significa renúncia fiscal. Querem impedir que seja onerada a tributação de quem exporta. Comida na mesa quem bota é o agricultor familiar, não é o exportador. E aqui se sabe muito bem disso. Mas é triste que, depois de tantas más notícias para os brasileiros, se pense em aprovar isso!

A Oposição vai mostrar aqui mais uma vez que tem coerência e compromisso com o Brasil. Nós votamos contra as medidas que tornam a vida dos brasileiros pior. Nesse ponto, o Governo está certo e o Relator está certo. E nós vamos votar com o texto do Relator e com o texto que veio do Governo.

O Deputado que me antecedeu fez vários agradecimentos à compreensão do Governo. O Governo aceitou? O Governo vai aceitar essa renúncia de 83 bilhões de reais? Oitenta e três bilhões de reais? E vai dizer que está preocupado com as finanças públicas? É inacreditável! Eu não quero crer que isso passe, mas eu já acho inacreditável se ter tentado fazer isso desse jeito, depois de tudo que se fez contra as pessoas sofridas deste País.

Nós, da Oposição, vamos votar a favor do texto do Relator. E aqui, Relator, nós estamos provando que nós não somos oposição do quanto pior melhor. Se nós quiséssemos estourar as finanças públicas, nós votaríamos a favor do destaque que quer proteger o setor ruralista, mas nós não faremos isso. Nós votaremos a favor do texto do Relator e a favor, Dr. Rogério Marinho, da proposta que veio do Governo, porque essa medida é correta. E quando nós achamos a medida correta e justa, nós votamos a favor dela, venha de onde vier.

E aqui a Oposição prova a sua estatura. Por que nós estamos até 1h30min da manhã aqui?

Eu quero terminar agradecendo a todos os Parlamentares e partidos de Oposição que bravamente ficaram aqui para defender aquilo em que nós acreditamos e para representar quem nós representamos: o povo sofrido trabalhador do Brasil! Vamos continuar em defesa dele. E eu espero que um mínimo de responsabilidade tome conta deste Plenário e que seja mantido o texto do Relator, o texto do Governo, e que seja derrubada a tentativa de perdão fiscal para os de cima, depois de se impor tanto sofrimento aos de baixo.

A Oposição vota "sim" ao texto do Relator.

Obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Molon.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira. Depois passaremos à orientação de bancadas.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** (PSDB - SP) - Nós, na construção do entendimento de maioria, tivemos vários momentos decisivos. Um deles foi o gatilho que nós estivemos aqui votando, quando eu me dispus ao entendimento de retirar o gatilho, ainda que contra a minha vontade, ainda que contra a minha convicção. Mas, por um entendimento de maioria e ao ver aqui um destaque até para reintroduzir o gatilho, eu votei contra.

Na medida em que surgiu um assunto precioso para mim, que é a reoneração de uma desoneração de 80 bilhões em 10 anos, eu também fiz o entendimento com os Líderes de que eu não me sentiria confortável em retirar do meu texto e que nós iríamos caminhar, talvez, cada um para um lado, democraticamente, de maneira bastante coerente, até porque eu respeito os segmentos, os representantes de segmentos. E nós decidimos que eu não ia retirar do texto e que isso iria para um destaque e para o voto. E eu quero manter a minha a posição de deixar no texto. Eu não acredito em desonerações, especialmente aquelas que tiram da Previdência, especialmente no País quebrado, quando as desonerações acabam não gerando os empregos que poderiam gerar se o País estivesse crescendo, se o País estivesse fiscalmente equilibrado, se o País tivesse o entendimento da construção da maioria política para dar segurança ao Governo.

Portanto, não acho que é o melhor momento para desonerações. Acho que, quando o País está quebrado, com um desequilíbrio fiscal, com um desarranjo político, as empresas que são desoneradas correm até o risco de investir em outro lugar e não na geração de empregos, porque o País não gera a confiança adequada para o momento.

Então, eu vou colocar a minha posição claramente, agradecendo até a formação da maioria com os Líderes e esse entendimento. Eu quero manter; não são só 80 bilhões de desonerações que são dadas. São a possibilidade também de não passarem de 60 vezes as negociações das dívidas, porque vão cair junto também as 60 vezes, permitindo o REFIS.

Então, eu queria que tomassem muito cuidado nessa votação, respeitando a posição de cada um. Eu vou votar "sim", para que mantenham o meu texto.

Agradeço a todos o entendimento, continuando na construção da maioria pela reforma. Talvez eu perca o texto que eu gostaria de manter, mas queria que V.Exas. refletissem muito. Eu acho que este não é o momento. Aliás, eu queria só destacar uma coisa. É difícil essas desonerações servirem aos pequenos. Com certeza, servirá aos maiores.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de pedir — em que pese correr o risco, neste momento, de perder o meu texto, e eu o acho precioso para isso, no momento em que nós estamos, de fato, como foi dito aqui, apertando os cintos, precisando de recursos, especialmente para a Previdência. Nós estamos falando de desoneração de Previdência, não é de outro item, não. Essas exonerações são de Previdência.

Enfim, vamos ao voto. Eu vou votar "sim", para que se mantenha o meu texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Samuel.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Desculpem-me! Quero deixar claro que se trata de destaque para votação em separado. Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator.

Quem votar "não" rejeita a matéria destacada e altera o texto do Relator.

Como vota o PT?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Presidente, Relator, eu quero chamar uma esperança maior aqui. Nós podemos ganhar esta votação. O Brasil pode ganhar esta votação. Nós podemos manter esses 89 bilhões de reais na Previdência e, com eles, podemos melhorar a regra de cálculo daqueles que hoje se aposentarão com 1.200, 1.300, 1.500 reais. Podemos manter esses 89 bilhões de reais, Deputado Celso Maldaner, e, do plenário, voltarmos para a regra de 80% das melhores contribuições.

Vejam a matéria de *O Globo* publicada ontem: "*Previdência: bancada ruralista fecha acordo com Governo para derrubar a reoneração da folha*". E aí segue a matéria: "*A bancada ruralista fechou acordo para derrubar a reoneração. Isso será feito após a votação do texto principal*". É a antecipação do que está acontecendo aqui, senhores. E isso retira 84 bilhões de reais da Previdência em 10 anos, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que conclua e que encaminhe o voto.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Vamos fazer aqui, de fato, uma unidade da coerência. Vamos aliviar um pouco para os de baixo. Já que disseram que não dá para fazer a reforma tributária, pelo menos não vamos agravar a situação tributária agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a V.Exa. que encaminhe o voto, Deputado Henrique.



**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Eu vou encaminhar, Presidente.

Não vamos entregar 84 bilhões de reais de desoneração a um setor que pode contribuir com a Previdência para tirar da aposentadoria de alguém que ganha 1.200, 1.500 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Encaminhe o voto, Deputado Henrique, por favor.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - O nosso voto, Presidente, é "sim", um voto a favor do relatório do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O.k.

Obrigado.

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - Além da questão da desoneração, como eu disse, há a questão dos 60 meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Henrique...

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT - RS) - O voto é "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PT vota "sim".

Como vota o PSB?

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (PSB - BA) - O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSB vota "sim".

Como vota o PDT?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, já que estamos terminando os trabalhos, existe um velho ditado que diz: "*Quem pariu Mateus que o embale*". Isso é problema do Governo e da sua base, sua base insensível a todas as reivindicações e aos direitos dos trabalhadores. Quem tem que resolver esse problema é o Governo, que economizou na tragédia dos trabalhadores. Esta reforma da Previdência é criminosa em cima dos trabalhadores.

O PDT não quer botar a mão nessa lama, nessa nojeira! É o Governo que tem que resolver com a sua base. É o Governo que tem que viver com a sua contradição. O PDT não vai votar essa matéria. O PDT vai se abster. O Governo é que resolva! Não vamos assumir aqui nenhuma responsabilidade em recuperar recursos para a Previdência, quando a classe trabalhadora está completamente traída. Os servidores estão traídos.

O PDT vai votar "abstenção".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT vota "abstenção".

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Que se virem! Eles é que se virem! Não, de jeito nenhum! Eles que se virem!

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Presidente, primeiramente, eu queria expressar o repúdio da nossa bancada com quem falta com o respeito a uma senhora como a Deputada Luiza Erundina, que é um patrimônio da política brasileira. Eu tenho certeza de que os senhores que a desrespeitaram não têm um décimo da dignidade e da história de vida que essa mulher tem e da contribuição que ela dá ao povo brasileiro.

Ela estava aqui até agora, com 84 anos, e saiu de cabeça erguida, sabendo que segue o lado certo da história. Enquanto isso, os senhores que a desrespeitam têm o seu lugar marcado, reservado na lata do lixo da história, por estarem votando contra os trabalhadores brasileiros e tratando mal uma senhora que está aqui dedicando a sua vida ao povo brasileiro.

Com relação ao conteúdo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou pedir para V.Exa. parar. Rapidinho, Deputada Sâmia! Eu vou parar o tempo.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Eu estou no meu tempo ainda. Vou terminar. Não se preocupe!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou parar o tempo de V.Exa.

Vou só fazer um apelo. Eu acho que nós não combatemos intolerância com intolerância, desrespeito com desrespeito.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Não se trata de intolerância ou de desrespeito, só de não admitir que se trate uma senhora como a Deputada Luiza Erundina da forma como fizeram aqui hoje. Inclusive, isso aconteceu em todas as votações no dia de hoje, nas quais os destaques foram apresentados para tentar amenizar o sofrimento do povo brasileiro.

Mas boa parte dos senhores votou para prejudicar ainda mais a vida dos idosos, a exemplo do que é a Deputada Luiza Erundina.

Com relação à matéria, nós vamos orientar o voto "sim". É indignante que, depois de tantos ataques aos trabalhadores, com pedido de contribuição, ainda existam aqueles que querem desonerar justamente os que podem e devem contribuir com a Previdência. Por isso, encaminhamos o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Sâmia Bomfim.

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - O PCdoB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o Cidadania? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota o PMN? *(Pausa.)*

Como vota a REDE?

**A SRA. JOENIA WAPICHANA** (REDE - RR) - Sr. Presidente, o Governo defende o ajuste fiscal, mas retira a receita da Previdência. Será que só se pode cortar dos mais pobres?

A REDE entende que tem que fazer a orientação do voto "sim".

Quero aproveitar para também deixar aqui as minhas palavras de reconhecimento à Deputada Federal Luiza Erundina, que esteve durante 2 dias participando dos debates e tentando, da melhor forma, propor melhorias ao relatório.

Também quero parabenizar o trabalho da Comissão. O texto mudou muito se comparado ao que veio do Governo, mas eu ainda estou preocupada com tanta injustiça. Essas mudanças não precisavam acontecer, porque há outras alternativas para o equilíbrio fiscal.

Dessa forma, a REDE vai orientar o voto "sim". Quero dizer que nós podemos mudar essa situação e promover mais justiça social para a nossa população brasileira lá no plenário.

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - A Oposição, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente e Sr. Relator, nós que fazemos parte da Oposição neste Parlamento estabelecemos, aqui, uma linha de coerência com a nossa história e com o debate desta proposta. Eu, como Líder da Minoria — portanto, dentro da Oposição e articulando com a Oposição —, digo a V.Exas. que não vou compreender se, neste momento, a incoerência agora aparecer nos votos.

Aqui só se fala em nome de trabalhador na hora em que se precisa desonerar a folha das grandes empresas. Na verdade, essa desoneração, Deputado Evair, não é a dos pequenos. Se fosse, poderia ter um critério, mas não é o caso: o texto é genérico, não é para os pequenos, é essencialmente para os grandes.

Então, nós vamos encaminhar, coerentemente, o voto "sim" ao texto, contra o destaque apresentado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - A Minoria vota "sim".

Como vota a Oposição, Deputado Aliel?

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Sr. Presidente, a Oposição já explicou, sem deixar nenhuma dúvida, através da fala do nosso Líder Alessandro Molon, a vergonha que significa a apresentação dessa proposta.

A população está sofrendo. Amanhã, trabalhadores vão se levantar com o currículo embaixo do braço, desempregados, sem saber se o filho vai ter o que comer na hora do almoço ou do jantar. E, com as regras propostas, eles vão ter que trabalhar muito mais e vão ganhar muito menos se conseguirem se aposentar.

Sabe quem será beneficiado se passar essa proposta agora? Aqueles donos de jatinhos, de lanchas, de helicópteros, que recebem lucros e dividendos e não pagam imposto no País. Essa inversão de prioridade será de conhecimento das pessoas e o povo brasileiro rejeita.

Mostrando coerência e responsabilidade, votamos com o texto do Relator e do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Como vota o PSL? *(Pausa.) (Apupos.)*

**O SR. ALEXANDRE FROTA** (PSL - SP) - Sr. Presidente, o PSL libera a bancada. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL libera a bancada.

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

**O SR. ALIEL MACHADO** (PSB - PR) - Isso é educativo!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

**A SRA. GREYCE ELIAS** (AVANTE - MG) - O Avante vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O Avante vota "não".

**O SR. PAULO GANIME** (NOVO - RJ) - Sr. Presidente, o NOVO, em todo momento nesta Comissão, votou contra que fossem dados benefícios previdenciários a todas as categorias, aos policiais, professores, todo mundo. Não faz sentido, agora, darmos o benefício previdenciário a outra categoria, qualquer que seja ela. Temos que ser coerentes, e nós mantivemos essa coerência do início ao fim e vamos mantê-la agora. Além disso, não se trata apenas da questão da desoneração, mas também da possibilidade de parcelamento ou moratória.

O NOVO orienta para manter o texto do Relator, que eu acho que é muito coerente. Nós estamos falando de 83 bilhões de reais. Entendemos que o Relator foi muito preciso e muito correto neste momento, no texto dele.

Então, o NOVO orienta "sim", aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

**O SR. LUCAS VERGILIO** (SOLIDARIEDADE - GO) - Sr. Presidente, antes de fazer a nossa orientação, eu gostaria de parabenizar aqui duas Deputadas.

Quero parabenizar a Deputada Luiza Erundina, como ela falou, pela sua história, pela sua idade, por estar aqui acompanhando esse debate. E quero dizer que nós não quisemos desrespeitar a Deputada, que nós só cobramos porque ela estava falando muito além do tempo, falou uns 3 minutos ou 4 minutos. Nós respeitamos a história dela, todo o passado dela, toda a luta dela por sua ideologia.

Quero também parabenizar a Deputada Greyce Elias, que está aqui, até quase 2 horas da manhã, e está grávida. Então, parabéns, Deputada! V.Exa. tem o nosso respeito e a nossa admiração por causa disso também. *(Palmas.)*

Aqui passamos para a nossa última votação. Parabéns, Presidente, parabéns, Relator, parabéns, nosso Vice-Presidente Silvio Costa! Eu não tenho dúvida de que vamos continuar essa batalha lá no plenário da Câmara dos Deputados.

O Solidariedade vai votar "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o MDB? *(Pausa.)*

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - O PSD, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSD tem a palavra.

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu espero que terminemos a reunião como começamos, num clima de respeito e tolerância entre nós.

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Nunca faltei com o respeito a ninguém aqui, Sr. Presidente, mas quero dizer o seguinte: eu vi aqui Deputados do PT falarem que não destruíram o País, que não roubaram o País, que tinha tudo. Engraçado, em quase 2 décadas, esse PT só fez dar esmola para o povo e tornar esse povo submisso a ele, só fez implantar nas escolas, em nossas crianças, ideologia de gênero e sexo e, inclusive, liberação de drogas. Ele criou a maior organização criminosa neste País, criou a maior organização criminosa...

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Por favor, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Éder, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus! A esta altura do campeonato...

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Não, não, não! Eu não vou aceitar, Sr. Presidente. Não vou aceitar! Eu estou no meu tempo. É regimental, e eu tenho direito.

**A SRA. GLEISI HOFFMANN** (PT - PR) - Direito de ofender não tem, não!

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB - BA) - Trinta e nove quilos na FAB! Trinta e nove quilos na FAB!

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Sr. Presidente, estou no meu tempo e não vou aceitar!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu abri uma exceção. Há aqui um acordo de que vários partidos, inclusive o PSD, estavam dentro do bloco da Maioria.

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Mas eu quero concluir. Sr. Presidente. Eu estou no meu tempo. É regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. tem 25 segundos.

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Pararam o tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O tempo está parado. V.Exa. tem 25 segundos.

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (PSD - PA) - Então, senhores, eu quero dizer como o PT, que tem como maior bandido o Lula, que deixou os estudantes usando água com farinha nas escolas, que roubou o Brasil — inclusive, Deputados e Deputadas que estão aqui participaram dessa roubalheira —, vem dizer que não roubou este País? Pelo amor de Deus, ponham a mão na consciência!

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o MDB? Como vota o MDB? Como vota o MDB, Deputado Darci? Deputado Darci, o MDB.

Eu acho impressionante um Deputado da base chegar ao final para tentar obstruir a votação, que está próxima de chegar ao fim. É inacreditável!

Como vota o MDB, por favor?

**O SR. CELSO MALDANER** (Bloco/MDB - SC) - Presidente, não é hora de tumultuar o processo. É claro que eu queria contestar a colega do Paraná, que fez colocações que não são justas, porque não são a realidade. O Brasil quebrou, chegou ao fundo do poço. Mas não é hora de tumultuar.

Quero dizer que 86% da população é urbana, 86% do Congresso é urbano, e nós temos que dar um gesto aos produtores rurais, que sustentam este País. Por isso, o MDB vota "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o PRB?

**O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO** (PRB - AM) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, eu queria parabenizar toda a Mesa, o nosso Presidente Marcelo Ramos, do Amazonas, que muito me orgulha por estar aqui organizando esses trabalhos; o nosso Vice-Presidente Silvio Costa, que é do meu partido, pela missão — missão dada, missão cumprida —, pois foi muito bom o trabalho da Mesa; o nosso Relator, que está, a cada dia, mais careca, porque não foi fácil, teve muito trabalho mesmo, foi perseguido por vários Deputados aqui, nesses últimos dias.

Segundo, senhores, eu quero deixar aqui uma frase de Albert Einstein sobre o conceito de loucura: *"É querer fazer as mesmas coisas e esperar resultados diferentes"*. Eu escutei a Esquerda a manhã toda, de 9 horas até agora, fazendo o mesmo discurso do passado. Se nós continuarmos com o mesmo discurso, os resultados vão ser os mesmos: este desemprego, o País na recessão. Precisamos de coisas novas.

Então, parabéns pela ousadia, Relator! Pode contar, porque o meu voto é "sim".

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - O PSD, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSD já usou o tempo de orientação.

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - O PSD não orientou, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Qual é a orientação? É só para orientar o voto, porque o PSD já usou o tempo de 1 minuto.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Sr. Presidente... *(Pausa.)*

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - O PL, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Já vou passar a palavra para V.Exa., Deputado Darcy. Como vota o PL?

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, existe um saudoso cantor gaúcho que dizia assim: *"Homem feio e sem coragem não arruma mulher bonita"*. Com muita coragem, nós chegamos até aqui.

Queremos parabenizar, em nome do Partido Liberal, o Deputado Marcelo, o Deputado Samuel, o Deputado Silvio, a assessoria, a brava assessoria que nos ajudou a chegar até aqui, o Rogério Marinho, essa figura querida e iluminada, que acompanha atentamente todos os debates.

Nós fizemos um acordo para votar esse destaque. Por que fizemos um acordo? Eu, como gaúcho, como produtor rural, como membro da FPA, sei que, se o agricultor tiver esse custo maior na exportação, isso vai ser repassado para o trabalhador rural no preço da soja, no preço do milho, no preço do arroz. E o agricultor vai dar a resposta dos 83 bilhões de reais que, diretamente, vão sair daqui. Então, sim, o agricultor vai ser prejudicado se nós mantivermos este destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Encaminhe, Deputado.

**O SR. GIOVANI CHERINI** (PL - RS) - Então, nós vamos votar "não" neste destaque, justamente para proteger a agricultura brasileira, porque gaúcho, aonde vai, leva CTG, leva cooperativa e leva agricultura por este País afora!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Cherini.

**A SRA. JOICE HASSELMANN** (PSL - SP) - Presidente, reorientando aqui o PSL, o PSL vota "não", segundo o acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSL vota "não".

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - O PSL fez o acordo para tirar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Perfeito. É isso.

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Presidente, quero orientar pelo DEM.

Nós já estamos chegando às 2 horas da manhã. São 16 horas...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Como vota o DEM?

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Sr. Presidente, eu queria que me garantisse a palavra. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Por favor, vamos garantir a palavra. Está com a palavra o DEM.

**O SR. PEDRO PAULO** (DEM - RJ) - Nós enfrentamos praticamente 20 destaques aqui nesta Casa. Esta é uma hora em que todos estão cansados. Mas é importante refletir, porque existem vários destaques aqui que eu, pessoalmente, sou contra, mas respeito o acordo, para que nós mantenhamos a unidade da Maioria para aprovar o relatório do Deputado Samuel Moreira, para que nós possamos, com essa vitória hoje, aqui na Comissão Especial, ir para o plenário e criar as bases para aprovar a reforma da Previdência.

Eu agradeço ao PSL por ter decidido pela orientação "não", para que nós reorganizemos, na última votação, esse entendimento, mesmo com algumas discordâncias de alguns Deputados, e para que nós possamos caminhar para o plenário com a construção da Maioria.

Por isso, o DEM orienta "não", respeitando o acordo que foi construído.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O DEM orienta "não".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o DEM?

O PSD só vai orientar o voto, Deputado. V.Exa. já usou o tempo.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - É sério, Sr. Presidente? Eu posso falar?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pode. Pois não.

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PRB muda para "não".

**O SR. DARCI DE MATOS** (PSD - SC) - O PSD é "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PSD é "não".

Como vota o DEM?

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, a Oposição votou unida... *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho, Deputado. Só um pouquinho.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que, mesmo o PRB mudando a orientação para o voto "não", eu mantenho a minha posição de votar com a minha consciência. Votarei "sim", porque entendo que o Relator teve uma postura de coerência. *(Palmas.)* Eu quero manter a minha posição porque não participei, objetivamente, dessa discussão. Não quero votar diferente de como votei desde a primeira votação, que foi com o Relator.

Então, a minha posição é de votar, em todas as votações, com o Relator Samuel Moreira, porque entendo todo o esforço que ele fez desde o primeiro momento.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Sr. Presidente, quero fazer uma consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - V.Exa. já encaminhou, Deputado Paulo.

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o NOVO? *(Pausa.)*

Como vota o Avante? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - Perderam o argumento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT tem a palavra, para mudar a orientação.

**O SR. PAULO RAMOS** (PDT - RJ) - Para não romper a unidade da Oposição, mesmo entendendo que esse é um problema que consagra a incoerência do Governo, o PDT vai encaminhar com a Oposição votando "sim". *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PDT muda a orientação para "sim".

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PTB vota "não".

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Vamos abrir a votação.

Peço à Secretaria que abra o sistema eletrônico, para que iniciemos a votação. Foi feita a orientação individual.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero...

Pois, não, Deputada Jandira.

*(Procede-se à votação.)*

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB - RJ) - V.Exa. poderia dar 1 minuto enquanto se vota, como fez nas outras votações. Eu estou pedindo para falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Na verdade, nós estamos no final, e o tempo... Eu vou pedir licença a V.Exas. para que eu possa usar este tempo do processo de votação. Quero pedir isso fraternalmente a todos e todas.

Estamos chegando ao final dos trabalhos. Ainda vamos ter que ler a ata, mas, como ninguém estará mais aqui para a leitura, eu estarei só para o encaminhamento da ata.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - O PP vota "não".

Eu quero, primeiro, saudar o companheirismo, a lealdade, o esforço coletivo e sinérgico do Deputado Silvio Costa Filho e do Deputado Samuel Moreira. *(Palmas.)* Talvez, se nós nos conhecêssemos antes, não teríamos encontrado uma sintonia e uma sinergia tão perfeita no sentido colaborativo e no sentido de entendimento em relação à condução dos trabalhos. Eu preciso registrar aqui o esforço e a lealdade dos dois, o sacrifício compartilhado por nós. O Deputado Silvio Costa Filho cuidou de uma parte muito sensível, que era a organização do processo de debate; e o Deputado Samuel, nesses últimos dias, tem dedicado a sua vida a isso.

Então, as minhas primeiras palavras são de saudação a esses dois companheiros que caminharam comigo durante esse período.

Quero também agradecer a dedicação absoluta da assessoria da Câmara, da assessoria que nos apoia diretamente, da assessoria técnica que trabalhou junto com o Deputado Samuel Moreira, do pessoal de plenário, do pessoal da Polícia Legislativa, que foram, todo o tempo, solícitos e dedicados a esta causa. *(Palmas.)*

Eu quero, aqui, deixar uma palavra para todos os Deputados e Deputadas. Eu sou um Deputado de primeiro mandato, de um Estado distante, com apenas oito Deputados Federais, e tive a honra de receber esta missão. Quero agradecer a cada um e cada uma que colaborou com o andamento desses trabalhos. Nós conseguimos mostrar para o Brasil que é possível discutir um tema tão sensível e tão polêmico de forma urbana e respeitosa, que engrandece o Parlamento. Nós mostramos para o Brasil que é possível construir com divergências. Construir com as nossas convergências é muito mais fácil, mas mostramos que é possível, no âmbito de divergências, termos uma relação saudável e comprometida com o País.

Eu quero agradecer a confiança de todos. Em muitos momentos dessa caminhada, eu pedi um voto de confiança aos Deputados, ora da Oposição, ora da base do Governo, ora dos partidos de centro. E, em momento algum em que eu pedi um voto de confiança, me foi negado o voto de confiança nesse processo. Isso, para mim, é muito significativo e muito simbólico, porque nós confiamos em quem merece confiança, e eu saio daqui com esse sentimento em relação a todos os Deputados e Deputadas.

Quero dizer do meu reconhecimento de que, sem o Governo, nós não estaríamos enfrentando uma matéria tão importante para a vida do País. Mas, ao mesmo tempo, quero reconhecer que, sem a Oposição, nós não teríamos avançado tanto em relação ao texto original. Por outro lado, quero reconhecer que, sem o Centro, talvez não encontrássemos o ponto de equilíbrio de uma proposta que não contempla todos obviamente, mas que avançou bastante em relação ao texto original, encaminhado pelo Governo.

Eu me lembro do que disse no dia da posse nesta Comissão: eu falei que nós iríamos buscar o justo equilíbrio, a calibragem entre garantir uma reforma, por um lado, com uma potência fiscal que pudesse ajudar no necessário e urgente ajuste fiscal do País e, por outro lado, protegendo as pessoas mais humildes. Se isso não foi completo, não temos como negar que houve um esforço coletivo nesse sentido.

Quero dizer que, ao tempo em que me sinto honrado pela confiança de todos, peço desculpas por erros que certamente cometi, com alguns exageros e momentos de tensão no decorrer do andamento desses trabalhos.

Quero aqui agradecer ao povo do meu Amazonas, porque, sem ele, eu não teria a oportunidade de estar vivendo este momento muito importante da história e da vida do País.

Quem vai dizer quem tem razão nesse debate acirrado entre nós não é a Oposição, não é o Governo, não são os partidos de centro. Quem vai dizer quem tem razão nesse debate é o tempo e a história. Eu não tenho dúvida de que a Câmara que sai desse processo, aos olhares da sociedade, é uma Câmara melhor do que a que entrou.

Por fim, que Deus possa abençoar o Brasil e os brasileiros!

Muito obrigado, fraternalmente, a todos! *(Palmas.)*

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Há algum Deputado ainda para votar? *(Pausa.)*

Eu peço que se encerre a votação e publique o resultado.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos proclamar o resultado: "sim", 19; "não", 23.

Rejeitada a matéria destacada, fica alterado o texto do Relator.

Em apreciação a ata da 20ª Reunião, realizada ontem, cujas cópias estão à disposição dos senhores membros. Indago ao Plenário se há necessidade de leitura da ata. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura da ata, a pedido da Deputada Joice Hasselmann.

Indago se algum membro deseja retificar a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificar a ata, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Considerando que, nesta fase dos trabalhos, esta é a última reunião da Comissão, consulto se podemos dar por aprovada a ata da reunião, uma vez que será redigida, em síntese, de acordo com o registro do áudio. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, está aprovada a ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião.

Está encerrada a presente reunião.